

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA**  
**CATÓLICA LISBON SCHOOL OF BUSINESS &  
ECONOMICS**



UNIVERSIDADE  
**CATÓLICA**  
PORTUGUESA

**Os Derivados Financeiros Nas Empresas  
Públicas, Em Especial, Os *Swaps***

Sara dos Santos Simões

Dissertação de Mestrado de Direito e Gestão

**Orientadores**

Jorge de Brito Pereira

Pedro Machete

Lisboa, Setembro, 2014

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA**  
**CATÓLICA LISBON SCHOOL OF BUSINESS &**  
**ECONOMICS**

**Os Derivados Financeiros Nas Empresas**  
**Públicas, Em Especial, Os *Swaps***

Sara dos Santos Simões

Dissertação de Mestrado de Direito e Gestão

Lisboa, Setembro, 2014

## **INDÍCE**

**Siglas** 4

**Introdução** 5

**Instrumentos Financeiros** 6

Os *Swaps* 10

Os intermediários financeiros 15

**O Estado Português, a Sua Constituição e a Relação**

**Económica Intrínseca** 19

Caracterização e evolução histórica do conceito

de empresa pública 20

**Caracterização da Gestão das Empresas Públicas** 23

**Capitalização das Empresas Públicas** 26

**Investimentos Derivados Financeiros nas Empresas Públicas** 31

**Conclusão** 33

**Bibliografia** 36

**Anexo I** (Estudo estatístico do *Bank for International Settlements*)

**Anexo II** (Nota de Informação Estatística do Banco de Portugal)

**Anexo III** (Entidades do Sector Institucional das Administrações Públicas, 2013)

**Anexo IV** (Demonstrações Financeiras do Relatório e Contas de 2012, Metropolitano de Lisboa)

## **SIGLAS**

CVM – Código dos Valores Mobiliários

CC – Código Civil

CSC – Código das Sociedades Comerciais

OTC – Over the Counter

USD – United States Dollar

CMVM – Comissão de Valores Mobiliários

CRP – Constituição da República Portuguesa

DL – Decreto-Lei

NRSEP – Novo Regime do Sector Empresarial Público

SEE – Sector Empresarial do Estado

ROC – Revisor Oficial de Contas

S.A. – Sociedade Anónima

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objectivo primordial realizar uma análise crítica de todo o sistema empresarial do Estado e conjugar a prática da contratualização dos produtos financeiros derivados com o sector empresarial público.

Nos dias de hoje, o sector empresarial público ganhou um peso na economia portuguesa relevante permitindo encará-lo como um concorrente directo do sector privado. Todavia, é preciso entender que apesar da equiparação, o sector empresarial do Estado tem uma obrigação sempre adjacente, satisfazer as necessidades colectivas. Esta característica essencial não impede a celebração por parte das empresas públicas de contratos de risco e contratualização de produtos derivados financeiros.

A sociedade portuguesa crítica e não aceita a contratualização por parte das empresas públicas, criadas com fundos públicos, de produtos financeiros que acarretam risco porque não é explicada a razão da existência destes produtos e acima de tudo, a função que poderão ter dentro da gestão de uma empresa. É necessário fazer compreender que estes produtos são benéficos quando utilizados de forma correcta, apesar do risco que poderão comportar e que deve ser equilibrado segundo as capacidades financeiras das empresas que contratualizam. A má imagem que assombra estes produtos advém da má gestão e falta de procura e interesse de informação sobre os produtos que estão a ser contratualizados.

O presente estudo irá revelar uma posição positiva face a este tipo de situações porém contrabalançada com a necessidade e o dever de informação clara e objectiva dos produtos contratualizados, o equilíbrio do risco a ser suportado e a verificação da necessidade de celebração deste tipo de contratos.

## INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros são “*instrumentos juscomerciais*”<sup>1</sup>, susceptíveis de criação e negociação em mercado de capitais regulamentado com a primordial função de financiamento e/ou cobertura de risco. Estes instrumentos encontram-se regulamentados no art. 2º, n.º 1 e 2 do Código dos Valores (CVM), e agrupam-se nas seguintes categorias: instrumentos mobiliários que são, mais concretamente, os valores mobiliários, os instrumentos monetários e os instrumentos derivados.

O valor mobiliário que é um conceito de longa história e tradição associado, principalmente, ao direito societário, definido pelos exemplos de valores expostos no artigo 1º CVM. Entre os vários tipos de valores mobiliários, as acções<sup>2</sup> e as obrigações<sup>3</sup> são as figuras de maior relevo e importância dentro do mercado mobiliário. Diversamente dos instrumentos financeiros derivados que nos iremos debruçar no presente estudo, os valores mobiliários têm uma caracterização própria e definida.

Os valores mobiliários são, direitos representativos de situações jurídicas homogéneas e autónomas, susceptíveis de transmissão em mercado. Estes direitos encontram-se em documentos que os representam e que são emitidos por empresas ou outras entidades e são homogéneos<sup>4</sup> uma vez que, são emitidos em massa, mesmo que

---

<sup>1</sup> ANTUNES, José A. Engrácia, Os Derivados, Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários n.º 30, 2008.

<sup>2</sup> Acção é a participação social típica de uma sociedade anónima, vem regulada nos art. 271º do Código das Sociedades Comerciais e tem quatro características típicas, indivisibilidade art. 276º, n.º 4, transmissibilidade art. 326º, n.º 1, idêntica fracção de capital art. 276º, n.º 1 e 4, e susceptibilidade de agrupamento art. 379º, n.º 5. A titularidade de acções por parte de um investidor, denominado por accionista, atribui direitos a este sobre a sociedade e estes direitos variam consoante a categoria e o número de acções.

<sup>3</sup> Obrigações são valores mobiliários de duração limitada que representam um género de empréstimo contraído por uma empresa junto dos investidores. O titular de obrigações é um credor da entidade emissora e ao fim do período de tempo, previamente estipulado, tem direito a receber o valor inicialmente investido e, se acordado, receber juros em intervalos regulares.

<sup>4</sup>“Os valores mobiliários que pertençam à mesma categoria, obedeçam à mesma forma de representação, estejam objectivamente sujeitos ao mesmo regime fiscal e dos quais não tenham sido destacados direitos

em diferentes séries, referentes à mesma origem e não são individualizáveis como os cheques e as livranças. São títulos de livre circulação e transmissão em mercado regulamento, característica essencial deste tipo de produto financeiro, visto que, a própria al. g) do art. 1º do CVM, impõe este elemento às sociedades gestoras de mercados regulamentados<sup>5</sup> aquando da elaboração de novos valores mobiliários. Os mercados regulamentados caracterizam-se como sistemas multilaterais que são geridos e operados por entidades gestoras e que permitem a conjugação de interesses de compra e venda sobre instrumentos financeiros de terceiros de forma que resulte num contrato referente a instrumentos financeiros admitidos à negociação de acordo com as regras impostas pela Directiva 2004/39/CE, do Parlamento e do Conselho, de 21 de Abril (Directiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros – DMIF)<sup>6</sup>.

Os instrumentos monetários caracterizam-se como financiamentos e aplicações de curto prazo, por norma por períodos inferiores a 13 meses, como bilhetes de tesouro, papel comercial ou financiamentos inter-bancários e são caracterizados pelo seu baixo nível de risco. Estes produtos financeiros são negociados no mercado monetário que é composto essencialmente por instituições financeiras e intermediários que podem negociar instrumentos de outras instituições não-financeiras. Os principais participantes neste tipo de mercado são os bancos que realizam empréstimos e aplicações entre si, através de papel comercial que originam, assim, as taxas de referência como a Euribor e LIBOR.

Ao contrário da figura jurídica dos valores mobiliários e dos instrumentos monetários que têm como principal função o financiamento directo das empresas

---

diferentes.” ASCENSÃO, José de Oliveira, “*O novíssimo conceito de valor mobiliário*”, Direito dos Valores Mobiliários, volume VI, 2006.

<sup>5</sup> Sociedades gestoras de mercados regulamentados são sociedade anónimas que têm como principal função a gestão e regularização dos mercados e dos valores que estes transaccionam. Estas sociedades são regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 357-C/2007 de 31 de Outubro (com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 52/2010, de 26 de Maio e 18/2013, de 6 de Fevereiro) e arts. 199º e 203º do CVM. As sociedades gestoras estão sob a supervisão e os poderes da Comissão de Valores Mobiliários (CMVM), art. 214º e 359º, n.º 1, al. a).

<sup>6</sup> Transposta para a ordem jurídica portuguesa pelo Decreto-lei n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro posteriormente alterada pela Rectificação n.º 117-A/2007, de 28 de Dezembro.

emissoras, os produtos financeiros derivados são instrumentos financeiros essencialmente de cobertura de risco<sup>7</sup> inerente à actividade económica (*hedging*), mas também de especulação (*trading*)<sup>8</sup> e arbitragem (*arbitrage*)<sup>9</sup>.

O conceito de instrumentos financeiros tem como fonte legal originária a Directiva 2004/39/CE, de 21 de Abril de 2004, relativa aos Mercados de Instrumentos Financeiros número, abreviada em DMIF, que não define o conceito apenas remete para exemplos encontrados no seu Anexo I, Secção C<sup>10</sup>. A operação de definição da figura jurídica é remetida para cada país através da sua transposição. Portugal não elaborou nenhuma definição delimitativa, apenas enumerou por remissão através do art.2º, n.º 2 para as als. a) e f) do n.º 1 do mesmo artigo, do Código dos Valores Mobiliários (CVM), posição que muitos outros países também adoptaram.

Os instrumentos financeiros derivados têm como referência um activo subjacente<sup>11</sup> e como base, um contrato que é caracterizado por não ter forma legal obrigatória, sendo assim consensual<sup>12</sup>, art.222º do Código Civil (CC), não ser real pelo que basta a declaração de vontade das partes, sinalagmático pois cria obrigações ligadas entre si por um nexo de reciprocidade para ambas as partes, patrimonial, oneroso e aleatório no sentido em que o risco e a incerteza fornecem a própria razão de ser e o objecto do contrato. Estes produtos financeiros são agrupados em 3 gerações, que englobam desde os produtos financeiros simples a produtos financeiros complexos e resultado de diversas combinações, esta classificação dos derivados financeiros é um

---

<sup>7</sup> Pretendem salvaguardar do risco de mercado, pelas oscilações de taxas câmbio, de juro, entre outras, do risco de crédito por incumprimento, insolvência, ou iliquidez do devedor, risco regulatório e demais riscos económicos análogos.

<sup>8</sup> Permitem ao investidor realizar operações lucrativas que visam antecipar o sentido da evolução do valor de certos activos subjacentes.

<sup>9</sup> O investidor realiza aplicações financeira com o objectivo beneficiar de imperfeições dos mercados ou do preço dos activos subjacentes.

<sup>10</sup> Esta directiva é transposta para a ordem jurídica portuguesa através do Regulamento CE n.º 1287/2006 da Comissão de 10 de Agosto de 2006.

<sup>11</sup> São realidades tipicamente sujeitas ao risco de variação de valor e incluem valores mobiliários, como acções e obrigações, instrumentos monetários, taxas de juros, entre outros.

<sup>12</sup> Excepto quando compreenda serviços de intermediação financeira com investidores não qualificados, art. 321º CVM.

critério essencialmente económico e de acordo com a sua concepção. A primeira geração abrange os arquétipos de derivados, que são os futuros, opções simples e *swaps*, relativos a activos subjacentes tradicionais, acções, juros, divisas e mercadorias e é primordialmente objecto de liquidação física (entrega do activo contra pagamento do preço); os derivados de segunda geração compreendem variantes ou modalidades especiais daqueles tipos da primeira geração, tais como *forwards*<sup>13</sup>, *caps*<sup>14</sup> (soluções de protecção de taxa de juro), derivados de crédito<sup>15</sup>, referentes a outros tipos de activos, principalmente de natureza financeira e nocional (índices financeiros, índices económicos, risco de crédito) e são quase exclusivamente objecto de liquidação financeira por pagamento do diferencial de valor; e os derivados de terceira geração são uma classe nova de produtos financeiros de estrutura híbrida e complexa<sup>16</sup> que advém da conjugação de produtos derivados de primeira e segunda geração – *swaptions*<sup>17</sup>, *swaps* exóticos, *foreign Exchange contingent forwards* – ou resultam da combinação de derivados com outros instrumentos financeiros – *credit-linked notes*, *interest differential notes*<sup>18</sup>.

---

<sup>13</sup> São contratos a prazo que conferem posições de compra e venda às partes sobre determinado activo subjacente por um preço e em data futura previamente definidos. São semelhantes aos futuros, todavia os *forwards* são um contrato individualizado que se adapta caso a caso e negociados em mercado de balcão, em contraposição à padronização e ao mercado regulamento dos futuros.

<sup>14</sup> São contratos a prazo sobre taxa de juro, art. 2.º, n.º 1, al. e), i) CVM, associados geralmente aos *swaps* e empréstimos. É um contrato através do qual uma das partes, vendedora, mediante o pagamento de um prémio e por determinado período, se compromete perante a outra parte, compradora, a cobrir ou suportar o eventual diferencial existente entre a taxa de juros variável aplicável ao activo subjacente e uma taxa limite que tenha sido ultrapassada no mercado (“*cap*”, tecto).

<sup>15</sup> Contratos através dos quais uma das partes transfere para a outra um determinado risco de crédito, mediante o pagamento de uma contrapartida, art. 2.º, n.º1, al.c) CVM.

<sup>16</sup> Existe uma abertura da parte da própria lei para a inovação financeira constante deste tipo de produtos, art. 2.º, n.º 1, al. c) a f) CVM.

<sup>17</sup> Produtos financeiro híbrido resultante da conjugação de um *swap* com uma opção que confere a uma das partes o direito potestativo de realizar uma operação de permuta financeira cujos termos estão previamente definidos e durante um certo período de tempo.

<sup>18</sup> São derivados sintéticos caracterizados como instrumentos financeiros que apesar de constituídos na base de técnicas de derivação, são objecto de uma emissão e dotados de forma representativa própria, principalmente valores mobiliários.

Os instrumentos derivados base, tal como supra classificados, são os futuros, opções e swaps. Estes derivados são a origem a partir do qual são criados novos produtos complexos e negociáveis. Os futuros caracterizam-se por serem contratos a prazo padronizados, art. 207º, n.º 2 CVM, negociados em mercado organizado<sup>19</sup> que atribuem às partes posições recíprocas de compra e venda sobre um activo subjacente numa data e por um preço previamente fixado mediante liquidação física ou financeira<sup>20</sup>. As opções são, igualmente, contratos a prazo que conferem a uma das partes um direito potestativo de compra ou de venda de um activo subjacente numa ou até determinada data futura por um preço, também, previamente definido e através de liquidação física ou financeira e contra a obrigação de pagamento de um prémio. Os *swaps*, que serão objecto do presente estudo, são contratos de troca ou permuta financeira pelos quais as partes se obrigam-se ao pagamento periódico, recíproco e futuro de determinada quantia pecuniária calculada com base a fluxos financeiros associados a um activo subjacente.

### **Os Swaps**

Os *swaps* são produtos financeiros que surgiram no fim do século XX, mais especificamente no fim dos anos 70 e início dos anos 80, devido à necessidade de certos intervenientes de alterar o risco da sua situação financeira e a sua exposição às variações do mercado financeiro ou simplesmente pela vontade de especulação. Os *swaps* são, assim como outros produtos derivados financeiros que existem, os futuros e as opções, contratos que permitem às suas partes intervenientes gerir o risco das oscilações de mercado a que estão expostos.

A criação deste tipo de produtos financeiros surgiu como consequência do colapso do Sistema Monetário Internacional (SMI) e os Mercados Financeiros que sofreram grandes mutações após a 2ª Grande Guerra Mundial. O SMI tinha como

---

<sup>19</sup> Como exemplos de mercados, *Chicago Mercantile Exchange* nos Estados Unidos da América e *Euronext.Liffe* na Europa.

<sup>20</sup> Estes instrumentos permitem às empresas controlar ou cobrir o risco a que estão expostas através da fixação antecipada do valor pelo qual irão vender ou comprar um activo.

pilares-base o Modelo Padrão-Ouro<sup>21</sup> e a Convertibilidade do USD em ouro e o Regime cambial de paridades fixas. Esta alteração adveio da forte necessidade de financiamento dos Estados Unidos da América (doravante EUA) que levou à criação de moeda de forma desmedida e conseqüentemente a sua desvalorização, o decretamento da inconvertibilidade do Dólar Americano (USD) em ouro e a Grande Crise Petrolífera que afluiu numa forte instabilidade dos câmbios, que antes eram fixos. Todo este cenário culminou num tipo de mercado financeiro instável, oscilante no qual, os seus participantes encontraram-se em situações de incerteza sobre as taxas de juro, de câmbio e do valor das matérias-primas. Ocorre, desta forma, uma adaptação dos produtos derivados utilizados como instrumentos de cobertura de risco em relação às variações do preço dos cereais desde o século XIX, para o mundo financeiro, principalmente para a gestão dos riscos cambiais e das taxas de juro, sem padrão-ouro e se regime de câmbios fixos.

O primeiro *swap* cambial contratualizado na década de 70, teve como participantes o Banco Mundial e a IBM<sup>22</sup> e com a intermediação do *Solomon Brothers* permitindo a esta obter marcos alemães e francos suíços para financiar as suas operações na Alemanha e Suíça sem recorrer directamente aos mercados financeiros dos países. Logo após, ocorreu o primeiro *swap* de taxa de juro, em 1981, em Londres, com a troca de fluxos financeiros indexados a uma taxa variável, LIBOR – *London Interbank Offered Rate*, por fluxos financeiros determinados a uma taxa de juro fixa.

Nos dias de hoje, os swaps são o produto financeiro com o maior peso no seu mercado, representando cerca de 80%, ganharam um lugar inconfundível e mundialmente reconhecido. Segundo o estudo estatístico<sup>23</sup> do Banco de Pagamentos

---

<sup>21</sup> O modelo padrão-ouro significava a adopção de um regime cambial fixo por parte dos grandes países comerciais. Após a Segunda Guerra Mundial, um sistema semelhante ao padrão-ouro e algumas vezes descrito como um "padrão câmbio-ouro" foi estabelecido pelos Acordos de *Bretton Woods*. Sob este sistema, muitos países fixaram suas taxas de câmbio em relação ao dólar dos Estados Unidos.

<sup>22</sup> *International Business Machines*, uma empresa americana que actua na área da informática.

<sup>23</sup> Os resultados encontram-se expressos em dólares americanos (USD) e sobre os volumes diários médios de transacções observados no mês de Abril, em relação a todos os anos que sejam referenciados. Este estudo é realizado com a participação de 53 bancos centrais e autoridades monetárias de vários países, entre eles o Banco de Portugal.

Internacionais (*Bank for International Settlements*) (Anexo I) que foi transposto para Portugal pelo Banco de Portugal<sup>24</sup> através de uma nota de Informação Estatística (Anexo II), o mercado de *Over-the-counter*<sup>25</sup> tinha como valor totalizado dos contratos em activo de \$ 710 milhões de biliões (cerca de € 523 milhões de biliões), antecedido de \$ 693 triliões no final de Junho e \$ 633 triliões no final do ano de 2012. Em comparação com o mercado de valores mobiliários, apesar da diferença da moeda exposta, que totalizou 7.406,3 milhões de euros, podemos afirmar que aquele mercado sendo recente e de maior risco tem um lugar conquistado em termos inquestionáveis.

Os *swaps* como produtos financeiros derivados que são caracterizam-se por serem contratualizados com objectivos específicos, alguns comuns a este tipo de instrumentos financeiros, como cobertura e redução de risco (tal como já referido *hedging*) e a especulação ou e outros próprios, como a redução dos custos de financiamento. São contratos sinalagmáticos e de execução diferida, ajustados caso a caso em razão da vontade das partes, que revestem forma escrita voluntária e remetem para uma padronização mínima, imposta pelos intermediários financeiros que actuam como terceiros cobrando uma comissão por gestão da operação ou como partes, que estatuem um conjunto de condições gerais. Frequentemente, são utilizados modelos padronizados classificados como *master agreements* que enquadram e regulam os diferentes contratos individualizados, e que advêm de organizações internacionais, principalmente da *ISDA – International Swaps Dealers Association*. Esta associação internacional foi criada com o intuito de tornar o mercado de OTC *derivates* mais seguro e eficiente, tem três áreas de desenvolvimento, a redução do risco de crédito das contrapartes, o aumento da transparência e melhorar a infra-estrutura operacional deste mercado de forma a alcançar um mercado financeiro forte e estável e um quadro regulamentar financeiro robusto e realizável.

Os *swaps* subdividem-se num número incontável de tipos, dependente apenas da capacidade de inovação financeira de cada investidor, pelo que serão referidos aqui

---

<sup>24</sup> Os dados informativos de Portugal abrangem um inquérito realizado aos 62 bancos que representam a quase totalidade do sistema bancário nacional.

<sup>25</sup> O Mercado “*Over-the-counter*” (OTC), que é um mercado de balcão, no qual não existe uma regulamentação própria e pré-definida da forma do seu procedimento, sendo baseados na vontade das partes.

apenas os tipos de swaps que mais comuns e de maior relevo. *Interest rate swaps* são *swaps* de juros nos quais as partes negociam a troca de pagamentos da taxa de juro sobre um determinado capital durante um determinado período de tempo. Este tipo de contrato destina-se à permuta do fluxo de juros transformando a exposição a uma taxa de juro fixa na exposição a uma taxa de juro variável, ou vice-versa, denomina-se como *coupon swap*. Se o objectivo for a aplicação a ambas as partes de taxas variáveis definidas em bases distintas são *basis rate swaps*. *Currency swaps* são contratos de divisas, cambiais, nos quais as partes acordam na permuta entre si de quantias pecuniárias expressas em duas moedas diferentes, calculadas mediante a aplicação de uma taxa de câmbio predefinida. Este tipo de contrato pode originar meramente a troca de capital – *simple currency swaps* – ou envolver simultaneamente a troca de juros periódicos, *cross-currency swaps*.

Em face do exposto sobre este produto financeiro derivado é possível ainda acrescentar alguns pontos sumários.

O *swap* é um produto financeiro que tem princípios económicos básicos e estruturados, os quais fundamentam a sua existência e cujas vantagens podem ser extraídas através da Teoria das Vantagens Comparativas<sup>26</sup>, de autoria de David Ricardo<sup>27</sup>. Por aplicação desta Teoria, as partes na contratação deste produto financeiro poderão alcançar ganhos de eficiência pela combinação de esforços entre elas e focalização naquilo que apresentam vantagens relativas, mesmo que uma delas tenha vantagem absoluta em qualquer posição.

Os *swaps* sendo classificados como instrumentos financeiros encontram-se subjugados aos poderes da Comissão de Valores Mobiliários (CMVM) através do Código de Valores Mobiliários, regulamentos por ela emitidos e legislação

---

<sup>26</sup> Segundo esta Teoria, uma relação comercial entre dois países com base em dois produtos, se um dos países tiver vantagem absoluta na produção de ambos os produtos e se o outro país apresentar apenas vantagem relativa na produção de um deles, ambos beneficiariam com a especialização. Cada um produz aquilo que apresenta vantagem relativa e posterior procede à troca de forma a satisfazer as suas necessidades e a fomentar o comércio internacional em benefícios de todos os intervenientes.

<sup>27</sup> David Ricardo (1772-1823) é considerado um dos principais e mais influentes economistas do mundo cuja principal obra denomina-se “Princípios de Economia Política e Tributação”.

complementar. A CMVM tem poderes de supervisão e regulação, nos termos do CVM, art. 352.º e seguintes e do seu Estatuto. Os intermediários financeiros, quando existam e seja qual for a posição que ocupem no contrato, são regulados pelos art. 289.º e seguintes do CVM e do Regulamento da CMV n.º 2/2007, estão sujeitos ao regime de informação dos art. 7.º e 289.º e seguintes, ao regime de informação dos produtos da Instrução da CMVM n.º 3/2013, sujeitos às regras do regime de informação, publicidade e comercialização do Regulamento da CMVM n.º 2/2012, art. 248.º e seguintes do CVM.

Em suma, é certo que hoje os instrumentos derivados são presença constante no que toca à gestão do risco das empresas, uma vez que permitem um certo controlo na subscrição de alavancagem financeira que por vez, abre possibilidades de exploração de oportunidades de investimento e fomento da própria empresa. Estes instrumentos poderão ser sempre usados em termos especulativos e arbitrários mas estando a referir-se a empresas, sejam públicas ou privadas, é necessário um certo cuidado na consideração deste tipo de hipóteses. Os instrumentos financeiros derivados apesar de contribuírem para a dinamização económica e o crescimento das empresas são também contrabalançados por riscos que serão de maior ou menor grau consoante a composição do instrumento em questão, do nível de alavancagem e da conjuntura em que se insere todo este cenário. Entre os vários riscos poderemos encontrar, a separação entre a propriedade jurídica e económica pois permitem a separação da titularidade formal da titularidade material em relação a certos activos que serão subjacentes e objecto deste tipo de instrumentos financeiros, originam situações de *cash-flow* complexas visto que será sempre mais difícil proceder às projecções relativas aos fluxos e disponibilidade de caixa – pagamentos e recebimentos. Estes instrumentos potenciam, ainda, um aumento na extensão das perdas dos investidores e propiciam a ocorrência de risco sistémico. Porém é necessário um certo cuidado na consideração destes riscos porque a sua existência é uma das essências dos derivados mas é uma parte deles controlada e gerível. Por esta razão é que se impõe cada vez mais a necessidade de avaliação do investidor e de quem contratualiza este tipo de produtos financeiros.

## Os intermediários financeiros

Em Portugal, a negociação de instrumentos financeiros é realizada em mercados regulamentados, sistemas de negociação multilateral e por internalização sistemática ou qualquer outra forma organizada determinada e definida por regulamento da CMVM, art. 198.º CVM. Os mercados regulamentados<sup>28</sup> encontram-se previstos no art. 199.º CMVM e obedecem às regras base transpostas do Título III da Directiva 2004/39/CE, do Parlamento e do Conselho, de 21 de Abril (Directiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros – DMIF). São sistemas multilaterais operados e/ou geridos por um operador de mercado que permite a conjugação de interesses de compra e de venda de instrumentos financeiros que culminam em contrato de subscrição de produtos financeiros e funcionam segundo as regras impostas e de acordo com o sistema. Dentro destes mercados encontram-se os valores mobiliários emitidos por empresas e Estados com o intuito de obter financiamento junto dos investidores. Os sistemas de negociação multilateral<sup>29</sup>, art. 200.º CVM, são igualmente espaços que permitem o encontro de interesses relativos à contratação de instrumentos financeiros e funcionam em paralelo com aqueles mercados, de forma a promover a concorrência e a transparência na prestação deste tipo de serviços, reduzir os custos das transacções e criar mecanismos mais exigentes na elaboração de preços e comercialização dos produtos financeiros. Por último, surge a internalização sistemática, art. 201.º CVM, que consiste numa terceira e inovadora via de contratualização de produtos financeiros que actua fora dos mercados e dos sistemas multilaterais e é focado apenas no intermediário financeiro e nas ordens dos clientes, agindo os intermediários por conta própria e de forma contínua e organizada. Este tipo de actuação tem deveres semelhantes aos outros mercados aquando se trate de valores mobiliários, nas restantes contratualizações, existem deveres a serem cumpridos mas não há o nível de imposição e controlo que ocorre em mercados ou sistemas de maiores proporções, art.252.º.

---

<sup>28</sup> Neste momento em Portugal existem como mercados regulamentados – *Eurolist by Euronext Lisbon*, Mercado de Futuros e Opções e Mercado Especial de Dívida Pública.

<sup>29</sup> Em Portugal existe o *PEX, Easynext Lisbon* e Sistema de Negociação Multilateral *Alternext*.

Os intermediários caracterizam-se como empresas ou entidades que prestam serviços aos investidores permitindo-lhes actuar nos mercados de capitais, art. 289.º CVM. Estes agentes constituem-se e actuam segundo determinadas regras, são regulados pelo Código de Valores Mobiliários, arts. 289.º e seguintes e pelo Regulamento da CMVM n.º 2/2007. Os intermediários são instituições de crédito (bancos), art. 293.º, n.º 1, al.a), empresas de investimento em valores mobiliários (sociedades gestoras de patrimónios, sociedades financeiras de corretagem, entre outras), al. b), e sociedades gestoras de instituições de investimento colectivo ou fundos de investimento, al. d) do mesmo artigo referido do CVM. Primariamente, estes “espaços” estão sujeitos a registo, art. 202.º, na CMVM que depende de aprovação do pedido de autorização realizado pela entidade gestora<sup>30</sup> dos mesmos, art. 217.º e 200.º, n.º 2. Com o pedido de registo estas entidades comprovam a titularidade de meios e capacidade para a realização dos serviços a que se propõem como intermediários financeiros, art. 4.º e seguintes do Regulamento.

Os intermediários financeiros prestam específicos serviços aos investidores, art. 290.º CVM, tais como recepção, transmissão e execução de ordens por conta de outrem uma vez que é membro do mercado e apenas sob esta condição poderá actuar neste, art.206.º CVM e gestão de carteiras por conta de outrem que consiste na administração personalizada da carteira de valores mobiliários dos investidores, art. 308.º - C, art. 312.º-D e art. 314.º-A. Além destes, providenciam ainda serviços auxiliares art. 291.º, registo e depósito de valores mobiliários, art. 306.º-A, concessão de crédito para realização de operações de investimento, art. 32.º do Regulamento, e consultoria para investimento em valores mobiliários, art. 294.º CVM e art. 20.º do Regulamento. A actuação destas entidades é realizada segundo certas regras e critérios que permitam proteger os investidores e manter a transparência e o equilíbrio do mercado. Os agentes que neles actuem têm de ser munidos de uma elevada aptidão intelectual, de forma que as entidades alcancem um padrão de serviço e qualidade

---

<sup>30</sup> As entidades gestoras são sociedades registadas na Comissão dos Valores Mobiliários (CMVM), que são reguladas pelo Regulamento da CMVM n.º 4/2007, com as alterações do Regulamento da CMVM n.º 6/2008, e estão sob os poderes e supervisão da CMVM.

rigoroso, garantam a separação de patrimónios delas em relação aos clientes, evitem conflitos de interesses próprios com os dos investidores, art. 309.º CVM e assegurem o tratamento equitativo e transparente de todos os investidores. Os intermediários financeiros na prossecução dos serviços a que se propõem são compelidos a manter os investidores constantemente informados, arts. 312.º e seguintes CVM, a prosseguir os fins a que se propuserem nos contractos que terão celebrado com os investidores e gerir os riscos dos investimentos segundo as características que definiram o investidor, art. 305.º-B e art.314.º.

Em relação a produtos financeiros complexos, tema do presente estudo, estes partilham várias regras e critérios que vigoram sob os instrumentos financeiros de comercialização em mercados regulamentados porém detêm uma regulamentação própria adequada ao tipo de produto que são, Regulamento da CMVM n.º 2/2012. Em qualquer “lugar” de comercialização, nos dias de hoje, ocorre uma crescente participação por parte de particulares não qualificados neste tipo de mercado e por esta razão, há uma crescente necessidade de categorizar os investidores e acautelar situações de risco e desprotecção dos mesmos. Aquando da demonstração de vontade de contratualização por parte de um particular, as entidades comercializadoras são obrigadas a proceder a um inquérito que definirá o tipo de investidor, o nível de risco capaz de suportar tanto em termos financeiros como psicológicos e o nível de compreensão da situação de investimento a que se propõe, art. 28.º do Regulamento, art.314.º e art. 317.º e seguintes CVM e art. 12.º, n.º 1, al.l) do Regulamento CMVM n.º 2/2007. Este teste permitirá aos comercializadores dos produtos definir o nível de risco que poderão alcançar com este investidor, os requisitos que lhe serão impostos para a celebração do contrato de subscrição de produtos financeiros e principalmente, para definir o nível de informação exigível a ser proporcionado ao investidor e a responsabilização do investimento, art. 312.º e seguintes CVM. O investidor quando classificado como não qualificado e o nível de risco enquadrado no seu perfil seja baixo, se pretender manter a intenção de contratualização terá de celebrar um contrato por escrito e assumir a responsabilidade da actuação que intende executar, art. 321.º CVM.

Por último, a informação publicitada, pré-contratual, referente a produtos financeiros complexos deverá ser clara, inequívoca e transparente, art. 6.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2012, composta por advertência de todos os riscos, históricos e índices que caracterizem o produto, art. 11.º a 13.º e está dependente de aprovação da CMVM, art. 23.º. No momento de contratualização, não poderá haver da parte da entidade comercializadora qualquer declaração de exoneração de responsabilidade face à subscrição a ser realizada pelo investidor, art. 17.º do Reg. e após a contratualização, há a assunção de responsabilidade por parte desta entidade de manter o cliente informado de todas as alterações que ocorram eventualmente ou efectivamente no seu contrato, art. 18.º e 19.º e art. 14.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2007.

Em suma, nos dias de hoje, após toda a situação gerada pela alegada falta ou clareza de informação prestada, a regulamentação actual pretende salvaguardar tanto os investidores como os comercializadores de situações iguais em relação às quais a extinção sem consequências é uma hipótese remota. Porém, a negligência por parte das entidades comercializadoras na realização deste tipo de operações seja a nível informativo, seja a nível de disponibilização de produtos culmina na responsabilização destas entidades seja em termos civis e contra-ordenacionais, art. 397.º CVM, art. 46.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2007 e art. 17.º, n.º 1 do Regulamento n.º 2/2012.

## O ESTADO PORTUGUÊS, A SUA CONSTITUIÇÃO E A RELAÇÃO ECONÓMICA INTRÍNSECA

A Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976, com todas as alterações subsequentes, é constituída por várias menções à virtude económica do Estado e as condições que se impõem para o desenvolvimento dessa sua faceta. O seu art. 2º caracteriza a democracia do Estado, numa das suas vertentes, como económica e social, sujeito a várias tarefas fundamentais entre elas, a “*efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais*”, art.9º, al. d).

A “veia” económica do Estado Português não se esgota nas linhas gerais iniciais da CRP, os arts. 80º e seguintes da CRP que explicitam as bases sobre as quais o Estado deve guiar-se e sobre que valores fundamentais deve legislar e limitar a actuação económica. O Estado deve assegurar o desenvolvimento económico, o qual realizar-se-á através da sobreposição do poder político democrático ao poder económico, art. 80º, al. a), uma vez que, aquele irá definir quais serão os objectivos a alcançar e influenciará a gestão dos sectores públicos, privados, cooperativos e sociais, al. b). Existe da parte do Estado a necessidade de coexistência dos vários sectores pois cada um deles irá preencher as várias necessidades sociais e económicas e sendo assim possível conjugar a sua função de produtor<sup>31</sup> e regulador<sup>32</sup>, mas para focar-se nas matérias que considera exclusivas da sua competência, como, terá de descentralizar para o sector privado e criar meios de desenvolvimento do sector cooperativo e social.

Existem autores que consideram a Constituição Portuguesa como uma Constituição económica explícita quando, “*na definição de restrições objectivas ao livre funcionamento do mercado, restrições essas que derivam não só da capacidade do Estado para enquadrar e limitar a actividade económica privada ou para concorrer com ela na produção de bens e serviços, mas também do facto de a Constituição reconhecer e garantir eventuais direitos eventualmente conflituantes com*

---

<sup>31</sup> Função em que o próprio Estado faz de empresário e presta os serviços, vende os produtos e/ou faz a sua distribuição.

<sup>32</sup> Situação em que o Estado supervisiona os sectores, fiscaliza, regula e condiciona as actuações.

*livre funcionamento do mercado como podem sê-lo os direitos dos consumidores ou dos trabalhadores.*”<sup>33</sup>

O sector privado existente no Estado Português tem nos dias de hoje uma importância crescente e inigualável. Foi realizado pelo Estado a necessidade de criar meios de desenvolvimento deste sector uma vez que, o benefício extraível aquando da atribuição das ferramentas essenciais e certas permitir-lhe-á o desenvolvimento de certos sectores a níveis concorrenciais adequados e pelo facto da sua participação nas sociedades do sector privado ser uma realidade cada vez mais consolidada. Não é impeditivo ao Estado criar limites ao sector, em termos concorrenciais e por protecção do consumidor, art. 60º CRP, e ao mesmo tempo, fazer parte dele. A participação do Estado em sociedades do sector privado disponibiliza meios económicos, concebe a possibilidade de uma maior dimensão no mercado e fomenta nos consumidores maior confiança.

### **Caracterização e evolução histórica do conceito de empresa pública**

A figura jurídica da empresa pública, tal como ela é nos dias de hoje, é recente na nossa legislação, na nossa organização política e na mentalidade do Estado Português<sup>34</sup>.

As empresas públicas foram uma realidade banal nas nacionalizações após 11 de Março de 1975. O efeito das nacionalizações dessa época foi o aparecimento de grandes empresas públicas pela fusão de várias empresas pequenas e médias, o controlo por parte do Estado de todas as áreas económicas relevantes e a gestão realizada por regras de direito público e princípios populistas. Até 1989 não houve qualquer retrocesso sobre esta situação, a Constituição da República Portuguesa de 76 impunha a irreversibilidade das nacionalizações, o que vingou até à 2ª Revisão Constitucional de 89 em que se extinguiu o limite e permitiu a posterior regulamentação através da Lei-Quadro das Privatizações, Lei n.º 11/90, de 5 de Abril.

---

<sup>33</sup> DOS SANTOS, António Carlos / GONÇALVES, Maria Eduarda / MARQUES, Maria Manuel Leitão Marques, *Direito Económico*, Almedina, 6ª Ed. Revista e Actualizada, (2011), p. 40.

<sup>34</sup> Introduzida pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro.

Do início dos anos 90 até ao seu término, o sector económico português sofreu inúmeras transformações devido à privatização de grandes empresas compostas na sua totalidade ou em parte por capitais públicos. O processo de privatização iniciava-se com a transformação das empresas públicas em sociedades anónimas que posteriormente procedia à alienação das acções representativas do capital na sua totalidade ou em parte, dependendo da vontade do Estado de supervisão da sociedade, ou por aumento de capital. Porém, a alteração da composição do quadro societário português resultou em vazios legislativos criados por estas novas sociedades comerciais.

Em 17 de Dezembro de 1999, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 558/99, que estabeleceu o regime jurídico do sector empresarial do Estado, as bases gerais do estatuto das empresas públicas e individualiza o sector empresarial regional e municipal, art. 1º e 5º. O sector empresarial regional e municipal foi objecto de dois diplomas próprios Lei n.º 53/F/2006, de 29 de Dezembro e 55/2011, de 15 de Novembro até ao diploma actualmente em vigor Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto. O Decreto-Lei 558/99 (DL) introduziu no sistema jurídico português as tendências da União Europeia sobre o conceito de empresa pública e as regras de concorrência vinculativas ao Estado nas relações com as mesmas.

O conceito de empresa pública foi alargado e embarcou duas definições, que se mantêm até ao momento, empresas constituídas sob a forma de sociedade comercial prevista no Código das Sociedades Comerciais, art. 1º<sup>35</sup>, e entidades públicas empresariais<sup>36</sup> que são pessoas colectivas com carácter empresarial criadas pelo Estado para a prossecução dos seus fins<sup>37</sup>. O direito aplicável começa a ser o direito privado

---

<sup>35</sup> Art.3º do DL nº 558/99, 17 de Dezembro e art. 5º, n.º 1 e art. 13º, n.º 1, al. a) do DL n.º 133/2013, de 03 de Outubro.

<sup>36</sup> Este conceito é nos dias de hoje, o que anteriormente no DL n.º 260/76 de 8 de Abril se designava por empresa pública – “*São empresas públicas as empresas criadas pelo Estado, com capitais próprios ou fornecidos por outras entidades públicas, para a exploração de actividades de natureza económica ou social, de acordo com o planeamento económico nacional, tendo em vista a construção e desenvolvimento de uma sociedade democrática e de uma economia socialista.*”

<sup>37</sup> Art.23º, n.º 1 do DL nº 558/99, 17 de Dezembro e art. 56º do DL n.º 133/2013, de 03 de Outubro.

em tudo o que não esteja definido no Decreto-lei e igualmente o direito laboral, fiscal e as regras da concorrência, art.7º e 8º.

O art. 4º do referido Decreto-Lei, impõe como missão das empresas públicas a prossecução do interesse público de forma eficaz e mantendo o equilíbrio financeiro, “*satisfação das necessidades da colectividade, bem como desenvolver-se segundo parâmetros exigentes de qualidade, economia, eficiência e eficácia, contribuindo igualmente para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do sector público.*”. O critério de resposta às necessidades colectivas é implícito em qualquer actuação por parte do Estado, seja através de empresas públicas ou quaisquer outras entidades descentralizadas do seu poder, como tal é mais uma função do que propriamente uma missão com algo a alcançar, uma vez que, na verdade, é a base de actuação do poder público.

O referido Decreto-Lei foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de Outubro (doravante NRSEP), que estatui novos limites de actuação por parte das empresas públicas e introduz as alterações importadas da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, referente ao sector regional e local. O novo regime do sector empresarial do Estado tem um espírito mais próximo daquele que caracteriza as sociedades comerciais uma vez que define de imediato como objecto social o que for estatuído no acto ou no contrato de constituição da empresa, art.6º “...*actividade económica fixada...*” e o novo regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais utiliza as bases do regime jurídico empresarial do Estado.

O sector empresarial local e regional engloba, as actividades empresariais locais, art. 2.º que se subdividem em serviços municipalizados, art. 8º, e empresas locais, art.19º, e as participações locais, art. 3º. Este sector empresarial tem como princípio primordial a prossecução do interesse público e a viabilidade da gestão de forma indirecta, art. 6º. Mais do que actualmente é exigido no sector empresarial do Estado, o sector regional e local tem de justificar a actuação através destes meios e não de forma directa e coordenar os princípios que são impostos e as necessidades existentes face ao interesse económico. Cada circunscrição regional do país é caracterizada por necessidades próprias, as quais são atribuídas aos municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas por diploma próprio, Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

## CARACTERIZAÇÃO DA GESTÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS

A caracterização da gestão das empresas públicas é um dos pontos mais desenvolvidos desde o início da actividade legislativa sobre o Sistema Empresarial do Estado e sofre inúmeras adaptações, alterações e aditamentos uma vez que se trata de um tema em constante mutação e mais, de contínua evolução. O sector empresarial, seja público ou privado, é composto por agentes que dele fazem parte no sentido de o estruturarem e conduzirem, como os gestores públicos, accionistas e demais órgãos sociais, e de alterarem o seu ambiente e o influenciarem como empresas do mesmo sector de actividade, os *stakeholders*, fornecedores, o Estado como utilizador, e por último os particulares/utentes.

Qualquer sociedade comercial, composta por capitais públicos, ou entidade pública comercial<sup>38</sup> encontra-se subsumida a critérios de gestão pré-definidos por Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março e n.º 70/2008, de 22 de Abril, hoje em dia absorvidos pelo novo DL<sup>39</sup>, ou pelo titular da função accionista, no caso do sector empresarial local, art. 24º do NRSEP. O Decreto-lei n.º 558/99 definia no seu art. 11º os critérios de gestão que foram fomentados pelas Resoluções.

A primeira Resolução do Conselho de Ministros definiu os princípios de boa governação das empresas públicas diferenciando o Estado enquanto titular de participações e as empresas detidas pelo mesmo. Resolução divide os critérios a ser aplicáveis em princípios dirigidos ao Estado, através das suas empresas participadas e princípios às empresas verdadeiramente públicas que são detidas pelo Estado. No primeiro grupo é necessário acautelar o nível de imposições uma vez que estamos perante o Estado apenas como accionistas e por isso, há uma necessidade de conjugação do interesse público que este prossegue com os demais accionistas e os *stakeholders*<sup>40</sup>. Por esta razão, a Resolução apenas é imposta ao Estado, enquanto

---

<sup>38</sup> Pessoas colectivas de direito público de natureza empresarial criadas pelo Estado, art. 23º e seguintes do Decreto-Lei n.º 558/99, 17 de Dezembro.

<sup>39</sup> Denotação esta situação de forma explícita no Capítulo II que inclui do art. 37º ao 54º NRSEP.

<sup>40</sup> Estes caracterizam-se como o grupo de pessoas que estão directamente ligados a uma empresa e que serão beneficiados ou afectados pela actividade da mesma. É necessário que as pessoas ligadas à actividade e assim consideradas se encontrem com o mesmo objectivo que está a ser prosseguido pela empresa.

accionista, nesta situação, para a sujeição da sua actuação a critérios de transparência, enfatizar a necessidade de participação activa do Estado nas Assembleias Gerais de forma a contribuir para a definição das orientações estratégicas e dos objectivos, para criar meios de responsabilização e de fiscalização e avaliação do desempenho dos seus gestores e de respeito pela posição dos accionistas minoritários e, enquanto *stakeholder* para impor a igualdade em termos concorrenciais de tratamento e cumprimento de obrigações. Quando se trate de empresas verdadeiramente públicas, os princípios são impostos de forma vinculativa e por isto, o Estado deverá agir como mais um participante no mercado, em termos concorrenciais, estimular e impor a transparência em todas as suas actuações, respeitar os princípios da responsabilidade social e necessidades colectivas, deverá definir e avaliar *ab initio* os planos de actividade a que se propõe, de forma a alcançar equilíbrio nos seus orçamentos em relação aos recursos que dispõem e às fontes de financiamento que poderá recorrer. A actuação da empresa pública é anualmente avaliada segundo os planos que disponibilizou e se comprometeu no início do período e é obrigada a divulgar todas as transacções e movimentos que realizou para a prossecução da sua missão. Em termos de fiscalização e administração, estes serão adaptados em relação à dimensão e complexidade de cada empresa<sup>41</sup>, exactamente como as empresas privadas, art. 405º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais (CSC), de forma a supervisionar e gerir para protecção de todos os riscos envolventes na actividade exercida e nos investimentos realizados. A Resolução ainda define os critérios de remuneração razoáveis em termos qualitativos, a divulgação da informação relevante sobre a actividade desenvolvida e a forma de desenvolvimento. A segunda Resolução do Conselho de Ministros é mais concretizadora uma vez que, diferencia os níveis que completam o sector empresarial do Estado e define em relação a cada um, os titulares do dever de definição das orientações de gestão e encontra-se directamente reflectida

---

<sup>41</sup> Existem três modelos de estrutura e administração nas sociedades anónimas: 1) “modelo latino” que engloba um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal; 2) “Modelo anglo-saxónico” composto por Conselho de Administração com Comissão de Auditoria e Revisor oficial de contas (ROC); 3) “Modelo germânico” que é o mais complexo e impostos a empresas de grande dimensão que ultrapassem certos limites que é preenchido por Conselho de Administração Executivo, Conselho Geral e Supervisão e ROC, CUNHA, Paulo Olavo, *Direito das Sociedades Comerciais*, 5.ª Ed., Almedina, 2012, p. 696 e ss.

no art. 11º, n.º 2, 3 e 4 do DL. 558/99. É demonstrada, logo *ab initio* na Resolução, a importante distinção dos níveis referidos, “*Orientações estratégicas destinadas à globalidade do sector empresarial do Estado, com vista à gestão das empresas públicas,...*; *Orientações gerais destinadas a um conjunto de empresas públicas do mesmo sector de actividade...*; *Orientações específicas destinadas individualmente às empresas públicas...*”; “. Esta discriminação impõe uma maior consciencialização da composição do Sector Empresarial do Estado (SEE), individualização das necessidades e patamares de organização e divisão de funções. Estatui como princípios gerais a conjugação entre a missão e os objectivos a que as empresas se comprometem e as orientações políticas gerais do Estado, a responsabilização social e o equilíbrio necessário em termos de financiamento e gestão e em termos específicos define critérios inovadores mínimos que devem ser observados na execução da actividade empresarial do Estado como, os “*indicadores financeiros*” que englobam os objectivos financeiros pelo estudo dos níveis de endividamento e do cumprimento ou não das obrigações subjacentes aos financiamentos obtidos e os “*sistemas de informação de controlo de riscos*” que impõem a fiscalização permanente e auditoria das decisões internas.

O DL 558/99 consagrava, nos arts. 18º-A e seguintes, os sistemas de gestão que poderiam ser baseados no Código das Sociedades Comerciais ou definidos pelo Ministro das Finanças e o Ministro do sector de actividade, dependendo da complexidade e dimensão das mesmas, art. 18º-A. Entre os vários órgãos, encontrava-se a comissão de avaliação, art. 18º-F, que observava o cumprimento das orientações de gestão definidas para cada exercício, n.º 1.

O novo Decreto-Lei 133/2013 aumenta o controlo e a fiscalização de todas as obrigações assumidas por empresas públicas. O princípio da transparência financeira ganha uma posição própria no art.16.º e 45.º, o que revela um aumento de preocupação na imposição desta prática na gestão da empresas públicas, possivelmente influenciado por acontecimentos recentes.

As empresas públicas tanto no sector do Estado, como local, vinculavam-se a planos anuais nos quais definem os objectivos a alcançar e as projecções de resultados a obter. Em termos das empresas públicas do Estado, esta vinculação permite controlar os titulares dos órgãos de gestão e administração que gozam de autonomia mas têm de

apresentar relatórios e são avaliados segundo a concretização daquilo a que se propuseram. O sector local, por outro lado, impõe a gestão segundo as necessidades gerais e o desenvolvimento local mas em articulação com os objectivos prosseguidos pelas entidades públicas participantes, art. 31º Lei n.º 50/2012.

## **CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS**

Considerando a legislação em vigor antes do novo Decreto-Lei, as empresas públicas tinham como objectivo principal a satisfação das necessidades colectivas através da utilização dos recursos financeiros disponibilizados pelo Estado de forma eficiente. A actual legislação coloca como objectivo central do sector do Estado a prossecução da actividade económica fixada, art. 6º NRSEP e do sector local a resposta às necessidades colectivas, o desenvolvimento de actividade de interesse geral e o fomento local e regional, art. 6º e 20º da Lei 50/2012.

A gestão de recursos financeiros é uma tarefa que requer a absorção e o cálculo de diversas variantes tendo como finalidade constante e primordial a eficiência na geração de fluxos financeiros capazes de enfrentar os custos associados e que permitam investimentos futuros. Considerando o tema aqui presente, as empresas públicas são criadas com o objectivo superior de satisfação das necessidades colectivas, tal como exposto supra, mas não perdem a essência de sociedades comerciais da geração de fluxos financeiros. Todavia, nem sempre os resultados obtidos permitem enfrentar as obrigações assumidas ou a realização dos investimentos que possibilitarão o fomento da actividade da empresa. Desta forma, aparece a subcapitalização.

A subcapitalização caracteriza-se por insuficiência de capitais ou meios financeiros para a prossecução dos objectivos definidos pela empresa ou para o investimento em actividades extraordinárias ao objecto da empresa. Desta situação decorre a necessidade de recorrer ao financiamento. O financiamento por parte das sociedades comerciais e das entidades públicas tem inúmeras formas que tanto são comuns, como exclusivas de um género comercial.

O financiamento das sociedades comerciais, tem como meios exclusivos, a realização através de:

a) Contrato de suprimento<sup>42</sup>, art. 243º Código das Sociedades Comerciais (doravante CSC), numa das suas vertentes<sup>43</sup>, consiste num acordo de empréstimo ou mútuo<sup>44</sup> por parte dos sócios com a sociedade de carácter permanente<sup>45</sup>. Este meio de financiamento é realizado tanto em sociedades por quotas, como nas sociedades anónimas. Nas sociedades por quotas esta situação ocorre com mais frequência devido ao espírito de maior proximidade entre a sociedade e os seus sócios, típico deste tipo societário e de maior facilidade de estipulação prévia, como obrigação, e identificação do titular, no contrato da sociedade. Nas sociedades anónimas, apenas aquando de acções nominativas é possível vincular os accionistas pois consegue-se identificar o titular da obrigação, no caso de acções ao portador terá de ser uma obrigação realizada voluntariamente pelos accionistas e sempre sob o princípio da igualdade de tratamento pelo que a prestação deste tipo de obrigação terá de ser proporcional à participação detida pelo sócio. O regime do contrato de suprimento poderá ser definido previamente estipulando a sua eventual onerosidade e o prazo para o seu reembolso, no caso de não definição de prazo, este pode ser fixado judicialmente, art. 245º, n.º 1 CSC e art. 777º, n.º 2 Código Civil, tendo como critério a capacidade financeira da sociedade. Este tipo de financiamento é vantajoso para a sociedade uma vez que existe uma relação de interesse por parte do mutuante/credor que permite racionalizar a exigência do reembolso, porém para o próprio sócio ou accionista tem a desvantagem de ser um crédito situado hierarquicamente abaixo dos créditos de terceiros aquando de reembolso em situações de falência ou dissolução, art. 245º, n.º 3, al. a) CSC e não podem ser prestadas garantias reais, n.º 6 do mesmo artigo;

---

<sup>42</sup> Art. 209º, 210º, 244º CSC.

<sup>43</sup> O contrato de suprimento poderá ainda consistir num acordo entre o sócio e a sociedade em que se difere por um prazo superior a um ano, créditos que aquele tenha sobre esta, art. 243º, 1 n.º 1, 1ª parte.

<sup>44</sup> Pode ser em dinheiro ou bens fungíveis.

<sup>45</sup> Consideração por um período temporal superior a um ano, art. 243º, n.º 2 CSC

b) Prestações suplementares de capital sem remuneração, de forma a reforçar o capital investido. Este tipo de prestações tem de estar previamente estipulado no contrato da sociedade e é livremente admissível nas sociedades por quotas, art. 210º a 213º CSC, nas sociedades anónimas apenas em caso de acções nominativas e tem limitações no regime aplicável. Esta situação é mais uma vez, vantajosa para a sociedade por ser quem é a realizar a prestação, por não ser onerosa, art. 210º, n.º 5 CSC, e por integrar como capital próprio da sociedade, o que impõe inúmeras limitações na sua restituição<sup>46</sup>, art. 213º CSC;

c) Obrigações acessórias, que se encontram previstas nos arts. 209º e 287º e devem estar definidas no contrato de sociedade. Podem consistir em empréstimos e mútuos, podem ser onerosas ou gratuitas e no caso das sociedades anónimas a onerosidade não pode exceder o valor da prestação. Este tipo de obrigação tem as mesmas vantagens que os dois pontos precedentes e as limitações das prestações suplementares;

d) Obrigações que são valores mobiliários, art. 1º, n.º 1, al. b) Código dos Valores Mobiliários (CVM) e art. 348º CSC, caracterizados como instrumentos financeiros negociáveis emitidos com um valor nominal que geram um empréstimo e uma obrigação por parte de quem as emite, em relação aos investidores, tornando-se estes credores da sociedade. As obrigações têm diversas modalidades, art. 360º CSC, que poderão consistir em maiores ou menores encargos para a sociedade emissora. A opção por esta via de financiamento tem a vantagem de poder representar para a sociedade o alcance de um valor elevado de capital com a possibilidade de escolha da forma da sua retribuição e o período de tempo dentro do qual a sociedade terá de recuperar o valor para o seu reembolso, a sua maturidade.

e) Títulos de participação, art. 1.º, al. c) CVM são títulos representativos de endividamento por parte de empresas públicas e sociedades anónimas pertencentes maioritariamente ao Estado (de uma forma directa ou indirecta) que se destinam à angariação de capitais para fazer satisfazer a

---

<sup>46</sup> Diferentemente do contrato de suprimento em que a sociedade poderá contrair empréstimos bancários para cumprir a obrigação assumida aquando do momento da restituição, as prestações suplementares apenas serão restituídas após deliberação e caso a sociedade tenha liquidez financeira.

necessidade de fundos. São títulos de carácter de longo prazo e com possibilidade de conversão em capital e com limitadas condições de reembolso – só podem ser reembolsados em caso de liquidação da empresa, circunstância que lhes confere uma natureza análoga à das acções, ou decorridos dez anos, se a entidade emitente assim o decidir, e nos termos definidos aquando da sua emissão. Estes títulos conferem o direito a uma remuneração anual composta por uma parte fixa, independente dos resultados da entidade emitente, e por uma parte variável, dependente daqueles resultados. Todavia no caso de privatização da empresa emitente os títulos de participação emitidos mantêm a sua natureza, e por isto podem ocorrer situações de títulos de participação pertencerem a empresas privadas.

Como formas de financiamento comum às sociedades comerciais e às entidades públicas empresariais encontramos:

a. Empréstimos através da banca, que pedem garantias elevadas nos valores que concedem, no caso das sociedades por quotas exigem garantias dos sócios. A opção por esta via de financiamento está sujeita a controlo por parte do Tribunal de Contas e da Inspecção-Geral de Finanças, art. 26º e art.65º NRSEP e art. 17.º e 41.º Lei 50/2012, e sob o princípio da transparência financeira, art. 16º NRSEE e art. 43.º Lei sector empresarial local. A maioria das empresas prefere contrair empréstimos, apesar dos juros e o prémio de risco implícito que poderá aumentá-los, do que os próprios titulares de participações arriscarem com dinheiro próprio, quando a isso não estão vinculados.

b. Aumento de capital, art.87º CSC, pode ser através de acréscimo de valores disponíveis para a sociedade art.89º, ou por incorporação de reservas, art. 91º. O aumento de capital por entradas em dinheiro é que se considera o verdadeiro financiamento da sociedade em que os sócios e accionistas têm direito de preferência e exercem de forma proporcional às suas participações, art. 266º e 458º CSC. Nas entidades públicas o regime de aumento de capital é definido nos estatutos, art. 59º, n.º 2 NRSEP. Este meio, nos dias de hoje, principalmente em relação às sociedades anónimas, tem-se tornado recorrente uma vez que, os outros meios de financiamento, como os

empréstimos bancários, têm restrições e imposições cada vez maiores e as necessidades de financiamento mantêm-se.

O sector empresarial do Estado está sujeito a princípios de boa governação e às orientações estratégicas que são definidas ao nível da função política do Governo, como tal, estes princípios são concretizadores, inclusivamente, do nível de risco que poderá ser assumido dentro de cada empresa deste sector. O endividamento é objecto de um artigo próprio no novo Decreto-Lei 133/2013, art. 27.º e segundo critérios definidos e compulsivos generalizados no art.29.º, porém no diploma anterior, este tema era enquadrado nos poderes atribuídos a terminados órgãos seja em termos de realização, como de controlo, art. 11.º, n.º 3, art. 12.º, art. 13.º, n.º 1, al. c), f), n.º 2, art. 18.º-E, n.º 1, al. f) e art.29.º, n.º 2, al. a) do DL n.º 558/99. Em relação ao sector empresarial local, ao qual é aplicável a Lei n.º 50/2012, este é sujeito a um controlo, supostamente, mais próximo e efectivo uma vez que são entidades de dimensão menor, tuteladas directamente pelas outras entidades do Estado participantes e perante as quais têm deveres de prestação de informações regulares. Os empréstimos, dentro deste sector, são realizados segundo as regras do respectivo município, art. 17.º Lei n.º 50/2012, o endividamento é considerado para os limites instituídos em relação às suas entidades públicas participantes em caso de incumprimento do equilíbrio de contas e estas entidades que não lhes podem conceder empréstimos. O controlo do “endividamento local” é previamente realizado pelo fiscal único, art. 25.º, n.º 6, al. a) e contemporaneamente pelo titular da função accionista<sup>47</sup> que deverá adoptar todas as medidas e regras necessárias à contínua prossecução do interesse destas entidades e manter as contas a níveis de equilíbrio que permitam cumprir com as obrigações financeiras assumidas e desenvolver a actividade subjacente, art. 65.º, n.º 3 e 4 do NRSEP e posteriormente pela Inspecção Geral de Finanças, art. 39.º Lei sector empresarial local.

---

<sup>47</sup> A função accionista no sector local é desempenhada pelos órgãos executivos, art. 62.º NRSEP. Compete ao órgão executivo da entidade pública participante designar o representante desta na Assembleia Geral da respectiva empresa, art. 26.º Lei 50/2012.

## **INVESTIMENTOS DERIVADOS FINANCEIROS NAS EMPRESAS PÚBLICAS**

O que é necessário questionar, neste ponto do estudo, é se a contratualização de produtos financeiros derivados é uma forma de gestão admissível e enquadrável nos parâmetros impostos à governação das empresas públicas. No seguimento do que já foi explicado anteriormente, existem três razões para a utilização deste tipo de produtos financeiros e no caso das empresas, por norma, o seu objectivo é o controlo do risco ou a melhoria das condições de financiamento. A contratualização de produtos financeiros derivados por parte de empresas públicas não deverá ser encarada como algo inconsciente ou fora das competências de gestão das empresas, é uma prática comum e diária das sociedades comerciais privadas em Portugal.

O decreto-lei anterior, n.º 558/99, não definia explicitamente os critérios para a contratualização de produtos financeiros derivados todavia, as normas definidas no diploma em termos de gestão e administração das empresas públicas permitiam o enquadramento destas situações. Porém, este modo de aplicação de critérios era ambíguo e subjectivo uma vez que estava sujeito à interpretação de cada interveniente e deste modo, criava-se a possibilidade de aparecimento de situações inadmissíveis.

Nos dias de hoje, o novo diploma DL n.º 133/2013, regula directamente a contratualização de produtos financeiros derivados e diferencia as empresas públicas que foram integradas no sector institucional das administrações públicas, nos termos do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (Anexo III), das empresas públicas “comuns”. A diferenciação tem como consequência que, a gestão das carteiras de produtos financeiros das empresas reclassificadas será transferida por completo e para exclusiva administração da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP, E.P.E), art. 72.º enquanto, as empresas públicas não financeiras e integradas regularmente no sector empresarial do Estado serão apenas obrigadas a requerer parecer prévio da mesma entidade e a vincular-se ao mesmo, art. 29.º, n.º 4 e 7. O presente diploma criou uma nova entidade denominada de Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial, art. 68.º, que tem como principal função acompanhar e apoiar o membro do Governo responsável pela área das finanças, encarregue da função accionista, permitindo uma fiscalização mais

detalhada e de maior frequência para evitar desequilíbrios e instabilidades financeiras e permitir às empresas do sector empresarial do Estado, seja geral ou local, cumprirem com as obrigações financeiras assumidas.

Em termos reais, empresas públicas como o Metropolitano de Lisboa, E.P.E apresentam investimentos em produtos financeiros derivados nos seus Relatórios e Contas de 2012. O Metropolitano contratualizou *swaps* de taxas de juro sobre os seus investimentos em infra-estruturas de longa duração, página 107 e 108 do Relatório, com o objectivo de cobrir o risco da variação das taxas de juro, no seu Relatório e Contas avaliou o valor dos contratos *swaps* celebrados através entidade independente, pág. 114, e por ter sido reclassificada enquanto empresa e a gestão destes produtos entregues à IGCP - E.P.E, foram realizadas operações de cancelamento de contratos de derivados financeiros que não eram equilibrados, nem justificados, pág. 130 e 131, (Anexo IV).

## CONCLUSÃO

Face ao estudo aqui apresentado é possível a subtracção de certas conclusões e a adopção de determinadas posições.

O sector empresarial do Estado é um ramo de constante mutação e que enfrentará sempre necessidades de alteração legislativa e adaptação ao mundo exterior, não sendo assim passível de uma definição rígida e de imposição de regras perpétuas. A aplicação do direito privado a este sector, principalmente o direito comercial e das sociedades comerciais, foi das principais evoluções a registar uma vez que permitiu uniformizar o mundo empresarial e as relações nele existentes. Desta forma, as empresas públicas conseguiram alcançar um estatuto igualitário às demais empresas privadas e com estas competir directamente por resultados e objectivos financeiros e económicos. Obviamente que esta vantagem carregou com ela problemas como a necessidade de transparência financeira, o controlo e a fiscalização exigidos para permitirem o equilíbrio das contas e evitar o desvio de fundos para fins privados dos accionistas, entre outros. Todos estes problemas foram e têm vindo a ser solucionados ao longo do tempo e o legislador tem tentado dar respostas a todas as situações negativas que circulam em redor do mundo empresarial, no qual o sector empresarial do Estado foi inserido.

A contratualização de produtos financeiros derivados é um acto banal dentro do mundo empresarial porém, tal como referido supra, é necessário perceber que o sector empresarial do Estado não se encontrava adaptado para enfrentar este tipo de produtos aliciantes. Uma vez que se trata de um sector que entra em contacto com fundos públicos resultantes dos contribuintes é preciso uma maior prevenção de resultados negativos e uma justificação razoável para este tipo de investimento. Não parece que surja qualquer razão para impedir por completo este género de investimento, é necessário apenas um estudo prévio, a construção de argumentação para justificar este processo financeiro e posteriormente controlar a evolução e o equilíbrio tanto dos produtos como dos resultados das empresas públicas investidoras.

É necessário apenas considerar um pormenor que não é regulado por diploma legal mas que deve ser um critério a considerar aquando da realização do parecer

prévio neste tipo de investimentos, o tipo de produto financeiro, o contrato e a situação financeira que serve de base ao mesmo. Não parece que seja razoável o investimento por parte das empresas públicas em produtos financeiros que em nada se relacionem com o seu objecto social, ou melhor, que não permitam à própria empresa a concretização de uma posição relativamente mais vantajosa àquela que detinha anteriormente. Como referido anteriormente, os *swaps* permitem o aperfeiçoamento de uma posição financeira da empresa, como nos *swaps* de taxas de juro ou de câmbio, o que não deve ser admissível é o investimento para especulação. O problema e a imagem negativa gerada em torno deste tipo de produtos e a intervenção das empresas públicas adveio, precisamente, de muitos investimentos serem especulativos, o que obviamente irá contra os critérios de boa governação, gestão e administração das empresas públicas.

Por último, surge a questão se os intervenientes neste tipo de contratualização, gestores públicos e intermediários financeiros, devem ser responsabilizados quando através das suas competências alcançam e celebram contractos que vão contra a essência da utilização dos *swaps* pelas empresas públicas. Os gestores públicos têm de ser pessoas idóneas e capazes acrescidas de conhecimentos específicos que lhes permitirão compreender o mundo da administração e gestão que existe nas empresas públicas e os intermediários financeiros deverão ser igualmente idóneos e capazes que tenham como principal objectivo a clarificação da informação sobre quaisquer produtos que comercializem. A união destes dois intervenientes deverá gerar para ambas as partes um contrato totalmente esclarecido, claro e que dele resulte uma vantagem relativa para a empresa pública caso contrário, o gestor público não deverá prosseguir na celebração do contrato.

Em suma, as empresas públicas encontram-se numa posição de concorrência directa com as empresas privadas, são administradas segundo princípios semelhantes mas acompanhados de interesses colectivos e devem respeitar limites financeiros e económicos. A celebração de contratos sobre produtos derivados financeiros é uma realidade que poderá acarretar benefícios para as empresas públicas e contribuir para resultados positivos e equilibrados, sendo apenas necessário a observação

pormenorizada e rigorosa do produto que se pretende contratar e a fiscalização contínua e exigente dos contratos celebrados por parte das entidades de supervisão.

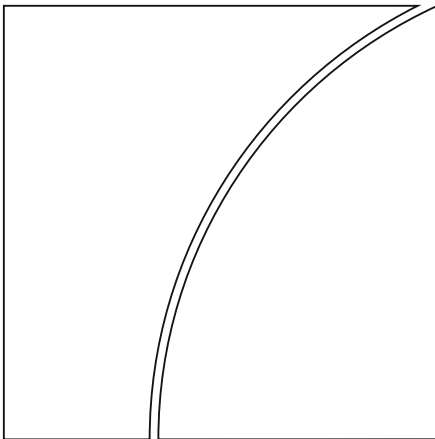
## BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, José A. Engrácia, *Os Derivados*, Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários, n.º 30, Agosto, 2008
- ASCENSÃO, José de Oliveira, *As acções*, Direito dos Valores Mobiliários, Vol. II, Coimbra Editora, 2000
- CUNHA, Paulo Olavo, *Direito das Sociedades Comerciais*, 5.ª Ed., Almedina, 2012
- DE MACEDO, José Braga, *Mercado monetário e de valores mobiliários: Relações de dependência à escala mundial*, Direito dos Valores Mobiliários, Vol. II, Coimbra Editora, 2000
- DOS SANTOS, António Carlos / GONÇALVES, Maria Eduarda / MARQUES, Maria Manuel Leitão Marques, *Direito Económico*, Almedina, 6ª Ed. Revista e Actualizada, (2011)
- ESTEVES, João Cantiga, *Contratos de Swaps Revisitados*, Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários, n.º 44, Abril, 2013
- GONZALEZ, Pedro Boullosa, *Interest Rate Swaps: Perspectiva Jurídica*, Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários, n.º 44, Abril, 2013
- LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Actividades de intermediação e responsabilidade dos intermediários financeiros*, Direito dos Valores Mobiliários, Vol. II, Coimbra Editora, 2000
- MOURATO, Helder M., *Swap de Taxa de Juro: A Primeira Jurisprudência*, Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários, n.º 44, Abril, 2013
- NUNES, Fernando Conceição, *Os intermediários financeiros*, Direito dos Valores Mobiliários, Vol. II, Coimbra Editora, 2000
- Banco de Portugal: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/SistemaEuropeudeBancosCentrais/BCE/Comunicados/Paginas/combce20130718.aspx>
- Banco Portugal: <http://www.bportugal.pt/pt-pt/glossarios/paginas/glossario.aspx?letter=T>
- Bank for International Settlements: <http://www.bis.org/>
- Comissão dos Valores Mobiliários: <http://www.cmvm.pt/CMVM/Publicacoes/Brochuras/Documents/Informacao%20que%20deve%20ser%20prestada%20sobre%20Instrumentos%20Financeiros.pdf>

- Comissão dos Valores Mobiliários:  
[http://www.cmvm.pt/CMVM/Recomendacao/Recomendacoes/Documents/Gloss%C3%A1rio\\_300611%20\(2\).pdf](http://www.cmvm.pt/CMVM/Recomendacao/Recomendacoes/Documents/Gloss%C3%A1rio_300611%20(2).pdf)
- Comissão dos Valores Mobiliários:  
<http://www.cmvm.pt/CMVM/Estatisticas/Indicadores%20Fundos/Pages/Dezembro2013.aspx>
- Instituto Nacional de Estatística: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)
- International Swaps and Derivatives Association, Inc.: <http://www2.isda.org/about-isda/>



BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS



## **Statistical release**

# OTC derivatives statistics at end-December 2013

Monetary and Economic Department

May 2014

Queries concerning this release may be directed to [statistics@bis.org](mailto:statistics@bis.org).

This publication is available on the BIS website ([www.bis.org](http://www.bis.org)).

© *Bank for International Settlements 2014. All rights reserved. Brief excerpts may be reproduced or translated provided the source is stated.*

## 1. OTC derivatives statistics at end-December 2013

Highlights from the latest BIS semiannual survey of over-the-counter derivatives markets:

- OTC derivatives markets continued to expand in the second half of 2013. The notional amount of outstanding contracts totalled \$710 trillion at end-2013, up from \$693 trillion at end-June 2013 and \$633 trillion at end-2012.
- Even as notional amounts rose, the gross market value of outstanding OTC derivatives declined to \$19 trillion at end-2013, from \$20 trillion at end-June 2013 and \$25 trillion at end-2012. The decline was driven by interest rate derivatives and, in particular, by a narrowing between market interest rates on the reporting date and the rates prevailing at the inception of the contracts.
- In credit default swap (CDS) markets, central clearing and netting made further inroads. Contracts with central counterparties accounted for 26% of notional CDS outstanding at end-2013. Bilateral netting agreements reduced the net market value of outstanding CDS contracts, which provide a measure of exposure to counterparty credit risk, to 21% of their gross market value.

Recent developments in OTC derivatives markets are summarised in Section 2 (pp 2–7). The methodology for compiling the OTC derivatives statistics is explained in Section 3 (pp 8–14), and tables with the latest data are presented in Section 4 (pp 15–26). Additional data, including time series, are available on the BIS website ([www.bis.org/statistics/derdetailed.htm](http://www.bis.org/statistics/derdetailed.htm)).

The OTC derivatives statistics at end-June 2014 will be released on or before 15 November 2014 ([www.bis.org/statistics/relical.htm](http://www.bis.org/statistics/relical.htm)).

## 2. Recent developments in OTC derivatives markets

The over-the-counter derivatives market continued to expand in the second half of 2013. The notional amount of outstanding OTC derivatives contracts, which determines contractual payments and is an indicator of activity in OTC derivatives markets, totalled \$710 trillion at end-December 2013 (Table 1). This compares with \$693 trillion at end-June 2013 and \$633 trillion at end-2012 (Graph 1, left-hand panel). Adjusted for exchange rate movements, notional amounts at end-2013 were about 1% higher than at end-June 2013 and 13% higher than at end-2012.<sup>1</sup>

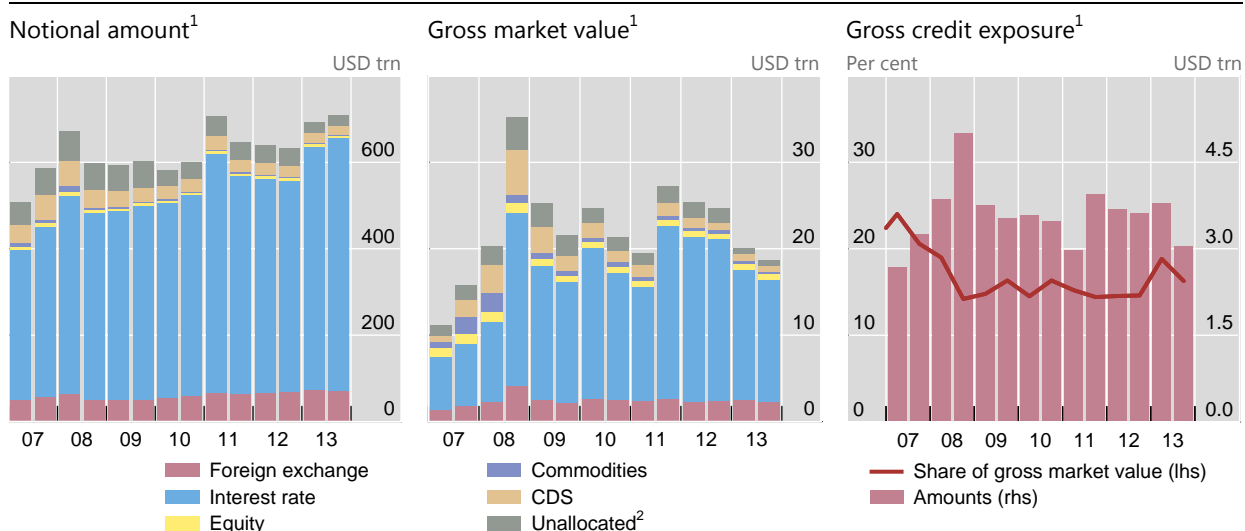
Notwithstanding the increase in notional amounts, the market value of outstanding derivatives contracts declined, based on market prices at end-December 2013. The gross market value of all contracts – that is, the cost of replacing all outstanding contracts at market prices prevailing on the reporting date – stood at \$19 trillion at end-December 2013. This is down from \$20 trillion at end-June 2013 and \$25 trillion at end-2012 (Graph 1, centre panel).

The gross market value represents the maximum loss that market participants would incur if all counterparties failed to meet their contractual payments and the contracts could be replaced at current market prices.<sup>2</sup> Market participants can reduce their exposure to counterparty credit risk through netting agreements and collateral. Gross credit exposures adjust gross market values for legally

### Global OTC derivatives market

Outstanding positions, by data type and risk category

Graph 1



<sup>1</sup> For definitions, see the explanatory notes in Section 3. <sup>2</sup> Outstanding OTC derivatives positions of dealers that do not participate in the BIS's semiannual survey. Estimated by the BIS based on the Triennial Survey of foreign exchange and derivatives activity.

Source: BIS OTC derivatives statistics.

<sup>1</sup> The appreciation of the euro and pound sterling against the US dollar between end-June 2013 and end-December 2013 resulted in an increase in the US dollar value of outstanding contracts denominated in euros and sterling. Conversely, the depreciation of the Japanese yen against the US dollar resulted in a decline in the US dollar value of yen-denominated contracts.

<sup>2</sup> The gross market value is calculated as the sum of the absolute value of gross positive market values and gross negative market values. The gross positive market value is the gain to derivatives dealers – and the gross negative market value the loss – if the dealers were to sell their outstanding contracts at market prices prevailing on the reporting date.

enforceable bilateral netting agreements but do not take account of collateral. Gross credit exposures equalled \$3.0 trillion at end-December 2013, down from \$3.8 trillion at end-June 2013 (Graph 1, right-hand panel). This represented 16.3% of gross market values at end-December 2013, which was a bit higher than the 2009–12 average of 15.1%.

## Interest rate derivatives

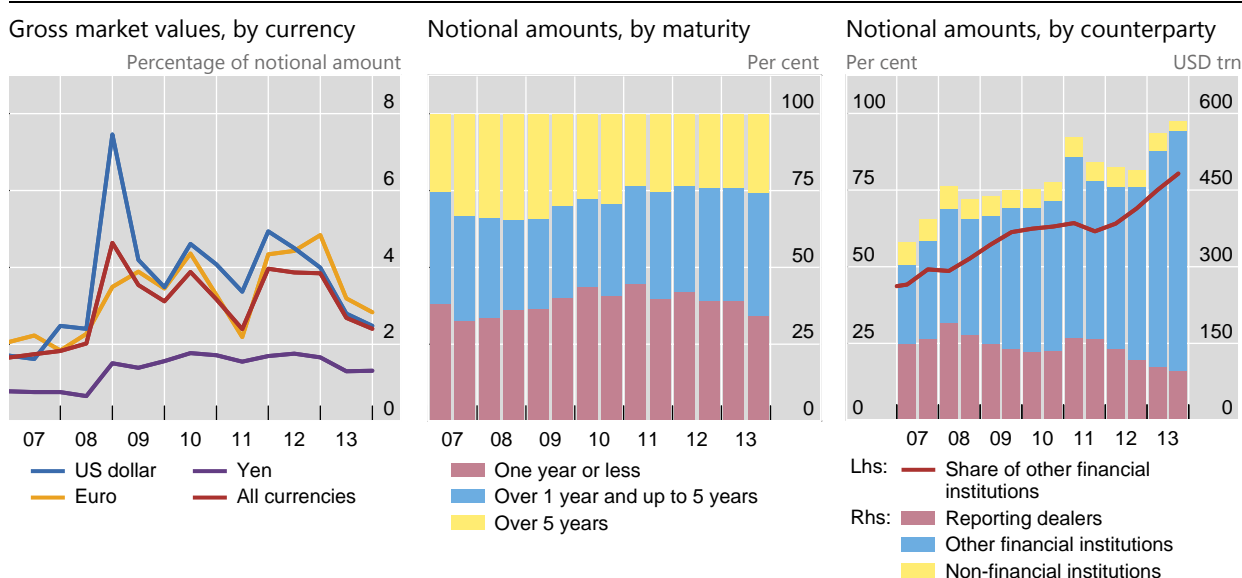
The interest rate segment accounts for the majority of OTC derivatives activity. For single currency interest rate derivatives at end-December 2013, the notional amount of outstanding contracts totalled \$584 trillion, which represented 82% of the global OTC derivatives market (Table 3). At \$461 trillion, swaps account for by far the largest share of outstanding interest rate derivatives.

The recent trend in the global market of increasing notional amounts but declining market values was driven by developments in the interest rate segment. Even as notional amounts rose, the gross market value of interest rate derivatives declined to \$14 trillion at end-2013, from \$15 trillion at end-June 2013 and its most recent peak of \$20 trillion at end-2011. Such declines were reported for interest rate derivatives denominated in most of the major currencies (Graph 2, left panel). Long-term bond yields and swap rates in these currencies rose in mid-2013 after announcements in May that the US Federal Reserve envisaged phasing out quantitative easing.<sup>3</sup> The decline in the gross market value of interest rate derivatives over this period suggests that the bond market sell-off narrowed the gap between market interest rates on the reporting date and the rates prevailing at contract inception.<sup>4</sup>

Increases in the notional amount of interest rate derivatives were concentrated in the medium- and long-term segments. The notional amount of contracts with a remaining maturity of one to five years rose to \$234 trillion at end-2013 from \$180 trillion one year earlier, or to 40% of all

OTC interest rate derivatives

Graph 2



Source: BIS OTC derivatives statistics.

<sup>3</sup> See BIS, "Markets precipitate tightening", *BIS Quarterly Review*, September 2013, pp 1–11, [www.bis.org/publ/qtrpdf/r\\_qt1309a.htm](http://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt1309a.htm).

<sup>4</sup> At the inception of an interest rate swap contract, the market value is zero, ie the expected value of fixed interest rate cash flows over the life of the swap is equal to the expected value of floating interest rate cash flows.

maturities outstanding from 37% (Graph 2, centre panel). The notional amount of contracts with a remaining maturity greater than five years rose to \$152 trillion from \$119 trillion over the same period, or to 26% of all maturities from 24%. The increased activity in the medium- and long-term segments may have reflected investors' changing expectations about the persistence of low policy rates and large-scale asset purchases by central banks over the medium term.<sup>5</sup>

The distribution of interest rate derivatives by counterparties points to a continued shift in activity towards financial institutions other than dealers, including central counterparties (CCPs). The notional amount of interest rate contracts between derivatives dealers has been falling steadily since 2011, to \$96 trillion at end-2013 compared with the (post-2008) peak of \$159 trillion at end-June 2011 (Graph 2, right-hand panel). Contracts between dealers and other financial institutions stood at \$470 trillion at end-2013, or 80% of all contracts, up from \$355 trillion, or 64%, at end-June 2011. The shift towards central clearing exaggerates the growth in notional amounts for other financial institutions because, when contracts are cleared through CCPs, one trade becomes two outstanding contracts.<sup>6</sup>

The latest data show a sharp drop in the notional amount reported for interest rate contracts with non-financial customers. This drop is explained by a dealer's reclassification of contracts with central counterparties, which it had previously incorrectly reported against non-financial customers but, starting in December 2013, reported against other financial institutions.

Turning to the concentration of derivatives activity among dealers, as of end-December 2013 concentration in many segments had fallen to levels close to or below those reported prior to 2008. Herfindahl indices calculated based on notional amounts provide a measure of how concentrated the market shares of individual dealers are. In most segments of interest rate derivatives markets, concentration rose in 2008–09 and then declined in 2010–11 (Table 9a). As of end-2013, Herfindahl indices for the US dollar and euro interest rate swap (IRS) markets had fallen back almost to 2007 levels, and for yen and Canadian dollar markets to below 2007 levels. However, in the sterling, Swiss franc and Swedish krona IRS markets, concentration remained well above 2007 levels.

## Foreign exchange derivatives

Foreign exchange derivatives make up the second largest segment of the global OTC derivatives market. At end-December 2013, the notional amount of outstanding foreign exchange contracts totalled \$71 trillion, which represented 10% of OTC derivatives activity (Table 2).

The latest data show little change in the instrument composition of foreign exchange derivatives. Forwards and foreign exchange swaps accounted for close to half of the notional amount outstanding (Table 1). However, currency swaps – which typically have a longer maturity than other foreign exchange derivatives and thus are more sensitive to changes in market prices – accounted for the largest proportion of the gross market value.

In contrast to the interest rate derivatives market, in the foreign exchange derivatives market inter-dealer contracts continued to account for nearly as much activity as contracts with other financial institutions. The notional amount of outstanding foreign exchange contracts between reporting dealers totalled \$31 trillion at end-December 2013, and contracts with financial counterparties other than dealers about the same amount. The inter-dealer share has averaged around 43% since 2011, up from less than 40% prior to 2011. Inter-dealer activity is especially significant in the yen and US dollar

<sup>5</sup> See BIS, "Low rates spur credit markets as banks lose ground", *BIS Quarterly Review*, December 2013, pp 1–12, [www.bis.org/publ/qtrpdf/r\\_qt1312a.htm](http://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt1312a.htm).

<sup>6</sup> See N Vause, "Central clearing and OTC derivatives statistics", *BIS Quarterly Review*, June 2011, p 26, [www.bis.org/publ/qtrpdf/r\\_qt1106x.htm](http://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt1106x.htm).

markets, where it accounted for 52% and 47%, respectively, of notional amounts at end-December 2013. Among instruments, inter-dealer activity accounts for a greater share of more complex contracts, such as currency swaps (54% of notional amounts) and options (49%).

While the importance of inter-dealer activity differs in the BIS's two surveys of derivatives activity – the semiannual survey of outstanding positions, on which this release is based, and the Triennial Survey of turnover – this mainly reflected differences in the structure of the surveys. The 2013 Triennial Survey pointed to other financial institutions, including smaller banks, institutional investors and hedge funds, as the main drivers of rising trading volumes in foreign exchange markets.<sup>7</sup> This development appears to reflect trading in simpler instruments with shorter maturities, such as spot and forward transactions. The OTC derivatives statistics on outstanding contracts suggest that the major dealers continue to dominate activity in more complex, longer-term instruments, such as currency swaps. Indeed, in the foreign exchange derivatives market, inter-dealer activity accounted for 58% of notional amounts for contracts with a remaining maturity of more than five years, compared with only 40% of contracts with a maturity of one year or less. In addition, whereas outstanding positions (in the OTC derivatives statistics) are reported by dealers on a globally consolidated basis, turnover data (in the Triennial Survey) are reported by sales desks and include transactions between affiliates of the same reporting institution.

### Credit default swaps

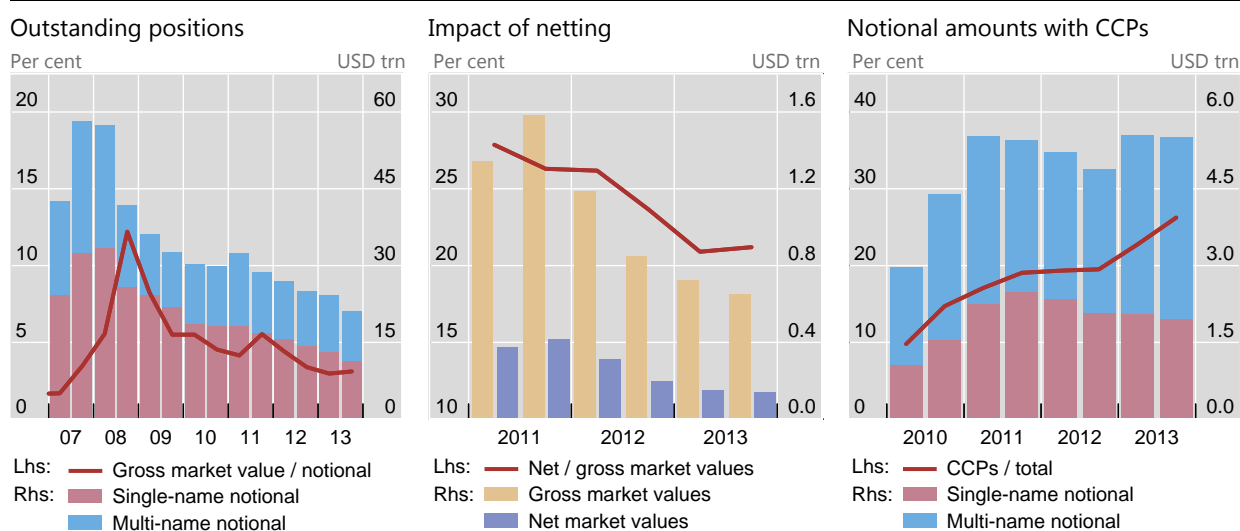
In 2007, credit derivatives had come close to surpassing foreign exchange derivatives as the second largest segment in the global OTC derivatives market, but notional amounts have since declined steadily. Notional amounts of CDS fell to \$21 trillion at end-2013 from \$29 trillion at end-2011 and a peak of \$58 trillion at end-2007 (Graph 3, left-hand panel). The gross market value of CDS fell to \$0.7 trillion at end-2013, from \$1.6 trillion at end-2011 (Graph 3, centre panel). The net market value fell to \$139 billion from \$417 billion over the same period. This net measure takes account of bilateral netting agreements covering CDS contracts but, unlike gross credit exposures, is not adjusted for cross-product netting.

The decline in overall CDS activity was driven mainly by a contraction in inter-dealer activity. The notional amount for contracts between reporting dealers fell to \$11 trillion at end-December 2013 from \$14 trillion at end-2012 (Table 4). Notional amounts with banks and securities firms also fell, to less than \$2 trillion from \$3 trillion over the same period. Trade compression continued to eliminate redundant contracts, although the volume of compressions has slowed from the peaks of 2008–09.<sup>8</sup>

Central clearing made further inroads in the CDS market in 2013. Central clearing is a key element in global regulators' agenda for reforming OTC derivatives markets to reduce systemic risks. The shift towards central clearing had made significant progress in 2010–11, when the share of outstanding contracts cleared through CCPs had risen from less than 10% to 19% (Graph 3, right-hand panel). However, in 2012 progress stalled, with the share stagnating at 19%. Then in 2013 contracts with CCPs rose to account for 26% of all CDS contracts at year-end. The share of CCPs is highest for multi-name products, at 37%, and much lower for single-name products, at 17% (Table 4). Contracts on CDS indices in the multi-name segment tend to be more standardised than those in the single-name segment, which thus makes the former more amenable to central clearing.

<sup>7</sup> See D Rime and A Schrimpf, "The anatomy of the global FX market through the lens of the 2013 Triennial Survey", *BIS Quarterly Review*, December 2013, pp 27–43, [www.bis.org/publ/qtrpdf/r\\_qt1312e.htm](http://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt1312e.htm).

<sup>8</sup> Compression is a process for tearing up trades, which enables economically redundant derivative trades to be terminated early without changing the net position of each participant. For statistics on multilateral compressions of CDS contracts, see TriOptima, [www.trioptima.com/resource-center/statistics/triReduce.html](http://www.trioptima.com/resource-center/statistics/triReduce.html).



Owing in part to the shift towards central clearing, the CDS market has seen an increase in netting. Netting enables market participants to reduce their counterparty exposure by offsetting contracts with negative market values against contracts with positive market values. A comparison of net market values with gross market values indicates the prevalence of legally enforceable bilateral netting agreements. As a result of the increased use of such agreements, net market values as a percentage of gross market values fell to 21% at end-2013 from 24% at end-2012 and 26% at end-2011 (Graph 3, centre panel). The prevalence of netting is greatest for CDS contracts with CCPs and other dealers, where it reduced the ratio of net to gross market values to 9% and 15%, respectively, at end-2013 (Table 4). It is lowest for those with insurance companies (83%) and special purpose vehicles (57%).

The distribution of underlying reference entities indicates that contracts referencing non-financial firms have declined at a somewhat more rapid pace than those referencing other sectors. Outstanding CDS contracts referencing non-financial firms stood at \$7 trillion at end-December 2013, representing 34% of all CDS (Table 7). This is down from 37% at end-2012 and 40% at end-2011 (when this breakdown was first reported). Contracts referencing financial firms stood at \$6 trillion at end-2013, followed by securitised products and multiple sectors at \$5 trillion, and sovereigns at less than \$3 trillion. By rating, contracts referencing investment grade entities equalled \$13 trillion and those referencing lower-rated or unrated entities \$8 trillion (Table 5).

The distribution of outstanding CDS by location of the counterparty showed little change in 2013. The CDS market is very international; CDS with counterparties from the same country in which the dealer is headquartered accounted for only 19% of outstanding contracts at end-2013, or \$4 trillion (Table 8). Most of the foreign counterparties were from Europe, followed by the United States.

### Equity-linked and commodity derivatives

The notional amount of OTC derivatives linked to equities or commodities totalled \$9 trillion at end-December 2013, and the gross market value \$1 trillion (Table 1). Activity in equity-linked contracts declined precipitously in 2008–09 but has since fluctuated around levels similar to the notional amount reported at end-December 2013, \$6.6 trillion.

By contrast, activity in commodity contracts continues to decline. Dealers expanded their commodity derivatives business rapidly between 2004 and 2008 but subsequently scaled back their outstanding positions. The notional amount of outstanding OTC commodity derivatives contracts declined to \$2.2 trillion at end-2013 from \$2.9 trillion at end-2009 and a peak of \$8.5 trillion at end-2007.

### 3. Explanatory notes

#### Participating authorities

Central banks and other authorities in the following 13 jurisdictions participate in the BIS's semiannual survey of OTC derivatives markets:

<b>Australia</b>	Reserve Bank of Australia	<b>Netherlands</b>	Netherlands Bank
<b>Belgium</b>	National Bank of Belgium	<b>Spain</b>	Bank of Spain
<b>Canada</b>	Bank of Canada	<b>Sweden</b>	Sveriges Riksbank
<b>France</b>	Bank of France		Statistics Sweden
<b>Germany</b>	Deutsche Bundesbank	<b>Switzerland</b>	Swiss National Bank
<b>Italy</b>	Bank of Italy	<b>United Kingdom</b>	Bank of England
<b>Japan</b>	Bank of Japan	<b>United States</b>	Board of Governors of the Federal Reserve System

Every three years, central banks and other authorities from an additional 34 jurisdictions participate in the Triennial Central Bank Survey. The latest Triennial Survey took place at end-December 2013; the results are available on the BIS website ([www.bis.org/publ/rpfx13.htm](http://www.bis.org/publ/rpfx13.htm)).

The market share of dealers that participate in the semiannual survey varies across risk categories. It is highest in the credit, equity and interest rate segments (almost 100%, 98% and 97%, respectively, at end-June 2013) and lowest in the commodity and foreign exchange segments (both 90%). Overall, the results of the Triennial Survey indicate that the semiannual survey captures about 96% of global OTC derivatives activity.

#### Reporting basis

Data are reported on a consolidated basis. Data from all branches and (majority-owned) subsidiaries worldwide of a given institution are aggregated and reported by the parent institution to the official authority in the country where the parent institution has its head office. Deals between affiliates (ie branches and subsidiaries) of the same institution are excluded from the reporting.

All data are reported to the BIS in US dollars, with positions in other currencies being converted into US dollars at the exchange rate prevailing at the end of each reporting period.

#### Types of data collected

**Notional amounts outstanding:** Nominal or notional amounts outstanding are defined as the gross nominal or notional value of all deals concluded and not yet settled on the reporting date. For contracts with variable nominal or notional principal amounts, the basis for reporting is the nominal or notional principal amounts at the time of reporting.

Nominal or notional amounts outstanding provide a measure of market size and a reference from which contractual payments are determined in derivatives markets. However, such amounts are generally not those truly at risk. The amounts at risk in derivatives contracts are a function of the price level and/or volatility of the financial reference index used in the determination of contract payments, the duration and liquidity of contracts, and the creditworthiness of counterparties. They are also a function of whether an exchange of notional principal takes place between counterparties.

**Gross market values:** Gross market values are calculated as the sum of the absolute values of all open contracts with either positive or negative replacement values evaluated at market prices prevailing on the reporting date. Thus, the gross positive market value of a dealer's outstanding contracts is the sum of the replacement values of all contracts that are in a current gain position to the reporter at current market prices (and therefore, if they were settled immediately, would represent claims on counterparties). The gross negative market value is the sum of the values of all contracts that have a negative value on the reporting date (ie those that are in a current loss position and therefore, if they were settled immediately, would represent liabilities of the dealer to its counterparties).

The term "gross" indicates that contracts with positive and negative replacement values with the same counterparty are not netted. Nor are the sums of positive and negative contract values within a market risk category such as foreign exchange contracts, interest rate contracts, equities and commodities set off against one another.

Gross market values supply information about the potential scale of market risk in derivatives transactions and of the associated financial risk transfer taking place. Furthermore, gross market value at current market prices provides a measure of economic significance that is readily comparable across markets and products.

**Gross credit exposures:** Gross credit exposures are calculated as gross market values minus amounts netted with the same counterparty across all risk categories under legally enforceable bilateral netting agreements. In other words, the market value of dealers' claims and liabilities are netted when they are claims on and liabilities to the same counterparty and the reporting dealer and the counterparty have a valid, legally enforceable netting agreement. The absolute value of amounts across counterparties is then summed.

Gross credit exposures provide a measure of exposure to counterparty credit risk. However, they do not take collateral into account. Collateral would offset losses should the counterparty default.

**Net market values:** Net market values are calculated in the same way as gross credit exposures, except that netting is restricted to one type of derivative product instead of across all products. In the OTC derivatives statistics, net market values are reported for credit default swaps only.

**Herfindahl index:** The Herfindahl index represents a measure of market concentration and is defined as the sum of the squares of the market shares of each individual institution. It ranges from 0 to 10,000. The more concentrated the market, the higher the measure becomes. If the market is fully concentrated (only one institution), the measure will have the (maximum) value of 10,000.

## Instrument types

**Forward contracts:** Forward contracts represent agreements for the delayed delivery of financial instruments or commodities in which the buyer agrees to purchase and the seller agrees to deliver, at a specified future date, a specified instrument or commodity at a specified price or yield. Forward contracts are generally not traded on organised exchanges and their contractual terms are not standardised. The reporting exercise also includes transactions where only the difference between the contracted forward outright rate and the prevailing spot rate is settled at maturity, such as non-deliverable forwards (ie forwards which do not require physical delivery of a non-convertible currency) and other contracts for differences.

**Swaps:** Swaps are transactions in which two parties agree to exchange payment streams based on a specified notional amount for a specified period. Forward-starting swap contracts are reported as swaps.

**Options:** Option contracts confer either the right or the obligation, depending upon whether the reporting institution is the purchaser or the writer, respectively, to buy or sell a financial instrument or commodity at a specified price up to a specified future date.

**Single-name CDS:** A credit derivative where the reference entity is a single name.

**Multi-name CDS:** A contract where the reference entity is more than one name, as in portfolio or basket CDS or CDS indices. A basket CDS is a CDS where the credit event is the default of some combination of the credits in a specified basket of credits.

**Index products:** Multi-name CDS contracts with constituent reference credits and a fixed coupon that are determined by an administrator such as Markit (which administers the CDX indices and the iTraxx indices). Index products include tranches of CDS indices.

## Definitions for foreign exchange transactions

Outright forward:	Transaction involving the exchange of two currencies at a rate agreed on the date of the contract for value or delivery (cash settlement) at some time in the future (more than two business days later). This category also includes forward foreign exchange agreement (FXA) transactions, non-deliverable forwards and other forward contracts for differences.
Foreign exchange swap:	Transaction involving the actual exchange of two currencies (principal amount only) on a specific date at a rate agreed at the time of the conclusion of the contract (the short leg), and a reverse exchange of the same two currencies at a date further in the future at a rate (generally different from the rate applied to the short leg) agreed at the time of the contract (the long leg). Both spot/forward and forward/forward swaps should be included. Short-term swaps carried out as "tomorrow/next day" transactions should also be included in this category.
Currency swap:	Contract which commits two counterparties to exchange streams of interest payments in different currencies for an agreed period of time and to exchange principal amounts in different currencies at a pre-agreed exchange rate at maturity.
Currency option:	Option contract that gives the right to buy or sell a currency with another currency at a specified exchange rate during a specified period. This category also includes exotic foreign exchange options such as average rate options and barrier options.

## Definitions for single-currency interest rate derivatives

Forward rate agreement (FRA):	Interest rate forward contract in which the rate to be paid or received on a specific obligation for a set period of time, beginning at some time in the future, is determined at contract initiation.
Interest rate swap:	Agreement to exchange periodic payments related to interest rates on a single currency; can be fixed for floating, or floating for floating based on different indices. This group includes those swaps whose notional principal is amortised according to a fixed schedule independent of interest rates.
Interest rate option:	Option contract that gives the right to pay or receive a specific interest rate on a predetermined principal for a set period of time.

## Definitions for equity and stock index derivatives

Equity forward:	Contract to exchange an equity or equity basket at a set price at a future date.
-----------------	--

Equity swap:	Contract in which one or both payments are linked to the performance of equities or an equity index (eg S&P 500). It involves the exchange of one equity or equity index return for another and the exchange of an equity or equity index return for a floating or fixed interest rate.
Equity option:	Option contract that gives the right to deliver or receive a specific equity or equity basket at an agreed price at an agreed time in the future.

## Definitions for commodity derivatives

Commodity forward:	Forward contract to exchange a commodity or commodity index at a set price at a future date.
Commodity swap:	Contract with one or both payments linked to the performance of a commodity price or a commodity index. It involves the exchange of the return on one commodity or commodity index for another and the exchange of a commodity or commodity index for a floating or fixed interest rate.
Commodity option:	Option contract that gives the right to deliver or receive a specific commodity or commodity index at an agreed price at a set date in the future.

Non-plain vanilla products are in principle separated into their plain vanilla components. If this is not feasible, then OTC options take precedence in the instrument classification, so that any product with an embedded option is reported as an OTC option. All other OTC products are reported in the forwards and swaps category.

## Counterparties and elimination of double-counting

Reporting institutions are requested to provide for each instrument in the foreign exchange, interest rate, equity and credit derivatives risk categories a breakdown of contracts by counterparty as follows: reporting dealers, other financial institutions and non-financial customers.

**Reporting dealers:** Institutions whose head office is located in one of the 13 reporting countries (Australia, Belgium, Canada, France, Germany, Italy, Japan, the Netherlands, Spain, Sweden, Switzerland, the United Kingdom and the United States) and which participate in the semiannual OTC derivatives market statistics; in addition, reporting dealers include all branches and subsidiaries of these entities worldwide; "reporting dealers" will mainly be commercial and investment banks and securities houses, including their branches and subsidiaries and other entities that are active dealers.

**Other financial institutions:** Financial institutions not classified as reporting dealers, including central counterparties (CCPs), banks, funds and non-bank financial institutions which may be considered as financial end users (eg mutual funds, pension funds, hedge funds, currency funds, money market funds, building societies, leasing companies, insurance companies and central banks).

In the specific case of credit default swaps, the counterparty item "other financial institutions" is broken further down into the following subcategories:

- Banks and securities firms: smaller commercial banks, investment banks and securities houses that do not participate in the survey.

- CCPs: Entities that interpose themselves between counterparties to contracts traded in one or more financial markets, becoming the buyer to every seller and the seller to every buyer.<sup>9</sup>
- Insurance firms (including pension funds<sup>10</sup>), reinsurance and financial guaranty firms.
- Special purpose vehicles (SPVs), special purpose corporations (SPCs) and special purpose entities (SPEs): Legal entities that are established for the sole purpose of carrying out single transactions, such as in the context of asset securitisation through the issuance of asset-backed and mortgage-backed securities.
- Hedge funds: Mainly unregulated investment funds that typically hold long or short positions in commodity and financial instruments in many different markets according to a predetermined investment strategy and that may be highly leveraged.
- Other financial customers: All remaining financial institutions that are not listed above. In practice, they are mainly mutual funds.

**Non-financial customers:** Any counterparty other than those described above, in practice mainly corporate firms and governments.

### Elimination of double-counting

Double-counting arises because transactions between two reporting entities are recorded by each of them, ie twice. In order to derive meaningful measures of overall market size, it is therefore necessary to halve the data on transactions between reporting dealers. To allow for this, reporters are asked to identify and report separately deals contracted with other reporters. The following methods of adjustment are applied for the three different types of data collected in the survey:

- Notional amounts outstanding: Double-counting is eliminated by deducting half of the amount reported under the counterparty category "reporting dealers".
- Gross market values: The gross negative market value of contracts with other reporting dealers is subtracted from the total gross market value data in order to obtain the adjusted aggregates.
- Gross credit exposures: Similarly to the adjustment performed for gross market values, the gross negative credit exposures, ie liabilities, vis-à-vis other reporting dealers are subtracted from the total gross credit exposures in order to correct the reported aggregates for inter-dealer double-counting.

### Maturities

A breakdown by remaining contract maturity is provided for foreign exchange contracts (including gold), interest rate contracts, equity-linked contracts and CDS notional amounts outstanding, according to the following bands:

- one year or less

<sup>9</sup> The CCPs that currently serve or plan to serve the CDS market are: Eurex Credit Clear, ICE Clear Europe and LCH.Clearnet SA in Europe; CME CMDX and ICE Trust US in North America; and Japan Securities Clearing Corporation and Tokyo Financial Exchange in Japan.

<sup>10</sup> As a general rule, pension funds are included under insurance firms. However, if they do not offer saving schemes involving an element of risk-sharing linked to life expectancy, they are more akin to mutual funds and are therefore included under "other financial customers".

- over one year and up to five years
- over five years

In the case of transactions where the first leg has not come due, the remaining maturity of each leg should be determined as the difference between the reporting date and the settlement or due date, respectively, of the near- and far-end legs of the transaction.

For CDS, the remaining contract maturity is to be determined by the difference between the reporting date and the expiry date for the contract and not by the date of execution of the deal.

## Breakdowns collected for credit default swaps

### *Ratings*

A breakdown by rating is available for CDS. The current rating for any contract is used and not the rating at inception. The categories used are those provided by the major rating companies. If no public ratings are available, reporters have been requested to use their internal ratings.

Data are available for the following rating categories:

- investment grade (AAA–BBB)
- below investment grade (BB and below)
- non-rated.

If a CDS contract refers to a specific underlying reference asset for which several public ratings are available, the lower of the two highest is used. However, if the CDS contract specifies merely a corporate name (or country) as the underlying credit rather than a specific reference obligation, reporters are allowed to report the internal credit rating that meets their business requirements.

For single-name instruments, the rating of the underlying reference obligation(s) is used.

For rated multi-name instruments, the rating of the contract (entire basket, portfolio or index) is used. If the portfolio or basket underlying a multi-name instrument is unrated or not available, then it is recommended that the contract be allocated to (1) “investment grade” if all underlying contracts are investment grade, and to (2) “below investment grade” if the underlying reference entities are sub-investment grade.

An instrument is classified as “non-rated” only if (1) it does not have any rating and (2) it is not possible or very burdensome to classify the contract based on the ratings of the underlying reference entities.

### *Sector of the reference entity*

A breakdown is provided for CDS by economic sector of the obligor of the underlying reference obligation (reference entity) as follows:

**Sovereigns:** Restricted to a country’s central, state or local government, excluding publicly owned financial or non-financial firms.

**Non-sovereign**, of which:

- **Financial firms:** All categories of financial institution, including commercial and investment banks, securities houses, mutual funds, hedge funds and money market funds, building societies, leasing companies, insurance companies and pension funds.
- **Non-financial firms:** All categories of institution other than financial firms and sovereigns (as defined above).

- Securitised products, ie portfolio or structured products: CDS contracts written on a securitised product or a combination of securitised products, ie asset-backed securities (ABS) or mortgage-backed securities (MBS). The reference entity of these types of contract is not the securitised product itself, ie the ABS or the MBS, but the individual securities or loans that were used to construct it. From this perspective, these contracts are classified as multi-name rather than single-name instruments. Hence, by default, all CDS contracts written on securitised products are classified as multi-name instruments. They can be decomposed in the following two components.
  - CDS on asset-backed and mortgage-backed securities
  - CDS on other securitised products (including collateralised debt obligations)
- Multisectors: CDS on other than securitised products where the reference entities belong to different sectors (such as in the case of basket credit default swaps).

#### *Location of the counterparty*

A breakdown by nationality of the counterparty (ie on an ultimate risk basis) is provided for CDS notional amounts outstanding.

**Home country:** Trades with counterparties with head office incorporated in reporter's home country (reporting dealers and non-reporting counterparties in home country).

**Abroad:** Trades with counterparties abroad (reporting dealers and non-reporting counterparties abroad).

## 4. Tables

Table 1	Global OTC derivatives market.....	16
Table 2	Global OTC foreign exchange derivatives market .....	17
Table 3	Global OTC interest rate derivatives market .....	18
Table 4	Credit default swaps .....	19
Table 5	Credit default swap, by rating category.....	20
Table 6	Credit default swaps, by remaining maturity.....	21
Table 7	Credit default swaps, by sector .....	22
Table 8	Credit default swaps, by location of counterparty.....	23
Table 9	Herfindahl indices	
9a	OTC interest rate derivatives contracts.....	24
9b	OTC foreign exchange derivatives contracts.....	25
9c	OTC equity-linked derivatives contracts.....	26

Additional data, including time series, are available on the BIS website ([www.bis.org/statistics/derdetailed.htm](http://www.bis.org/statistics/derdetailed.htm)).

Table 1  
Global OTC derivatives market<sup>1</sup>  
Amounts outstanding, in billions of US dollars

	Notional amounts outstanding				Gross market value			
	H1 2012	H2 2012	H1 2013	H2 2013	H1 2012	H2 2012	H1 2013	H2 2013
<b>GRAND TOTAL</b>	<b>639,395</b>	<b>632,582</b>	<b>692,924</b>	<b>710,182</b>	<b>25,408</b>	<b>24,733</b>	<b>20,082</b>	<b>18,658</b>
<b>A. Foreign exchange contracts</b>	<b>66,672</b>	<b>67,358</b>	<b>73,121</b>	<b>70,553</b>	<b>2,249</b>	<b>2,313</b>	<b>2,427</b>	<b>2,284</b>
Outright forwards and forex swaps	31,395	31,718	34,421	33,218	773	806	957	824
Currency swaps	24,156	25,420	24,654	25,448	1,190	1,259	1,131	1,186
Options	11,122	10,220	14,046	11,886	286	249	339	273
<i>Memo: Exchange-traded contracts<sup>2</sup></i>	328	336	344	384	...	...	...	...
<b>B. Interest rate contracts<sup>3</sup></b>	<b>494,427</b>	<b>489,706</b>	<b>561,314</b>	<b>584,364</b>	<b>19,113</b>	<b>18,833</b>	<b>15,081</b>	<b>14,039</b>
FRAs	64,711	71,353	86,334	73,819	51	47	168	108
Swaps	379,401	370,002	425,584	461,281	17,214	17,080	13,588	12,758
Options	50,314	48,351	49,396	49,264	1,848	1,706	1,325	1,174
<i>Memo: Exchange-traded contracts<sup>2</sup></i>	55,581	48,546	62,178	57,007	...	...	...	...
<b>C. Equity-linked contracts</b>	<b>6,313</b>	<b>6,251</b>	<b>6,821</b>	<b>6,560</b>	<b>639</b>	<b>600</b>	<b>692</b>	<b>700</b>
Forwards and swaps	1,880	2,045	2,321	2,277	147	157	206	202
Options	4,434	4,207	4,501	4,283	492	443	486	498
<i>Memo: Exchange-traded contracts<sup>2</sup></i>	5,601	5,240	6,602	7,237	...	...	...	...
<b>D. Commodity contracts<sup>4</sup></b>	<b>2,994</b>	<b>2,587</b>	<b>2,458</b>	<b>2,206</b>	<b>379</b>	<b>347</b>	<b>384</b>	<b>264</b>
Gold	523	486	461	341	51	42	80	47
Other	2,471	2,101	1,997	1,865	328	304	304	217
Forwards and swaps	1,659	1,363	1,327	1,261	...	...	...	...
Options	812	739	670	603	...	...	...	...
<b>E. Credit default swaps<sup>5</sup></b>	<b>26,930</b>	<b>25,068</b>	<b>24,349</b>	<b>21,020</b>	<b>1,187</b>	<b>848</b>	<b>725</b>	<b>653</b>
Single-name instruments	15,566	14,309	13,135	11,324	715	527	430	369
Multi-name instruments	11,364	10,760	11,214	9,696	472	321	295	284
Index products	...	9,656	10,163	8,746	...	...	...	...
<b>F. Unallocated<sup>6</sup></b>	<b>42,059</b>	<b>41,611</b>	<b>24,861</b>	<b>25,480</b>	<b>1,841</b>	<b>1,792</b>	<b>772</b>	<b>718</b>
<b>GROSS CREDIT EXPOSURE<sup>7</sup></b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>3,691</b>	<b>3,609</b>	<b>3,784</b>	<b>3,033</b>
<i>Memo: Exchange-traded contracts<sup>2,8</sup></i>	61,511	54,122	69,124	64,628	...	...	...	...

<sup>1</sup> Based on the data reported by 11 countries up to H1 2011. Includes data reported by Australia and Spain from H2 2011 onwards. Data on total notional amounts outstanding, gross market value and gross credit exposure are shown on a net basis, ie transactions between reporting dealers are counted only once. The definitions of notional amounts outstanding, gross market value and gross credit exposure are available under Section 2 of the statistical notes. <sup>2</sup> Sources: FOW TRADEdata; Futures Industry Association; various futures and options exchanges. <sup>3</sup> Single currency contracts only. <sup>4</sup> Adjustments for double-counting partly estimated. <sup>5</sup> See Tables 4 to 8. <sup>6</sup> Includes foreign exchange, interest rate, equity, commodity and credit derivatives of non-reporting institutions, based on the latest Triennial Central Bank Survey of Foreign Exchange and Derivatives Market Activity, in 2013. <sup>7</sup> Before 2011, excludes CDS contracts for all countries except the United States. <sup>8</sup> Excludes commodity contracts.

Table 2  
Global OTC foreign exchange derivatives market<sup>1, 2</sup>  
Amounts outstanding, in billions of US dollars

	Notional amounts outstanding				Gross market values			
	H1 2012	H2 2012	H1 2013	H2 2013	H1 2012	H2 2012	H1 2013	H2 2013
<b>Total contracts</b>	<b>66,672</b>	<b>67,358</b>	<b>73,121</b>	<b>70,553</b>	<b>2,249</b>	<b>2,313</b>	<b>2,427</b>	<b>2,284</b>
With reporting dealers	29,484	28,834	30,690	31,206	881	946	992	1,011
With other financial institutions	27,538	28,831	31,757	30,552	885	911	999	887
With non-financial customers	9,651	9,693	10,674	8,794	483	456	437	386
Up to 1 year <sup>3</sup>	48,469	48,135	53,677	51,198	...	...	...	...
Between 1 and 5 years <sup>3</sup>	12,854	13,728	13,802	13,658	...	...	...	...
Over 5 years <sup>3</sup>	5,350	5,495	5,642	5,696	...	...	...	...
US dollar	57,375	57,599	64,483	61,019	1,827	1,870	2,059	1,917
Euro	24,293	23,796	24,366	25,177	882	764	622	707
Yen	13,667	14,113	15,181	14,122	529	827	684	721
Sterling	7,591	7,825	8,435	8,789	213	208	207	256
Swiss franc	4,055	3,832	4,179	4,070	170	155	125	133
Canadian dollar	3,002	3,099	3,280	3,263	89	80	103	74
Swedish krona	1,498	1,453	1,389	1,407	39	41	35	28
Other	21,863	22,999	24,928	23,258	748	681	1,020	731
<i>Memo: Exchange-traded contracts<sup>4</sup></i>	328	336	344	384	...	...	...	...

<sup>1</sup> See footnote 1 to Table 1. <sup>2</sup> Counting both currency sides of every foreign exchange transaction means that the currency breakdown sums to 200% of the aggregate. <sup>3</sup> Residual maturity. <sup>4</sup> See footnote 2 to Table 1.

Table 3

Global OTC interest rate derivatives market<sup>1</sup>

Amounts outstanding, in billions of US dollars

	Notional amounts outstanding				Gross market values			
	H1 2012	H2 2012	H1 2013	H2 2013	H1 2012	H2 2012	H1 2013	H2 2013
<b>Total contracts</b>	<b>494,427</b>	<b>489,706</b>	<b>561,314</b>	<b>584,364</b>	<b>19,113</b>	<b>18,833</b>	<b>15,081</b>	<b>14,039</b>
With reporting dealers	139,146	116,892	104,210	96,197	6,568	6,024	4,486	3,742
With other financial institutions	316,905	338,083	421,266	469,611	11,483	11,669	9,732	9,503
With non-financial customers	38,376	34,731	35,838	18,556	1,062	1,141	863	794
Up to 1 year <sup>2</sup>	207,236	190,672	219,237	198,302	...	...	...	...
Between 1 and 5 years <sup>2</sup>	170,252	180,262	206,887	234,284	...	...	...	...
Over 5 years <sup>2</sup>	116,938	118,772	135,190	151,778	...	...	...	...
US dollar	164,024	148,676	169,029	173,792	7,386	5,936	4,734	4,312
Euro	179,076	187,363	227,356	241,067	7,941	9,067	7,258	6,838
Yen	60,092	54,816	55,086	52,873	1,055	911	715	696
Sterling	39,913	42,244	46,334	52,214	1,462	1,616	1,103	1,293
Swiss franc	5,494	5,357	5,583	5,777	161	149	113	121
Canadian dollar	7,380	7,507	9,333	10,372	195	166	146	139
Swedish krona	6,994	6,193	5,906	6,406	94	116	73	77
Other	31,452	37,551	42,687	41,862	819	872	938	563
<i>Memo: Exchange-traded contracts<sup>3</sup></i>	<i>55,581</i>	<i>48,546</i>	<i>62,178</i>	<i>57,007</i>	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>

<sup>1</sup> See footnote 1 to Table 1. <sup>2</sup> Residual maturity. <sup>3</sup> See footnote 2 to Table 1.

Table 4

Credit default swaps<sup>1</sup>

Amounts outstanding, in billions of US dollars

	Notional amounts outstanding						Gross market values		Net market values
	H1 2013			H2 2013			H1 2013	H2 2013	H2 2013
	Bought	Sold	Total	Bought	Sold	Total			
<b>Total contracts</b>	19,257	18,820	24,349	16,223	15,850	21,020	725	653	139
With reporting dealers <sup>2</sup>	13,711	13,746	13,728	11,024	11,081	11,053	455	369	56
With other financial institutions	5,424	5,004	10,428	5,083	4,697	9,779	260	276	76
Central counterparties <sup>2</sup>	2,776	2,772	5,548	2,773	2,745	5,518	87	123	11
Banks and security firms	1,220	996	2,216	956	768	1,724	66	53	15
Insurance firms	165	66	230	152	57	209	9	7	6
SPVs, SPCs and SPEs	292	80	372	271	92	363	21	16	9
Hedge funds	443	633	1,076	423	611	1,034	42	44	16
Other financial customers	529	457	986	507	425	931	35	33	20
With non-financial customers	122	70	193	116	72	188	10	9	6
<b>Single-name credit default swaps</b>	10,886	10,808	13,135	9,292	9,248	11,324	430	369	...
With reporting dealers	8,564	8,553	8,559	7,197	7,234	7,215	292	249	...
With other financial institutions	2,279	2,219	4,498	2,031	1,979	4,010	134	116	...
Central counterparties <sup>2</sup>	1,024	1,023	2,047	986	978	1,964	38	35	...
Banks and security firms	745	618	1,363	573	462	1,035	42	33	...
Insurance firms	54	31	84	49	28	78	5	4	...
SPVs, SPCs and SPEs	67	31	98	57	27	84	10	7	...
Hedge funds	141	302	443	150	297	448	19	21	...
Other financial customers	249	214	463	215	187	402	19	16	...
With non-financial customers	43	36	78	64	34	99	4	4	...
<b>Multi-name credit default swaps</b>	8,371	8,013	11,214	6,931	6,602	9,696	295	284	...
With reporting dealers	5,146	5,193	5,170	3,828	3,847	3,837	164	120	...
With other financial institutions	3,145	2,785	5,930	3,052	2,718	5,769	126	160	...
Central counterparties <sup>2</sup>	1,752	1,749	3,501	1,787	1,767	3,554	49	88	...
Banks and security firms	474	378	853	384	306	689	24	21	...
Insurance firms	111	35	146	102	29	132	4	3	...
SPVs, SPCs and SPEs	225	49	274	214	65	279	11	9	...
Hedge funds	302	331	633	273	313	586	23	23	...
Other financial customers	280	243	523	291	238	529	16	17	...
With non-financial customers	80	35	114	52	37	89	5	4	...
<b>of which: index products</b>	7,540	7,424	10,163	6,188	6,073	8,746	...	...	...
With reporting dealers	4,794	4,806	4,800	3,521	3,509	3,515	...	...	...
With other financial institutions	2,699	2,596	5,295	2,647	2,544	5,191	...	...	...
Central counterparties <sup>2</sup>	1,749	1,747	3,495	1,781	1,754	3,535	...	...	...
Banks and security firms	369	325	694	300	261	561	...	...	...
Insurance firms	51	27	78	46	24	70	...	...	...
SPVs, SPCs and SPEs	69	33	102	77	59	136	...	...	...
Hedge funds	292	325	617	263	307	570	...	...	...
Other financial customers	168	139	308	179	138	318	...	...	...
With non-financial customers	47	22	68	21	20	41	...	...	...

<sup>1</sup> See footnote 1 to Table 1. Data on notional amounts outstanding bought and sold are recorded on a gross basis, ie not adjusted for inter-dealer double-counting. <sup>2</sup> Both contracts post-novation are captured.

Table 5

Credit default swaps, by rating category<sup>1</sup>

Notional amounts outstanding, in billions of US dollars

	Total			Investment grade (AAA-BBB)			Non-investment grade (BB and below)			Non-rated <sup>2</sup>		
	H2 2012	H1 2013	H2 2013	H2 2012	H1 2013	H2 2013	H2 2012	H1 2013	H2 2013	H2 2012	H1 2013	H2 2013
<b>Total contracts</b>	25,068	24,349	21,020	15,102	15,229	13,205	5,147	4,387	4,867	4,819	4,734	2,948
With reporting dealers	14,149	13,728	11,053	8,303	8,270	7,007	3,018	2,723	2,486	2,828	2,735	1,559
With other financial institutions	10,719	10,428	9,779	6,693	6,831	6,111	2,098	1,625	2,312	1,929	1,972	1,356
Central counterparties <sup>3</sup>	4,891	5,548	5,518	3,464	4,013	3,610	848	715	1,364	578	821	544
Banks and security firms	2,963	2,216	1,724	1,746	1,364	1,087	758	450	452	459	402	185
Insurance firms	258	230	209	113	117	102	61	37	44	84	76	63
SPVs, SPCs and SPEs	587	372	363	289	174	191	52	44	42	246	155	129
Hedge funds	957	1,076	1,034	553	685	699	199	222	209	204	169	125
Other financial customers	1,063	986	931	527	479	421	179	157	201	357	350	309
With non-financial customers	200	193	188	106	127	87	32	38	69	63	27	32
<b>Single-name credit default swaps</b>	14,309	13,135	11,324	9,712	9,150	8,369	2,830	2,490	2,350	1,767	1,495	605
With reporting dealers	9,031	8,559	7,215	5,846	5,669	5,071	2,087	1,899	1,750	1,098	990	394
With other financial institutions	5,170	4,498	4,010	3,806	3,421	3,231	732	580	578	632	498	201
Central counterparties <sup>3</sup>	2,078	2,047	1,964	1,728	1,735	1,745	155	141	173	195	172	47
Banks and security firms	1,778	1,363	1,035	1,223	959	796	337	223	188	218	181	50
Insurance firms	114	84	78	63	55	52	23	14	17	28	16	8
SPVs, SPCs and SPEs	225	98	84	158	60	57	36	21	17	31	17	10
Hedge funds	464	443	448	282	294	297	104	104	113	78	45	38
Other financial customers	511	463	402	352	319	284	77	78	70	82	66	48
With non-financial customers	108	78	99	59	60	66	11	11	22	37	7	10
<b>Multi-name credit default swaps</b>	10,760	11,214	9,696	5,390	6,078	4,837	2,317	1,897	2,516	3,052	3,239	2,343
With reporting dealers	5,118	5,170	3,837	2,457	2,601	1,936	931	825	736	1,730	1,744	1,165
With other financial institutions	5,549	5,930	5,769	2,886	3,410	2,880	1,366	1,045	1,734	1,297	1,475	1,155
Central counterparties <sup>3</sup>	2,813	3,501	3,554	1,736	2,278	1,866	693	574	1,191	383	649	497
Banks and security firms	1,185	853	689	523	404	291	421	228	264	241	221	135
Insurance firms	144	146	132	50	63	50	38	23	27	56	60	55
SPVs, SPCs and SPEs	362	274	279	131	114	135	16	23	25	215	138	120
Hedge funds	493	633	586	271	391	402	95	118	97	126	123	88
Other financial customers	552	523	529	176	160	137	102	80	131	275	283	261
With non-financial customers	93	114	89	46	67	21	21	27	46	25	20	22

<sup>1</sup> See footnote 1 to Table 1. <sup>2</sup> Without rating or rating not known. <sup>3</sup> Both contracts post-novation are captured.

Table 6

Credit default swaps, by remaining maturity<sup>1</sup>

Notional amounts outstanding, in billions of US dollars

	Total			One year or less			Over one year up to five years			Over five years		
	H2 2012	H1 2013	H2 2013	H2 2012	H1 2013	H2 2013	H2 2012	H1 2013	H2 2013	H2 2012	H1 2013	H2 2013
<b>Total contracts</b>	25,068	24,349	21,020	5,078	4,316	3,655	18,055	18,360	16,162	1,935	1,674	1,203
With reporting dealers	14,149	13,728	11,053	3,173	2,718	2,202	9,963	10,106	8,297	1,013	905	554
With other financial institutions	10,719	10,428	9,779	1,879	1,568	1,438	7,952	8,138	7,728	888	722	614
Central counterparties <sup>2</sup>	4,891	5,548	5,518	761	744	777	3,827	4,588	4,517	302	215	224
Banks and security firms	2,963	2,216	1,724	692	497	366	2,060	1,604	1,264	210	115	94
Insurance firms	258	230	209	33	27	27	171	162	147	54	41	35
SPVs, SPCs and SPEs	587	372	363	88	50	41	429	289	292	70	33	29
Hedge funds	957	1,076	1,034	155	155	120	686	800	798	116	121	116
Other financial customers	1,063	986	931	150	95	106	778	695	709	136	196	116
With non-financial customers	200	193	188	25	30	15	141	116	138	34	47	35
<b>Single-name credit default swaps</b>	14,309	13,135	11,324	3,519	3,158	2,565	9,725	8,817	8,059	1,065	1,160	700
With reporting dealers	9,031	8,559	7,215	2,312	2,114	1,692	6,106	5,749	5,161	613	695	362
With other financial institutions	5,170	4,498	4,010	1,188	1,036	862	3,546	3,022	2,827	437	440	321
Central counterparties <sup>2</sup>	2,078	2,047	1,964	470	496	437	1,469	1,438	1,429	139	113	98
Banks and security firms	1,778	1,363	1,035	487	393	279	1,177	890	688	114	80	67
Insurance firms	114	84	78	18	14	12	73	51	48	23	19	17
SPVs, SPCs and SPEs	225	98	84	43	17	10	149	64	60	33	17	14
Hedge funds	464	443	448	81	49	46	327	325	340	56	69	62
Other financial customers	511	463	402	88	67	78	351	253	261	71	143	63
With non-financial customers	108	78	99	19	8	10	73	46	71	16	25	17
<b>Multi-name credit default swaps</b>	10,760	11,214	9,696	1,559	1,157	1,090	8,330	9,543	8,104	870	513	502
With reporting dealers	5,118	5,170	3,837	861	604	509	3,856	4,357	3,136	401	209	192
With other financial institutions	5,549	5,930	5,769	692	532	576	4,406	5,116	4,901	451	282	292
Central counterparties <sup>2</sup>	2,813	3,501	3,554	291	248	340	2,358	3,150	3,089	163	103	125
Banks and security firms	1,185	853	689	205	104	87	884	713	576	96	36	27
Insurance firms	144	146	132	15	14	15	98	110	99	31	22	18
SPVs, SPCs and SPEs	362	274	279	44	33	32	281	225	232	37	16	15
Hedge funds	493	633	586	74	106	74	359	475	459	60	52	54
Other financial customers	552	523	529	62	28	28	427	442	448	64	53	53
With non-financial customers	93	114	89	6	22	5	68	70	67	18	22	18

<sup>1</sup> See footnote 1 to Table 1. <sup>2</sup> Both contracts post-novation are captured.

Table 7

Credit default swaps, by sector<sup>1</sup>

Notional amounts outstanding, in billions of US dollars

	Total <sup>2</sup>		Sovereigns		Financial firms		Non-financial firms		Securitised products		Multiple sectors	
	H1 2013	H2 2013	H1 2013	H2 2013	H1 2013	H2 2013	H1 2013	H2 2013	H1 2013	H2 2013	H1 2013	H2 2013
<b>Total contracts</b>	24,349	21,020	3,243	2,633	6,404	5,709	8,360	7,230	732	566	5,606	4,879
With reporting dealers	13,728	11,053	2,430	1,929	3,340	2,734	4,916	4,067	509	372	2,532	1,950
With other financial institutions	10,428	9,779	791	683	3,041	2,934	3,401	3,118	210	181	2,983	2,861
Central counterparties <sup>3</sup>	5,548	5,518	133	147	1,629	1,705	2,002	1,969	7	8	1,777	1,689
Banks and security firms	2,216	1,724	393	276	565	477	736	546	90	76	431	350
Insurance firms	230	209	16	15	47	41	57	46	31	22	79	85
SPVs, SPCs and SPEs	372	363	22	27	80	71	79	56	15	11	176	198
Hedge funds	1,076	1,034	118	111	462	427	304	309	36	34	157	154
Other financial customers	986	931	110	107	258	214	222	192	30	30	363	386
With non-financial customers	193	188	22	22	24	41	43	45	13	12	91	68
<b>Single-name credit default swaps</b>	13,135	11,324	3,098	2,514	3,202	2,859	6,836	5,950	0	0	0	0
With reporting dealers	8,559	7,215	2,325	1,850	2,174	1,916	4,060	3,450	0	0	0	0
With other financial institutions	4,498	4,010	752	644	1,006	903	2,740	2,463	0	0	0	0
Central counterparties <sup>3</sup>	2,047	1,964	128	145	316	305	1,603	1,514	0	0	0	0
Banks and security firms	1,363	1,035	374	259	350	290	639	486	0	0	0	0
Insurance firms	84	78	15	14	29	31	40	33	0	0	0	0
SPVs, SPCs and SPEs	98	84	10	10	31	27	58	47	0	0	0	0
Hedge funds	443	448	116	110	98	105	229	233	0	0	0	0
Other financial customers	463	402	109	106	182	145	172	151	0	0	0	0
With non-financial customers	78	99	21	21	21	40	36	37	0	0	0	0
<b>Multi-name credit default swaps</b>	11,214	9,696	145	119	3,203	2,850	1,524	1,279	732	566	5,606	4,879
With reporting dealers	5,170	3,837	105	79	1,165	818	856	617	509	372	2,532	1,950
With other financial institutions	5,930	5,769	39	39	2,035	2,031	661	655	210	181	2,983	2,861
Central counterparties <sup>3</sup>	3,501	3,554	4	2	1,312	1,399	400	456	7	8	1,777	1,689
Banks and security firms	853	689	19	17	215	187	97	60	90	76	431	350
Insurance firms	146	132	1	1	18	11	17	13	31	22	79	85
SPVs, SPCs and SPEs	274	279	12	17	49	44	22	9	15	11	176	198
Hedge funds	633	586	1	1	364	322	75	76	36	34	157	154
Other financial customers	523	529	2	2	76	68	50	41	30	30	363	386
With non-financial customers	114	89	1	1	3	1	7	7	13	12	91	68

<sup>1</sup> See footnote 1 to Table 1. <sup>2</sup> Due to an incomplete breakdown reported by one country, the sum of components is less than the total. <sup>3</sup> Both contracts post-novation are captured.

Table 8

Credit default swaps, by location of counterparty<sup>1</sup>

Notional amounts outstanding, in billions of US dollars

	Total			With reporting dealers			With non-reporters		
	H2 2012	H1 2013	H2 2013	H2 2012	H1 2013	H2 2013	H2 2012	H1 2013	H2 2013
<b>All locations</b>	25,068	24,349	21,020	14,149	13,728	11,053	10,920	10,621	9,967
Home country <sup>2</sup>	6,106	4,744	4,091	1,625	2,549	1,932	4,481	2,195	2,159
Abroad	18,963	19,606	16,929	12,524	11,180	9,121	6,438	8,426	7,808
US	...	5,132	4,486	...	2,484	2,147	...	2,648	2,339
Japan	...	196	162	...	139	110	...	57	51
European developed countries	...	13,011	10,871	...	8,480	6,800	...	4,531	4,071
Latin America	...	600	780	...	7	3	...	594	777
Other Asian countries	...	187	170	...	9	7	...	178	162
All other countries	...	479	461	...	61	53	...	419	408

<sup>1</sup> See footnote 1 to Table 1. The notional amounts outstanding are allocated to one of the locations listed in the table on an ultimate risk basis, ie according to the nationality of the counterparty. <sup>2</sup> Home country means country of incorporation of the reporter's head office.

Table 9a

Herfindahl indices for all OTC interest rate derivatives contracts

	Canadian dollar			Swiss franc			Euro			Sterling			Japanese yen			Swedish krona			US dollar		
	FRAs <sup>1</sup>	IRS <sup>2</sup>	Opts. <sup>3</sup>	FRAs <sup>1</sup>	IRS <sup>2</sup>	Opts. <sup>3</sup>	FRAs <sup>1</sup>	IRS <sup>2</sup>	Opts. <sup>3</sup>	FRAs <sup>1</sup>	IRS <sup>2</sup>	Opts. <sup>3</sup>	FRAs <sup>1</sup>	IRS <sup>2</sup>	Opts. <sup>3</sup>	FRAs <sup>1</sup>	IRS <sup>2</sup>	Opts. <sup>3</sup>	FRAs <sup>1</sup>	IRS <sup>2</sup>	Opts. <sup>3</sup>
Jun 2001	1,347	874	1,621	1,264	678	1,239	936	486	559	693	438	648	1,937	613	708	1,125	592	989	888	529	764
Dec 2001	1,812	1,044	1,702	1,252	788	1,228	740	524	584	638	476	727	1,758	706	1,217	1,002	608	1,081	1,145	730	1,143
Jun 2002	1,556	1,044	1,682	1,234	824	1,461	556	478	561	605	489	648	1,763	779	1,202	944	532	1,149	907	666	1,044
Dec 2002	1,818	1,047	2,112	1,218	846	1,693	571	492	546	610	515	615	1,942	790	1,624	886	569	1,224	1,042	682	1,038
Jun 2003	1,530	1,041	2,161	1,264	896	1,684	539	481	608	607	544	643	1,972	806	1,223	839	561	1,174	901	701	961
Dec 2003	1,522	1,039	2,226	1,269	852	1,616	639	478	591	1,095	565	666	1,647	744	1,065	947	570	1,230	786	672	877
Jun 2004	1,965	1,048	2,313	1,169	797	1,796	670	473	675	930	594	747	1,308	728	978	965	583	1,137	725	626	847
Dec 2004	1,855	1,051	2,830	1,278	851	1,583	611	472	668	933	574	1,480	1,898	699	776	892	587	1,084	641	667	760
Jun 2005	1,659	1,000	2,955	1,158	936	1,508	631	479	567	855	614	1,288	2,565	664	781	811	564	1,077	652	650	756
Dec 2005	1,649	1,017	3,052	1,630	1,015	1,584	667	484	539	1,210	661	905	3,025	635	793	767	571	1,259	690	691	762
Jun 2006	1,670	1,018	2,703	1,698	1,080	1,398	690	503	534	1,083	707	958	3,280	613	824	847	586	1,431	788	678	816
Dec 2006	1,499	1,020	2,952	1,919	1,149	1,205	783	561	569	1,024	692	916	3,468	620	768	1,068	594	1,638	917	679	830
Jun 2007	1,164	987	2,978	2,043	1,150	1,045	812	623	604	1,120	736	806	2,569	675	799	1,096	628	1,945	850	686	865
Dec 2007	1,122	985	2,962	2,032	1,162	948	709	596	596	1,066	765	777	2,302	673	745	1,242	660	2,337	967	698	982
Jun 2008	1,405	976	3,314	1,712	1,336	899	648	562	594	1,055	830	824	1,981	660	938	1,152	677	1,904	881	729	1,020
Dec 2008	1,160	1,069	2,939	1,839	1,336	947	568	621	639	1,218	919	867	2,793	738	851	1,124	730	1,301	891	790	1,034
Jun 2009	1,240	1,245	2,544	1,672	1,351	852	581	657	607	1,194	921	950	2,164	777	865	1,055	751	1,540	996	949	936
Dec 2009	1,149	1,145	2,739	1,889	1,401	816	622	641	638	1,138	929	1,022	1,810	709	857	939	773	2,452	1,075	936	912
Jun 2010	1,323	1,038	2,097	1,925	1,465	926	621	620	624	1,038	979	1,256	1,409	639	873	924	809	2,623	975	916	866
Dec 2010	1,276	993	2,934	2,159	1,497	913	765	626	619	1,033	884	1,074	1,214	585	881	823	797	2,694	993	920	801
Jun 2011	1,250	795	1,716	1,773	1,424	1,302	613	578	635	907	928	1,037	1,880	579	1,077	820	846	2,006	981	849	831
Dec 2011	1,502	793	1,828	1,603	1,429	1,102	558	538	605	903	889	992	2,127	575	994	823	920	1,934	956	796	823
Jun 2012	1,273	785	2,033	1,729	1,508	990	608	549	607	931	867	979	2,202	559	895	996	904	2,129	1,022	764	804
Dec 2012	1,142	756	2,388	1,832	1,606	1,013	656	554	632	923	908	917	1,204	554	816	873	872	1,832	1,069	754	782
Jun 2013	1,023	777	2,040	1,795	1,527	1,005	661	545	646	979	880	940	1,116	550	770	843	885	3,042	924	693	767
Dec 2013	1,029	811	2,660	1,856	1,511	1,042	720	545	664	1,206	856	898	1,490	566	762	931	1,003	1,978	897	668	773

<sup>1</sup> Forward rate agreements. <sup>2</sup> Interest rate swaps. <sup>3</sup> Interest rate options.

Table 9b  
Herfindahl indices for all OTC foreign  
exchange derivatives contracts

	<b>Forwards, forex swaps and currency swaps</b>	<b>Options</b>
Jun 2000	423	507
Dec 2000	423	528
Jun 2001	416	546
Dec 2001	471	564
Jun 2002	427	518
Dec 2002	434	503
Jun 2003	438	498
Dec 2003	429	605
Jun 2004	442	560
Dec 2004	448	611
Jun 2005	440	591
Dec 2005	464	624
Jun 2006	475	606
Dec 2006	481	567
Jun 2007	486	558
Dec 2007	497	570
Jun 2008	496	636
Dec 2008	515	641
Jun 2009	556	640
Dec 2009	570	628
Jun 2010	565	654
Dec 2010	570	635
Jun 2011	551	648
Dec 2011	485	651
Jun 2012	487	689
Dec 2012	527	872
Jun 2013	496	902
Dec 2013	472	728

Table 9c

## Herfindahl indices for all OTC equity-linked derivatives contracts

	Europe		Japan		Latin America		Other Asia		United States	
	Forwards and swaps	Options	Forwards and swaps	Options	Forwards and swaps	Options	Forwards and swaps	Options	Forwards and swaps	Options
Jun 2000	618	657	2,501	1,018	6,881	6,776	5,119	1,586	1,088	749
Dec 2000	750	779	2,043	1,386	5,015	6,703	1,663	1,600	1,132	759
Jun 2001	693	891	1,461	860	5,163	4,353	1,631	1,188	1,048	663
Dec 2001	733	880	2,005	841	6,063	8,084	5,294	1,447	1,070	751
Jun 2002	770	952	1,822	1,072	7,546	7,585	6,086	1,550	1,174	890
Dec 2002	762	791	1,946	1,132	7,281	4,807	1,677	1,675	1,037	665
Jun 2003	768	985	1,854	2,322	8,839	9,332	3,197	1,894	964	793
Dec 2003	698	1,013	3,106	1,718	3,808	6,432	2,233	5,464	1,040	1,031
Jun 2004	611	1,195	1,984	2,553	3,732	6,304	2,010	5,435	855	836
Dec 2004	635	710	1,779	1,185	5,694	4,485	1,339	1,739	843	943
Jun 2005	597	661	2,064	898	6,953	4,427	1,355	1,177	722	725
Dec 2005	650	614	2,347	3,973	7,039	5,790	1,334	5,566	947	787
Jun 2006	613	690	1,408	3,409	6,704	3,918	1,294	5,537	946	1,385
Dec 2006	687	775	1,278	3,158	7,199	3,902	1,066	5,615	1,487	751
Jun 2007	782	716	1,168	2,333	7,876	3,735	1,343	1,098	1,057	802
Dec 2007	732	668	1,423	1,310	7,420	4,414	1,350	2,881	803	755
Jun 2008	707	706	1,044	989	5,979	6,290	1,180	1,249	847	741
Dec 2008	729	860	1,100	1,191	4,566	4,934	989	871	743	909
Jun 2009	921	981	981	1,512	4,687	6,181	949	1,105	773	1,145
Dec 2009	808	931	802	1,098	3,319	4,043	1,077	1,026	763	1,490
Jun 2010	850	1,124	693	1,013	3,900	6,467	1,219	1,192	877	1,416
Dec 2010	824	1,013	701	990	5,529	3,893	1,781	1,134	793	1,152
Jun 2011	709	923	832	1,067	2,078	2,369	1,200	1,176	814	1,239
Dec 2011	717	929	797	1,040	3,031	3,502	1,098	956	727	931
Jun 2012	781	933	757	1,191	2,511	3,112	1,187	1,053	736	966
Dec 2012	714	1,083	787	1,211	4,387	3,769	1,129	1,038	784	953
Jun 2013	785	938	915	1,404	4,606	3,495	1,162	1,078	734	940
Dec 2013	720	1,047	1,230	1,514	4,595	4,478	1,012	1,170	808	928



## Estatísticas relativas a Portugal apuradas pelo Inquérito Trienal à Atividade nos Mercados de Câmbios e de Produtos Derivados – Turnover em abril de 2013<sup>1</sup>

O Banco de Portugal divulga os resultados do Inquérito Trienal à Atividade nos Mercados de Câmbios e de Produtos Derivados. Este inquérito foi realizado em abril de 2013, sob coordenação do Banco de Pagamentos Internacionais (BIS), com a participação de 53 bancos centrais e autoridades monetárias de diferentes países, entre os quais o Banco de Portugal.

O Inquérito Trienal permitiu recolher informação relativa às transações efetuadas no mercado cambial (operações *spot*, *outright forwards*, *foreign exchange swaps*, *currency swaps* e opções) e no mercado de taxas de juro (*forward rate agreements*, *swaps* e opções), incidindo apenas sobre as operações realizadas em mercado de balcão.

Em Portugal, o inquérito abrangeu 62 bancos, que representam a quase totalidade do sistema bancário nacional.

Apresentam-se, seguidamente, os principais resultados, expressos em dólares dos Estados Unidos (USD)<sup>2</sup> e em termos de volumes diários médios transacionados, observados no mês de abril, para todos os anos referenciados. Esta informação estatística é divulgada no Capítulo “D.2 - Atividade nos mercados de câmbios e de produtos derivados” do Boletim Estatístico e no sítio do BIS na internet ([www.bis.org](http://www.bis.org)).

### Atividade internacional

Os resultados preliminares divulgados pelo BIS revelam que, em abril de 2013, o volume de transações diárias no **mercado cambial** a nível mundial atingiu os 5 345 mil milhões de dólares, valor que representa um aumento significativo face aos 3 971 mil milhões de dólares registados em abril de 2010.

Por país<sup>3</sup> (*vide* gráfico 1), o Reino Unido continuou a liderar em volume de transações diárias (2 726 mil milhões de dólares), seguido pelos Estados Unidos da América (1 263 mil milhões de dólares). Estes dois países concentraram, em abril de 2013, cerca de 60% do valor diário médio transacionado no mercado cambial a nível mundial, o que representa um acréscimo de 5% em relação aos valores registados em abril de 2010.

Na Zona Euro, em abril de 2013, foram transacionados no mercado cambial por dia, em média, 603 mil milhões de dólares, o que representa um aumento de 26% relativamente ao valor registado em abril de 2010 (478 mil milhões de dólares). Não obstante o crescimento do volume médio de transações verificado na Zona Euro desde 2001, este aumento foi proporcionalmente mais lento do que o registado no Resto do mundo. O peso da Zona Euro no valor diário médio das transações mundiais caiu, no período em análise, de 15% para 9%.

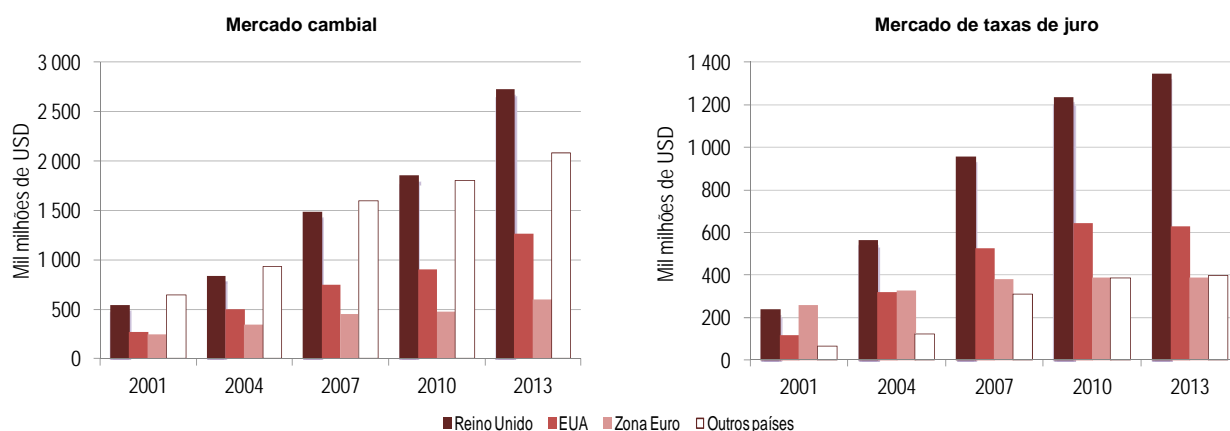
No **mercado de taxas de juro**, em abril de 2013, foram transacionados em mercado de balcão por dia, em média, 2 343 mil milhões de dólares em derivados de taxas de juro de uma só moeda. Este montante traduz um aumento de 14% face ao montante total de transações registadas em abril de 2010 (2 054 mil milhões de dólares). Também neste tipo de derivado, Reino Unido e Estados Unidos da América concentraram a larga maioria das transações mundiais, com transações diárias médias de 1 348 e 628 mil milhões de dólares, respetivamente. Estes dois países contribuíram para cerca de 72% do valor diário médio transacionado em abril de 2013 (71% em abril de 2010). Na Zona Euro, o volume de transações diárias médias totalizou 387 mil milhões de dólares, em linha com o valor de abril de 2010. Também no segmento dos derivados de taxas de juro, a Zona Euro viu a sua importância relativa diminuir de 38%, em 2001, para 14%, em 2013.

<sup>1</sup> Os resultados globais deste inquérito serão publicados no sítio do Banco de Pagamentos Internacionais na internet ([www.bis.org](http://www.bis.org)).

<sup>2</sup> Para este inquérito internacional, o BIS estabeleceu como divisa de referência o dólar americano.

<sup>3</sup> Os agregados territoriais “Zona Euro” e “Outros países” foram construídos, por agregação, pelo Banco de Portugal, não tendo sido ajustados de transações entre países que compõem estes agregados. Os dados do agregado territorial “Zona Euro” não incluem dados de Malta e de Chipre, uma vez que estes países não participaram neste inquérito.

**Gráfico 1 – Volume de transações a nível mundial<sup>3</sup>**  
(valores diários médios no mês de abril)



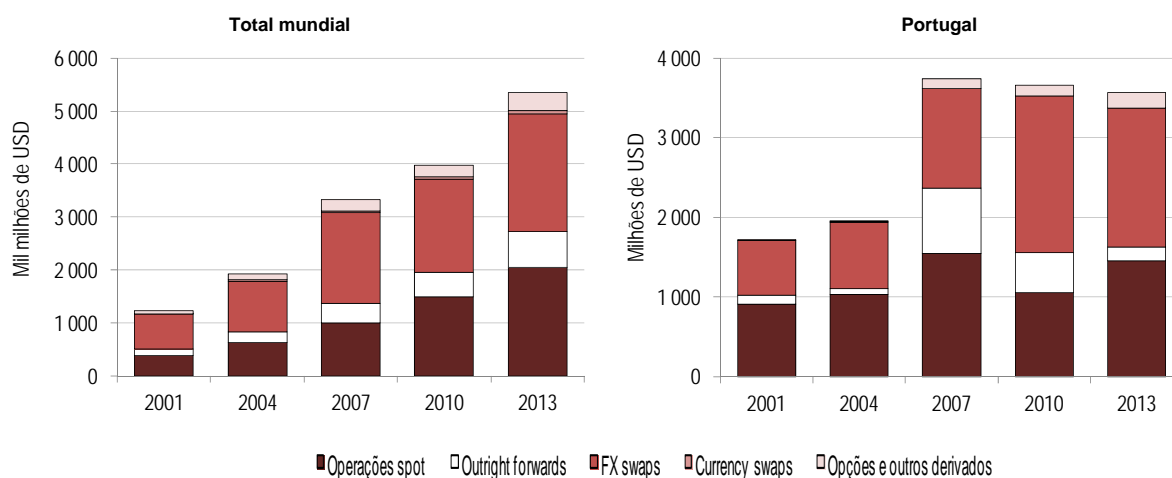
Fonte: BIS

### Mercado Cambial

Os *foreign exchange swaps* (*Fx swaps*) continuaram a ser o produto mais transacionado a nível mundial (*vide* gráfico 2), tendo representado 42% do valor diário médio transacionado (44% em 2010). Os restantes instrumentos mantiveram sensivelmente o mesmo peso relativo.

Em Portugal, foram transacionados em média, por dia, 3,6 mil milhões de dólares no mercado cambial (*vide* gráfico 2), o que representa um valor próximo de 2007 e 2010. Este valor correspondeu, sobretudo, a transações no mercado cambial tradicional<sup>4</sup> (3,4 mil milhões de dólares). Os *foreign exchange swaps* foram o produto mais transacionado, tendo representado 49% do valor diário médio das transações (54% em 2010). O peso das operações *spot* foi de 41% (29% em 2010), o que revela uma alteração da estrutura de instrumentos relativamente a 2010, com um aumento do peso das operações *spot* e uma diminuição do peso das transações em *outright forwards* e, em menor escala, em *foreign exchange swaps*. A restante atividade registou-se em opções cambiais (5%).

**Gráfico 2 – Mercado cambial, por instrumento**  
(valores diários médios no mês de abril)



Fonte: BIS e Banco de Portugal

<sup>4</sup> Inclui os seguintes instrumentos: operações *spot*, *outright forwards* e *foreign exchange swaps*.

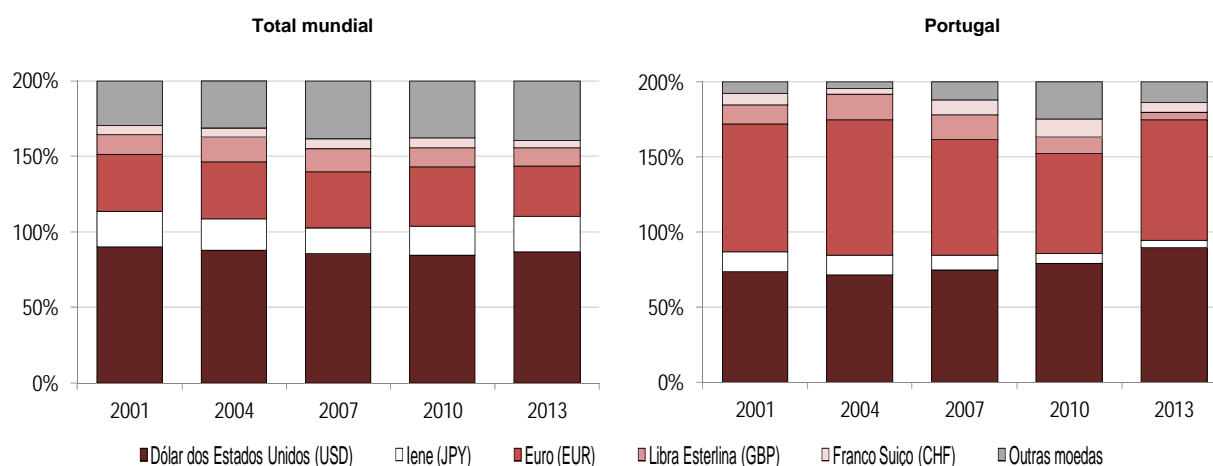
No mercado cambial, dado que cada operação envolve duas divisas, a desagregação por moedas totaliza 200% do total das transações (*vide* gráfico 3).

O dólar americano continuou a ser a moeda mais negociada, tanto a nível mundial como em Portugal, estando presente em 87% e 90% das transações, respetivamente.

Entre 2010 e 2013, a importância relativa do euro diminuiu (de 39% para 33%). Em Portugal, o euro foi a moeda cuja importância relativa mais cresceu (de 66% para 80%). Em ambos os casos, continua a ser a segunda moeda mais transacionada.

As Outras moedas têm mantido um peso relativo constante desde 2007, representado cerca de 40% do total de transações realizadas a nível mundial. Em Portugal, o peso das Outras moedas é bastante menos expressivo, representando apenas 14% do total de transações (25% em 2010).

**Gráfico 3 – Mercado cambial, por moeda**



Fonte: BIS e Banco de Portugal

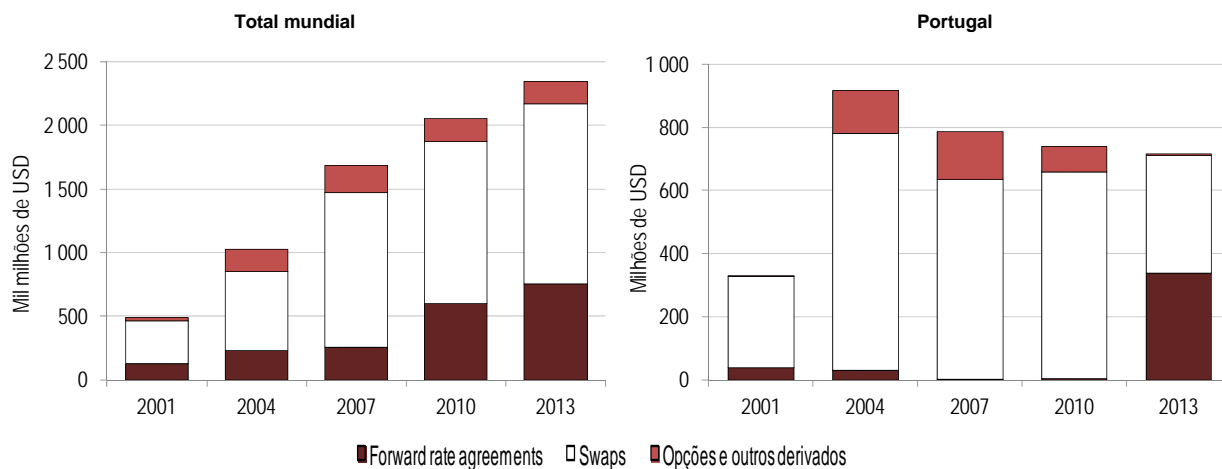
O par de moedas mais transacionado em Portugal foi o euro/dólar americano, representando 72% da atividade diária no total do mercado cambial (46% em 2010). Para esta evolução contribuíram as operações *spot* e de *foreign exchange swaps*, tendo estes sido utilizados em 77% e 70% das transações, respetivamente.

### Derivados de taxas de juro

Os *swaps* mantêm-se como o instrumento mais popular a nível mundial (*vide* gráfico 4), representando 60% do valor diário médio de transações (62% em 2010). Os *forward rate agreements* correspondem a 32% do valor diário médio de transações (29% em 2010).

Em Portugal, em abril de 2013, foram transacionados por dia, em média, 0.7 mil milhões de dólares em derivados de taxas de juro, ligeiramente abaixo do valor de 2010. Também em Portugal os *swaps* foram o instrumento com maior peso relativo, perfazendo 52% do valor diário médio de transações; no entanto, a importância dos *swaps* sofreu uma quebra acentuada face a abril de 2010, quando o seu peso relativo atingiu os 88%. Em compensação, aumentou o peso relativo dos *forward rate agreements*, de 1% para 47%. As operações com opções registaram uma queda bastante acentuada, totalizando apenas 1% do valor diário médio de transações (11% em 2010).

**Gráfico 4 – Derivados de taxas de juro, por instrumento**  
(valores diários médios no mês de abril)

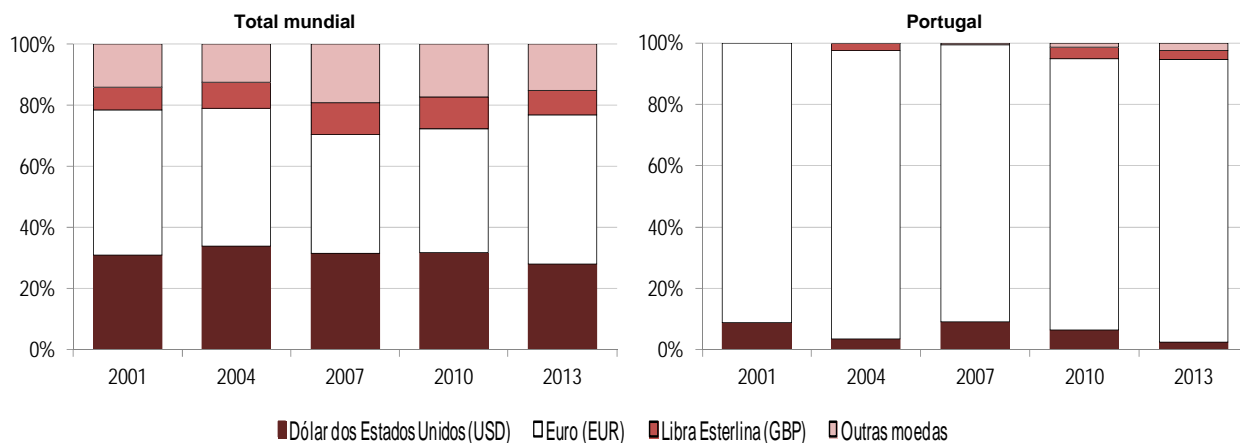


Fonte: BIS e Banco de Portugal

Em 2013, o euro reforçou a sua posição como moeda mais transacionada em operações de derivativos de taxas de juro (*vide* gráfico 5), estando presente em 49% do total das transações realizadas a nível mundial (41% em 2010). Em sentido oposto, diminuiu a importância relativa do dólar americano e da libra esterlina, para 28% e 8%, respetivamente (32% e 10% em 2010).

Em Portugal, o euro manteve-se como a moeda mais transacionada nos derivativos de taxas de juro, com um peso relativo de 92% (89% em 2010). O volume de transações envolvendo taxas de juro em dólares americanos diminuiu face a 2010, tendo o seu peso relativo passado de cerca de 6% para 3%. A libra esterlina contribuiu para 3% da atividade neste mercado.

**Gráfico 5 – Derivados de taxas de juro, por moeda**  
(valores diários médios no mês de abril)



Fonte: BIS e Banco de Portugal



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
STATISTICS PORTUGAL

## Entidades do Setor Institucional das Administrações Públicas 2013

As tabelas seguintes contêm a lista retificada das entidades que, em 2013, integravam o Setor Institucional das Administrações Públicas (S.13 nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais - SEC 95).

As contas das Administrações Públicas, que se incluem nas Contas Nacionais Portuguesas, baseiam-se nesta lista que será atualizada em Setembro de 2014 tendo ainda como referência o ano de 2013.

A organização dos setores das Administrações Públicas encontra-se definida pelo SEC95 estando os subsetores devidamente identificados.

No subsetor S.13111 – Estado, os serviços integrados não se encontram individualizados, como é por exemplo o caso do INE.

A versão retificada da lista tem como referência a notificação do Procedimento dos Défices Excessivos de Março de 2014, sem que as alterações face à versão inicial sejam significativas.

Para qualquer esclarecimento de dúvidas por favor contactar: [ctap@ine.pt](mailto:ctap@ine.pt)

Março de 2014



## S.13111 – Administração Central – Estado

Caixa Geral de Aposentações  
Serviços Integrados do Estado

## S.13112 – Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central

ACIDI, IP - Gestor do Programa Escolhas  
Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.  
Administração da Região Hidrográfica do Alentejo  
Administração da Região Hidrográfica do Algarve  
Administração da Região Hidrográfica do Centro  
Administração da Região Hidrográfica do Norte  
Administração da Região Hidrográfica do Tejo  
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.  
Administração Regional De Saúde Do Alentejo, I.P.  
Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.  
Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.  
Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.  
Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.  
Agência Nacional PROALV - Programa Aprendizagem ao Longo da Vida  
Agencia para a Modernização Administrativa, I.P.  
Agência Portuguesa do Ambiente  
Assembleia da República  
Autoridade da Concorrência, IP  
Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa  
Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto  
Autoridade Nacional de Proteção Civil  
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.  
Centro Hospitalar do Oeste  
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa  
Centro Médico de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais  
Cinamateca Portuguesa - Museu Do Cinema, I.P.  
Cofre de Previdência da P.S.P.  
Cofre Privativo do Tribunal de Contas - Açores  
Cofre Privativo do Tribunal de Contas - Madeira  
Cofre Privativo do Tribunal de Contas - Sede  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro  
Comissão De Coordenação E Desenvolvimento Regional Do Norte  
Conselho das Finanças Públicas  
Conselho Superior de Magistratura  
Costapolis, Sociedade Para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa de Caparica, S.A.  
Direção-Geral do Património Cultural  
Editorial do Ministério da Educação  
Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.  
Entidade Reguladora da Saúde



## S.13112 – Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central

Entidade Reguladora Dos Serviços Energéticos IP  
Entidade Reguladora Para A Comunicação Social  
Escola Portuguesa de Dili  
Escola Portuguesa de Moçambique  
Escola Superior De Enfermagem De Coimbra  
Escola Superior De Enfermagem De Lisboa  
Escola Superior De Enfermagem Do Porto  
Escola Superior De Hotelaria E Turismo Do Estoril  
Escola Superior Náutica Infante D.Henrique  
Estádio Universitário De Lisboa  
Fundação Para A Ciência E Tecnologia, I.P.  
Fundo De Estabilização Aduaneiro  
Fundo De Estabilização Tributário  
Fundo De Fomento Cultural  
Fundo De Intervenção Ambiental  
Fundo de Modernização da Justiça  
Fundo De Protecção Dos Recursos Hídricos  
Fundo De Reabilitação E Conservação Patrimonial  
Fundo de Regularização da Dívida Pública - FRDP  
Fundo De Salvaguarda Do Património Cultural  
Fundo Para As Relações Internacionais, IP  
Fundo Português De Carbono  
Fundo Sanitário E De Segurança Alimentar Mais  
Gabinete do Secretário-Geral - Estruturas Comuns ao SIED E SIS  
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede  
Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar  
Hospital José Luciano De Castro - Anadia  
Infarmed - Autoridade Nacional Do Medicamento E Produtos De Saúde, I.P.  
Instituto Da Conservação Da Natureza E Da Biodiversidade  
Instituto Da Mobilidade E Dos Transportes  
Instituto De Ação Social Das Forças Armadas  
Instituto De Apoio Às Pequenas E Médias Empresas E À Inovação IP  
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Ip  
Instituto De Financiamento Da Agricultura E Pescas, I.P.  
Instituto de Gest do Património Arquitectónico e Arquelógico, I.P.  
Instituto De Gestão Do Fundo Social Europeu, IP  
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.  
Instituto De Infra-Estruturas Rodoviárias  
Instituto De Investigação Científica E Tropical, I.P.  
Instituto de Turismo de Portugal, IP  
Instituto Do Cinema E Do Audiovisual , I.P.  
Instituto Do Emprego E Da Formação Profissional IP  
Instituto Dos Museus E Da Conservação, I.P.  
Instituto Financeiro Para O Desenvolvimento Regional IP  
Instituto Nacional De Emergência Médica, I.P.  
Instituto Nacional De Investigação Agrária E Veterinária, I.P.  
Instituto Nacional De Medicina Legal, I.P.  
Instituto Nacional De Recursos Biológicos, I.P.  
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge I.P.  
Instituto Oftalmológico Dr. Gama Pinto



## S.13112 – Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central

Instituto Politécnico Da Guarda  
Instituto Politécnico De Beja  
Instituto Politécnico De Braganca  
Instituto Politécnico De Castelo Branco  
Instituto Politécnico De Coimbra  
Instituto Politécnico De Leiria  
Instituto Politécnico De Lisboa  
Instituto Politécnico De Portalegre  
Instituto Politecnico De Santarém  
Instituto Politécnico De Setúbal  
Instituto Politécnico de Tomar  
Instituto Politécnico De Viana Do Castelo  
Instituto Politécnico De Viseu  
Instituto Politécnico Do Cávado E Do Ave  
Instituto Politécnico Do Porto  
Instituto Português de Sangue e da Transplantação, I.P.  
Instituto Português Do Desporto E Juventude, IP  
Instituto Português Do Mar E Da Atmosfera, I.P.  
Instituto Superior De Engenharia De Lisboa  
Instituto Superior De Engenharia Do Porto  
ISCTE - IUL  
Laboratorio Nacional De Energia E Geologia IP  
Laboratório Nacional De Engenharia Civil  
Polis Litoral Norte - Sociedade Para A Requalificação E Valorização Do Litoral Norte, S.A.  
Polis Litoral Ria De Aveiro - Sociedade Para A Requalificação E Valorização Da Ria De Aveiro, S.A.  
Polis Litoral Sudoeste - Sociedade Para A Requalificação E Valorização Do Sudoeste Alentejano E Costa Vicentina, S.A.  
Polisalbufeira, Sociedade Para O Desenv Do Programa Polis Em Albufeira, S.A.  
Presidência Da República  
SAS - Instituto Politécnico Da Guarda  
SAS - Instituto Politécnico De Beja  
SAS - Instituto Politécnico De Braganca  
SAS - Instituto Politécnico De Castelo Branco  
SAS - Instituto Politécnico De Coimbra  
SAS - Instituto Politécnico De Leiria  
SAS - Instituto Politécnico De Lisboa  
SAS - Instituto Politécnico De Portalegre  
SAS - Instituto Politécnico De Santarem  
SAS - Instituto Politécnico De Setúbal  
SAS - Instituto Politécnico De Tomar  
SAS - Instituto Politécnico De Viana Do Castelo  
SAS - Instituto Politécnico De Viseu  
SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE  
SAS - Instituto Politécnico Do Porto  
SAS - Universidade Beira Interior  
SAS - Universidade Da Madeira  
SAS - Universidade De Coimbra  
SAS - Universidade De Évora  
SAS - Universidade De Lisboa  
SAS - UNIVERSIDADE DE LISBOA (UL)



## S.13112 – Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central

SAS - Universidade De Trás-Os-Montes E Alto Douro  
SAS - Universidade Do Algarve  
SAS - Universidade Do Minho  
SAS - Universidade Dos Açores  
SAS - Universidade Nova De Lisboa  
SAS - Universidade Técnica De Lisboa  
Serviço De Informações De Segurança  
Serviço De Informações Estratégicas De Defesa  
Serviço Do Provedor De Justiça  
Serviços Sociais Da Administração Pública  
Serviços Sociais Da G.N.R.  
Serviços Sociais Da P.S.P.  
Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade Para A Requalificação E Valorização Da Ria Formosa S.A.  
UI - Centro de Recursos Comuns e Serviços Partilhados  
UI - Estádio Universitário de Lisboa  
UI - Faculdade de Arquitectura  
UI - Faculdade de Belas-Artes  
UI - Faculdade de Ciências  
UI - Faculdade de Direito  
UI - Faculdade de Farmácia  
UI - Faculdade de Letras  
UI - Faculdade de Medicina  
UI - Faculdade de Medicina Dentária  
UI - Faculdade de Medicina Veterinária  
UI - Faculdade de Motricidade Humana  
UI - Faculdade de Psicologia  
UI - Instituto de Ciências Sociais  
UI - Instituto de Educação  
UI - Instituto de Geografia E Ordenamento Do Território  
UI - Instituto Superior Ciências Sociais Políticas  
UI - Instituto Superior de Agronomia  
UI - Instituto Superior de Economia E Gestão  
UI - Instituto Superior Técnico  
UI - Reitoria  
UI - Serviços Partilhados  
Universidade Aberta  
Universidade Da Beira Interior  
Universidade Da Madeira  
Universidade De Aveiro – Fundação Pública  
Universidade De Coimbra  
Universidade De Évora  
Universidade De Lisboa (UI) - Reitoria  
Universidade De Trás-Os-Montes E Alto Douro  
Universidade Do Algarve  
Universidade Do Minho  
Universidade Do Porto – Fundação Pública  
Universidade Dos Açores  
Universidade Nova De Lisboa - Reitoria  
Universidade Técnica De Lisboa - Reitoria



### S.13112 – Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central

Unl - Escola Nacional De Saúde Pública  
Unl - Faculdade De Ciências E Tecnologia  
Unl - Faculdade De Ciências Médicas  
Unl - Faculdade De Ciências Sociais E Humanas  
Unl - Faculdade De Direito  
Unl - Faculdade De Economia  
Unl - Instituto De Tecnologia Química E Biológica  
Unl - Instituto Higiene E Medicina Tropical  
Unl - Instituto Superior Estatística E Gestão De Informação  
Vianapolis, Sociedade Para O Desenvolvimento Do Programa Polis Em Viana Do Castelo, S.A.  
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, Epe  
Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E.  
Arsenal do Alfeite, S.A.  
Defaerloc - Locação de Aeronaves Militares, S.A.  
Defloc - Locação De Equipamentos De Defesa, S.A.  
Ema - Empresa De Meios Aéreos, S.A.  
Enatur - Empresa Nacional De Turismo, S.A.  
Ep Estradas Portugal S.A.  
Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS  
Fundo de Resolução  
Metro Porto, SA  
Metropolitano De Lisboa, Epe  
Opart - Organismo De Produção Artística, E.P.E.  
Parque Escolar E.P.E.  
Parups, S.A.  
Parvalorem, S.A.  
Rádio E Televisão De Portugal, S.A.  
Rede Ferroviária Nacional -Refer, Epe  
Siev - Sistema De Identificação Electrónica De Veículos, S.A.  
SOFLUSA - Sociedade Fluvial de Transportes, SA  
Spms - Serviços Partilhados Do Ministério Da Saúde, E.P.E.  
Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental - CIPRL  
Teatro Nacional De São João E.P.E.  
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.

### S.13113 – Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central

Associação para o Desenvolvimento da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto  
Casa Pia de Lisboa  
CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social  
Cento de Formação e de Inovação Tecnológica (Inovinter)  
Centro de Educação e Formação Profissional Integrada (Cefpi)  
Centro de Formação Profissional D/. Trab D/. Escrito/Comerc/Serv. . e Novas Tecnologias (Citeforma)  
Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul (Cenfic)  
Centro de Formação Profissional da Indústria de Calçado (Cfpic)  
Centro de Formação Profissional da Indústria de Cortiça (Cincork)  
Centro de Formação Profissional da Indústria de Fundição (Cinfu)  
Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria (Cindor)  
Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica (Cinel)



### S.13113 – Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central

Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica (Cenfi)  
Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios - MODATEX  
Centro de Formação Profissional da Reparação Automóvel (Cepra)  
Centro de Formação Profissional da Indústria da Madeira e Mobiliário (Cfpimm)  
Centro de Formação Profissional de Artesanato (Cearte)  
Centro de Formação Profissional P/. Sect. da Const. Civil e O. Públicas do Norte (Ciccopn)  
Centro de Formação Profissional para a Indústria de Cerâmica (Cencal)  
Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins (Cecoa)  
Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (Cfpsa)  
Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional (Cefosap)  
Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (Crgg)  
Centro Formacao Profissional Pescas e Mar (For Mar)  
Centro Protocolar de Formação Profissional Para Jornalistas (Cenjor)  
Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça  
Fcm - Fundação para as Comunicações Móveis  
FNE-Fundacao Nova Europa  
Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa  
Fundação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa  
Fundação da Universidade de Lisboa  
Fundação das Universidades Portuguesas  
Fundação p/Desenvolvimento Ciências Económicas, Financeiras e Empresariais  
Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve  
Fundação Rei D. Dinis Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
ICAT - Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia da FCUL  
IMAR-Instituto do Mar  
Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia - InI  
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

### S.131311A – Administração Regional – Órgãos dos Governos Regionais – Órgãos dos Governos Regionais dos Açores

#### Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores

##### Presidência do Governo Regional

*Gabinete do Presidente*

*Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas*

*Direção Regional das Comunidades*

*Secretaria-Geral da Presidência*

*Comissão Coordenadora para os Arquivos da Região Autónoma dos Açores*

*Gabinete de Apoio à Comunicação Social - GaCS*

*Gabinete de Edição do Jornal Oficial*

##### Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial

*Gabinete do Vice-Presidente*

*Direção Regional do Orçamento e Tesouro*

*Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade*

*Direção Regional de Organização e Administração Pública*

*Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional*

*Observatório EF. Profissional*

*Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais*

*CEFAPA - Centro de Formação da Administração Pública dos Açores*



## **S.131311A – Administração Regional – Órgãos dos Governos Regionais – Órgãos dos Governos Regionais dos Açores**

*Centro Regional de Apoio ao Artesanato*  
*SERCAT - Serviço Regional de Conciliação e Arbitragem do Trabalho*  
*Serviço Regional de Estatística dos Açores*  
*Inspeção Regional Atividades Económicas*  
*Inspeção Regional da Administração Pública*  
*Inspeção Regional do Trabalho*

### **Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura**

*Gabinete do Secretário*  
*Direção Regional da Educação*  
*Direção Regional da Cultura*  
*Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo*  
*Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada*  
*Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça (Horta)*  
*Museu Carlos Machado*  
*Museu da Graciosa*  
*Museu da Horta*  
*Museu das Flores*  
*Museu de Angra do Heroísmo*  
*Museu de Santa Maria*  
*Museu do Pico*  
*Museu Francisco Lacerda (São Jorge)*  
*Direção Regional do Desporto*  
*Direção Regional da Juventude*  
*Inspeção Regional da Educação*

### **Secretaria Regional da Solidariedade Social**

*Gabinete do Secretário*  
*Direção Regional da Habitação*  
*Direção Regional da Solidariedade Social*

### **Secretaria Regional da Saúde**

*Gabinete do Secretário Regional*  
*Direção Regional de Saúde*  
*Inspeção Regional de Saúde*

### **Secretaria Regional do Turismo e Transportes**

*Gabinete do Secretário*  
*Direção Regional dos Transportes*  
*Serviço Coordenador dos Transportes Terrestres*  
*Direção Regional das Obras Públicas, Tecnologia e Comunicações*  
*Direção Regional de Energia*  
*Direção Regional do Turismo*  
*Laboratório Regional de Engenharia Civil*

### **Secretaria Regional dos Recursos Naturais**

*Gabinete do Secretário*  
*Direção Regional dos Recursos Florestais*  
*Direção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural*  
*Direção Regional do Ambiente*  
*Direção Regional dos Assuntos do Mar*  
*Direção Regional das Pescas*  
*Inspeção Regional das Pescas*  
*Inspeção Regional do Ambiente*



## S.131311M – Administração Regional – Órgãos dos Governos Regionais – Órgãos dos Governos Regionais da Madeira

### **Presidência Do Governo**

*Secretaria Geral da Presidência*

### **Vice-Presidência Do Governo**

*Gabinete Do Vice Presidente E Serviços De Apoio*

*Direção Regional Da Administração Pública E Local*

*Direção Regional Dos Assuntos Europeus E Cooperação Externa*

*Direção Regional Do Comércio, Indústria E Energia*

*Direção Regional De Planeamento, Recursos e Gestão de Obras Públicas*

*Direção Regional De Edifícios Públicos*

*Direção Regional De Infraestruturas E Equipamentos*

*Direção Regional De Estradas*

*Direção Regional Da Administração Da Justiça*

*Direção Regional Da Administração Pública Do Porto Santo*

*Laboratório Regional de Engenharia Civil*

### **Secretaria Regional Da Cultura, Turismo E Transportes**

*Gabinete Do Secretario E Serviços Do Turismo E Cultura*

*Direção Regional De Turismo*

*Direção Regional Dos Assuntos Culturais*

*Direção Regional Dos Transportes Terrestres*

### **Secretaria Regional De Educação E Recursos Humanos**

*Gabinete Do Secretário Regional*

*Gabinete De Gestão Financeira*

*Direção Regional De Educação*

*Inspeção Regional De Educação*

*Direção Regional De Administração Educativa E Recursos Humanos*

*Direção Regional De Juventude E Desporto*

*Direção Regional De Planeamento, Recursos E Infraestruturas*

*Direção Regional Do Trabalho*

*Inspeção Regional Do Trabalho*

*Direção Regional De Qualificação Profissional*

*Conselho Económico e Social da RAM*

### **Escolas**

*Escola Básica E Secundária De Goncalves Zarco - Funchal*

*Escola Básica Do 2º E 3º Ciclos Bartolomeu Perestrelo - Funchal*

*Escola Básica E Secundária De Machico*

*Escola Básica E Secundária Da Calheta*

*Escola Básica E Secundária Padre Manuel Alvares - Ribeira Brava*

*Escola Básica Dos 2º E 3º Ciclos Do Estreito De Câmara De Lobos*

*Escola Básica E Secundária De Santa Cruz*

*Escola Básica E Secundária Prof. Doutor Freitas Branco - Porto Santo*

*Escola Básica E Secundária Da Ponta Da Sol*

*Escola Básica Dos 2º E 3º Ciclos Dr Horácio Bento De Gouveia - Funchal*

*Escola Básica De Santo António - Funchal*

*Escola Básica E Secundária Bispo D.Manuel Ferreira Cabral - Santana*

*Escola Básica E Secundária D. Lucinda Andrade - São Vicente*

*Escola Secundária Jaime Moniz - Funchal*

*Escola Secundária Francisco Franco - Funchal*

*Escola Básica 2º E 3º Ciclos S. Jorge - Cardeal D. Teodósio De Gouveia*

*Escola Básica E Secundária Dr. Angelo Augusto Da Silva - Funchal*

*Escola Básica E Secundária Dr. Luis Maurilio Da Silva Dantas - Carmo*

*Escola Básica Dos 2º E 3º Ciclos Do Caniço*

*Escola Básica Dos 2 3 Ciclos Dos Louros - Funchal*

*Escola Básica Dos 2º E 3º Ciclos Dr Eduardo Brazao De Castro - S Roque - Funchal*

*Escola Básica E Secundária Do Porto Moniz*

*Escola Básica Dos 2º E 3º Ciclos Dr. Alfredo Ferreira Nobrega Júnior - Camacha*



### **S.131311M – Administração Regional – Órgãos dos Governos Regionais – Órgãos dos Governos Regionais da Madeira**

*Escola Básica Dos 2º E 3º Ciclos Da Torre*  
*Escola Básica Dos 2º E 3º Ciclos Do Caniçal*  
*Escola Básica Do Porto Da Cruz*  
*Escola Básica 1º,2º,3º Ciclos Pe Prof. Francisco M. S. Barreto - Fajã Ovelha*  
*Escola Básica Dos 2º E 3º Ciclos Cônego João Jacinto Gonçalves Andrade - Campanário*  
*Escola Básica Dos 2º E 3º Ciclos Do Curral Das Freiras*

#### **Secretaria Regional Do Plano E Finanças**

*Gabinete Do Secretário E Serviços De Apoio*  
*Direção Regional De Orçamento E Contabilidade*  
*Direção Regional De Tesouro*  
*Direção Regional Do Património*  
*Inspeção Regional De Finanças*  
*Direção Regional Dos Assuntos Fiscais*  
*Direção Regional De Informática*  
*Direção Regional De Estatística*

#### **Secretaria Regional Do Ambiente E Dos Recursos Naturais**

*Gabinete Do Secretário Regional*  
*Direção Regional De Agricultura E Desenvolvimento Rural*  
*Direção Regional De Florestas E Conservação Da Natureza*  
*Direção Regional De Pescas*  
*Direção Regional Do Ordenamento Do Território E Ambiente*

#### **Secretaria Regional Dos Assuntos Sociais**

*Gabinete Do Secretário E Serviços De Apoio*  
*Inspeção Regional Das Atividades Económicas*

### **S.131312A – Administração Regional e Local - Administração Regional - Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional dos Açores**

Centro de Oncologia dos Açores  
ERSARA - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores  
Escola Profissional das Capelas  
Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores - FUNDOPESCA  
Fundo Escolar da EBI de Água de Pau  
Fundo Escolar da EBI Canto da Maia  
Fundo Escolar da EBI da Horta  
Fundo Escolar da EBI da Lagoa - Esc. Pe. João José Amaral  
Fundo Escolar da EBI da Maia  
Fundo Escolar da EBI da Ribeira Grande  
Fundo Escolar da EBI de Angra do Heroísmo  
Fundo Escolar da EBI de Arrifes  
Fundo Escolar da EBI de Biscoitos  
Fundo Escolar da EBI de Capelas  
Fundo Escolar da EBI de Ginetes  
Fundo Escolar da EBI de Ponta Garça  
Fundo Escolar da EBI de Praia da Vitória  
Fundo Escolar da EBI de Rabo de Peixe  
Fundo Escolar da EBI do Topo  
Fundo Escolar da EBI Francisco Ferreira Drummond  
Fundo Escolar da EBI Mouzinho da Silveira  
Fundo Escolar da EBI Roberto Ivens  
Fundo Escolar da EBS da Graciosa  
Fundo Escolar da EBS da Madalena  
Fundo Escolar da EBS da Povoação



### **S.131312A – Administração Regional e Local - Administração Regional - Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional dos Açores**

Fundo Escolar da EBS das Flores  
Fundo Escolar da EBS das Lajes do Pico  
Fundo Escolar da EBS de Calheta  
Fundo Escolar da EBS de Nordeste  
Fundo Escolar da EBS de Santa Maria  
Fundo Escolar da EBS de São Roque do Pico  
Fundo Escolar da EBS de Velas  
Fundo Escolar da EBS de Vila Franca do Campo  
Fundo Escolar da EBS Tomás de Borba  
Fundo Escolar da Escola Secundária Antero de Quental  
Fundo Escolar da Escola Secundária da Lagoa  
Fundo Escolar da Escola Secundária da Ribeira Grande  
Fundo Escolar da Escola Secundária das Laranjeiras  
Fundo Escolar da Escola Secundária Domingos Rebelo  
Fundo Escolar da Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade  
Fundo Escolar da Escola Secundária Vitorino Nemésio  
Fundo Escolar do Conservatório Regional de Ponta Delgada  
Fundo Regional para a Ciência  
Fundo Regional de Acção Cultural  
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico  
Fundo Regional do Desporto  
Fundo Regional do Emprego  
Fundo Regional dos Transportes Terrestres  
Instituto da Alimentação e Mercados Agrícolas - IAMA  
RIAC - Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, I.P.  
Serviço Regional de Protecção Civil e de Bombeiros dos Açores  
Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria  
Unidade de Saúde da Ilha das Flores  
Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge  
Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel  
Unidade de Saúde da Ilha do Faial  
Unidade de Saúde da Ilha do Corvo  
Unidade de Saúde da Ilha do Pico  
Unidade de Saúde da Ilha Graciosa  
Unidade de Saúde da Ilha Terceira  
APIA - Agência Para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E.  
Atlânticoline, S.A.  
Cinaçor -Teatro Micaelense / Centro Cultural Congressos  
Ilhas de Valor, S.A.  
Instituto Regional Ordenamento Agrário, S.A. - IROA  
Saudaçor - Sociedade Gestora de Recursos E Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A.

### **S.131312M – Administração Regional e Local - Administração Regional - Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional da Madeira**

Assembleia Legislativa da Madeira  
Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira  
Escola Profissional Dr.Francisco Fernandes



## S.131311A – Administração Regional – Órgãos dos Governos Regionais – Órgãos dos Governos Regionais dos Açores

Fundo da Estabilização Tributária da Região Autónoma da Madeira  
Fundo Escolar - Eb dos 2º e 3º Ciclos de S. Jorge - Cardeal D. Teodósio de Gouveia  
Fundo Escolar - Escola Básica do Porto da Cruz  
Fundo Escolar - Escola Básica dos 1º, 2º e 3º Ciclos Prof. Francisco M. S. Barreto  
Fundo Escolar - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Bartolomeu Perestelo  
Fundo Escolar - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade  
Fundo Escolar - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos da Torre de Câmara de Lobos  
Fundo Escolar - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Santo António  
Fundo Escolar - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniçal  
Fundo Escolar - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniço  
Fundo Escolar - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Curral das Freiras  
Fundo Escolar - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Estreito de Câmara Lobos  
Fundo Escolar - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos dos Louros  
Fundo Escolar - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Doutor Alfredo Ferreira Nóbrega Júnior  
Fundo Escolar - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro  
Fundo Escolar - Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Horácio Bento de Gouveia  
Fundo Escolar - Escola Básica e Secundária Bispo Dom Manuel Ferreira Cabral  
Fundo Escolar - Escola Básica e Secundária da Calheta  
Fundo Escolar - Escola Básica e Secundária Dª Lucinda Andrade  
Fundo Escolar - Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol  
Fundo Escolar - Escola Básica e Secundária de Machico  
Fundo Escolar - Escola Básica e Secundária de Porto Moniz  
Fundo Escolar - Escola Básica e Secundária de Santa Cruz  
Fundo Escolar - Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas  
Fundo Escolar - Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco  
Fundo Escolar - Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares  
Fundo Escolar - Escola Básica e Secundária Prof. Dr. Francisco Freitas Branco  
Fundo Escolar - Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva  
Fundo Escolar - Escola Secundária Francisco Franco  
Fundo Escolar - Escola Secundária Jaime Moniz  
Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira  
Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais - I.P. - RAM (IASAÚDE, I.P. - RAM)  
Instituto de Desenvolvimento Empresarial  
Instituto de Desenvolvimento Regional, I.P. - RAM  
Instituto de Emprego da Madeira, I.P. - RAM  
Instituto do Vinho, Bordado e do Artesanato da Madeira, I.P.  
Madeira + Rural - PRODERAM - Programa de Desenvolvimento Rural para a RAM  
Parque Natural da Madeira  
Serviço Regional de Protecção Civil, I.P. - Região Autónoma da Madeira  
Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos  
APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, SA  
Empresa do Jornal da Madeira Lda  
PATRIRAM - Titularidade e Gestão de Património Público Regional, S.A.  
Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.  
SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte Da Madeira, S.A.  
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.  
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.



### **S.131321 – Administração Regional e Local - Administração local – Distritos**

Assembleia Distrital de Viseu  
Assembleia Distrital de Évora  
Assembleia Distrital de Viana do Castelo  
Assembleia Distrital de Leiria  
Assembleia Distrital de Faro  
Assembleia Distrital de Braga  
Assembleia Distrital de Castelo Branco  
Assembleia Distrital de Vila Real  
Assembleia Distrital de Lisboa  
Assembleia Distrital de Portalegre  
Assembleia Distrital de Aveiro  
Assembleia Distrital de Santarém  
Assembleia Distrital do Porto  
Assembleia Distrital de Coimbra  
Assembleia Distrital de Beja  
Assembleia Distrital de Bragança  
Assembleia Distrital de Setúbal  
Assembleia Distrital da Guarda

### **S.131322 – Administração Regional e Local – Administração local – Municípios**

Município de Almada  
Município de Sintra  
Município de Lisboa  
Município de Alcanena  
Município de Oeiras  
Município de Cuba  
Município de Caminha  
Município de Tavira  
Município de Marco de Canaveses  
Município de Penafiel  
Município de Barrancos  
Município de Águeda  
Município de Felgueiras  
Município de Amarante  
Município de Serpa  
Município do Entroncamento  
Município de Idanha-a-Nova  
Município da Lousã  
Município de Torre de Moncorvo  
Município de Aljustrel  
Município de Oliveira do Bairro  
Município de Mora  
Município da Guarda  
Município de Alter do Chão  
Município de Alpiarça  
Município de Castro Verde  
Município de Valongo



## S.131322 – Administração Regional e Local – Administração local – Municípios

Município de Castelo Branco  
Município de Portalegre  
Município de Trancoso  
Município de Vidigueira  
Município de Sesimbra  
Município de Arronches  
Município de Vinhais  
Município de Santa Maria da Feira  
Município de Espinho  
Município de Fronteira  
Município de Marvão  
Município de Campo Maior  
Município de Vendas Novas  
Município de Sardoal  
Município de Estarreja  
Município de Chaves  
Município de Mourão  
Município de Ferreira do Zêzere  
Município de Caldas da Rainha  
Município de Ferreira do Alentejo  
Município de Arraiolos  
Município de Mangualde  
Município de Elvas  
Município de Montemor-o-Velho  
Município de Almeirim  
Município de Condeixa-a-Nova  
Município de Ourém  
Município de Alvito  
Município da Batalha  
Município de Setúbal  
Município de Anadia  
Município de Loures  
Município de Chamusca  
Município da Figueira da Foz  
Município de Alenquer  
Município de Matosinhos  
Município do Porto  
Município de Oliveira de Frades  
Município de Ovar  
Município de Santo Tirso  
Município do Redondo  
Município de Monção  
Município de Loulé  
Município de Santiago do Cacém  
Município de Alcácer do Sal  
Município de Paços de Ferreira  
Município de Torres Vedras  
Município de Moura  
Município de Mafra



## S.131322 – Administração Regional e Local – Administração local – Municípios

Município da Lourinhã  
Município de Sines  
Município de Abrantes  
Município de Castelo de Paiva  
Município de Sever do Vouga  
Município de Avis  
Município de Montijo  
Município de São Brás de Alportel  
Município de Mértola  
Município de Albufeira  
Município de Borba  
Município de Odivelas  
Município da Trofa  
Município de Évora  
Município de Beja  
Município de Meda  
Município de Lagos  
Município de Leiria  
Município de Cascais  
Município de Arcos de Valdevez  
Município de Lousada  
Município de Arruda Dos Vinhos  
Município de Portimão  
Município de Odemira  
Município de Cabeceiras de Basto  
Município da Covilhã  
Município de Vila Nova de Gaia  
Município de Vila Nova de Poiares  
Município de Proença-a-Nova  
Município da Maia  
Município de Sobral de Monte Agraço  
Município da Amadora  
Município de Barcelos  
Município de Porto de Mós  
Município de Melgaço  
Município de Fornos de Algodres  
Município de Rio Maior  
Município de Ponte da Barca  
Município do Cadaval  
Município da Marinha Grande  
Município de Vila do Conde  
Município de Aveiro  
Município de Aljezur  
Município de Santarém  
Município de Guimarães  
Município de Vizela  
Município de Figueira de Castelo Rodrigo  
Município de Viana do Castelo  
Município de Cantanhede



## S.131322 – Administração Regional e Local – Administração local – Municípios

Município de Montalegre  
Município de Viana do Alentejo  
Município do Seixal  
Município de Palmela  
Município de Penamacor  
Município de Portel  
Município de Bragança  
Município do Fundão  
Município de Oliveira de Azeméis  
Município de Olhão  
Município de Pombal  
Município de Resende  
Município de Vila Real  
Município de Coimbra  
Município de Gouveia  
Município de São João da Madeira  
Município de Figueiró dos Vinhos  
Município de Estremoz  
Município da Golegã  
Município de Lamego  
Município de Faro  
Município de Tabuaço  
Município de Ansião  
Município de Alvaiázere  
Município de Torres Novas  
Município de Montemor-o-Novo  
Município de Nisa  
Município de Góis  
Município de Vila Viçosa  
Município de Vila Franca de Xira  
Município de Esposende  
Município de Miranda do Corvo  
Município de Almeida  
Município de Vimioso  
Município da Póvoa de Lanhoso  
Município de Paredes de Coura  
Município de Manteigas  
Município de Santa Comba Dão  
Município de Vila Verde  
Município de Vila Velha de Ródão  
Município de Alfândega da Fé  
Município de Penedono  
Município de Paredes  
Município de Penacova  
Município de Vieira do Minho  
Município do Crato  
Município de Vila Nova de Famalicão  
Município de Moimenta da Beira  
Município de Carrazeda de Ansiães



## S.131322 – Administração Regional e Local – Administração local – Municípios

Município do Barreiro  
Município de Benavente  
Município de Seia  
Município de Carregal do Sal  
Município de Cinfães  
Município de Belmonte  
Município de Vila Flor  
Município de Viseu  
Município de Macedo de Cavaleiros  
Município de Castro Daire  
Município de Coruche  
Município de Mira  
Município de Valença  
Município de Vila do Bispo  
Município de Castanheira de Pêra  
Município de Vale de Cambra  
Município de Tomar  
Município da Póvoa de Varzim  
Município de Tarouca  
Município de Salvaterra de Magos  
Município de Vouzela  
Município de Alcoutim  
Município de Alandroal  
Município de Penela  
Município do Cartaxo  
Município de Albergaria-a-Velha  
Município de São Pedro do Sul  
Município de Pinhel  
Município de Alcochete  
Município da Moita  
Município da Murtosa  
Município de Mealhada  
Município de Penalva do Castelo  
Município de Castelo de Vide  
Município de Amares  
Município de Bombarral  
Município de Castro Marim  
Município de Óbidos  
Município de Lagoa  
Município de Ponte de Sor  
Município de Miranda do Douro  
Município de Tábua  
Município de Arouca  
Município de Aguiar da Beira  
Município de Vila Nova de Paiva  
Município de Sousel  
Município de Vila Pouca de Aguiar  
Município de Sabugal  
Município de Pampilhosa da Serra



## S.131322 – Administração Regional e Local – Administração local – Municípios

Município de Ponte de Lima  
Município de Peniche  
Município de Mação  
Município de Almodôvar  
Município de Ribeira de Pena  
Município de Oliveira do Hospital  
Município de Silves  
Município de Azambuja  
Município de Tondela  
Município de Grândola  
Município de Oleiros  
Município de Sabrosa  
Município de Constância  
Município de Monchique  
Município de Santa Marta de Penaguião  
Município de Vila Nova de Foz Côa  
Município de Peso da Régua  
Município de Vila Real de Santo António  
Município de Arganil  
Município de Nelas  
Município de Mesão Frio  
Município de Fafe  
Município de Armamar  
Município de Gondomar  
Município de Celorico da Beira  
Município de Mogadouro  
Município de Sernancelhe  
Município de Baião  
Município de Mortágua  
Município de Alijó  
Município de Murça  
Município de Gavião  
Município de Monforte  
Município de Alcobaça  
Município de Valpaços  
Município de Ourique  
Município de Mirandela  
Município de Sátão  
Município de Celorico de Basto  
Município de Freixo de Espada A Cinta  
Município de Boticas  
Município de São João da Pesqueira  
Município de Vila Nova de Cerveira  
Município de Vila Nova da Barquinha  
Município de Braga  
Município de Terras de Bouro  
Município de Vagos  
Município de Ílhavo  
Município de Vila de Rei



### **S.131322 – Administração Regional e Local – Administração local – Municípios**

Município de Sertã  
Município de Mondim de Basto  
Município de Pedrógão Grande  
Município da Nazaré  
Município de Reguengos de Monsaraz  
Município de Soure  
Município do Funchal  
Município de Câmara de Lobos  
Município de Calheta  
Município de Ponta do Sol  
Município da Ribeira Brava  
Município do Porto Santo  
Município de Porto Moniz  
Município de Machico  
Município de Santana  
Município de São Vicente  
Município de Santa Cruz  
Município de Ponta Delgada  
Município da Ribeira Grande  
Município de Nordeste  
Município de Vila Franca do Campo  
Município da Praia da Vitória  
Município de Angra do Heroísmo  
Município de Vila do Porto  
Município da Povoação  
Município do Corvo  
Município de Santa Cruz da Graciosa  
Município da Madalena  
Município da Horta  
Município de Calheta – São Jorge  
Município Das Lajes do Pico  
Município de Lagoa – Açores  
Município de São Roque do Pico  
Município de Lajes Das Flores  
Município Das Velas  
Município de Santa Cruz Das Flores

### **S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias**

Freguesia De Darque  
Freguesia De Vila Boa Do Bispo  
Freguesia De Moreira  
Freguesia De Boliquiteime  
Freguesia Da Ajuda  
Freguesia De Pavia  
Freguesia De S. Sebastião De Setúbal  
Freguesia De Santiago De Sesimbra  
Freguesia De Refontoura  
Freguesia De Santo André  
Freguesia De Pegarinhos



## S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Santana  
Freguesia De Arrifana  
Freguesia De Mundão  
Freguesia De Benfica Do Ribatejo  
Freguesia De Santiago Do Escoural  
Freguesia De Vila Ruiva  
Freguesia De Freixiosa  
Freguesia De Quintela De Azurara  
Freguesia De Cabeço De Vide  
Freguesia De Alcafache  
Freguesia De Ventosa  
Freguesia De Minde  
Freguesia De Anobra  
Freguesia De Vila Nova De Anços  
Freguesia De Luz  
Freguesia De Sao Bras De Alportel  
Freguesia Da Moita  
Freguesia De Figueira De Lorrão  
Freguesia Da Raposa  
Freguesia De Furadouro  
Freguesia De Ferreiras  
Freguesia De Meia Via  
Freguesia De Costa Da Caparica  
Freguesia De Rio Meão  
Freguesia De Mosteiros  
Freguesia De S Pedro  
Freguesia De Almagreira  
Freguesia De São Pedro  
Freguesia De Ponta Garça  
Freguesia De Água Retorta  
Freguesia De Povoação  
Freguesia De Lajes Do Pico  
Freguesia De Salga  
Freguesia De Ribeira Das Taínhas  
Freguesia De Maia  
Freguesia De Santo Amaro  
Freguesia De Santa Bárbara  
Freguesia De Santa Cruz Da Graciosa  
Freguesia De Ribeira Grande (Matriz)  
Freguesia De Faial Da Terra  
Freguesia De Santo Espírito  
Freguesia De Ribeira Quente  
Freguesia Da Lomba Da Maia  
Freguesia Do Porto Martins  
Freguesia De Água De Alto  
Freguesia De Santana  
Freguesia De Vale Da Mula  
Freguesia De Gilmonde  
Freguesia De Lousa  
Freguesia De São Martinho Das Chãs



## S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Rendufe  
Freguesia De Porto Formoso  
Freguesia De Soutelo Do Douro  
Freguesia De Raimonda  
Freguesia De Caravelas  
Freguesia De Capeludos  
Freguesia De Ruilhe  
Freguesia De Torre De Dona Chama  
Freguesia De S. Salvador  
Freguesia Do Pó  
Freguesia De Orgens  
Freguesia De Vale De Figueira  
Freguesia De Alcabideche  
Freguesia De Rendo  
Freguesia De Valada  
Freguesia De Travancinha  
Freguesia De Oliveira  
Freguesia De Carvalho  
Freguesia De Amendoa  
Freguesia De Praia Do Ribatejo  
Freguesia De Banho E Carvalhosa  
Freguesia De Sameiro  
Freguesia De Garfe  
Freguesia De Escariz  
Freguesia De Bemposta  
Freguesia De Lordosa  
Freguesia De Carvalhais  
Freguesia Do Rabacal  
Freguesia De Marialva  
Freguesia De Olalhas  
Freguesia Do Poço Do Canto  
Freguesia De S Lourenço De Ribapinhao  
Freguesia De Valhascos  
Freguesia De Vale Benfeito  
Freguesia De Aveloso  
Freguesia De Valoura  
Freguesia De Olhalvo  
Freguesia Da Estela  
Freguesia De Tresminas  
Freguesia Paredes Da Beira  
Freguesia De Revelhe  
Freguesia De São Vicente Da Beira  
Freguesia De Monchique  
Freguesia De Talhadas  
Freguesia De Pessegueiro  
Freguesia De Turiz  
Freguesia De Lama  
Freguesia De Sezulfe  
Freguesia Da Murtosa  
Freguesia De Aguada De Cima



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Figueira Dos Cavaleiros  
Freguesia De Riba De Âncora  
Freguesia De Santa Luzia  
Freguesia De Faro Do Alentejo  
Freguesia De Vila Seca  
Freguesia De Águas Belas  
Agregação Das Freguesias Sul De Pinhel  
Freguesia De Sanguedo  
Freguesia De Malcata  
Freguesia De Penacova  
Freguesia De Pontével  
Freguesia Do Bunheiro  
Freguesia De Oliveira  
Freguesia De Rocas Do Vouga  
Freguesia De Alvite  
Freguesia De Gâmbia-Pontes-Alto Da Guerra  
Associação De Freguesias Do Vale Do Neiva  
Freguesia De Fiscal  
Freguesia De Duas Igrejas  
Freguesia De Valongo Dos Azeites  
Freguesia De Macinhata Do Vouga  
Freguesia De Santiago  
Freguesia De Castelo Bom  
Freguesia De Chancelaria  
Freguesia De São Bartolomeu De Messines  
Freguesia De Vilar Do Pinheiro  
Freguesia De Tadim  
Freguesia De Bodiosa  
Freguesia De Marinhais  
Freguesia De Castelo  
Freguesia De Santo André De Vagos  
Freguesia De Avelãs De Caminho  
Freguesia De Verdelhos  
Freguesia De Várzea  
Freguesia De Pinhanços  
Freguesia De Pousa  
Freguesia De Joane  
Freguesia De Fridão  
Freguesia De Carvalhal  
Freguesia De Gancaria  
Freguesia De Longomel  
Freguesia De Fornelos  
Freguesia De Loureira  
Freguesia Do Ramalhal  
Freguesia De Chave  
Freguesia De Regueira De Pontes  
Freguesia Do Paçô  
Freguesia De Soure  
Freguesia De Carvalhosa  
Freguesia De Fornos



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Bico  
Freguesia De S. João De Rei  
Freguesia De Enxames  
Freguesia De Mindelo  
Freguesia De Gondar  
Freguesia De Vilar De Mouros  
Freguesia De Sandomil  
Freguesia De Alferce  
Freguesia De Lorvão  
Freguesia De Cortiçada  
Freguesia De Eirado  
Freguesia De Lanhoso  
Freguesia De Belver  
Freguesia De Peredo Da Bemposta  
Freguesia De Milheirós De Poiars  
Freguesia De Seixas  
Freguesia De São Roque  
Freguesia De São Pedro Da Cadeira  
Freguesia De Benquerenças  
Freguesia De Moledo  
Freguesia De Vilar Seco De Lomba  
Freguesia De Candedo  
Freguesia De Vila Boa De Ousilhão  
Freguesia De Arnas  
Freguesia De São Martinho Do Peso  
Freguesia De Moreira De Rei  
Freguesia De Salto  
Freguesia De Paços  
Freguesia De S. João Da Serra  
Freguesia De Fragosela  
Freguesia De Ferreira Do Zêzere  
Freguesia De Bom Sucesso  
Freguesia De Pernes  
Freguesia De Cavadoude  
Freguesia De Fajões  
Freguesia De Romariz  
Freguesia De Mentrestido  
Freguesia De Cambeses  
Freguesia De Lamas  
Freguesia De Pedraça  
Freguesia De Tábua  
Freguesia De Constância  
Freguesia De Vila Real De Santo António  
Freguesia De Fragoso  
Freguesia De Meca  
Freguesia De Martinchel  
Freguesia De S. Gens  
Freguesia De Airó  
Freguesia De Várzea  
Freguesia De Barão De S. Miguel



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Armação De Pêra  
Freguesia De Muxagata  
Freguesia De Tamel S. Veríssimo  
Freguesia De Nossa Senhora Da Piedade  
Freguesia De Várzea Da Serra  
Freguesia De Póvoa Do Concelho  
Freguesia De Barreiros  
Freguesia De Aldeia Velha  
Freguesia De Donai  
Freguesia De Vila Boa  
Freguesia De Ventosa  
Freguesia De Facha  
Freguesia De Esgueira  
Freguesia De Oliveira S. Mateus  
Freguesia De Tronco  
Freguesia De Azias  
Freguesia De Pardais  
Freguesia De Taíde  
Freguesia De Turquel  
Freguesia De Milheirós  
Freguesia De Paramio  
Freguesia De Avanca  
Freguesia De Cabaços  
Freguesia De Santo André Das Tojeiras  
Freguesia De Canha  
Freguesia De S.Martinho De Mouros  
Freguesia De Cossourado  
Freguesia De Grijó De Parada  
Freguesia De Espinhosela  
Freguesia De Santiago De Montalegre  
Freguesia De Aguas Belas  
Freguesia De Macedo Do Mato  
Freguesia De Sortes  
Freguesia De Seixas  
Freguesia De Outeiro  
Freguesia De Samil  
Freguesia De Alfaiao  
Freguesia De Galegos  
Freguesia De Abrunhosa-A-Velha  
Freguesia De Chosendo  
Freguesia De Cruz  
Freguesia De Lufrei  
Freguesia De Palhais  
Freguesia De Fiães  
Freguesia De Serzedelo  
Freguesia De Sobreposta  
Freguesia De Folhadela  
Freguesia De Priscos  
Freguesia De Tamanhos  
Freguesia De Louredo



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Nogueira Da Regedoura  
Freguesia De Oleiros  
Freguesia De Baçal  
Freguesia De Coelhoso  
Freguesia De Rabal  
Freguesia De Gimonde  
Freguesia De Gostei  
Freguesia De Geraz Do Minho  
Freguesia Da Vila Do Touro  
Freguesia De S O Matias  
Freguesia De Baracal  
Freguesia De Quintela De Lampaças  
Freguesia De Figueiredo  
Freguesia De Paradela  
Freguesia De Vila Da Ponte  
Freguesia De Lapa Do Lobo  
Freguesia De Argela  
Freguesia De Oliveirinha  
Freguesia De Meixomil  
Freguesia De Esporões  
Freguesia De Quintela  
Freguesia De Rio Frio  
Freguesia De Reliquias  
Freguesia De Parada De Cunhos  
Freguesia Do Bragado  
Freguesia De S. João De Vêr  
Freguesia De Poiares  
Freguesia De Vascões  
Freguesia De Fermentões  
Freguesia De Calvelo  
Freguesia De Vale De S.Martinho  
Freguesia Da Balanca  
Freguesia De Bornes  
Freguesia De Bouro Santa Marta  
Freguesia De Babe  
Freguesia De Alfena  
Freguesia De Padroso  
Freguesia De Lordelo  
Freguesia De Candoso São Martinho  
Freguesia Do Caniço  
Freguesia De Carregosa  
Freguesia De Pinheiro  
Freguesia De Santana De Cambas  
Freguesia De São Martinho De Sardoura  
Freguesia De Lijó  
Freguesia De Guadalupe  
Freguesia De Arcozelo Das Maias  
Freguesia De Girabolhos  
Freguesia De S. Miguel Do Mato  
Freguesia De Monte Redondo



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Bertandos  
Freguesia De Aldeia De Santa Margarida  
Freguesia De Medelo  
Freguesia De Rubiaes  
Freguesia De Senharei  
Freguesia De Aveleda  
Freguesia De Nespereira  
Freguesia De Dornelas  
Freguesia De Rendufinho  
Freguesia De Bucos  
Freguesia De Bela  
Freguesia De Pinheiros  
Freguesia De Monsul  
Freguesia De Sazes Da Beira  
Freguesia De Seixo De Gatões  
Freguesia De Miranda  
Freguesia De Almofter  
Freguesia De Alqueidão  
Freguesia De Croca  
Freguesia De Cernache  
Freguesia De Ázere  
Freguesia De Cendufe  
Freguesia De Solveira  
Freguesia De Lodares  
Freguesia Da Cumieira  
Freguesia De Faia  
Freguesia De Pinheiro  
Freguesia De Ferral  
Freguesia De Aguiar De Sousa  
Freguesia De Sortelha  
Freguesia Da Palhaça  
Freguesia De Azambuja  
Freguesia De Cête  
Freguesia De Roriz  
Freguesia De Cristelo  
Freguesia De Guardizela  
Freguesia De Santo Estevão  
Freguesia De Prozelo  
Freguesia De Figueiredo De Alva  
Freguesia De Mós  
Freguesia De Montes Da Senhora  
Freguesia De Comporta  
Freguesia De Vila Verde Da Raia  
Freguesia De Casal Comba  
Freguesia De Areias  
Freguesia De Mourão  
Freguesia De Criação Velha  
Freguesia De Santa Maria De Émeres  
Freguesia De Quintas De S. Bartolomeu  
Freguesia De Serra D'El-Rei



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Rio Torto  
Freguesia De Argeriz  
Freguesia De Padrela E Tázem  
Freguesia De Água Revés  
Freguesia De Vila Cortes Do Mondego  
Freguesia De Quinchaes  
Freguesia De Maceira  
Freguesia De Longos Vales  
Freguesia De Pinheiro De Ázere  
Freguesia De Cativelos  
Freguesia De Tangil  
Freguesia De Benquerença  
Freguesia De Pombal  
Freguesia De Vimioso  
Freguesia De Alquerubim  
Freguesia De Vale Da Pedra  
Freguesia De Gondar  
Freguesia De Fradelos  
Freguesia De Pessegueiro Do Vouga  
Freguesia De Selho(S. Jorge)  
Freguesia De Vilar Da Veiga  
Freguesia De Basto  
Freguesia De Riodouro  
Freguesia De Caires  
Freguesia De Abadim  
Freguesia De Armil  
Freguesia De Pedome  
Freguesia Goaes  
Freguesia De Barbeita  
Freguesia De Rans  
Freguesia De Souto  
Freguesia Do Arneiro Das Milharicas  
Freguesia Do Livramento  
Freguesia Do Monte  
Freguesia Do Raminho  
Freguesia Dos Remédios  
Freguesia De Palmela  
Freguesia De Riodades  
Freguesia De Biscoitos  
Freguesia De Canedo  
Freguesia De Negroes  
Freguesia De Porto Salvo  
Freguesia De Calhetas  
Freguesia De Rossas  
Freguesia De Orjais  
Freguesia De Mondim Da Beira  
Freguesia De Sabroso De Aguiar  
Freguesia De Vilarinho Das Cambas  
Freguesia Do Caniçal  
Freguesia De Mata De Lobos



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Murtede  
Freguesia De Alvor  
Freguesia De Marzagão  
Freguesia De Aranhas  
Freguesia De Gandra  
Freguesia De Seara  
Freguesia De Alcaravela  
Freguesia De Fernão Joanes  
Freguesia De Zoio  
Freguesia De Martim  
Freguesia De Correlhã  
Freguesia Da Junqueira  
Freguesia De Arroquelas  
Freguesia De Castelo Branco  
Freguesia De Vilarinho  
Freguesia De Silvares  
Freguesia Do Marmeleiro  
Freguesia De São Vicente  
Freguesia De São Pedro  
Freguesia De S.Martinho  
Freguesia De Sezures  
Freguesia De Amiais De Baixo  
Freguesia De Calheta  
Freguesia De Mora  
Freguesia De Castelões  
Freguesia De Arazede  
Freguesia De Barcarena  
Freguesia De Vila De Rei  
Freguesia De Argoncilhe  
Freguesia Do Vale De Santarém  
Freguesia De Caxarias  
Freguesia De Padronelo  
Freguesia De Ganfei  
Freguesia De Chãs  
Freguesia De Vilarandelo  
Freguesia Do Louro  
Freguesia De Roriz  
Freguesia De Vermiosa  
Freguesia De Travanca  
Freguesia De Cercosa  
Freguesia De São Marcos Da Serra  
Freguesia De Santa Maria  
Freguesia De Porches  
Freguesia De Orca  
Freguesia De Astromil  
Freguesia De Samora Correia  
Freguesia De Vale De Cavalos  
Freguesia De Pego  
Freguesia De Abade De Neiva  
Freguesia De Fundada



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Baltar  
Freguesia De Benavente  
Freguesia De Edrosa  
Freguesia De Lourosa  
Freguesia De Cesar  
Freguesia Da Cela  
Freguesia Do Castelo  
Freguesia De Porto Moniz  
Freguesia De Ponte Do Rol  
Freguesia De Castedo  
Freguesia De Delães  
Freguesia De Santiago Da Guarda  
Freguesia De Aldeia Das Dez  
Freguesia De S. Cristovão De Nogueira  
Freguesia De Várzea Dos Cavaleiros  
Freguesia De Balugães  
Freguesia De Alpiarça  
Freguesia De Sátão  
Freguesia De S. Pedro Do Rio Seco  
Freguesia De Zambujal  
Freguesia De Assentiz  
Freguesia De Chancelaria  
Freguesia De Galegos Santa Maria  
Freguesia De São João Da Corveira  
Freguesia De Silvares  
Freguesia De Zibreira  
Freguesia De Fráguas  
Freguesia De Prado São Miguel  
Freguesia De Mire De Tibães  
Freguesia Da Lage  
Freguesia De Espinho  
Freguesia De Sapardos  
Freguesia Do Seixo  
Freguesia De Riba De Ave  
Freguesia De S. Víctor  
Freguesia De Lamas  
Freguesia De Olho Marinho  
Freguesia De S. João Do Peso  
Freguesia De Granja Do Ulmeiro  
Freguesia De Urros  
Freguesia De S. Roque  
Freguesia De Vilar  
Freguesia De Viana Do Alentejo  
Freguesia De Vile  
Freguesia De Videmonte  
Freguesia De Castelo Melhor  
Freguesia De Dem  
Freguesia De Moimenta Da Beira  
Freguesia De S. Paio De Oleiros  
Freguesia De Ervedosa



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Lameiras  
Freguesia De Pala  
Freguesia De Sequeira  
Freguesia De PíNZio  
Freguesia De Touça  
Freguesia De Manigoto  
Freguesia De São Vicente E Ventosa  
Freguesia De Ponte  
Freguesia De Penha Garcia  
Freguesia De Nossa Senhora Da Expectação  
Freguesia De Tebosa  
Freguesia De Quadrazais  
Freguesia De Covelas  
Freguesia De Santo Emilião  
Freguesia De Sobradelo Da Goma  
Freguesia De Pousada De Saramagos  
Freguesia De Modivas  
Freguesia De Lousado  
Freguesia De Castelo Rodrigo  
Freguesia De Malhada Sorda  
Freguesia De Branca  
Freguesia De Aldeia Dos Fernandes  
Freguesia De Pomares  
Freguesia De Travassos  
Freguesia De Requião  
Freguesia De Aguiã  
Freguesia De Salreu  
Freguesia De Gaula  
Freguesia De Oliveira  
Freguesia De Brito  
Freguesia De Jazente  
Freguesia De Aboim Das Choças  
Freguesia De Alvarenga  
Freguesia De Bairro  
Freguesia De Nave De Haver  
Freguesia De Atouguia Da Baleia  
Freguesia De Fiães  
Freguesia De Almeida  
Freguesia De Sardoal  
Freguesia De Oleiros  
Freguesia De Fafe  
Freguesia De Arões (Santa Cristina)  
Freguesia De Travassós  
Freguesia De Pinho  
Freguesia De Aldeia Nova  
Freguesia De Pena Verde  
Freguesia De Samadas De Ródão  
Freguesia De Ervedal  
Freguesia De Lara  
Freguesia De Carrapichana



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Cunha  
Freguesia De Mesão Frio  
Freguesia De Selho (S. Cristóvão)  
Freguesia De Fervença  
Freguesia De Ortiga  
Freguesia De Estorãos  
Freguesia De São Bernardo  
Freguesia De Lajedo  
Freguesia De Cervos  
Freguesia De Urrô  
Freguesia De Ronfe  
Freguesia De Mouronho  
Freguesia De Golães  
Freguesia De Gouveia (S.Simão)  
Freguesia De Codeçoso  
Freguesia De Outeiro Seco  
Freguesia De Redondelo  
Freguesia De Carvoeiro  
Freguesia De Casal Vasco  
Freguesia De Castelões  
Freguesia De Póvoa De S.Miguel  
Freguesia De Urqueira  
Freguesia De Santa Maria Dos Olivais  
Freguesia De Espinho  
Freguesia De Lavacolhos  
Freguesia De Penhas Juntas  
Freguesia De Vale Das Fontes  
Freguesia De Tuizelo  
Freguesia De São Gião  
Freguesia De Aradas  
Freguesia De S. Martinho Das Amoreiras  
Freguesia De Forninhos  
Freguesia De Dornelas  
Freguesia Da Póvoa De Lanhoso - Nossa Senhora Do Amparo  
Freguesia De Rio De Moinhos  
Freguesia De Rebordelo  
Freguesia De Loriga  
Freguesia De Tendais  
Freguesia De Água De Pena  
Freguesia Do Espadanedo  
Freguesia Da Moçarria  
Freguesia De Cardosas  
Freguesia De Ervidel  
Freguesia De Silveira  
Freguesia De Serro Ventoso  
Freguesia De Lanhelas  
Freguesia Do Baraçal  
Freguesia De Muro  
Freguesia De Lamas  
Freguesia De Ferrel



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Bajouca  
Freguesia De Forjães  
Freguesia De Freixeiro De Soutelo  
Freguesia De Cota  
Freguesia De Lavegadas  
Freguesia De Sobreira  
Freguesia De Fazendas De Almeirim  
Freguesia De Carapinha  
Freguesia De Pereira  
Freguesia De Paranhos Da Beira  
Freguesia De Abraveses  
Freguesia De Perelhal  
Freguesia De Vila-Chã  
Freguesia De Parada  
Freguesia De Soalhães  
Freguesia De Vinha Da Rainha  
Freguesia De Vila De Prado  
Freguesia De S. Pedro Da Torre  
Freguesia De Loureiro  
Freguesia De Samuel  
Freguesia De Seroa  
Freguesia De Galegos S.Martinho  
Freguesia De Cordinhã  
Freguesia De Arcozelo  
Freguesia De Panque  
Freguesia Do Campo  
Freguesia De S.Vicente De Lafões  
Freguesia De Fornelos  
Freguesia De Laundos  
Freguesia De Gême  
Freguesia De Carrazedo  
Freguesia De Sobral Da Adiça  
Freguesia De Atalaia  
Freguesia De Unhais-O-Velho  
Freguesia De Nespereira  
Freguesia De Palme  
Freguesia Da Quinta Grande  
Freguesia De Santo António Da Serra  
Freguesia Do Topo-Nossa Senhora Do Rosário  
Freguesia De Marmeleite  
Freguesia Do Castanheiro Do Sul  
Freguesia De Tabuado  
Freguesia De Alcântara  
Freguesia De Alter Do Chão  
Freguesia Da Batalha  
Freguesia De Covoada  
Freguesia Dos Altares  
Freguesia De Arrifes  
Freguesia De Carnide  
Freguesia Da Fajã De Cima



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Fenais Da Luz  
Freguesia De Pampilhosa  
Freguesia De Relva  
Freguesia De Santana  
Freguesia De São Mamede De Ribatua  
Freguesia De Ulme  
Freguesia Do Sabugueiro  
Freguesia De Turcifal  
Freguesia De Cadima  
Freguesia Da Ericeira  
Freguesia De Mafra  
Freguesia De Castro De Avelãs  
Freguesia De Mirandela  
Freguesia De Franca  
Freguesia De Cambeses  
Freguesia De Cerdal  
Freguesia De Barcelinhos  
Freguesia De Barcouço  
Freguesia De Alburitel  
Freguesia De Figueira E Barros  
Freguesia De Tramagal  
Freguesia De Santa Comba De Rossas  
Freguesia Vila Caiz  
Freguesia De Saboia  
Freguesia De Santa Eugenia  
Freguesia De Molelos  
Freguesia De Alvorge  
Freguesia De Lagares Da Beira  
Freguesia De Adães  
Freguesia De Rio Covo (Santa Eugenia)  
Freguesia De Mondim De Basto  
Freguesia De Silgueiros  
Freguesia De Carapeços  
Freguesia De Povolide  
Freguesia De Riachos  
Freguesia Da Encarnação  
Freguesia De Febres  
Freguesia De Couto De Esteves  
Freguesia De Moure  
Freguesia De Parada De Gatim  
Freguesia De Cabanelas  
Freguesia De Vreia De Bornes  
Freguesia De Cabanas De Viriato  
Freguesia De Manhente  
Freguesia Do Rego  
Freguesia De Pedralva  
Freguesia De Cornes  
Freguesia De Vila Pouca De Aguiar  
Freguesia De Arcozelo Da Serra  
Freguesia De S. Bento



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Moure  
Freguesia De Santo Isidoro  
Freguesia De Maçaínhas  
Freguesia De Trindade  
Freguesia De Valdreu  
Freguesia De Celeirós  
Freguesia De Guilhabreu  
Freguesia De Santulhão  
Freguesia De Matela  
Freguesia De Cortiços  
Freguesia De Penas Roias  
Freguesia De Sobral De S. Miguel  
Freguesia De Vila Nova De Tazem  
Freguesia De Ranhados  
Freguesia De Ribeira  
Freguesia De Montalvo  
Freguesia De Carvalheira  
Freguesia De Fontão  
Freguesia De Lalim  
Freguesia Da Carvoeira  
Freguesia De Serdedelo  
Freguesia De Prados  
Freguesia De Valongo De Milhais  
Freguesia De Gualtar  
Freguesia De Dornelas  
Freguesia De S.Pedro Do Esteval  
Freguesia De Longroiva  
Freguesia De Escapães  
Freguesia De Reguengo Grande  
Freguesia De S.Paio  
Freguesia De Vila Franca Da Serra  
Freguesia De Arcos  
Freguesia De Merufe  
Freguesia Da Capela  
Freguesia De Vila Facaia  
Freguesia De Brandara  
Freguesia De Bouro (Santa Maria)  
Freguesia De Prazins (Santa Eufémia)  
Freguesia De Aldeia-Viçosa  
Freguesia De Gandra  
Freguesia De Reboleiro  
Freguesia De Fiolhoso  
Freguesia De Abreiro  
Freguesia De Envendos  
Freguesia De Cardigos  
Freguesia De Lordelo  
Freguesia De Vilela  
Freguesia De Bravães  
Freguesia Da Serra De Santo António  
Freguesia De Pedrógão Pequeno



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Paradela  
Freguesia De Valpedre  
Freguesia De Salvador Do Monte  
Freguesia De Bismula  
Freguesia De Ucha S. Romão  
Freguesia De Castanheira  
Freguesia De Santiago De Ribeira De Alhariz  
Freguesia De Moreira De Cónegos  
Freguesia De Rossas  
Freguesia De Cabeça Santa  
Freguesia De Aldeia Velha  
Freguesia De Cerdeira  
Freguesia De Igreja Nova Do Sobral  
Freguesia De São Jacinto  
Freguesia De Moita  
Freguesia De Seiça  
Freguesia De Lajeosa  
Freguesia De São Pedro De Agostém  
Freguesia De Atouguia  
Freguesia De Barqueiros  
Freguesia De Canelas  
Freguesia Da Barrosa  
Freguesia De Valdosende  
Freguesia De Sever Do Vouga  
Freguesia De Abragão  
Freguesia De Vila Nova Da Telha  
Freguesia De Aldeia Da Ponte  
Freguesia De Ribeira  
Freguesia De São Martinho Da Cortiça  
Freguesia De Ribeiradio  
Freguesia De Sul  
Freguesia De Paços Da Serra  
Freguesia De Ervões  
Freguesia De Quintanilha  
Freguesia De São João De Tarouca  
Freguesia De Eira Vedra  
Freguesia De Almalaguês  
Freguesia De Évora De Alcobaça  
Freguesia De Calheiros  
Freguesia De Silva  
Freguesia De Recezinhos (S. Mamede)  
Freguesia De Bendada  
Freguesia De Odiáxere  
Freguesia De Ribafeita  
Freguesia De Ervedosa  
Freguesia De Ferreiros  
Freguesia De Paços  
Freguesia De Vale De Espinho  
Freguesia De Louriçal Do Campo  
Freguesia De Sabrosa



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Peraboa  
Freguesia De Couto  
Freguesia De Telões  
Freguesia De Vales  
Freguesia De Souto Maior  
Freguesia De Nave  
Freguesia De Freixedas  
Freguesia De Parada  
Freguesia De Mouriscas  
Freguesia De Aldeia Do Bispo  
Freguesia De Vale Da Porca  
Freguesia De Bilhó  
Freguesia De Parada De Pinhão  
Freguesia Da Torre Do Pinhão  
Freguesia De Salamonde  
Freguesia Da Sertã  
Freguesia Do Milharado  
Freguesia De Carapito  
Freguesia De Moimenta  
Freguesia De Pereira  
Freguesia De Santa Marinha  
Freguesia De Agualonga  
Freguesia De Queiriz  
Freguesia De Costa  
Freguesia De Unhais Da Serra  
Freguesia De Coriscada  
Freguesia De Romarigães  
Freguesia De Folgoso  
Freguesia De Bruçó  
Freguesia De Infias  
Freguesia De Campeã  
Freguesia De Azinhaga  
Freguesia De Coimbra  
Freguesia De Alpedrinha  
Freguesia De Casteleiro  
Freguesia De Gemieira  
Freguesia De Cavez  
Freguesia De Santo Varão  
Freguesia De Vimeiro  
Freguesia De Serapicos  
Freguesia De Santa Valha  
Freguesia Do Porto Santo  
Freguesia Do Tortosendo  
Freguesia Do Bonfim  
Freguesia Da Lomba  
Freguesia De Porto Da Cruz  
Freguesia De Avis  
Freguesia De Recarei  
Freguesia De Souselo  
Freguesia De Sobretâmega



## S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Mosteiros  
Freguesia De Fornos De Maceira Dão  
Freguesia De Antas  
Freguesia De Freiriz  
Freguesia De Loivo  
Freguesia De Nagoselo Do Douro  
Freguesia De Vila De Ala  
Freguesia De Caldelas  
Freguesia De Teixeira  
Freguesia De Meirinhos  
Freguesia De Salsas  
Freguesia De Carragosa  
Freguesia De Sendas  
Freguesia De Serapicos  
Freguesia De Atei  
Freguesia De Boalhosa  
Freguesia De Castro Vicente  
Freguesia De Adaúfe  
Freguesia De São Jorge Da Beira  
Freguesia De Silvares S. Martinho  
Freguesia De Alcanede  
Freguesia De Soutelo De Aguiar  
Freguesia De Carvalhos  
Freguesia De Passó  
Freguesia De Espite  
Freguesia De Vale De Amoreira  
Freguesia De Nossa Senhora De Fátima  
Freguesia De Rebordãos  
Freguesia De Figueiró Da Granja  
Freguesia De Lago  
Freguesia De Tancos  
Freguesia De Campo Do Gerês  
Freguesia De Vila Nova De Anha  
Freguesia De Palmeira  
Freguesia De Marvila  
Freguesia De Gondoriz  
Freguesia Da Barreira  
Freguesia De Vilar De Ferreiros  
Freguesia De Nossa Senhora Das Misericórdias  
Freguesia De Alhos Vedros  
Freguesia De Ribeiros  
Freguesia De Minhocal  
Freguesia De Caíde De Rei  
Freguesia De Santana Da Carnota  
Freguesia De Santos Evos  
Freguesia De Fontes  
Freguesia De Cortes Do Meio  
Freguesia De Sistelo  
Freguesia De Pinela  
Freguesia De Duas Igrejas



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Louriçal  
Freguesia De Arcozelo  
Freguesia De Mações De Dona Maria  
Freguesia De Vilela  
Freguesia De Ervedosa Do Douro  
Freguesia De Vilar  
Freguesia De Labruge  
Freguesia De Odivelas  
Freguesia De Salzedas  
Freguesia De Sopo  
Freguesia De Moinhos Da Gândara  
Freguesia De Covas Do Douro  
Freguesia De Santo António Dos Olivais  
Freguesia De Alijó  
Freguesia De Gondufe  
Freguesia De Freamunde  
Freguesia De Valadares  
Freguesia De Alvadia  
Freguesia De Muxagata  
Freguesia De Gondarém  
Freguesia De Favaíos  
Freguesia De Parambos  
Freguesia De Bidoeira De Cima  
Freguesia De Vila Maior  
Freguesia De Castelejo  
Freguesia Do Beato  
Freguesia De Maceira  
Freguesia De Aldeia De S. Francisco De Assis  
Freguesia De Pêro Viseu  
Freguesia De S.Félix  
Freguesia De Vila Nova De Monsarros  
Freguesia De Achadas Da Cruz  
Freguesia De São Mateus  
Freguesia De Rio De Moínhos  
Freguesia De Trezoi  
Freguesia De Vizela (Santo Adrião)  
Freguesia De Vilar De Maçada  
Freguesia De Abiul  
Freguesia De Beire  
Freguesia De Arroios  
Freguesia Do Troviscal  
Freguesia Da Capinha  
Freguesia Do Cabeçudo  
Freguesia De Vale De Telhas  
Freguesia Da Manhouce  
Freguesia De Calvaria De Cima  
Freguesia De A-Dos-Negros  
Freguesia De Vale De Gouvinhas  
Freguesia De Gouvinhas  
Freguesia De Fermentelos



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Ferreira  
Freguesia De Nazaré  
Freguesia De Pinheiro  
Freguesia De Caria  
Freguesia De Valado Dos Frades  
Freguesia De Corroios  
Freguesia De Medelim  
Freguesia De Vila Franca Do Deão  
Freguesia Da Reguenga  
Freguesia De Santa Comba  
Freguesia De Amendoeira  
Freguesia De Rio Caldo  
Freguesia De Mozelos  
Freguesia De Arcozelo  
Freguesia De Gemeses  
Freguesia De Toulões  
Freguesia Do Ladoeiro  
Freguesia De Vilar Do Torno E Alentém  
Freguesia De Torno  
Freguesia Da Faia  
Freguesia De Fornos Do Pinhal  
Freguesia De Vassal  
Freguesia De Gralhas  
Freguesia De Parada Do Bouro  
Freguesia Do Bêco  
Freguesia De Santo André  
Freguesia De Friestas  
Freguesia De Arrabal  
Freguesia De Cambres  
Freguesia De Monforte Da Beira  
Freguesia De Água Longa  
Freguesia De Caranguejeira  
Freguesia De Fratel  
Freguesia De Pinheiro  
Freguesia De Atiaes  
Freguesia De Tropeço  
Freguesia De Santa Eulália  
Freguesia De S. Miguel De Acha  
Freguesia De Telhado  
Freguesia Da Feitosa  
Freguesia De Tourém  
Freguesia De Brunhoso  
Freguesia De Friastelas  
Freguesia De Podame  
Freguesia De Pias  
Freguesia De Segude  
Freguesia De Santa Comba  
Freguesia De Bemposta  
Freguesia De Redinha  
Freguesia De São Vicente



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Dossãos  
Freguesia De Penselo  
Freguesia De Milagres  
Freguesia De Penamacor  
Freguesia De Pitões Das Júnias  
Freguesia De Lordelo  
Freguesia De Fonte Arcada  
Freguesia De Santa Cruz Do Lima  
Freguesia De Gonça  
Freguesia De Genísio  
Freguesia De Covas  
Freguesia De Rebordões (Santa Maria)  
Freguesia De Tocha  
Freguesia De Vascopeiro  
Freguesia De Ameixial  
Freguesia De Andrães  
Freguesia De Fatela  
Freguesia De Válega  
Freguesia De Moreira  
Freguesia Basto S. Clemente  
Freguesia De Figueiró  
Freguesia De Meinedo  
Freguesia De Fornos  
Freguesia De Covelo Do Gerês  
Freguesia De Lindoso  
Freguesia De Sebolido  
Freguesia De Sanfins Do Douro  
Freguesia De Vila Cortês Da Serra  
Freguesia De Padornelo  
Freguesia De Senhorim  
Freguesia De Miranda Do Douro  
Freguesia De Oldrões  
Freguesia De Salir  
Freguesia De Maiorca  
Freguesia De Fornelo Do Monte  
Freguesia De Lousa  
Freguesia De S.Pedro  
Freguesia De Alfeizerão  
Freguesia De Vermoil  
Freguesia De Boivão  
Freguesia Da Lomba  
Freguesia De Salgueiro Do Campo  
Freguesia De Possacos  
Freguesia De Valadares  
Freguesia De Jolda (S.Paio)  
Freguesia De Ferreirim  
Freguesia De Beiral Do Lima  
Freguesia De Inguias  
Freguesia Da Erada  
Freguesia De Carriço



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Vila Chã  
Freguesia De Sever  
Freguesia De Avelal  
Freguesia De Duas Igrejas  
Freguesia De Meimoa  
Freguesia De Resende  
Freguesia De Vila Verde  
Freguesia De Famalicão  
Freguesia Da Ribeira Da Janela  
Freguesia De Capelas  
Freguesia Das Lajes  
Freguesia De Tabuaças  
Freguesia De Ferro  
Freguesia De Amor  
Freguesia De Nordeste  
Freguesia De S Vicente De Ferreira  
Freguesia Do Porto Judeu  
Freguesia De Santo António De Nordestino  
Freguesia De São Pedro De Nordestino  
Freguesia Da Ajuda Da Bretanha  
Freguesia Do Pilar Da Bretanha  
Freguesia De Algarvia  
Freguesia De Santa Clara  
Freguesia Da Ribeira Seca  
Freguesia De Grijó  
Freguesia De Refoios Do Lima  
Freguesia De Boivaes  
Freguesia De Pousaflores  
Freguesia De Canas De Senhorim  
Freguesia Da Camacha  
Freguesia De Linhares  
Freguesia De Abaças  
Freguesia De Seixo De Ansiães  
Freguesia De Pico (S.Cristóvão)  
Freguesia De Torres Do Mondego  
Freguesia De Chãos  
Freguesia De Alfarela De Jales  
Freguesia De Figueiró Do Campo  
Freguesia De Tapeus  
Freguesia De Macedo De Cavaleiros  
Freguesia De Carrapatas  
Freguesia De Morais  
Freguesia De Vilar Seco  
Freguesia De Pinelo  
Freguesia De São Pedro  
Freguesia De Olmos  
Freguesia De Salselas  
Freguesia De Alvações Do Corgo  
Freguesia De Cuide De Vila Verde  
Freguesia De Sampriz



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Vade (S. Tomé)  
Freguesia De Vade São Pedro  
Freguesia De Folgosa  
Freguesia De Peredo  
Freguesia De Mairós  
Freguesia De Macieira Da Maia  
Freguesia De Britelo  
Freguesia Dos Cedros  
Freguesia De Labruja  
Freguesia De Pelmá  
Freguesia Do Estreito De Câmara De Lobos  
Freguesia De Almaceda  
Freguesia De Cristoval  
Freguesia De Infantas  
Freguesia De Trute  
Freguesia De Barroças E Taias  
Freguesia Da Fajãzinha  
Freguesia De Riba De Mouro  
Freguesia De Gondoriz  
Freguesia De Monte Córdova  
Freguesia De Santo António Da Serra  
Freguesia De Vila Chã De Ourique  
Freguesia De Areosa  
Freguesia De Fontoura  
Freguesia De Póvoa Da Isenta  
Freguesia Do Seixal  
Freguesia De Alcongosta  
Freguesia De Machico  
Freguesia De Souropires  
Freguesia Do Jardim Da Serra  
Freguesia De Santa Marta De Portuzelo  
Freguesia De Fermedo  
Freguesia De Candedo  
Freguesia De Santa Marinha Do Zêzere  
Freguesia De Nogueira  
Freguesia De Lavradas  
Freguesia De Soajo  
Freguesia De Vilarinho Do Bairro  
Freguesia De São Joaninho  
Freguesia De Real  
Freguesia De Corujas  
Freguesia De Covide  
Freguesia De Ourentã  
Freguesia Do Faial  
Freguesia De Carnide  
Freguesia De Ligares  
Freguesia De Palaçoulo  
Freguesia De Esmoriz  
Freguesia De Paranhos  
Freguesia De Meãs Do Campo



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Cantelães  
Freguesia De Vila Chã Do Marão  
Freguesia De Aldão  
Freguesia De São Miguel De Poiares  
Freguesia De Longos  
Freguesia De Barco  
Freguesia De Almendra  
Freguesia De Maiorga  
Freguesia De Cousso  
Freguesia De São João De Areias  
Freguesia De Ferreira  
Freguesia De Ereira  
Freguesia De S. Miguel Do Mato  
Freguesia De Sanguinheira  
Freguesia De Sousela  
Freguesia De Friões  
Freguesia De Calvão  
Freguesia De Ançã  
Freguesia De Sá  
Freguesia De S. Martinho De Recezinhos  
Freguesia De Sapataria  
Freguesia De Vila Verde  
Freguesia De Gave  
Freguesia De Ouca  
Freguesia De Bustelo  
Freguesia De Anais  
Freguesia De Almagreira  
Freguesia De Candemil  
Freguesia De Mioma  
Freguesia De Cárquere  
Freguesia De Marinha Das Ondas  
Freguesia De Ansiães  
Freguesia De Moimenta  
Freguesia De Espinhal  
Freguesia De Reigoso  
Freguesia De Azurara  
Freguesia De Rebordões - Souto  
Freguesia De Vilares Da Vilariça  
Freguesia De Proença-A-Velha  
Freguesia Do Vale  
Freguesia De Mexilhoeira Grande  
Freguesia De Rio Mau  
Freguesia De S. Sebastião  
Freguesia De São Clemente  
Freguesia De Carregueiros  
Freguesia De Gavieira  
Freguesia De Telões  
Freguesia De Rio De Moinhos  
Freguesia De Santa Clara  
Freguesia De Santa Maria Maior



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Avenidas Novas  
Freguesia De Campo De Ourique  
Freguesia De Estrela  
Freguesia De Oriz (Santa Marinha) E Oriz (São Miguel)  
Freguesia De Escariz (São Mamede) E Escariz (São Martinho)  
Freguesia De Esqueiros, Nevogilde E Travassós  
Freguesia De Marrancos E Arcozelo  
Freguesia De Parque Das Nações  
Freguesia De Carreiras (São Miguel) E Carreiras (Santiago)  
Freguesia De Lanheses  
Freguesia De Amonde  
Freguesia De Montaria  
Freguesia De Perre  
Freguesia De Outeiro  
Freguesia De Constance  
Freguesia De Cachopo  
Freguesia De Gafete  
Freguesia De Afife  
Freguesia De Creixomil  
Freguesia De S. Pedro Fins  
Freguesia De Friande  
Freguesia De Almansil  
Freguesia De Poiares, (Sto. André)  
Freguesia De Regilde  
Freguesia De Pombeiro De Ribavizela  
Freguesia De Quarteira  
Freguesia De Penacova  
Freguesia De Viariz  
Freguesia De Vera Cruz  
Freguesia De Cunha Baixa  
Freguesia De Idães  
Freguesia De São João Da Fresta  
Freguesia De Ega  
Freguesia De Santa Margarida Da Coutada  
Freguesia De Castro Marim  
Freguesia De Pias  
Freguesia De Moitas - Venda  
Freguesia De Carção  
Freguesia De Boavista Dos Pinheiros  
Freguesia De Longueira/Almograve  
Freguesia De Macieira De Rates  
Freguesia De Vreia De Jales  
Freguesia De Gândaras  
Freguesia De Fenais De Ajuda  
Freguesia De Espinho  
Freguesia De Oiã  
Freguesia De Alpalhão  
Freguesia Do Torrão  
Freguesia De Santiago De Besteiros  
Freguesia De Gaeiras



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Tolosa  
Freguesia De Nossa Senhora Da Graça De Póvoa E Meadas  
Freguesia De Vila Verde  
Freguesia De Arruda Dos Vinhos  
Freguesia De Arranhó  
Freguesia De Vaiamonte  
Freguesia De S. João Da Madeira  
Freguesia De Vila Cã  
Freguesia De Vila Nova Do Ceira  
Freguesia De Vimieiro  
Freguesia De Vandoma  
Freguesia De S. Tiago Dos Velhos  
Freguesia De Veiga De Lila  
Freguesia De Lageosa Do Mondego  
Freguesia De Alvelos  
Freguesia De Cristelo  
Freguesia De São Gonçalo  
Freguesia De S. José  
Freguesia Da Conceição  
Freguesia De Santa Bárbara  
Freguesia De Santo António  
Freguesia De Salão  
Freguesia Dos Cedros  
Freguesia De São Sebastião  
Freguesia De Feteira  
Freguesia Das Angústias  
Freguesia De Matriz  
Freguesia De Posto Santo  
Freguesia De Capelo  
Freguesia Das Cinco Ribeiras(Nossa Senhora Do Pilar)  
Freguesia Da Fazenda  
Freguesia De Santa Cruz  
Freguesia Do Cabouco  
Freguesia Do Norte Pequeno  
Freguesia De Cabo Da Praia  
Freguesia Da Calheta  
Freguesia Do Norte Grande  
Freguesia De Candelária  
Freguesia De S O Caetano  
Freguesia Da Vila Nova  
Freguesia Da Calheta De Nesquim  
Freguesia De Santo Amaro  
Freguesia De Manadas  
Freguesia De Ribeiras  
Freguesia De São Pedro  
Freguesia Da Lomba De São Pedro  
Freguesia De Sao Joao  
Freguesia Da Praia Do Almojarife  
Freguesia Da Madalena  
Freguesia De Vila Do Porto



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia Da Nossa Senhora Da Conceição  
Freguesia De São Bartolomeu De Regatos  
Freguesia De Santa Lúzia  
Freguesia De São Mateus Da Calheta  
Freguesia Da Praínha  
Freguesia De Rabo De Peixe  
Freguesia De Pedro Miguel  
Freguesia Dos Rosais  
Freguesia Da Sé  
Freguesia De Santa Lúzia  
Freguesia De São Pedro  
Freguesia De Ribeira Seca  
Freguesia De Ponta Delgada  
Freguesia De Quatro Ribeiras  
Freguesia De Nossa Senhora Do Rosário  
Freguesia De S. Miguel  
Freguesia De Santa Cruz  
Freguesia Da Ribeirinha  
Freguesia Da Ribeirinha  
Freguesia Da Faj Grande  
Freguesia Dos Flamengos  
Freguesia De Fontainhas  
Freguesia De São Brás  
Freguesia De Castelo Branco  
Freguesia Da Caveira  
Freguesia Da Ribeira Chã  
Freguesia De Lajes Das Flores  
Freguesia De Santo Antão  
Freguesia Da Ribeirinha  
Freguesia De Aljezur  
Freguesia Da Soalheira  
Freguesia De Estorãos  
Freguesia De Pereiros  
Freguesia Do Mosteiro  
Freguesia De Pedrógão Grande  
Freguesia Do Imaculado Coração De Maria  
Freguesia De Selmes  
Freguesia De Cambas  
Freguesia De Alfândega Da Fé  
Freguesia Da Sé  
Freguesia De Arraiolos  
Freguesia De Pêra Do Moço  
Freguesia De Calde  
Freguesia De João Antão  
Freguesia De Panoias De Cima  
Freguesia De Padim Da Graça  
Freguesia De Pêga  
Freguesia De Várzea De Abrunhais  
Freguesia De Codesseiro  
Freguesia De Avões



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Serrazes  
Freguesia De Castanheira  
Freguesia De Figueira  
Freguesia De Rates  
Freguesia De Meios  
Freguesia De Barroca  
Freguesia De Odivelas  
Freguesia De Alcaria  
Freguesia De Santa Maria De Sardoura  
Freguesia Penajóia  
Freguesia De Cedães  
Freguesia De Ribamar  
Freguesia De Ferreira De Aves  
Freguesia De Vila Nova De Souto D'El Rei  
Freguesia De Vilarinho Da Castanheira  
Freguesia De Póvoa De Penela  
Freguesia De Beringel  
Freguesia De Bucelas  
Freguesia De Ferreiros De Avões  
Freguesia De Samodães  
Freguesia De Ponta Delgada  
Freguesia Do Estreito Da Calheta  
Freguesia De Santa Cruz  
Freguesia De Beselga  
Freguesia De Castro Daire  
Freguesia De Eja  
Freguesia De Castelo Novo  
Freguesia De Casal De Cinza  
Freguesia De Penela Da Beira  
Freguesia De Trancozelos  
Freguesia De Almofala  
Freguesia De Canidelo  
Freguesia De Rogil  
Freguesia De Foros De Vale De Figueira  
Freguesia De Cujó  
Freguesia De Ferreiros De Tendais  
Freguesia De Vilar De Andorinho  
Freguesia De Vermelha  
Freguesia De Cótimos  
Freguesia De Vila Marim  
Freguesia De Ínsua  
Freguesia De S.Pedro De France  
Freguesia De Vendas Novas  
Freguesia De Arões  
Freguesia De Ossela  
Freguesia De Alcobertas  
Freguesia De Espinho  
Freguesia De Souto  
Freguesia De Cepelos  
Freguesia De Fiães



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Azinheira De Barros E São Mamede Do Sadão

Freguesia De Aqualva

Freguesia De Ermidas Sado

Freguesia De Santana Da Azinha

Freguesia De Abrã

Freguesia De Santo António

Freguesia De Carreço

Freguesia Do Pinhão

Freguesia De Cabeção

Freguesia De Casteloes

Freguesia De Alvaraes

Freguesia De Sao Lourenco Do Bairro

Freguesia De Alqueidao Da Serra

Freguesia Do Arco Da Calheta

Freguesia De Ginetes

Freguesia De Conceição

Freguesia De São Brás

Freguesia De Montargil

Freguesia De Benfica

Freguesia De Abitureiras

Freguesia De Figueira De Castelo Rodrigo

Freguesia De Mujaes

Freguesia De Oliveira Do Douro

Freguesia De São Bento Do Mato

Freguesia De Cinfães

Freguesia De Campanhã

Freguesia De Santo António De Capelins

Freguesia De Frechas

Freguesia De São Bartolomeu

Freguesia De Santiago Maior

Freguesia De Terena (S. Pedro)

Freguesia De Reguengos De Monsaraz

Freguesia De São Martinho Do Porto

Freguesia De São Marcos Da Ataboeira

Freguesia Da Horta Da Vilarça

Freguesia De Cabrela

Freguesia De Rio Maior

Freguesia De Silvã De Cima

Freguesia De Corval

Freguesia De São João Do Campo

Freguesia Da Madalena Do Mar

Freguesia De Arcos

Freguesia De Santo Aleixo

Freguesia De Famalicão

Freguesia Da Ponta Do Sol

Freguesia De Nossa Senhora Da Graça Do Divor

Freguesia De Matriz

Freguesia De São Domingos De Ana Loura

Freguesia De Achada

Freguesia De Cortegaca



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Campanário  
Freguesia De Achadinha  
Freguesia De Ramalde  
Freguesia De Redondo  
Freguesia De Vila Cova À Coelheira  
Freguesia De Água De Pau  
Freguesia De Glória  
Freguesia De Lomba Da Fazenda  
Freguesia De Algodres  
Freguesia Do Touro  
Freguesia De Queiriga  
Freguesia De Melides  
Freguesia De Vimeiro  
Freguesia De Canhas  
Freguesia De Tó  
Freguesia De Fornos De Algodres  
Freguesia De Veiros  
Freguesia De S. Francisco Da Serra  
Freguesia De Luso  
Freguesia De Bencatel  
Freguesia De Pendilhe  
Freguesia De Moita Dos Ferreiros  
Freguesia Da Madalena  
Freguesia De Bouça  
Freguesia De Remelhe  
Freguesia De Vela  
Freguesia De Vale Da Senhora Da Póvoa  
Freguesia De S. Cristóvão  
Freguesia De Abela  
Freguesia Da Praia Do Norte  
Freguesia De Campolide  
Freguesia De Pombeiro Da Beira  
Freguesia De Valhelhas  
Freguesia De Landeira  
Freguesia De São Mamede  
Freguesia De Aguiar  
Freguesia De Amora  
Freguesia De Orada  
Freguesia De Fajã De Baixo  
Freguesia De Santa Barbara  
Freguesia De Asseiceira  
Freguesia De Ciladas  
Freguesia De Roios  
Freguesia De Avelãs Da Ribeira  
Freguesia De Vila Franca  
Freguesia De Sande  
Freguesia De Mões  
Freguesia De Bogas De Cima  
Freguesia De Penude  
Freguesia De Cercal Do Alentejo



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia Da Terra Chã  
Freguesia De Lazarim  
Freguesia De Paderne  
Freguesia De São Roque Do Pico  
Freguesia De Aldeia Do Bispo  
Freguesia De Ciborro  
Freguesia De S Domingos De Benfica  
Freguesia De Souto Da Casa  
Freguesia De Canaviais  
Freguesia De Cedovim  
Freguesia De Vinhais  
Freguesia Do Couço  
Freguesia De Bordonhos  
Freguesia De Jardim Do Mar  
Freguesia De Ramela  
Freguesia De Nossa Senhora Da Luz  
Freguesia De Monte Do Trigo - Concelho De Portel  
Freguesia De Cabril  
Freguesia De Oliveira Do Douro  
Freguesia De Lomba  
Freguesia De Santiago De Piães  
Freguesia De Nespereira  
Freguesia De São Joaninho  
Freguesia De Bandeiras  
Freguesia De Branca  
Freguesia De Biscaíno  
Freguesia De Santa Joana  
Freguesia De Benespera  
Freguesia Do Sobral Da Serra  
Freguesia De Fontelas  
Freguesia De Piedade  
Freguesia De Porto Da Carne  
Freguesia De São Roque  
Freguesia De São Pedro Dos Serracenos  
Freguesia De Maçainhas  
Freguesia Mosteiro  
Freguesia Da Foz Do Arelho  
Freguesia De Alte  
Freguesia De Saldanha  
Freguesia De Rio De Moínhos  
Freguesia De Candelária  
Freguesia Da Urzelina  
Freguesia Das Velas  
Freguesia De Ferragudo  
Freguesia De Orvalho  
Freguesia De Oliveira Do Bairro  
Freguesia De Nine  
Freguesia De S. Roque Do Faial  
Freguesia De Ermesinde  
Freguesia De Pedrouços



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Arrifana  
Freguesia De Vieira De Leiria  
Freguesia De Santa Catarina  
Freguesia De Ribeira Seca  
Freguesia De Souto  
Freguesia De São Mateus  
Freguesia De São Francisco  
Freguesia De Sines  
Freguesia De Ribeirinha  
Freguesia De Igrejinha  
Freguesia De Fátima  
Freguesia De Santa Maria De Lamas  
Freguesia De São João Baptista  
Freguesia De Cunheira  
Freguesia De Galveias  
Freguesia De Sendim  
Freguesia De Alcanhões  
Freguesia De Arganil  
Freguesia De Nogueira Do Cravo  
Freguesia De Pinhal Novo  
Freguesia De São José Da Lamarosa  
Freguesia De Valença Do Douro  
Freguesia De Escalhão  
Freguesia Da Moita  
Freguesia De Mozelos  
Freguesia Do Bárrio  
Freguesia De Algueirão-Mem Martins  
Freguesia De Parada De Gonta  
Freguesia De Lobão Da Beira  
Freguesia De Campo De Besteiros  
Freguesia De Tonda  
Freguesia Do Guardão  
Freguesia De Brinches  
Freguesia Da Vila De Cucujães  
Freguesia De Verdoejo  
Freguesia De Avô  
Freguesia De Ribeirão  
Freguesia De Mira  
Freguesia De Murça  
Freguesia De Gôve  
Freguesia De Baleizão  
Freguesia De Paço De Sousa  
Freguesia De Queirã  
Freguesia De Sarzedas  
Freguesia De Alcains  
Freguesia De Adorigo  
Freguesia De Monte Da Pedra  
Freguesia De São João De Negrilhos  
Freguesia De Amareleja  
Freguesia De Monsanto



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Entradas  
Freguesia De Góis  
Freguesia De Oliveira Do Conde  
Freguesia De Agrochão  
Freguesia De Mértola  
Freguesia De Alcochete  
Freguesia De Serzedelo  
Freguesia De Aldeia Da Mata  
Freguesia De Silvalde  
Freguesia De Vila Nova De Milfontes  
Freguesia De Beijós  
Freguesia De S. João Dos Caldeireiros  
Freguesia De Mosteiro  
Freguesia De Sobral  
Freguesia De Pinheiro  
Freguesia De Barrô  
Freguesia De Corte Do Pinto  
Freguesia De Santo António Das Areias  
Freguesia De Santa Bárbara De Padrões  
Freguesia De Assunção  
Freguesia De Meimão  
Freguesia De Cabeça Gorda  
Freguesia De Santa Eulália  
Freguesia De Santo Amaro  
Freguesia De Alvaro  
Freguesia De Espírito Santo  
Freguesia De Alcaria Ruiva  
Freguesia De Ranhados  
Freguesia De Budens  
Freguesia De Rio De Loba  
Freguesia De Vidais  
Freguesia De Loures  
Freguesia De Meruge  
Freguesia De Sousel  
Freguesia De Alcáçovas  
Freguesia De Madeirã  
Freguesia Da Bobadela  
Freguesia De Travanca De Lagos  
Freguesia De Tavarede  
Freguesia De Árvore  
Freguesia De Seixo Da Beira  
Freguesia De Assumar  
Freguesia De Sagres  
Freguesia De Fronteira  
Freguesia De Comenda  
Freguesia De Leomil  
Freguesia De Águas Santas  
Freguesia De São Barnabé  
Freguesia De Vila Praia De Âncora  
Freguesia De S. Salvador Da Aramenha



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Chão De Couce  
Freguesia De Barrancos  
Freguesia De Mira De Aire  
Freguesia Do Rosário  
Freguesia De Anelhe  
Freguesia De S. Matias  
Freguesia De Carvalhal  
Freguesia De Vale Do Paraiso  
Freguesia De Aveiras De Cima  
Freguesia De Evoramonte (Santa Maria)  
Freguesia De Martim Longo  
Freguesia De Vaqueiros  
Freguesia De Carvalhal  
Freguesia De Pombal  
Freguesia De Nossa Senhora Da Graça Dos Degolados  
Freguesia De Ribeira Brava  
Freguesia De Vilar Formoso  
Freguesia De Carrazeda De Ansiães  
Freguesia De Pedrógão  
Freguesia De Castainço  
Freguesia Da Marinha Grande  
Freguesia De Rio De Mouro  
Freguesia De Pedreiras  
Freguesia De Cervães  
Freguesia De Coucieiro  
Freguesia De Santa Clara De Louredo  
Freguesia De Tinalhas  
Freguesia De S. Torcato  
Freguesia De Sande S. Martinho  
Freguesia De Ponte  
Freguesia De Sabariz  
Freguesia Da Graça  
Freguesia Da Golegã  
Freguesia De Margem  
Freguesia De S.Pedro De Castelões  
Freguesia De Roliça  
Freguesia De Vila Nova Da Baronia  
Freguesia De A-Dos-Francos  
Freguesia De Peral  
Freguesia De Rio De Moinhos  
Freguesia De Santa Cruz  
Freguesia De Pinheiro  
Freguesia De Santa Cruz  
Freguesia De Pala  
Freguesia De Quinta Do Anjo  
Freguesia De Poiares  
Freguesia De Faia  
Freguesia De Caria  
Freguesia De Folques  
Freguesia De Germil



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Almeirim  
Freguesia De Alvito  
Freguesia De S.Luís  
Freguesia De Linhares  
Freguesia De Foros De Arrão  
Freguesia De Vila De Frades  
Freguesia De Chacim  
Freguesia Da Guia  
Freguesia De Pedrógão  
Freguesia Da Torreira  
Freguesia De Aveleda  
Freguesia De Vila Do Conde  
Freguesia De Beirã  
Freguesia De Rio Tinto  
Freguesia Do Sado  
Freguesia De Carvalho Benfeito  
Freguesia De Paços De Brandão  
Freguesia Da Ventosa  
Freguesia De Matança  
Freguesia De Amoreira  
Freguesia De Alvorninha  
Freguesia De Casa Branca  
Freguesia De Sobral De Monte Agraço  
Freguesia De Valongo Do Vouga  
Freguesia De Muge  
Freguesia De Santa Maria De Marvão  
Freguesia De Santo Quintino  
Freguesia De Santa Cruz  
Freguesia De Aveiras De Baixo  
Freguesia De Paderne  
Freguesia De São Jorge  
Freguesia De Paul  
Freguesia De São João De Lourosa  
Freguesia De Vila Nova Da Rainha  
Freguesia De Freineda  
Freguesia De Nossa Senhora De Machede  
Freguesia Do Samouco  
Freguesia De Santa Luzia  
Freguesia De Vidigueira  
Freguesia De Pinhel  
Freguesia De Santana Do Mato  
Freguesia De Midões  
Freguesia De Asseiceira  
Freguesia De Nelas  
Freguesia De São Braz E São Lourenço  
Freguesia De Sarilhos Grandes  
Freguesia De Aldreu  
Freguesia De Brotas  
Freguesia Do Arco De São Jorge  
Freguesia De Landal



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Guilherme  
Freguesia De Santa Maria Da Devesa  
Freguesia De Santana Da Serra  
Freguesia De Vale De Estrela  
Freguesia De Alegrete  
Freguesia De Freiria  
Freguesia De Santa Bárbara De Nexe  
Freguesia De Esperança  
Freguesia De Santiago Maior  
Freguesia De Numão  
Freguesia De Dornelas Do Zêzere  
Freguesia De Foios  
Freguesia De São João Baptista  
Freguesia De Horta  
Freguesia De Arcozelos  
Freguesia De Rebolosa  
Freguesia De Ervededo  
Freguesia De Sebadelhe  
Freguesia De Alcoentre  
Freguesia De Pindo  
Freguesia Do Vau  
Freguesia De Curalha  
Freguesia De Vale De Anta  
Freguesia De Vilar Seco  
Freguesia De Santa Leocádia  
Freguesia Do Carregal  
Freguesia De Pinho  
Freguesia De São Félix Da Marinha  
Freguesia De Águas Frias  
Freguesia De Granjal  
Freguesia De Longa  
Freguesia De Santo Estevão  
Freguesia De Lardosa  
Freguesia De Beça  
Freguesia De Fontelo  
Freguesia De Covas Do Barroso  
Freguesia De Covelas  
Freguesia De Gosende  
Freguesia De São Sebastião  
Freguesia De Valdujo  
Freguesia De Nadadouro  
Freguesia De Landim  
Freguesia De Macieira De Cambra  
Freguesia De Rapoula Do Côa  
Freguesia De Cano  
Freguesia De Sarzedo  
Freguesia De Montalvão  
Freguesia De Cunha  
Freguesia Da Fonte Do Bastardo  
Freguesia De Vila Alva



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Chafé  
Freguesia De Vale De Azares  
Freguesia De Sapiãos  
Freguesia De Cogula  
Freguesia De Custóias  
Freguesia De Rio De Mel  
Freguesia De Ourique  
Freguesia De Baguim Do Monte (Rio Tinto)  
Freguesia De Urgezes  
Freguesia Da Desejosa  
Freguesia De Benfeita  
Freguesia De Vila Garcia  
Freguesia De Celavisa  
Freguesia De Urra  
Freguesia De Cidadelhe  
Freguesia De Vila Cova À Coelheira  
Freguesia De Barqueiros  
Freguesia De Câmara De Lobos  
Freguesia De Santa Bárbara  
Freguesia De Granja  
Freguesia De Secarias  
Freguesia De Vila Velha De Ródão  
Freguesia De Tarouquela  
Freguesia De Britiande  
Freguesia De Fornelos  
Freguesia Da Ponta Do Pargo  
Freguesia De Esmolfe  
Freguesia De Vila Verde De Ficalho  
Freguesia De Azurém  
Freguesia De Alfaiates  
Freguesia De Tábuia  
Freguesia De Janeiro De Baixo  
Freguesia De Alvendre  
Freguesia De Boidobra  
Freguesia De Oura  
Freguesia De Miranda Do Corvo  
Freguesia De Vilela Seca  
Freguesia Dos Prazeres  
Freguesia Da Fajã Da Ovelha  
Freguesia De Nogueira Da Montanha  
Freguesia Do Carvalhal  
Freguesia De Arcos  
Freguesia De Gonçalo Bocas  
Freguesia De Jou  
Freguesia De Vilas Boas  
Freguesia De Casas Do Soeiro  
Freguesia De Rôge  
Freguesia De Lanhas  
Freguesia Do Freixo  
Freguesia De Chavães



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Cabril  
Freguesia De Folgosa  
Freguesia De Ribas  
Freguesia Da Castanheira  
Freguesia De Lamadarcos  
Freguesia De Arnoia  
Freguesia De Pampilhosa Da Serra  
Freguesia Da Ilha  
Freguesia Da Ratoeira  
Freguesia Da Isna  
Freguesia De Mesquitela  
Freguesia De Fornotelheiro  
Freguesia De Vale De Bouro  
Freguesia De Granja  
Freguesia De Fortios  
Freguesia De Cimo De Vila Da Castanheira  
Freguesia Da Granja Do Tedo  
Freguesia De Aldeias  
Freguesia De Paradela De Monforte  
Freguesia De Bustelo  
Freguesia De Montoito  
Freguesia De Candosa  
Freguesia De Tabuaço  
Freguesia De Regadas  
Freguesia De Gavião  
Freguesia De São João Da Boavista  
Freguesia De Mogege  
Freguesia De Vermoim  
Freguesia De Fernão Ferro  
Freguesia De Brufe  
Freguesia De Vilar De Nantes  
Freguesia De Casal De Cambra  
Freguesia De Silves  
Freguesia De Vialonga  
Freguesia Do Sobral  
Freguesia De Messejana  
Freguesia De Loivos Do Monte  
Freguesia De Celas  
Freguesia De Nossa Senhora Das Neves  
Freguesia De Seda  
Freguesia De Castelo Branco  
Freguesia De Monforte  
Freguesia De Vila Da Ponte  
Freguesia De Portel  
Freguesia De Alvôco Das Várzeas  
Freguesia De Frende  
Freguesia De Monsaraz  
Freguesia De Vila Franca De Xira  
Freguesia De Giões  
Freguesia De Serra De Água



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De São Saturnino  
Freguesia De S. Miguel De Machede  
Freguesia De Alfarelos  
Freguesia De Cuba  
Freguesia De Rua  
Freguesia De Paialvo  
Freguesia De Santo António Da Charneca  
Freguesia De Porto Covo  
Freguesia De Vilarelho Da Raia  
Freguesia De Carregueira  
Freguesia De São João Baptista  
Freguesia Da Sabacheira  
Freguesia De São Martinho  
Freguesia De Alagoa  
Freguesia De Polvoreira  
Freguesia De Santa Maria Maior  
Freguesia De Santana  
Freguesia De Macieira De Sarnes  
Freguesia De Oliveira Santa Maria  
Freguesia De Lamosa  
Freguesia De Perais  
Freguesia De Piódão  
Freguesia De Pindelo Dos Milagres  
Freguesia De Vacalar  
Freguesia De Agilde  
Freguesia De Usseira  
Freguesia De Santo António De Monforte  
Freguesia De Queimada  
Freguesia De Queimadela  
Freguesia De Póvoa De Midões  
Freguesia De São Domingos De Rana  
Freguesia De Rebordosa  
Freguesia De Monteiras  
Freguesia De Dardavaz  
Freguesia De Pepim  
Freguesia De Faiões  
Freguesia De Vilela Do Tâmega  
Freguesia De Canelas  
Freguesia De Vila Marim  
Freguesia De Junqueira  
Freguesia Da Luz  
Freguesia De Ferreirós Do Dão  
Freguesia De Moreiras  
Freguesia De Alcaide  
Freguesia De Sarnadas S.Simão  
Freguesia De S.Martinho Da Gândara  
Freguesia De Salir De Matos  
Freguesia De Castelo De Penalva  
Freguesia De Sanfins  
Freguesia De Vilar De Ossos



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Valongo  
Freguesia De Lourosa  
Freguesia De Lusinde  
Freguesia De Paçó  
Freguesia De Edral  
Freguesia De Santalha  
Freguesia De Real  
Freguesia De Cimbres  
Freguesia De Cavernães  
Freguesia De São Cosmado  
Freguesia De Arões (São Romão)  
Freguesia De Vilar De Peregrinos  
Freguesia De Ceira  
Freguesia De Álvares  
Freguesia De Alvoco Da Serra  
Freguesia De Luzianes-Gare  
Freguesia De Azinhoso  
Freguesia De Juncal  
Freguesia Da Marmeleira  
Freguesia De Arrifana  
Freguesia De Vinhós  
Freguesia De São Pedro De Tomar  
Freguesia De Canas De Santa Maria  
Freguesia De Maçal-Do-Chão  
Freguesia De Paúl Do Mar  
Freguesia De Santa Maria Maior  
Freguesia De Santa Catarina Da Fonte Do Bispo  
Freguesia De São Pedro  
Freguesia De Oledo  
Freguesia De Agrela  
Freguesia De Jogueiros  
Freguesia De Avelar  
Freguesia De Vila Verde Dos Francos  
Freguesia De Irivo  
Freguesia De Ribeira De Fráguas  
Freguesia De São Miguel De Vila Boa  
Freguesia De Ínfias  
Freguesia De Malhadas  
Freguesia De Outeiro  
Freguesia De Avintes  
Freguesia De Portimão  
Freguesia De Âncora  
Freguesia De Galegos  
Freguesia De Chã  
Freguesia De Infesta  
Freguesia De Penamaior  
Freguesia De Fonte Longa  
Freguesia De Rebordelo  
Freguesia De Benlhevai  
Freguesia De Neiva



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Vale Da Madre  
Freguesia De Pinhal Do Norte  
Freguesia De Vitorino Das Donas  
Freguesia De Alvalade  
Freguesia De Curral Das Freiras  
Freguesia De Bugalhos  
Freguesia De Lamalonga  
Freguesia De S.João De Fontoura  
Freguesia De Boaventura  
Freguesia Do Larinho  
Freguesia De Portela  
Freguesia De Campelo  
Freguesia De Meirinhas  
Freguesia De Ota  
Freguesia De Mancelos  
Freguesia De Paramos  
Freguesia De Dominguiço  
Freguesia De Fontes  
Freguesia De Lamegal  
Freguesia De Alguber  
Freguesia De Almoester  
Freguesia De Pelariga  
Freguesia De Nossa Senhora Dos Remédios  
Freguesia De Benedita  
Freguesia De Pardilhó  
Freguesia De Furnas  
Freguesia De Pico Da Pedra  
Freguesia De Argozelo  
Freguesia De Sangalhos  
Freguesia De Aiao  
Freguesia De São Bento  
Freguesia De Feteira  
Freguesia De Santo António  
Freguesia Das Doze Ribeiras  
Freguesia De Vila De Punhe  
Freguesia De Vila Chã  
Freguesia De Airães  
Freguesia De Sete Cidades  
Freguesia De Feteiras  
Freguesia De Vila Fernando  
Freguesia De Fanhoes  
Freguesia De Castelo Do Neiva  
Freguesia De Parada De Todeia  
Freguesia De Coura  
Freguesia De Sabadim  
Freguesia De Ribamondego  
Freguesia De Paus  
Freguesia De Abambres  
Freguesia S Sebastiao  
Freguesia De Avelãs De Cima



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Louredo  
Freguesia De Cabril  
Freguesia De Vacariça  
Freguesia De Reguengo Do Fetal  
Freguesia De Santa Comba  
Freguesia De Macieira  
Freguesia De Boelhe  
Freguesia De Quelfes  
Freguesia De Mascarenhas  
Freguesia De Aguda  
Freguesia De Mós  
Freguesia De Medrões  
Freguesia De Odeleite  
Freguesia De Suções  
Freguesia De Samões  
Freguesia De Açoreira  
Freguesia De Vinhas  
Freguesia De Vilar Chão  
Freguesia De Serpins  
Freguesia De Azinhal  
Freguesia De Cobro  
Freguesia De São Martinho De Angueira  
Freguesia De Talhas  
Freguesia De Moimentinha  
Freguesia De Fajozes  
Freguesia De Mondrões  
Freguesia De Sarraquinhos  
Freguesia De Monte Gordo  
Freguesia De Sendim  
Freguesia De Bouçoães  
Freguesia De Malpica Do Tejo  
Freguesia Da Serreta  
Freguesia De Guiaes  
Freguesia De Campia  
Freguesia Alcofra  
Freguesia De Sobrosa  
Freguesia Do Lumiar  
Freguesia De Grilo  
Freguesia De Cabanelas  
Freguesia De Arcas  
Freguesia De Lagoa  
Freguesia De Loureiro  
Freguesia De Vila Chã De Braciosa  
Freguesia De Rosmaninhal  
Freguesia De S. Paio  
Freguesia De Angeja  
Freguesia De Morgade  
Freguesia De Olhão  
Freguesia Nevogilde  
Freguesia De Eiriz



## S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Sarzedo  
Freguesia De Liceia  
Freguesia Da Póvoa  
Freguesia De Lamas De Orelhão  
Freguesia De Borba Da Montanha  
Freguesia De Moreira Do Castelo  
Freguesia De Valezim  
Freguesia De Lavandeira, Beira Grande E Selores  
Freguesia De Lobrigos (S. Miguel E S. João Baptista) E Sanhoane  
Freguesia De Loivos E Póvoa De Agrações  
Freguesia De Lomar E Arcos  
Freguesia De Meixedo E Padornelos  
Freguesia De Merelim (São Pedro) E Frossos  
Freguesia De Ninho Do Açor E Sobral Do Campo  
Freguesia De Palhais E Coina  
Freguesia De Panóias E Conceição  
Freguesia De Pico De Regalados, Gondães E Mós  
Freguesia De Ponte De Vagos E Santa Catarina  
Freguesia De Proença-A-Nova E Peral  
Freguesia De Romãs, Decermilo E Vila Longa  
Freguesia De Ruvina, Ruivós E Vale Das Éguas  
Freguesia De Sabugal E Aldeia De Santo António  
Freguesia De Santa Catarina Da Serra E Chainça  
Freguesia De Santa Eufémia E Boa Vista  
Freguesia De Santa Marinha E São Martinho  
Freguesia De Santiago E S.Simão De Litém E Albergaria Dos Doze  
Freguesia De Santo António Dos Cavaleiros E Frielas  
Freguesia De São Bartolomeu Dos Galegos E Moledo  
Freguesia De São Julião De Palácios E Deilão  
Freguesia De São Lourenço De Mamporcão E São Bento De Ana Loura  
Freguesia De São Martinho Do Bispo E Ribeira De Frades  
Freguesia De Seixo Do Côa E Vale Longo  
Freguesia De Semide E Rio Vide  
Freguesia De Serpa (Salvador E Santa Maria)  
Freguesia De Souselas E Botão  
Freguesia De Távora (Santa Maria E São Vicente)  
Freguesia De Tondela E Nandufe  
Freguesia De Torre Do Terrenho, Sebadelhe Da Serra E Terrenho  
Freguesia De S.Pedro E Santiago, S.Maria E S.Miguel, E Matacães  
Freguesia De Torrozelos E Folhadosa  
Freguesia De Durrães E Tregosa  
Freguesia De Ervedal E Vila Franca Da Beira  
Freguesia De Espariz E Sinde  
Freguesia De Fataunços E Figueiredo Das Donas  
Freguesia De Ferreira Do Alentejo E Canhestros  
Freguesia De Fonte Arcada E Escurquela  
Freguesia De Freixeda E Vila Verde  
Freguesia De Gamil E Midões  
Freguesia De Gandra E Taião  
Freguesia De Grijó E Sermonde



## S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Ifanes E Paradela  
Freguesia De Lagos (São Sebastião E Santa Maria)  
Freguesia De Laranjeiro E Feijó  
Freguesia De Loivos Da Ribeira E Tresouras  
Freguesia De Louredo E Fornelos  
Freguesia De Mafamude E Vilar Do Paraíso  
Freguesia De Margaride, Várzea, Lagares, Varziela, Moure  
Freguesia De Montalegre E Padroso  
Freguesia De Nogueira E Ermida  
Freguesia De Nunes E Ousilhão  
Freguesia De Oliveira De Frades, Souto De Lafões E Sejães  
Freguesia De Palmeira De Faro E Curvos  
Freguesia De Paradinha E Nagosa  
Freguesia De Parreira E Chouto  
Freguesia De Penso E Freixinho  
Freguesia De Podence E Santa Combinha  
Freguesia De Pousade E Albardo  
Freguesia De Peso E Vales Do Rio  
Freguesia De Ribafria E Pereiro De Palhacana  
Freguesia De Sacavém E Prior Velho  
Freguesia De Santa Cruz Da Trapa E São Cristóvão De Lafões  
Freguesia De Sande São Lourenço E Balazar  
Freguesia De Santa Vitória E Mombeja  
Freguesia De Santiago Do Cacém, S.Cruz E S.Bartolomeu Da Serra  
Freguesia De Castro Laboreiro E Lamas De Mouro  
Freguesia De Cibões E Brufe  
Freguesia De Conde E Gandarela  
Freguesia De Constantim E Cicouro  
Freguesia De Coz, Alpedriz E Montes  
Freguesia De Crasto, Ruivos E Grovelas  
Freguesia De Ermelo E Pardelhas  
Freguesia De Esperança E Brunhais  
Freguesia De Espírito Santo, Nossa Senhora Da Graça E São Simão  
Freguesia De Felgar E Souto Da Velha  
Freguesia De Figueiró (Santiago E Santa Cristina)  
Freguesia De Freixeda Torrão, Quintã Pêro Martins, Penha Águia  
Freguesia De Freixial E Juncal Do Campo  
Freguesia De Freixo De Cima E De Baixo  
Freguesia De Gafanhoeira (São Pedro) E Sabugueiro  
Freguesia De Gavião E Atalaia  
Freguesia De Insalde E Porreiras  
Freguesia De Janeiro De Cima E Bogas De Baixo  
Freguesia De Junça E Naves  
Freguesia De Lagoa E Carvoeiro  
Freguesia De Lustosa E Barrosas (Santo Estêvão)  
Freguesia De Malagueira E Horta Das Figueiras  
Freguesia De Mamouros, Alva E Ribolhos  
Freguesia De Mazedo E Cortes  
Freguesia De Merelim (São Paio), Panoias E Parada De Tibães  
Freguesia De Messegães, Valadares E Sá



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Mizarela, Pêro Soares E Vila Soeiro  
Freguesia De Moimenta Da Serra E Vinho  
Freguesia De Monfortinho E Salvaterra Do Extremo  
Freguesia De Monte E Queimadela  
Freguesia De Negreiros E Chavão  
Freguesia De Nogueira, Fraião E Lamações  
Freguesia De Oliveira Do Hospital E São Paio De Gramaços  
Freguesia De Oliveira Do Mondego E Travanca Do Mondego  
Freguesia De Lagoaça E Fornos  
Freguesia De Lagos Da Beira E Lajeosa  
Freguesia De Marrazes E Barosa  
Freguesia De Matas E Cercal  
Freguesia De Melres E Medas  
Freguesia De Miuzela E Porto De Ovelha  
Freguesia De Moncarapacho E Fuseta  
Freguesia De Moreira Do Rei E Várzea Cova  
Freguesia De Mortágua, Vale Remígio, Cortegaça E Almaça  
Freguesia De Santo Agostinho E São João Baptista E Santo Amador  
Freguesia De Noura E Palheiros  
Freguesia De Olo E Canadelo  
Freguesia De Ovar, S.João, Arada E S.Vicente De Pereira Jusã  
Freguesia De Parada E Faílde  
Freguesia De Parceiros E Azoia  
Freguesia De Pedroso E Seixezelo  
Freguesia De Pousafoles Do Bispo, Pena Lobo E Lomba  
Freguesia De Póvoa De Atalaia E Atalaia Do Campo  
Freguesia De Prova E Casteição  
Freguesia De Quintiães E Aguiar  
Freguesia De Recardães E Espinhel  
Freguesia De Rebordainhos E Pombares  
Freguesia De Reboreda E Nogueira  
Freguesia De Refojos De Basto, Outeiro E Painzela  
Freguesia De Remondes E Soutelo  
Freguesia De Real, Dume E Semelhe  
Freguesia De Ribeira De Nisa E Carreiras  
Freguesia De Santa Cruz Do Douro E São Tomé De Covelas  
Freguesia De Santa Cruz/Trindade E Sanjurge  
Freguesia De Santa Ovaia E Vila Pouca Da Beira  
Freguesia De Marvila, Ribeira Santarém, S.Salvador, S.Nicolau  
Freguesia De São Martinho De Árvore E Lamarosa  
Freguesia De São Miguel, Santa Eufémia E Rabaçal  
Freguesia De São Pedro De Alva E São Paio De Mondego  
Freguesia De Sande E São Lourenço  
Freguesia De Mealhada, Ventosa Do Bairro E Antes  
Freguesia De Sé E São Lourenço  
Freguesia De A Dos Cunhados E Maceira  
Freguesia De Aboadela, Sanche E Várzea  
Freguesia De Adoufe E Vilarinho De Samardã  
Freguesia De Agrobom, Saldonha E Vale Pereiro  
Freguesia De Alenquer (Santo Estêvão E Triana)



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Algodres, Vale De Afonsinho E Vilar De Amargo  
Freguesia De Alhões, Bustelo, Galheira E Ramires  
Freguesia De Alvarelos E Guidões  
Freguesia De Alvora E Loureda  
Freguesia De Anissó E Soutelo  
Freguesia De Anreade E São Romão De Aregos  
Freguesia De Antuzede E Vil De Matos  
Freguesia De Assafarge E Antanhol  
Freguesia De Atalaia E Safurdão  
Freguesia De Beja (Salvador E Santa Maria Da Feira)  
Freguesia De Belazaima Do Chão, Castanheira Do Vouga E Agadão  
Freguesia De Belinho E Mar  
Freguesia De Borbela E Lamas De Olo  
Freguesia De Caçarelhos E Angueira  
Freguesia De Cadafaz E Colmeal  
Freguesia De Cadaval E Pêro Moniz  
Freguesia De Candoso São Tiago E Mascotelos  
Freguesia De Canedo, Vale E Vila Maior  
Freguesia De Canelas E Fermelã  
Freguesia De Cardielos E Serreleis  
Freguesia De Carragozela E Várzea De Meruge  
Freguesia De Casais E Alviobeira  
Freguesia De Casegas E Ourondo  
Freguesia De Cortiçô E Vila Chã  
Freguesia De Covões E Camarneira  
Freguesia De Cristelos, Boim E Ordem  
Freguesia De Alcoutim E Pereiro  
Freguesia De Aldeias E Mangualde Da Serra  
Freguesia De Além Da Ribeira E Pedreira  
Freguesia De Alfundão E Peroguarda  
Freguesia De Algosó, Campo De Víboras E Uva  
Freguesia De Alheira E Igreja Nova  
Freguesia De Alverca Do Ribatejo E Sobralinho  
Freguesia De Amoreira Da Gândara, Paredes Do Bairro E Ancas  
Freguesia De Arco De Baúlhe E Vila Nune  
Freguesia De Arosa E Castelões  
Freguesia De Assares E Lodões  
Freguesia De Aver-O-Mar, Amorim E Terroso  
Freguesia De Azinhal, Peva E Vale Verde  
Freguesia De Barroelas E Carvoeiro  
Freguesia De Boa Aldeia, Farminhão E Torredeita  
Freguesia De Braga (Maximinos, Sé E Cividade)  
Freguesia De Braga (São José De São Lázaro E São João Do Souto)  
Freguesia De Brogueira, Parceiros De Igreja E Alcorochel  
Freguesia De Brunhozinho, Castanheira E Sanhoane  
Freguesia De Cabreiros E Albergaria Da Serra  
Freguesia De Cabreiros E Passos (São Julião)  
Freguesia De Caldelas, Sequeiros E Paranhos  
Freguesia De Caminha (Matriz) E Vilarelho  
Freguesia De Campanhó E Paradaça



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Campo, S.Salvador Campo, Negrelos  
Freguesia De Campo E Tamel (São Pedro Fins)  
Freguesia De Candemil E Gondar  
Freguesia De Canelas E Espiunca  
Freguesia De Caniçada E Soengas  
Freguesia De Carreira E Fonte Coberta  
Freguesia De Carva E Vilares  
Freguesia De Castelãos E Vilar Do Monte  
Freguesia De Castrelos E Carrazedo  
Freguesia De Penedono E Granja  
Freguesia De Perafita, Lavra E Santa Cruz Do Bispo  
Freguesia De Peva E Segões  
Freguesia De Pinheiros E Vale De Figueira  
Freguesia De Portela E Extremo  
Freguesia De Póvoa De Santo Adrião E Olival Basto  
Freguesia De Querença, Tôr E Benafim  
Freguesia De Quirás E Pinheiro Novo  
Freguesia De Ramada E Caneças  
Freguesia De Reguengo E São Julião  
Freguesia De Reriz E Gafanhão  
Freguesia De Rio De Couros E Casal Dos Bernardos  
Freguesia De Rio Torto E Lagarinhos  
Freguesia De Salvaterra De Magos E Foros De Salvaterra  
Freguesia De Santa Clara E Castelo Viegas  
Freguesia De Santa Lucrécia De Algeriz E Navarra  
Freguesia De Santar E Moreira  
Freguesia De Santiago De Cassurrães E Póvoa De Cervães  
Freguesia De Santo Estêvão E Moita  
Freguesia De São Bartolomeu Do Outeiro E Oriola  
Freguesia De São Julião E Silva  
Freguesia De São Miguel Do Rio Torto E Rossio Ao Sul Do Tejo  
Freguesia De São Miguel Do Souto E Mosteirô  
Freguesia De Seia, São Romão E Lapa Dos Dinheiros  
Freguesia De Silva E Águas Vivas  
Freguesia De Sobral Pichorro E Fuinhas  
Freguesia De Sobreira Formosa E Alvito Da Beira  
Freguesia De Soutelo E Seara Velha  
Freguesia De Souto E Tabaçô  
Freguesia De Teixoso E Sarzedo  
Freguesia De Travanca E Santa Cruz  
Freguesia De Vale Mendiz, Casal Loivos, Vilarinho Cotas  
Freguesia De Santa Maria Maior E Monserrate E Meadela  
Freguesia De Vilela, Seramil E Paredes Secas  
Freguesia De Cerva E Limões  
Freguesia De Charneca De Caparica E Sobreda  
Freguesia De Colmeias E Memória  
Freguesia De Corujeira E Trinta  
Freguesia De Curopos E Vale De Janeiro  
Freguesia De Estremoz (Santa Maria E Santo André)  
Freguesia De Ferradosa E Sendim Da Serra



## S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Ferreiros E Gondizalves  
Freguesia De Figueiras E Covas  
Freguesia De Fonte Boa E Rio Tinto  
Freguesia De Freixianda, Ribeira Do Farrio E Formigais  
Freguesia De Garvão E Santa Luzia  
Freguesia De Gondomar (São Cosme), Valbom E Jovim  
Freguesia De Jolda (Madalena) E Rio Cabrão  
Freguesia De Lobão, Gião, Louredo E Guisande  
Freguesia De Luz De Tavira E Santo Estêvão  
Freguesia De Mação, Penhascoso E Aboboreira  
Freguesia De Malhou, Louriceira E Espinheiro  
Freguesia De Miragaia E Marteleira  
Freguesia De Monsanto E Idanha-A-Velha  
Freguesia De Monte Redondo E Carreira  
Freguesia De Mouçós E Lamesas  
Freguesia De Moura Morta E Vinhós  
Freguesia De N.S. Da Vila, N.S. Do Bispo E Silveiras  
Freguesia De Olaia E Paço  
Freguesia De Oliveira, São Paio E São Sebastião  
Freguesia De Ovoa E Vimieiro  
Freguesia De Painho E Figueiros  
Freguesia De Parada Do Monte E Cubalhão  
Freguesia De Parada E Sendim Da Ribeira  
Freguesia De Paradela, Contim E Fiães  
Freguesia De Pataias E Martingança  
Freguesia De Pedrógão De São Pedro E Bemposta  
Freguesia De Assunção, Ajuda, Salvador E Santo Ildefonso  
Freguesia De Cabaços E Fojo Lobal  
Freguesia De Freixo De Numão  
Freguesia De Gonçalves  
Freguesia De Jarmelo São Miguel  
Freguesia De Marco  
Freguesia De Misericórdia  
Freguesia De Quiaios  
Freguesia De Santa Maria, São Pedro E Sobral Da Lagoa  
Freguesia De Termas De São Vicente  
Freguesia De Alburnoa E Trindade  
Freguesia De Alcobaça E Vestiaria  
Freguesia De Aldeia Da Ribeira, Vilar Maior E Badamalos  
Freguesia De Aldeia Galega Da Merceana E Aldeia Gavinha  
Freguesia De Alhandra, São João Dos Montes E Calhandriz  
Freguesia De Amares E Figueiredo  
Freguesia De Amieira E Alqueva  
Freguesia De Anta E Guetim  
Freguesia De Antas E Matela  
Freguesia De Areias E Pias  
Freguesia De Arentim E Cunha  
Freguesia De Aveleda E Rio De Onor  
Freguesia De Baião (Santa Leocádia) E Mesquinhata  
Freguesia De Barcos E Santa Leocádia



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Bigorne, Magueija E Pretarouca  
Freguesia De Briteiros Santo Estêvão E Donim  
Freguesia De Britelo, Gémeos E Ourilhe  
Freguesia De Caldas De São Jorge E De Pigeiros  
Freguesia De Calvos E Frades  
Freguesia De Campelo E Ovil  
Freguesia De Carcavelos E Parede  
Freguesia De Castanheiro Do Norte E Ribalonga  
Freguesia De Cepães E Fareja  
Freguesia De Cepões, Meijinhos E Melções  
Freguesia De Cerdeira E Moura Da Serra  
Freguesia De Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo  
Freguesia De Geraz Do Lima (S.Maria, S.Leocádia, Moreira), Deão  
Freguesia De Gesteira E Brunhós  
Freguesia De Gondemaria E Olival  
Freguesia De Gulpilhares E Valadares  
Freguesia De Lamas E Cercal  
Freguesia De Matosinhos E Leça Da Palmeira  
Freguesia De Mazarefes E Vila Fria  
Freguesia De Meda, Outeiro De Gatos E Fonte Longa  
Freguesia De Milhazes, Vilar De Figos E Faria  
Freguesia De Monção E Troviscoso  
Freguesia De Montemor-O-Velho E Gatões  
Freguesia De Mouraz E Vila Nova Da Rainha  
Freguesia De Nogueira, Meixedo E Vilar De Murteda  
Freguesia De N.S. Da Tourega E N.S. De Guadalupe  
Freguesia De Padreiro (Salvador E Santa Cristina)  
Freguesia De Pópulo E Ribalonga  
Freguesia De Retorta E Tougues  
Freguesia De Rio Mau E Arcos  
Freguesia De Rochoso E Monte Margarida  
Freguesia De Santa Clara-A-Nova E Gomes Aires  
Freguesia De Santa Marinha E São Pedro Da Afurada  
Freguesia De Santo Antão E São Julião Do Tojal  
Freguesia De São João Da Pesqueira E Várzea De Trevões  
Freguesia De São João Da Ribeira E Ribeira De São João  
Freguesia De S.Mig. Pinheiro, S.Pedro Solis, S.Sebastião Carros  
Freguesia De Sepins E Bolho  
Freguesia De Sequeade E Bastuço (São João E Santo Estevão)  
Freguesia De S.Julião, N.S. Da Anunciada E S.Maria Da Graça  
Freguesia De Sobrado E Bairros  
Freguesia De Souto De Aguiar Da Beira E Valverde  
Freguesia De Tamel (Santa Leocádia) E Vilar Do Monte  
Freguesia De Aqualva E Mira-Sintra  
Freguesia De Águeda E Borralha  
Freguesia De Alcanena E Vila Moreira  
Freguesia De Aldeia Do Mato E Souto  
Freguesia De Aldoar, Foz Do Douro E Nevogilde  
Freguesia De Anjos E Vilar Do Chão  
Freguesia De Antime E Silvares (São Clemente)



## S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De São Salvador, Vila Fonche E Parada  
Freguesia De Arga (Baixo, Cima E São João)  
Freguesia De Aricera E Goujoim  
Freguesia De Arnoso (Santa Maria E Santa Eulália) E Sezures  
Freguesia De Avelãs De Ambom E Rocamondo  
Freguesia De Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior E Parada  
Freguesia De Beja (Santiago Maior E São João Baptista)  
Freguesia De Belder E Mogo De Malta  
Freguesia De Caldas Da Rainha - Santo Onofre E Serra Do Bouro  
Freguesia De Cantar-Galo E Vila Do Carvalho  
Freguesia De Caparrosa E Silvares  
Freguesia De Carregado E Cadafais  
Freguesia De Cinco Vilas E Reigada  
Freguesia De Creixomil E Mariz  
Freguesia De Crespos E Pousada  
Freguesia De Currelos, Papízios E Sobral  
Freguesia De Eiras E Mei  
Freguesia De Espadanedo, Edroso, Murçós E Soutelo Mourisco  
Freguesia De Este (São Pedro E São Mamede)  
Freguesia De Évora (São Mamede, Sé, São Pedro E Santo Antão)  
Freguesia De Faro (Sé E São Pedro)  
Freguesia De Figueiró Da Serra E Freixo Da Serra  
Freguesia De Figueiró Dos Vinhos E Bairradas  
Freguesia De Freches E Torres  
Freguesia De Freigil E Miomães  
Freguesia De Friúmes E Paradela  
Freguesia De Arrimal E Mendiga  
Freguesia De Azambujeira E Malaqueijo  
Freguesia De Azoia De Cima E Tremês  
Freguesia De Bacelo E Senhora Da Saúde  
Freguesia De Barcelos, V.Boa, V.Frescainha  
Freguesia De Barreiro E Lavradio  
Freguesia De Benavila E Valongo  
Freguesia De Bico E Cristelo  
Freguesia De Bombarral E Vale Covo  
Freguesia De Bougado (São Martinho E Santiago)  
Freguesia De Briteiros São Salvador E Briteiros Santa Leocádia  
Freguesia De Bustos, Troviscal E Mamarrosa  
Freguesia De Campelos E Outeiro Da Cabeça  
Freguesia De Carlão E Amieiro  
Freguesia De Carreira E Refojos De Riba De Ave  
Freguesia De Casével E Vaqueiros  
Freguesia De Cedrim E Paradela  
Freguesia De Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada E Gual  
Freguesia De Sé Nova, Santa Cruz, Almedina E São Bartolomeu  
Freguesia De Côja E Barril De Alva  
Freguesia De Coronado (São Romão E São Mamede)  
Freguesia De Cortiçadas De Lavre E Lavre  
Freguesia De Cortiçô Da Serra, Vide Entre Vinhas E Salgueirais  
Freguesia De Crato E Mártires, Flor Da Rosa E Vale Do Peso



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Custóias, Leça Do Balio E Guifões  
Freguesia De Escalos De Cima E Lousa  
Freguesia De Estômbar E Parchal  
Freguesia De Fânzeres E São Pedro Da Cova  
Freguesia De Ferreirim E Macieira  
Freguesia De Fonte Arcada E Oliveira  
Freguesia De Gaio-Rosário E Sarilhos Pequenos  
Freguesia De Gebelim E Soeima  
Freguesia De Glória E Vera Cruz  
Freguesia De Igreja Nova E Cheleiros  
Freguesia De São Gregório E Santa Justa  
Freguesia De São Jorge E Ermelo  
Freguesia De São Romão E Santiago  
Freguesia De São Vicente Do Paul E Vale De Figueira  
Freguesia De Serzedo E Calvos  
Freguesia De Sezelhe E Covelães  
Freguesia De Silva Escura E Dornelas  
Freguesia De S.Maria, S.Miguel, S.Martinho, S.Pedro Penaferrim  
Freguesia De Souto De Carpalhosa E Ortigosa  
Freguesia De Souto Santa Maria, Souto São Salvador E Gondomar  
Freguesia De Tamengos, Aguiçã E Óis Do Bairro  
Freguesia De Torres Novas (Santa Maria, Salvador E Santiago)  
Freguesia De Touvedo (São Lourenço E Salvador)  
Freguesia De Vagos E Santo António  
Freguesia De Vale De Frades E Avelanoso  
Freguesia De Venade E Azevedo  
Freguesia De Venda Do Pinheiro E Santo Estêvão Das Galés  
Freguesia De Vila Cova Do Covelo E Mareco  
Freguesia De Nossa Senhora Da Conceição, São Pedro E São Dinis  
Freguesia De Vilarouco E Pereiros  
Freguesia De Valpaços E Sanfins  
Freguesia De Planalto De Monforte (Oucidres E Bobadela)  
Freguesia De Águas Santas E Moure  
Freguesia De Azueira E Sobral Da Abelheira  
Freguesia De Campo E Campinho  
Freguesia De Cartaxo E Vale Da Pinta  
Freguesia De Cepos E Teixeira  
Freguesia De Eiras E São Paulo De Frades  
Freguesia De Ermida E Figueiredo  
Freguesia De Malta E Canidelo  
Freguesia De Valbom (São Pedro), Passô E Valbom (São Martinho)  
Freguesia De Albergaria-A-Velha E Valmaior  
Freguesia De Alturas Do Barroso E Cerdedo  
Freguesia De Lordelo Do Ouro E Massarelos  
Freguesia De Lousã E Vilarinho  
Freguesia De Malveira E São Miguel De Alcainça  
Freguesia De Manique Do Intendente, V.N.De S.Pedro E Maçussa  
Freguesia De Massamá E Monte Abraão  
Freguesia De Moimenta De Maceira Dão E Lobelhe Do Mato  
Freguesia De Monte Real E Carvide



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Nespereira E Casais  
Freguesia De Nogueiró E Tenões  
Freguesia De O. Azeméis, Riba-UI, UI, Macinhata Seixa, Madail  
Freguesia De Ovadas E Panchorra  
Freguesia De Parada De Ester E Ester  
Freguesia De Poceirão E Marateca  
Freguesia De Pombal E Vales  
Freguesia De Ponte Da Barca, V.N. Muía, Paço Vedro Magalhães  
Freguesia De Pontinha E Famões  
Freguesia De Póvoa De Rio De Moinhos E Cafede  
Freguesia De Queluz E Belas  
Freguesia De Repeses E São Salvador  
Freguesia De Romeira E Várzea  
Freguesia De Sago, Lordelo E Parada  
Freguesia De Sameice E Santa Eulália  
Freguesia De São Facundo E Vale De Mós  
Freguesia De São João Do Monte E Mosteirinho  
Freguesia De Tagilde E Vizela (São Paio)  
Freguesia De Tornada E Salir Do Porto  
Freguesia De Torrados E Sousa  
Freguesia De Torre E Vila Mou  
Freguesia De Travancas E Roriz  
Freguesia De Treixedo E Nagozela  
Freguesia De Urrós E Peredo Dos Castelhanos  
Freguesia De Vale (São Cosme), Telhado E Portela  
Freguesia De Vale De Prazeres E Mata Da Rainha  
Freguesia De Valença, Cristelo Covo E Arão  
Freguesia De Vilamar E Corticeiro De Cima  
Freguesia De Vilar De Besteiros E Mosteiro De Fráguas  
Freguesia De Abrunheira, Verride E Vila Nova Da Barca  
Freguesia De Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso E Mesquitela  
Freguesia De Mogadouro, Valverde, Vale De Porco E Vilar De Rei  
Freguesia De Penalva De Alva E São Sebastião Da Feira  
Freguesia De São Manços E São Vicente Do Pigeiro  
Freguesia De Troporiz E Lapela  
Freguesia De Verim, Friande E Ajude  
Freguesia De S.Sebastião Da Giesteira E N.S. Da Boa Fé  
Freguesia De Sobreiró De Baixo E Alvaredos  
Freguesia De Soeira, Fresulfe E Mofreita  
Freguesia De Taveiro, Ameal E Arzila  
Freguesia De Tavira (Santa Maria E Santiago)  
Freguesia De Trouxemil E Torre De Vilela  
Freguesia De Valtorno E Mourão  
Freguesia De Viatodos, Grimancelos, Minhotães, Monte Fralães  
Freguesia De Vide E Cabeça  
Freguesia De Vila Garcia, Aboim E Chapa  
Freguesia De Vilar De Perdizes E Meixide  
Freguesia De Vouzela E Paços De Vilharigues  
Freguesia De Seixal, Arrentela E Aldeia De Paio Pires  
Freguesia De Vila Nova De Foz Côa



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Arouca E Burgo  
Freguesia De Caparica E Trafaria  
Freguesia De Esposende, Marinhas E Gandra  
Freguesia De Franco E Vila Boa  
Freguesia De Freixo De Espada À Cinta E Mazouco  
Freguesia De Mezio E Moura Morta  
Freguesia De Póvoa De Santa Iria E Forte Da Casa  
Freguesia De Provesende, Gouvães Douro E S. Cristóvão Douro  
Freguesia De São João Das Lampas E Terrugem  
Freguesia De Sé, Santa Maria E Meixedo  
Freguesia De Vale Flor, Carvalhal E Pai Penela  
Freguesia De Alhadas  
Freguesia De Ansião  
Freguesia De Areeiro  
Freguesia De Caia, São Pedro E Alcáçova  
Freguesia De Colos  
Freguesia De Falagueira-Venda Nova  
Freguesia De Gafanha Da Nazaré  
Freguesia De Oleiros-Amieira  
Freguesia De Portela Do Fojo-Machio  
Freguesia De Alto Do Seixalinho, Santo André E Verderena  
Freguesia De Alvados E Alcaria  
Freguesia De Antas E Abade De Vermoim  
Freguesia De Antas E Ourozinho  
Freguesia De Apúlia E Fão  
Freguesia De Atalaia E Alto-Estanqueiro-Jardia  
Freguesia De Azeitão (São Lourenço E São Simão)  
Freguesia De Barbacena E Vila Fernando  
Freguesia De Belmonte E Colmeal Da Torre  
Freguesia De Bensafrim E Barão De São João  
Freguesia De Bornes E Burga  
Freguesia De Caçarilhe E Infesta  
Freguesia De Caldas De Vizela (São Miguel E São João)  
Freguesia De Campos E Louredo  
Freguesia De Campos E Vila Meã  
Freguesia De Candoso E Carvalho De Egas  
Freguesia De Cantanhede E Pocariça  
Freguesia De Carvalhais E Candal  
Freguesia De Castanheira Do Ribatejo E Cachoeiras  
Freguesia De São Pedro E Santa Maria E Vila Boa Do Mondego  
Freguesia De Chamoim E Vilar  
Freguesia De Chaviães E Paços  
Freguesia De Coruche, Fajarda E Erra  
Freguesia De Destriz E Reigoso  
Freguesia De Enxara Do Bispo, Gradil E Vila Franca Do Rosário  
Freguesia De Ereira E Lapa  
Freguesia De Felgueiras E Maçores  
Freguesia De Freitas E Vila Cova  
Freguesia De Galafura E Covelinhas  
Freguesia De Glória Do Ribatejo E Granho



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Gondomil E Safins  
Freguesia De Grândola E Santa Margarida Da Serra  
Freguesia De Leitões, Oleiros E Figueiredo  
Freguesia De Vila Nova De Famalicão E Calendário  
Freguesia De Vila Nova De Paiva, Alhais E Fráguas  
Freguesia De Vila Seca E Santo Adrião  
Freguesia De Vila Verde E Santão  
Freguesia De Vilela, São Cosme E São Damião E Sá  
Freguesia De Viseu  
Freguesia De Ameixial (Santa Vitória E São Bento)  
Freguesia De Várzea, Aliviada E Folhada  
Freguesia De Avidos E Lagoa  
Freguesia De Felgueiras E Feirão  
Freguesia De Fonte De Angeão E Covão Do Lobo  
Freguesia De Leomil, Mido, Senouras E Aldeia Nova  
Freguesia De Vale Do Seixo E Vila Garcia  
Freguesia De Vila Chã (São João Baptista E Santiago)  
Freguesia De Vila E Roussas  
Freguesia De Águas Livres  
Freguesia De Belém  
Freguesia De Arca E Ponte De Lima  
Freguesia De Armamar  
Freguesia De Avessadas E Rosém  
Freguesia De Bárrio E Cepões  
Freguesia De Codessoso, Curros E Fiães Do Tâmega  
Freguesia De Ferreira-A-Nova  
Freguesia De Fomelos E Queijada  
Freguesia De Navió E Vitorino Dos Piães  
Freguesia De Pombalinho  
Freguesia De Pussos São Pedro  
Freguesia De Três Povos  
Freguesia De Chamusca E Pinheiro Grande  
Freguesia De Abrigada E Cabanas De Torres  
Freguesia De Águas Boas E Forles  
Freguesia De Aljustrel E Rio De Moinhos  
Freguesia De Almodôvar E Graça Dos Padrões  
Freguesia De Almofala E Escarigo  
Freguesia De Paradela E Granjinha  
Freguesia De Picão E Ermida  
Freguesia De Pinheiro De Coja E Meda De Mouros  
Freguesia De Poiares E Canelas  
Freguesia De Ponte De Sor, Tramaga E Vale De Açor  
Freguesia De Prado E Remoães  
Freguesia De Prazins Santo Tirso E Corvite  
Freguesia De Real, Ataíde E Oliveira  
Freguesia De Rapa E Cadafaz  
Freguesia De Salvador E Santo Aleixo De Além-Tâmega  
Freguesia De Rio Frio E Milhão  
Freguesia De Salvada E Quintos  
Freguesia De Sande Vila Nova E Sande São Clemente



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Santa Comba Dão E Couto Do Mosteiro  
Freguesia De Santa Maria Da Feira, Travanca, Sanfins E Espargo  
Freguesia De São Mamede De Infesta E Senhora Da Hora  
Freguesia De São Martinho Das Moitas E Covas Do Rio  
Freguesia De São Martinho De Anta E Paradela De Guiães  
Freguesia De Seide  
Freguesia De Sendim E Atenor  
Freguesia De Sernancelhe E Sarzeda  
Freguesia De Serra E Junceira  
Freguesia De Serzedo E Perosinho  
Freguesia De Silvares, Pias, Nogueira E Alvarenga  
Freguesia De Subportela, Deocriste E Portela Susã  
Freguesia De Tourais E Lajes  
Freguesia De Trancoso (São Pedro E Santa Maria) E Souto Maior  
Freguesia De Torre E Portela  
Freguesia De Vale Formoso E Aldeia Do Souto  
Freguesia De Veade, Gagos E Molares  
Freguesia De Viade De Baixo E Fervidelas  
Freguesia De Vila Cova Da Lixa E Borba De Godim  
Freguesia De Vila Cova E Feitos  
Freguesia De Vila Flor E Nabo  
Freguesia De Almada, Cova Da Piedade, Pragal E Cacilhas  
Freguesia De Alvega E Concavada  
Freguesia De Amoreira, Parada E Cabreira  
Freguesia De Ancede E Ribadouro  
Freguesia De Arcos De Valdevez (São Paio) E Giela  
Freguesia De Ázere E Covelo  
Freguesia De Barreiros E Cepões  
Freguesia De Barrô E Aguada De Baixo  
Freguesia De Calvão E Soutelinho Da Raia  
Freguesia De Cambeses Do Rio, Donões E Mourilhe  
Freguesia De Cambra E Carvalho De Vermilhas  
Freguesia De Carvalho E Basto (Santa Tecla)  
Freguesia De Castedo E Cotas  
Freguesia De Castro Verde E Casével  
Freguesia De Cebolais De Cima E Retaxo  
Freguesia De Celeirós, Aveleda E Vimieiro  
Freguesia De Cernache Do Bonjardim, Nesperal E Palhais  
Freguesia De Cernadelo E Lousada (São Miguel E Santa Margarida)  
Freguesia De Choreense E Monte  
Freguesia De Conceição E Cabanas De Tavira  
Freguesia De Conceição E Estoi  
Freguesia De Couto De Baixo E Couto De Cima  
Freguesia De Covilhã E Canhoso  
Freguesia De Degracias E Pombalinho  
Freguesia De Entre Ambos-Os-Rios, Ermida E Germil  
Freguesia De Escalos De Baixo E Mata  
Freguesia De Escudeiros E Penso (Santo Estêvão E São Vicente)  
Freguesia De Eucisia, Gouveia E Valverde  
Freguesia De Gondíães E Vilar De Cunhas



## S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Gouviães E Ucanha  
Freguesia De Granja Nova E Vila Chã Da Beira  
Freguesia De Lajeosa E Forcalhos  
Freguesia De Lamelas E Guimarei  
Freguesia De Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho Paranhos  
Freguesia De Vila Boa De Quires E Maureles  
Freguesia De Vila Nova Da Barquinha  
Freguesia De Vilar E Viveiro  
Freguesia De Santa Iria De Azoia, São João Da Talha E Bobadela  
Freguesia De São João Baptista E Santa Maria Dos Olivais  
Freguesia De Zebreira E Segura  
Freguesia De Vale De Santiago  
Freguesia De Arca E Varzielas  
Freguesia De Carvoeira E Carmões  
Freguesia De Madalena E Beselga  
Freguesia De Marmeleira E Assentiz  
Freguesia De Melo E Nabais  
Freguesia De São Miguel Do Outeiro E Sabugosa  
Freguesia De São Pedro Do Sul, Várzea E Baiões  
Freguesia De Alto Do Palurdo  
Freguesia De Encosta Do Sol  
Freguesia De Estreito-Vilar Barroco  
Freguesia De Gafanha Do Carmo  
Freguesia De Labrujó, Rendufe E Vilar Do Monte  
Freguesia De Lamego (Almacave E Sé)  
Freguesia De Mesão Frio (Santo André)  
Freguesia De Nogueira E Silva Escura  
Freguesia De Penafiel  
Freguesia De Peniche  
Freguesia De Porto De Mós-São João Baptista E São Pedro  
Freguesia De Santo António  
Freguesia De São João De Loure E Frossos  
Freguesia De Sonim E Barreiros  
Freguesia De Terras De Massueime  
Freguesia De Aboim, Felgueiras, Gontim E Pedraído  
Freguesia De Achete, Azoia De Baixo E Póvoa De Santarém  
Freguesia De Agrela E Serafão  
Freguesia De Távora E Pereiro  
Freguesia De Teixeira E Teixeira  
Freguesia De Terrugem E Vila Boim  
Freguesia De Travassô E Óis Da Ribeira  
Freguesia De Vila Cova De Alva E Anseriz  
Freguesia De Vila Seca E Bem Da Fé  
Freguesia De Vilar De Lomba E São Jomil  
Freguesia De Colmeal E Vilar Torpim  
Freguesia De Préstimo E Macieira De Alcoba  
Freguesia De Vade  
Freguesia De Venteira  
Freguesia De Vale Do Côa  
Freguesia De Trevões E Espinhosa



## S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Arroios  
Freguesia De Póvoa De Varzim, Beiriz E Argivai  
Freguesia De Ardegão, Amozela E Seidões  
Freguesia De Arez E Amieira Do Tejo  
Freguesia De Esmeriz E Cabeçudos  
Freguesia De Pinheiro Da Bemposta, Travanca E Palmaz  
Freguesia De Portunhos E Outil  
Freguesia De São Domingos E Vale De Água  
Freguesia De Vila Nova De Cerveira E Lovelhe  
Freguesia De Bem Viver  
Freguesia De Frazão Arreigada  
Freguesia De Livração  
Freguesia De Penha De França  
Freguesia De Madalena E Samaiões  
Freguesia De Eiras, São Julião De Montenegro E Cela  
Freguesia De Abrantes (São Vicente E São João) E Alferrarede  
Freguesia De Açores E Velosa  
Freguesia De Adeganha E Cardanha  
Freguesia De Aldeia Do Bispo, Águas E Aldeia De João Pires  
Freguesia De Algés, Linda-A-Velha E Cruz Quebrada-Dafundo  
Freguesia De Algoz E Tunes  
Freguesia De Venda Nova E Pondras  
Freguesia De Ventosa E Cova  
Freguesia De Vila Fria E Vizela (São Jorge)  
Freguesia De Vila Nova De São Bento E Vale De Vargo  
Freguesia De Cacém E São Marcos  
Freguesia De Paredes De Viadores E Manhuncelos  
Freguesia De Abação E Gémeos  
Freguesia De Avantos E Romeu  
Freguesia De Carnaxide E Queijas  
Freguesia De Castanheira De Pêra E Coentral  
Freguesia De Peso Da Régua E Godim  
Freguesia De Raiva, Pedorido E Paraíso  
Freguesia De Sequeiros E Gradiz  
Freguesia De Aboim Da Nóbrega E Gondomar  
Freguesia De Alpendorada, Várzea E Torrão  
Freguesia De Alvaiázere  
Freguesia De Alvalade  
Freguesia De Alvão  
Freguesia De Cabração E Moreira Do Lima  
Freguesia De Cidade Da Maia  
Freguesia De Eixo E Eirol  
Freguesia De Gafanha Da Encarnação  
Freguesia De Guarda  
Freguesia De Guilhufe E Urrô  
Freguesia De Lebução, Fiães E Nozelos  
Freguesia De Luzim E Vila Cova  
Freguesia De Nossa Senhora Da Conceição E De São Bartolomeu  
Freguesia De Paços De Ferreira  
Freguesia De Paião



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Requeixo, Nossa Senhora De Fátima E Nariz  
Freguesia De São Vicente  
Freguesia De Santa Maria Do Castelo E Santiago E Santa Susana  
Freguesia De Alcórrego E Maranhão  
Freguesia De Barcel, Marmelos E Valverde Da Gestosa  
Freguesia De Barco E Coutada  
Freguesia De Beduído E Veiros  
Freguesia De Bustelo, Carneiro E Carvalho De Rei  
Freguesia De Nossa Senhora Do Pópulo, Coto E São Gregório  
Freguesia De Camarate, Unhos E Apelação  
Freguesia De Campo E Sobrado  
Freguesia De Canedo De Basto E Corgo  
Freguesia De Albufeira E Olhos De Água  
Freguesia De Alfragide  
Freguesia De Aljubarrota  
Freguesia De Alverca Da Beira/Bouça Cova  
Freguesia De Ardãos E Bobadela  
Freguesia De Boticas E Granja  
Freguesia De Buarcos  
Freguesia De Castelo Da Maia  
Freguesia De Ílhavo (São Salvador)  
Freguesia De Jarmelo São Pedro  
Freguesia De Lagares E Figueira  
Freguesia De Paredes  
Freguesia De Penhalonga E Paços De Gaiolo  
Freguesia De Santa Clara-A-Velha  
Freguesia De Ribeira Do Neiva  
Freguesia De Aguçadoura E Navais  
Freguesia De Aguiar Da Beira E Coruche  
Freguesia De N.S. Conceição, S.Brás Matos, Juromenha  
Freguesia De Almargem Do Bispo, Pêro Pinheiro E Montelavar  
Freguesia De Alvito (São Pedro E São Martinho) E Couto  
Freguesia De Arcos E Mogofores  
Freguesia De Areias, Sequeiró, Lama E Palmeira  
Freguesia De Atães E Rendufe  
Freguesia De Avidagos, Navalho E Pereira  
Freguesia De Baixa Da Banheira E Vale Da Amoreira  
Freguesia De Carreira E Bente  
Freguesia De Carvalhal Redondo E Agueira  
Freguesia De Cascais E Estoril  
Freguesia De Cedofeita, Ildefonso, Sé, Miragaia, Nicolau, Vitória  
Freguesia De Ceivães E Badim  
Freguesia De Condeixa-A-Velha E Condeixa-A-Nova  
Freguesia De Constantim E Vale De Nogueiras  
Freguesia De Cossourado E Linhares  
Freguesia De Covas E Vila Nova De Oliveirinha  
Freguesia De Covelo De Paivó E Janarde  
Freguesia De Cumeada E Marmeleiro  
Freguesia De Dois Portos E Runa  
Freguesia De Faíl E Vila Chã De Sá



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Ferreiros, Prozelos E Besteiros  
Freguesia De Formariz E Ferreira  
Freguesia De Fornelo E Vairão  
Freguesia De Foz De Arouce E Casal De Ermio  
Freguesia De Foz Do Sousa E Covelo  
Freguesia De Gondar E Orbacém  
Freguesia De Gondifelos, Cavalões E Outiz  
Freguesia De Gouveia (São Pedro E São Julião)  
Freguesia De Grade E Carralcova  
Freguesia De Guia, Ilha E Mata Mourisca  
Freguesia De Guilhadesses E Santar  
Freguesia De Guisande E Oliveira (São Pedro)  
Freguesia De Idanha-A-Nova E Alcafozes  
Freguesia De Izeda, Calvelhe E Paradinha Nova  
Freguesia De Juncas, Vila Ruiva E Vila Soeiro Do Chão  
Freguesia De Leiria, Pousos, Barreira E Cortes  
Freguesia De Lemenhe, Mouquim E Jesufrei  
Freguesia De Lourinhã E Atalaia  
Freguesia De Macieira Da Lixa E Caramos  
Freguesia De Malpartida E Vale De Coelho  
Freguesia De Mangualde, Mesquitela E Cunha Alta  
Freguesia De Moimenta E Montouto  
Freguesia De Moledo E Cristelo  
Freguesia De Montijo E Afonsoeiro  
Freguesia De Morreira E Trandeiras  
Freguesia De Moscavide E Portela  
Freguesia De Nogueira Do Cravo E Pindelo  
Freguesia De Oeiras E S.Julião Da Barra, Paço De Arcos E Caxias  
Freguesia De Outeiro Da Cortiçada E Arruda Dos Pisões  
Freguesia De Parada Do Bispo E Valdigem  
Freguesia De Paredes De Coura E Resende  
Freguesia De Pegões  
Freguesia De Pena, Quintã E Vila Cova  
Freguesia De Pensalvos E Parada De Monteiros  
Freguesia De Pêra Velha, Aldeia De Nacomba E Ariz  
Freguesia De Ruivães E Campos  
Freguesia De Ruivães E Novais  
Freguesia De Safara E Santo Aleixo Da Restauração  
Freguesia De Sande, Vilarinho, Barros E Gomide  
Freguesia De Sandim, Olival, Lever E Crestuma  
Freguesia De St.Tirso, Couto (S.Cristina E S.Miguel) E Burgães  
Freguesia De São Bento Do Cortiço E Santo Estêvão  
Freguesia De São Cipriano E Vil De Souto  
Freguesia De São Tomé Do Castelo E Justes  
Freguesia De Sebal E Belide  
Freguesia De Silveiros E Rio Covo (Santa Eulália)  
Freguesia De Tabuadelo E São Faustino  
Freguesia De Talhinhos E Bagueixe  
Freguesia De Tarouca E Dálvares  
Freguesia De Tavares (Chãs, Várzea E Travanca)



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Torres Novas (São Pedro), Lapas E Ribeira Branca  
Freguesia De Touguinha E Touguinhó  
Freguesia De Trigaches E São Brissos  
Freguesia De Unhão E Lordelo  
Freguesia De Trofa, Segadães E Lamas Do Vouga  
Freguesia De Vila Chã, Codal E Vila Cova De Perrinho  
Freguesia De Vila Franca Das Naves E Feital  
Freguesia De Vilaça E Fradelos  
Freguesia De Vilar E Mosteiró  
Freguesia De Vilares E Carnicães  
Freguesia De Vilarinho Dos Galegos E Ventozelo  
Freguesia De Vilas Boas E Vilarinho Das Azenhas  
Freguesia De Valbom/Bogalhal  
Freguesia De Vila Do Bispo E Raposeira  
Freguesia De Vila Verde E Barbudo  
Freguesia Do Vale Do Massueime  
Freguesia De São Salvador E Santa Maria  
Freguesia De Barreiro De Besteiros E Tourigo  
Freguesia De Maxial E Monte Redondo  
Freguesia De Pedreira, Rande E Sernande  
Freguesia De Selho São Lourenço E Gominhões  
Freguesia De Ardegão, Freixo E Mato  
Freguesia De Carrazedo De Montenegro E Curros  
Freguesia De Fajão-Vidual  
Freguesia De Lavos  
Freguesia De Mina De Água  
Freguesia De Nossa Senhora Do Pranto  
Freguesia De Sanfins Lamoso Codessos  
Freguesia De São Teotónio  
Freguesia De Tinhela E Alvarelos  
Freguesia De Airão Santa Maria, Airão São João E Vermil  
Freguesia De Ala E Vilarinho Do Monte  
Freguesia De Alcantarilha E Pêra  
Freguesia De Alvite E Passos  
Freguesia De Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos E Gatão  
Freguesia De Amedo E Zedes  
Freguesia De Anhões E Luzio  
Freguesia De Areias De Vilar E Encourados  
Freguesia De Adão  
Freguesia De Travanca  
Freguesia De Abedim  
Freguesia De Torgueda  
Freguesia De São Pedro Velho  
Freguesia De Cacia  
Freguesia De Sambade  
Freguesia De Castelo  
Freguesia Tr Moncorvo  
Freguesia De Fregim  
Freguesia De Balasar  
Freguesia De Odeceixe



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Soutelo  
Freguesia De São Cipriano  
Freguesia De Vila Das Aves  
Freguesia De Louredo  
Freguesia De Freixiel  
Freguesia De Cabeceiras De Basto (S. Nicolau)  
Freguesia De Agueiras  
Freguesia De Golpilheira  
Freguesia De Canavezes  
Freguesia De Cerejais  
Freguesia De Sever  
Freguesia De Alvites  
Freguesia De Aborim  
Freguesia De Gondesende  
Freguesia De Vieira Do Minho  
Freguesia Do Monte  
Freguesia De Pechão  
Freguesia Da Gafanha Da Boa Hora  
Freguesia De Maceda  
Freguesia De Santa Eulália  
Freguesia De Soza  
Freguesia De Mansores  
Freguesia De Moldes  
Freguesia De Penso  
Freguesia De Guilhofrei  
Freguesia De Fradizela  
Freguesia De Vilarelhos  
Freguesia De Cabeça Boa Moncorvo  
Freguesia De Vale De Salgueiro  
Freguesia De Carviçais  
Freguesia De Perozelo  
Freguesia De Vale De Asnes  
Freguesia De Múrias  
Freguesia De Passos  
Freguesia De Altura  
Freguesia De Montenegro  
Freguesia De Arega  
Freguesia De Colares  
Freguesia De Picote  
Freguesia Do Lombo  
Freguesia De Vale De Prados  
Freguesia De Seixo De Manhoses  
Freguesia De Sampaio  
Freguesia De Santa Comba Da Vilarça  
Freguesia De Vale Frechoso  
Freguesia De Nogueira  
Freguesia De Salvador  
Freguesia De Praia De Mira  
Freguesia De Carapinheira  
Freguesia De São Silvestre



### S.131323 – Administração Regional e Local - Administração local – Freguesias

Freguesia De Carapelhos  
Freguesia De Sazes De Lorvão  
Freguesia De Cumeeira  
Freguesia De Tentugal  
Freguesia De Carvalho  
Freguesia De São Caetano  
Freguesia De Brasfemes  
Freguesia De Podentes  
Freguesia De Vila Nova  
Freguesia De Torre De Coelheiros  
Freguesia De Vila Nova De Cacela  
Freguesia De Bordeira  
Freguesia De Gestaçô  
Freguesia De Travanca  
Freguesia De Gião  
Freguesia De Negrelos São Tomé  
Freguesia De Rebordões  
Freguesia De Revinhade  
Freguesia De Quinta Do Conde  
Freguesia De Cabreiro  
Freguesia De Alvaredo  
Freguesia De Cabana Maior  
Freguesia De Vilarinho De São Romão  
Freguesia De Sedielos  
Freguesia De Mateus  
Freguesia De Baldos  
Freguesia De São Vicente  
Freguesia De Vilarinho De Agrochão  
Freguesia De Vilarinho Dos Freires  
Freguesia De Santa Bárbara De Ponta Delgada

### S.131324 - Administração Regional e Local - Administração local - Serviços Autónomos da Administração Local

A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães Cipl  
A. N. M. P. - Associação Nacional de Municípios Portugueses  
Abomarão - Associação de Freguesias da Aboboreira e Marão  
ADEMINHO/Associação para o Desenvolvimento do Ensino Profissional do Alto Minho Interior  
Ademo - Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses  
AFRECIMAC - Associação de Freguesias de Macedo de Cavaleiros  
AFREVIÇOSA - Associação de Freguesias do Concelho de Vila Viçosa  
AFTEBI - Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior  
Agência para a promoção da Guarda  
Amagás - Associação de Municípios Para O Gás  
Amagra - Associação de Municípios Alentejanos Para A Gestão Regional do Ambiente  
AMC - Vouga Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga  
Amcal - Associação de Municípios do Alentejo Central  
Ampv - Associação de Municípios Portugueses do Vinho



## S.131324 - Administração Regional e Local - Administração local - Serviços Autónomos da Administração Local

ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias  
APEPO - Associação Para o Ensino Profissional do Oeste  
APHM - Associação Portuguesa de Habitação Municipal  
Área Metropolitana de Lisboa  
Área Metropolitana do Porto  
Areal Dourado - Eventos, Gestão de Equipamentos Desportivos e Culturais e Acção Social, E.E.M.  
Armamar Investe Mais, EEM  
Assoc. de Munic. /Cascais Oeiras e Sintra P/. Tra. /Resd. Sólidos - (Amtres)  
Associação de Fins Específicos - Amo Mais  
Associação de Freguesias da Área do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina  
Associação de Freguesias da Cidade de Beja  
Associação de Freguesias da Raia e do Côa  
Associação de Freguesias da Raia Sabugalense  
Associação de Freguesias da Ribeira dos Cadelos  
Associação de Freguesias de Direito Público da Cidade de Santarém  
Associação de Freguesias de Direito Público de Arganil  
Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã  
Associação de Freguesias do Concelho de Óbidos  
Associação de Freguesias do Município de Mafra  
Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego  
Associação de Freguesias do Oeste do Concelho de Almeida  
Associação de Freguesias do Sudeste do Município de Lamego - A.F.S.M.L.  
Associação de Freguesias do Sul do Município de Lamego - A. F. Sul. M.L.  
Associação de Freguesias Vale do Homem  
Associação de Municípios – Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro  
Associação de Municípios da Ilha de São Miguel  
Associação de Municípios da Ilha do Pico (Amip)  
Associação de Municípios da Região de Leiria  
Associação de Municípios da Região de Setúbal  
Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão  
Associação de Municípios da Ria de Alvor (Lagos/Portimão)  
Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano  
Associação de Municípios das Terras de Santa Maria  
Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano  
Associação de Municípios do Alto Tamega - AMAT  
Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral  
Associação de Municípios do Baixo Sabor de Fins Específicos  
Associação de Municípios do Baixo Tâmega - AMBT  
Associação de Municípios do Douro Superior  
Associação de Municípios do Enxóe (Ame)  
Associação de Municípios do Vale de Sousa - VALSOUSA  
Associação de Municípios do Vale do Ave  
Associação de Municípios do Vale do Côa  
Associação de Municípios do Vale do Douro - Norte  
Associação de Municípios do Vale do Douro-Sul  
Associação de Municípios do Vale do Minho  
Associação de Municípios Loulé/Faro - A.M.L.F.  
Associação de Municípios Para Estudos e Gestão da Água - Amega  
Associação de Municípios Para O Ensaio de Materiais



## S.131324 - Administração Regional e Local - Administração local - Serviços Autónomos da Administração Local

Associação de Municípios Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis  
Associação dos Municípios da Cova da Beira  
Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana  
Associação dos Municípios do Triângulo  
Associação Freguesias Serra Caramulo  
Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal - A.I.A.  
Associação Municípios Natureza e Tejo  
Associação Nacional das Entidades Regionais de Turismo  
Associação para a Formação Tecnológica no Litoral Alentejano  
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark  
Associação Portuguesa dos Municípios Com Centro Histórico  
Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva  
Brancelhe/Cooperativa de Prestação de Serviços Culturais e Turísticos de Interesse Público CRL  
Caça e Turismo Terras de Vimioso Lda  
Caid - Cooperativa de Apoio À Integração do Deficiente Cipri  
Centro de Estudos e Formação Aquiles Estaço, Lda  
Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Rodão  
Cmpl - Porto Lazer - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.E.M.  
Coimbra Inovação Parque - Parque de Inovação Em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A.  
Comunidade Intermunicipal Beira Interior Sul  
Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo  
Comunidade Intermunicipal da Região Dão-Lafões - CIMRDL  
Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - Baixo Vouga  
Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela  
Comunidade Intermunicipal das Beiras  
Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes  
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central  
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral  
Comunidade Intermunicipal do Algarve  
Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo  
Comunidade Intermunicipal do Ave  
Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo  
Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego  
Comunidade Intermunicipal do Cávado  
Comunidade Intermunicipal do Douro  
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo  
Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima  
Comunidade Intermunicipal do Oeste  
Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte  
Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Sul  
Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral  
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa  
CPA - Comunidade Portuária Aveiro  
Culturguarda, Gestão da Sala de Espectáculos e Actividades Culturais E.M.  
Culturpico, Equipamentos e Projectos Para O Desenvolvimento do Município das Lajes do Pico, E.E.M.  
Culturval Gestão de Equipamentos Culturais de Vila Real, E.E.M.  
D.L.C.G. - Desporto, Lazer e Cultura de Gouveia, E.E.M.  
Desenvolvimento Turístico da Costa do Estoril E.M.  
Desmor E.E.M.



## S.131324 - Administração Regional e Local - Administração local - Serviços Autónomos da Administração Local

E. P. R. M. - Escola Profissional de Rio Maior Lda  
Edeaf - Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé E.M.  
Educa - Empresa Municipal de Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos de Sintra, E.E.M.  
EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Empreendimentos Solcalheta, E.E.M.  
Empresa de Melhoramentos de Alcanena, S.A.  
Empresa Municipal Celoricense-Gestão de Espaços Culturais e Sociais e M  
Empresa Municipal de Cultura e Recreio - E.M.cr de Seia - E.M.  
Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos E.M.  
EMSUAS – Empresa Municipal de Serviços Urbanos de Alcácer do Sal, EM  
Ensinansiães - Ensino Técnico-Profissional - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada  
Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal  
Epa - Escola Profissional de Alte Cipri  
Epave-Escola Profissional do Alto Ave, Sociedade Unipessoal Lda  
Epralima - Escola Profissional do Alto Lima  
Ept-Ensino Profissional de Tomar Lda  
Escola Intercultural Profissoes e Desporto Amadora E.M.  
Escola Profissional da Mealhada Lda  
Escola Profissional do Marques de Valle Flôr, Lda  
Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (Famoa)  
Federação dos Municípios da Ilha de São Miguel  
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.  
Figueira Grande Turismo - E.E.M.  
Fozcoactiva - Gestão de Equipamentos Desportivos e Culturais, E.E.M.  
Fozcoainvest - Energia, Turismo e Serviços E.M.  
Gaianima - Equipamentos Municipais E.E.M.  
Gedaz - Gestão de Equipamentos Desportivos de Azemeis E.E.M.  
AM MINHO - Associação de Municípios do Minho  
Hortaludus, Gestão e Exploração de Equipamentos E.M.  
Instituto de Educação e Formação do Sorraia Lda  
Ipm - Iluminação Pública da Madeira - Associação de Municípios  
Lisboa Ocidental, Sru - Sociedade de Reabilitação Urbana E.E.M.  
Madalena Progresso, E.M.  
Maisjuntas - Associação de Freguesias do Concelho da Guarda  
Maisourem S.A.  
Marc - Mercado Abastecedor da Região de Chaves, S.A.  
Mercados de Olhão E.M.  
Mercoalcobaca Mercado de Origem de Frutas e Legumes de Alcobaça  
Minhocom Gestao Infraestruturas Telecomunicacoes Eim  
Municipália - Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas E.M.  
Naturfafe - Prestação de Serviços de Turismo, Desporto, Cultura e Tempos Livres, CRL  
Nova Meda - Empresa Gestora de Equipamentos Municipais, E.E.M.  
NOVBAESURIS - Empresa Municipal de Gestão e Reabilitação Urbana S A  
Óbidos Requalifica - E.E.M.  
Odiana - Associação Para O Desenvolvimento do Baixo Guadiana  
Parkurbis - Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.  
Pavilhão do Arade, Congressos, Espectáculos e Animação do Arade, S.A.  
PEC-TSM - Parque Empresarial da Cortiça das Terras de Santa Maria EM  
PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais Das Terras de Santa Maria E.I.M.



## S.131324 - Administração Regional e Local - Administração local - Serviços Autónomos da Administração Local

Pombal Prof - Soc de Educação e Ensino Profissional, Lda  
Ponta Delgada Social - Construção, Exploração e Gestão de Equipamentos Sociais, Sociedade Unipessoal Lda  
Porto Santo Verde, Geoturismo e Gestão Ambiental, E.E.M.  
Povoainvest - Empresa Municipal de Habitação Social E.E.M.  
Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada  
Prodeso - Ensino Profissional Lda  
Profiacademus - Escola Profissional de Santa Comba Dão - Unipessoal Lda  
Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, E.E.M.  
Qualidade de Basto - Empresa Para O Desenvolvimento do Tecido Económico Local, E.E.M.  
Resiurb - Associação de Municípios Para O Tratamento de Resíduos Sólidos  
Ribeira Grande Mais Empresa Municipal de Habitação Social Requalificação Urbana  
Santa Cruz Xxi - Gestão de Equipamentos Municipais e Prestação de Serviços E.M.  
Satu - Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M., S.A.  
Scalabis Norte - Associação de Freguesias de Direito Público do Norte do Concelho  
Viver Santarém - Sociedade de Cultura, Desporto, Turismo e Gestão Urbana de Santarém, EM, SA  
Serpobra - Sru - Sociedade de Reabilitação Urbana E.M.  
Sicó Formação - Sociedade de Ensino Profissional, S.A.  
T.E.G.E.C. Trancoso Eventos, Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer E.E.M.  
Teatro Circo de Braga, S.A.  
Teatro José Lúcio da Silva  
Tema - Teatro Municipal de Aveiro E.E.M.  
Terra Cidade, E.E.M.  
Terra Paixão E.E.M.  
Terras do Infante - Associação de Municípios  
Tgla - Turismo Terras do Grande Lago Alqueva  
Turismo da Serra da Estrela  
Turismo de Leiria - Fátima  
Turismo de Lisboa e Vale do Tejo  
Turismo do Alentejo Litoral  
Turismo do Alentejo, E.R.T.  
Turismo do Algarve  
Turismo do Douro  
Turismo do Oeste  
Turismo do Porto e Norte de Portugal  
Unidade de Acompanhamento e Coordenação dos Municípios de Condeixa-a-Nova e Mira  
Uniminho - Associação do Vale do Minho Transfronteiriço  
Vale-E-Mar - Comunidade Urbana  
Valicom Gestao Infraestruturas Telecomunicacoes Eim  
Velasfuturo - Empresa Pública Municipal de Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos, Económicos e de Lazer, E.E.M.  
Vfc Empr - Emp Municipal de Activ Desp Recreativas e Turísticas de Vila Franca do Campo E.M.  
Vieira Cultura e Turismo E.M.  
Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social E.M.  
Vimioso 2003 - Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso E.M.  
Vitaguiar - Apoio Ao Desenvolvimento Agro-Industrial E.M.  
Viver Machico, E.E.M.  
Vougapark - Parque Tecnológico e de Inovação do Vouga E.M.  
Wrc - Web Para A Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.



### S.131325 – Administração Regional e Local - Administração local - Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Local

ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura  
ADEPORTO - Agência de Energia do Porto  
ADER - SOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa  
ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul  
ADRIL - Associação do Desenvolvimento Rural Integrado do Lima  
Agência de Desenvolvimento Regional de Entre Douro e Vouga  
Agência de Desenvolvimento Regional do Oeste - ADRO  
Agência de Energia de Trás-os-Montes - AE-TM  
Agência de Energia e Ambiente da Arrábida  
Agência de Energia e Ambiente do Vale do Ave  
AGÊNCIA do ARADE - Associação de Desenvolvimento do Arade  
Agência Municipal de Energia de Almada - Ageneal  
Agência Municipal de Energia de Sintra - AMES  
Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo  
ALENTEJO XXI - Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural  
AME CASCAIS - Agência Municipal de Energia de Cascais  
AMESEIXAL - Agência Municipal de Energia do Seixal  
AREA Alto Minho – Agência Regional de Energia e Ambiente do Alto Minho  
AREAC - Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro  
AREAL - Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve  
AREANA TEJO – Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo  
ASDEPR - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural  
Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva  
Associação de Desenvolvimento das Freguesias da Zona Centro do Concelho de Tranc  
Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo  
Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo - APRODER  
Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana  
Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park  
ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem Cávado e Ave  
CORANE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste  
ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior  
ENERDURA - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura  
ENERGAIA - Agência Municipal de Energia de Gaia  
ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste Crl  
FLAVIFOMENTO - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município Chaves  
Lisboa E-Nova - Agência Municipal de Energia-Ambiente de Lisboa  
LUSITÂNIA - Agência de Desenvolvimento Regional  
MAIAINOVA - Associação para a Inovação e Desenvolvimento do Concelho da Maia  
NOVALMADAVELHA - Agência de Desenvolvimento Local  
OEINERGE - Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras  
PINHAL MAIOR - Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul  
Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado  
S ENERGIA - Agência Local para a Gestão de Energia do Barreiro e Moita  
Serra do Açor - Associação de Desenvolvimento Regional  
Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento  
TERRAS DENTRO - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Micro-Regiões Rurais  
TRILHO - Associação para o Desenvolvimento Rural  
VILAS FRANCAS DA EUROPA - Associação para o Desenvolvimento Local e Transnacional



### **S.131325 – Administração Regional e Local - Administração local - Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Local**

Fundação Ciência e Desenvolvimento  
Fundação Escola Profissional de Leiria  
Fundação para os Estudos e Formação Autárquica - Fundação CEFA  
Fundação Bienal de Arte de Cerveira  
ADERAM - Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira  
Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial - ZASNET, AECT

### **S1314 - Fundos da Segurança Social**

Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários  
Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social  
Fundo de Garantia Salarial  
Fundo de Socorro Social  
Fundo Especial Banca dos Casinos  
GESTINSUA - Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.  
Instituto da Segurança Social da Madeira - Região Autónoma da Madeira  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social - IGFC  
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social  
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social nos Açores - Região Autónoma dos Açores  
Instituto de Informática  
Instituto para o Desenvolvimento Social nos Açores, IPRA



---

Transportes de Lisboa

## Relatorio e Contas 2012



## Índice

Mensagem do Presidente	3		
Análise do ano 2012	5		
Empresas do Grupo ML	7		
Indicadores chave	9		
<b>1. Desempenho</b>	<b>12</b>	<b>4. Cumprimento das orientações legais</b>	<b>75</b>
1.1. Marketing e comercial	12	4.1. Objetivos de gestão	75
1.2. Exploração operacional	16	4.2. Gestão do risco financeiro e limites de endividamento	75
1.3. Recursos humanos	17	4.3. Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos	76
1.4. Recursos materiais e tecnológicos	24	4.4. Deveres especiais de informação	76
1.5. Expansão e modernização da rede	26	4.5. Recomendações do acionista	76
1.6. Relações internacionais	30	4.6. Remunerações	76
1.7. Qualidade do serviço	31	4.7. Estatuto do Gestor Público	76
<b>2. Gestão económica e financeira</b>	<b>38</b>	4.8. Contratação pública	76
2.1. Análise económica	38	4.9. Racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços	77
2.2. Gestão financeira	40	4.10. Princípio da igualdade do género	77
<b>3. Governo Societário</b>	<b>46</b>	4.11. Plano de redução de custos	77
3.1. Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa	46	4.12. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes	78
3.2. Grau de cumprimento dos objetivos	47	4.13. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	78
3.3. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	48	4.14. Recomendações do Tribunal de Contas	78
3.4. Transações relevantes com entidades relacionadas	50	4.15. Quadro resumo	80
3.5. Outras transações	52	<b>5. Perspetivas para 2013</b>	<b>82</b>
3.6. Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais	52	<b>6. Demonstrações financeiras</b>	<b>84</b>
3.7. Remuneração dos membros dos órgãos sociais	58	Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012	89
3.8. Análise de sustentabilidade da empresa	60	Parecer do Conselho Fiscal	132
3.9. Cumprimento dos princípios do bom governo	68	Certificação legal das contas	136
3.10. Código de ética	72	Siglas e Acrónimos	141
3.11. Riscos relevantes para a empresa	72		
3.12. Conflitos de interesse	72		
3.13. Divulgação da informação	73		

MARIA KEIL



## Mensagem do Presidente

O Relatório e Contas de 2012 evidencia, com precisão e rigor, a atividade do Metropolitano de Lisboa e os resultados obtidos.

O Conselho de Administração, nomeado em agosto de 2012, comum à CARRIS, S.A., deu continuidade à estratégia que vinha sendo seguida, cujos resultados positivos têm sido reconhecidos, tendo atingido os objetivos definidos, conforme o Relatório evidencia.

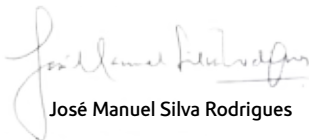
O Conselho de Administração tem um mandato claro para concretizar a integração operacional do METROPOLITANO DE LISBOA e da CARRIS, bem como para desenvolver as ações necessárias para a abertura da gestão das concessões à iniciativa privada, o que levou à adoção de um conjunto diversificado de ações, cujo resultado terá acrescida visibilidade no exercício de 2013.

No novo ciclo que, em 2012, foi iniciado, e na emergência de um novo paradigma no sector dos Transportes, espera-se que o ML, num novo enquadramento, mais flexível e com enfoque no mercado, prossiga e acentue a sua competitividade e sustentabilidade enquanto empresa de transportes.

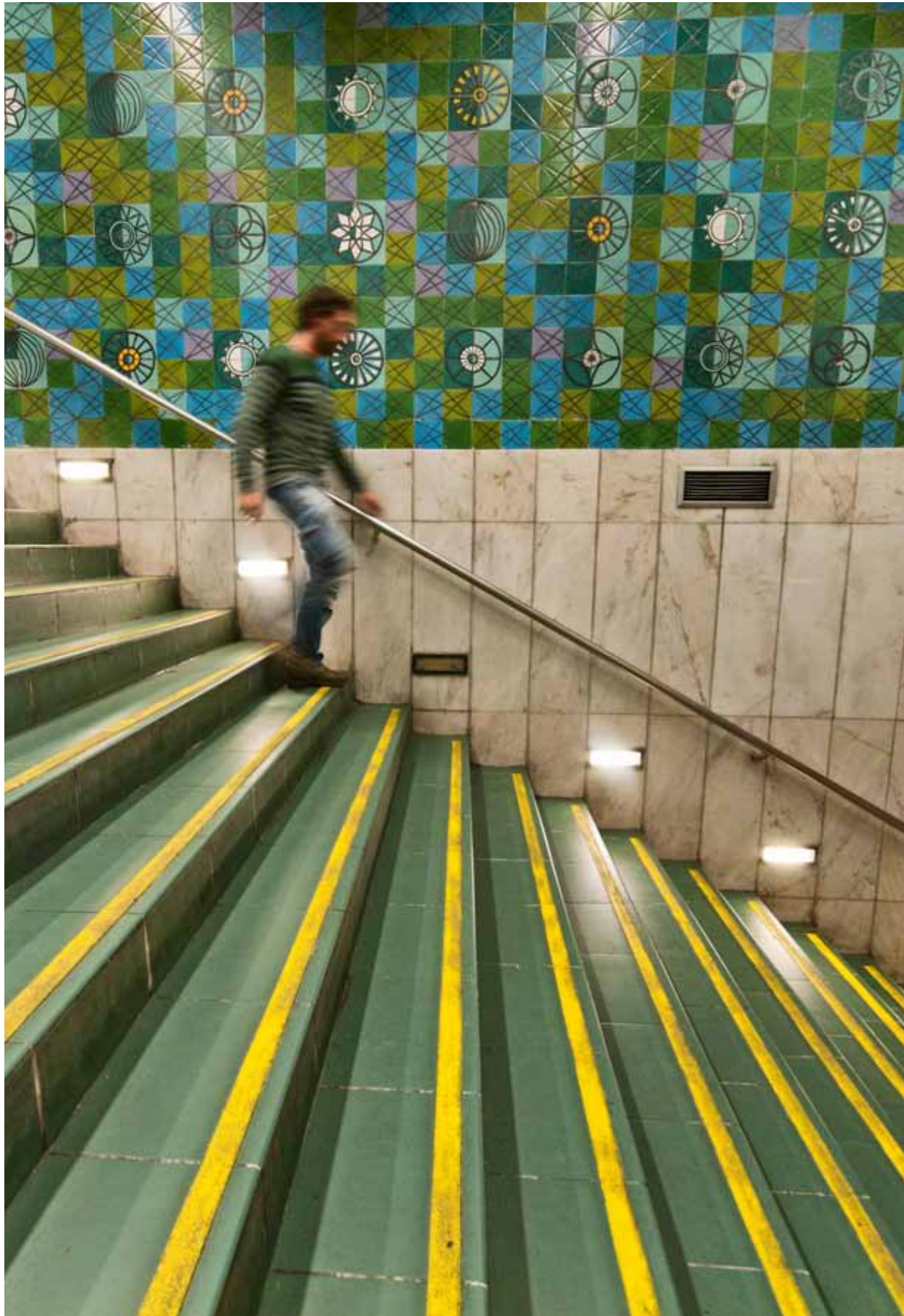
As pessoas e a sua capacidade para, com ambição, trabalharem em equipa têm sido o fator determinante para a construção de uma empresa mais sustentável.

Serão estas mesmas pessoas, com as suas capacidades, que, na sua grande maioria, irão construir o futuro do Metropolitano de Lisboa.

Lisboa, 31 de maio de 2013



José Manuel Silva Rodrigues



Estação Rossio

## Análise do ano 2012

O ano de 2012 foi marcado por um enquadramento macroeconómico muito complexo e com alterações no paradigma de gestão das nossas empresas nomeadamente no sector dos transportes.

Os resultados de 2012 materializaram as alterações que vivemos na nossa sociedade, com estruturas sociais em mudança o que afetou, necessariamente, o nosso tipo de vida e de mobilidade, obrigando-nos a pensar em novas formas de gestão e de estratégia para o nosso negócio.

Em agosto de 2012, foram nomeados os novos Órgãos Sociais, para o mandato 2012/2014, com a particularidade de serem comuns ao METROPOLITANO DE LISBOA e à CARRIS.

Em setembro do mesmo ano, o ML foi objeto dum ajustamento organizacional, ao nível quer das áreas operacionais quer dos serviços corporativos. Também ao nível da gestão da empresa foi apresentado à tutela um Contrato de Gestão, cujos indicadores assentam em três eixos fundamentais: aumento da eficiência, equilíbrio operacional e promoção da intermodalidade do transporte público.

Ao nível do desempenho, o ML concretizou uma redução significativa dos gastos operacionais e um aumento dos rendimentos operacionais, o que permitiu alcançar um EBITDA positivo de 20,9 milhões de euros.

A indemnização compensatória atribuída pelo Estado foi de 44 milhões de euros, mais 4,8% do que no ano anterior. Os subsídios à exploração situaram-se em 46 milhões, mais 2,0% do que no ano de 2011.

A taxa de cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos operacionais (sem os subsídios à exploração e os trabalhos para a própria empresa) foi de 65% em 2012, mais 24% face ao período homólogo, espelhando desta forma a melhoria da performance operacional da empresa.

A taxa de cobertura dos gastos operacionais pelas receitas tarifárias (sem os subsídios à exploração) foi de 52% em 2012 e de 31% em 2011. Registou-se, assim, uma melhoria muito expressiva na performance operacional da empresa.

O resultado financeiro ascendeu a -75,1 milhões de euros, melhorando ligeiramente os resultados obtidos em 2011 (+0,1%).

Os gastos financeiros afetos à atividade das ILD têm absorvido a melhor performance operacional conseguida nos últimos anos.

Considerando-se os objetivos de melhoria dos prazos de pagamento a fornecedores, num quadro de grande restrição financeira, este rácio baixou para 113 dias.

Em dezembro de 2012, a Standard & Poors (S&P) reviu em alta o *rating* no ML, passando de CCC+ para B, com *outlook* negativo.

Os resultados com associadas incluem a participação na Ferconsult, S.A. e na METROCOM, sendo que a empresa irá preparar e apresentar em separado as contas consolidadas do ML e suas subsidiárias.

O investimento de expansão/modernização ascendeu a 16,71 milhões de euros. No ano de 2012 foi concretizada a extensão da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, num total de 3,6 km e 3 novas estações (Moscardave, Encarnação e Aeroporto). Com este prolongamento, o ML aumentou a sua estrutura de rede, possibilitando o acesso ao Aeroporto e a ligação rodoferroviária da Gare do Oriente.

A quebra da procura no ano de 2012 foi de 13,9%, devendo-se a um conjunto variado de fatores, designadamente os que decorrem da conjuntura recessiva da economia e do aumento da fraude.

Em termos de oferta verificou-se uma redução de 19,4%, permitindo o ajustamento à procura e um aumento da eficiência.

A conflitualidade social na empresa agravou-se e penalizou a regularidade da oferta do serviço, o que teve repercussões negativas no desempenho e na imagem do ML.

No plano tarifário, de acordo com as orientações definidas pelo Governo em 2011, foram concretizadas medidas adicionais de reestruturação que permitiram o aumento da tarifa média e na metodologia de repartição dos passes, passou-se a aplicar os coeficientes relativos ao inquérito de 2007, sendo de realçar o facto do número de passageiros do sistema ultrapassar o número de passageiros das vendas.

Apesar dos constrangimentos orçamentais da empresa, pela aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), com forte redução dos Fornecimentos e Serviços Externos na gestão do ML, a empresa prosseguiu ações de marketing das quais se destacam as seguintes campanhas externas: "O Metro leva-o a todo o Mundo", aquando da inauguração da linha Vermelha – Oriente/Aeroporto, a campanha de *branding* sobre o mote "Uma Viagem que nos Une" decorrente da instituição de uma administração comum CARRIS/Metro. No ano de 2012, destaca-se o crescimento de 93,4% das receitas complementares, para o qual contribuiu essencialmente o projeto de *Naming rights* na estação Baixa-Chiado PT Blue Station.

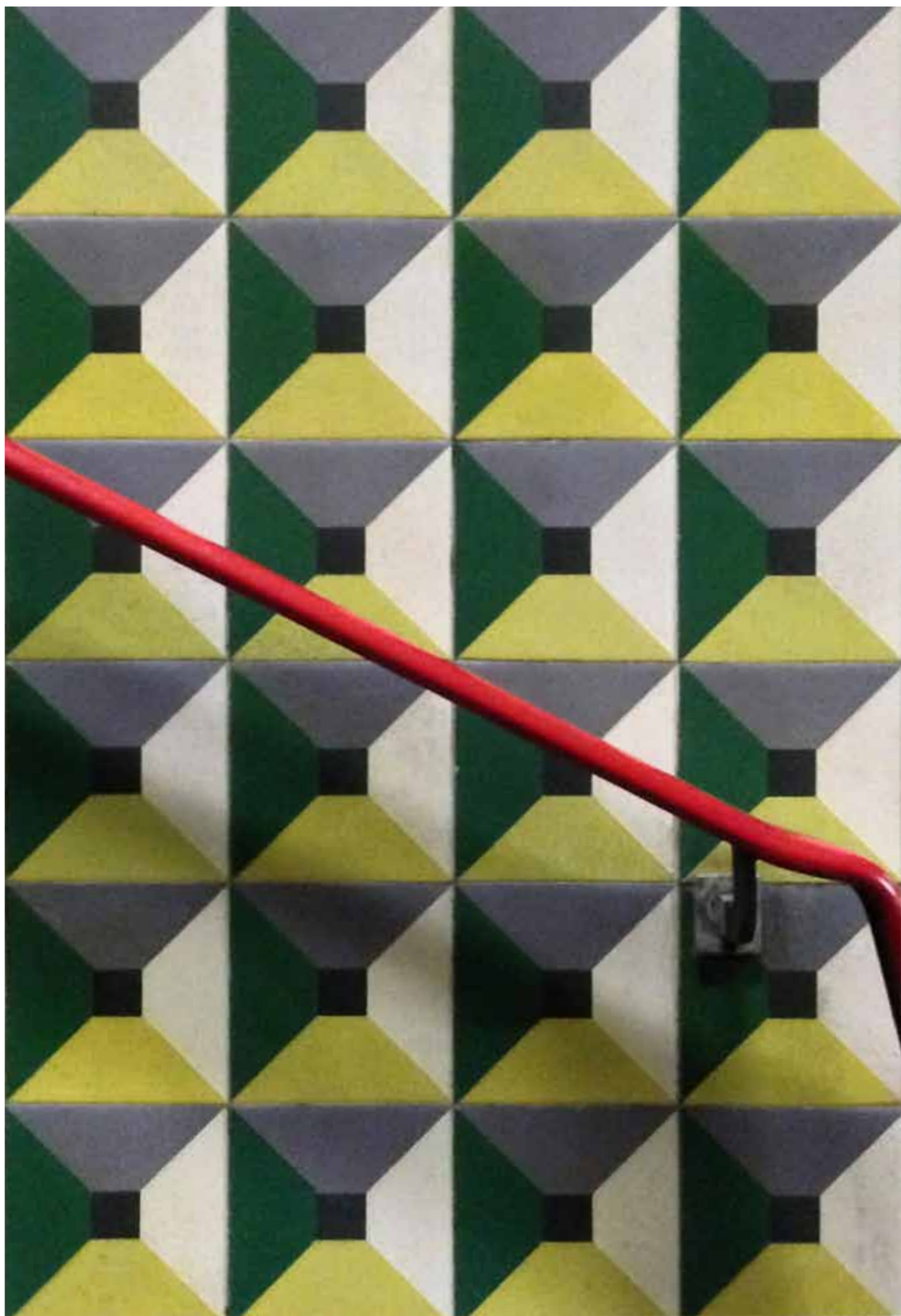
Em relação ao efetivo, resultante da aplicação da Lei do Orçamento de Estado, verificou-se um decréscimo de 65 colaboradores que correspondeu a uma diminuição de 4,1%.

Em 2012 continuaram os trabalhos tendo em vista a Certificação Ambiental da empresa, de acordo a norma NP EN ISO 14001:2004, integrando o Sistema de Gestão de Qualidade, certificado em 2011.

O relacionamento internacional do ML, quer através de contactos diretos com empresas congéneres, quer nas organizações internacionais, de que é membro, assumiu importância relevante.

A estratégia do novo Conselho de Administração, comum à CARRIS, composto por 4 elementos, assenta no aumento da eficiência, no crescimento da quota de mercado do transporte público e na preparação da empresa para a abertura da gestão a entidades privadas, conforme orientação governamental. Foi com base nestes eixos que a Administração reforçou a articulação com a CARRIS tendo em vista os objetivos de integração e intermodalidade entre os modos de transporte metropolitano, elétrico e autocarro, os quais, em termos de imagem externa, se materializaram com a assinatura "Uma Viagem que nos Une".

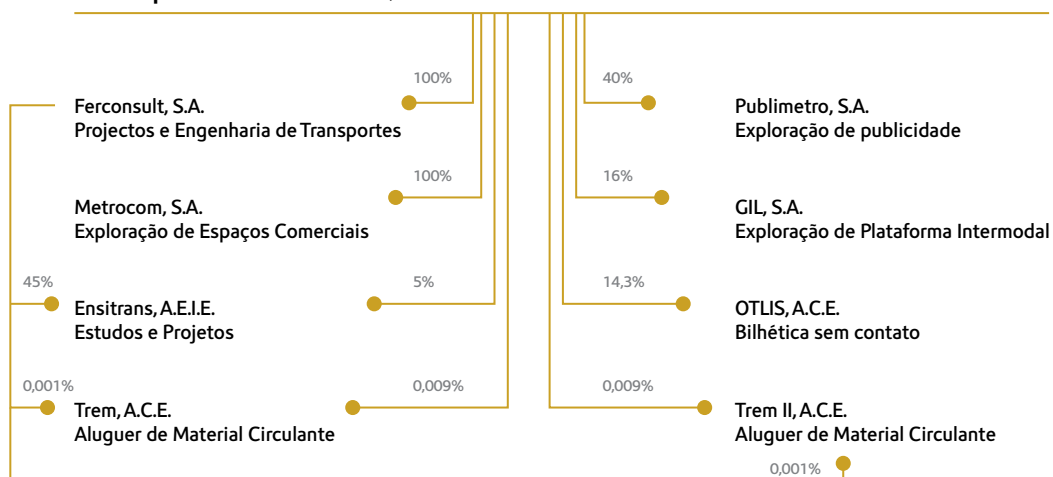
Estação Praça de Espanha



# Empresas do Grupo ML

As participações do ML, em 31 de dezembro de 2012, eram as seguintes:

## Metropolitano de Lisboa, E.P.E.



Estação Alvalade



## Indicadores chave

Indicadores		2008	2009	2010	2011	2011 *	2012	Var. % 2012/11
<b>Procura</b>								
Passageiros com título pago	10 <sup>3</sup>	165 811	165 191	170 858	166 131	164 845	141 382	-14,23
Passageiros	10 <sup>3</sup>	178 432	176 726	182 642	180 182	178 774	154 005	-13,86
Passageiros x km	10 <sup>3</sup>	835 400	829 068	865 521	864 154	857 101	745 589	-13,01
<b>Oferta</b>								
Carruagens x km	10 <sup>3</sup>	23 477	25 274	27 649	26 467	26 467	21 339	-19,38
Lugares x km	10 <sup>6</sup>	3 968	4 271	3 511	3 361	3 361	2 730	-18,78
<b>Qualidade de serviço</b>								
Regularidade	%	85,9	90,1	92,3	89,4	89,4	84,9	-5,03
Ocorrências com atraso ≥ 10 min.	n.º	172	141	147	202	202	245	21,29
MKBF	km	13 466	12 982	13 932	14 373	14 373	12 639	-12,06
Disponibilidade das infraestruturas	%	n.d.	n.d.	n.d.	99,9	99,9	99,8	-0,10
<b>Frota</b>								
ML 79	n.º	57	57	57	57	57	57	0,00
ML 90	n.º	114	114	114	114	114	114	0,00
ML 95	n.º	54	54	54	54	54	54	0,00
ML 99	n.º	113	113	113	113	113	113	0,00
<b>Total</b>	<b>n.º</b>	<b>338</b>	<b>338</b>	<b>338</b>	<b>338</b>	<b>338</b>	<b>338</b>	<b>0,00</b>
<b>Recursos humanos</b>								
Serviços corporativos	n.º	1 361	1 415	1 437	1 365	1 365	1 289	-5,57
Áreas operacionais	n.º	208	221	235	225	225	236	4,89
<b>Efetivo total</b>	<b>n.º</b>	<b>1 569</b>	<b>1 636</b>	<b>1 672</b>	<b>1 590</b>	<b>1 590</b>	<b>1 525</b>	<b>-4,09</b>
<b>Rendimentos e Gastos</b>		<b>POC</b>	<b>SNC</b>					
Receitas de tráfego <sup>1</sup>	10 <sup>3</sup> €	62 529	59 947	62 530	66 794	66 794	80 341	20,28
Indemnização compensatória <sup>2</sup>	10 <sup>3</sup> €	24 878	26 755	26 503	42 000	42 000	44 000	4,76
Rendimentos totais	10 <sup>3</sup> €	125 293	119 121	114 910	136 082	136 082	148 298	8,98
Gastos operacionais	10 <sup>3</sup> €	165 029	226 332	210 752	206 840	206 840	150 417	-27,28
Gastos totais	10 <sup>3</sup> €	251 969	266 040	263 030	282 018	282 018	225 533	-20,03
Resultados operacionais	10 <sup>3</sup> €	(46 911)	(111 534)	(96 107)	(70 771)	(70 771)	(2 118)	97,01
Resultados líquidos	10 <sup>3</sup> €	(126 730)	(146 977)	(148 337)	(146 052)	(146 052)	(77 332)	47,05

Legenda: n.d. - dados não disponíveis.

\* A partir de janeiro de 2012 alterou-se o período de contagem dos passageiros transportados, passando a ser entre o dia 25 do mês anterior e o dia 24 do mês seguinte, coincidindo com o das receitas de títulos. Assim, para se poderem comparar os anos 2012 com 2011, reajustaram-se os valores deste ano (2ª coluna de 2011), tendo-se feito uma nova contagem dos restantes indicadores implicados - passageiros x km e consumo de energia de tração.

<sup>1</sup> Foram incluídas, nas "Receitas de tráfego", quer as receitas obtidas com a venda dos cartões "Lisboa viva" e "7 colinas", quer as verbas recebidas do O.G.E., a título de compensação pelos descontos efetuados nos títulos 4\_18@escola.tp, sub23@superior.tp e Social +.

<sup>2</sup> Valores líquidos de IVA.

No final do ano de 2012 a rede do ML tinha 55 estações e 43,2 km, conforme mapa que se segue:





Estação Picoas

# 1. Desempenho

## 1.1 Marketing e comercial

### 1.1.1. Procura

O ano de 2012 caracterizou-se por um acentuado decréscimo da procura, -13,9%, devendo-se essencialmente à crise económica do país e ao seu impacto na redução da mobilidade na área urbana e ao aumento de fraude constatado nas ações de fiscalização desenvolvidas ao longo do ano. Este aumento percebido da fraude ainda não se encontra refletido na taxa de fraude utilizada para o ano de 2012, a qual permanece em 5,5%, tal como em 2011.

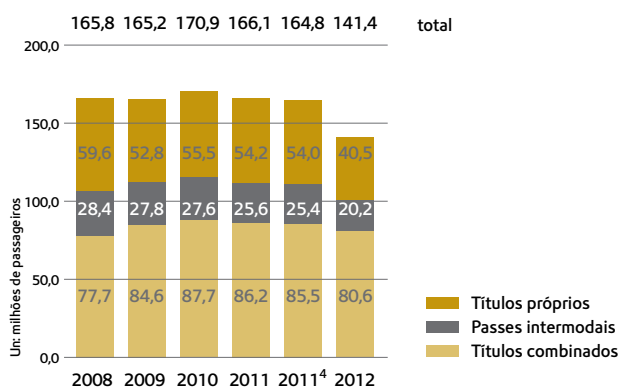
#### Evolução do número de passageiros transportados <sup>3</sup>

Passageiros com títulos de transporte	2008	2009	2010	2011	2011	2012	Var. % 2012/11
Títulos próprios	10 <sup>3</sup>	59 650	52 776	55 496	54 240	40 535	-24,88
Passes intermodais	10 <sup>3</sup>	28 447	27 771	27 616	25 647	20 243	-20,29
Títulos combinados	10 <sup>3</sup>	77 714	84 644	87 745	86 243	80 604	-5,72
<b>Total com títulos pagos</b>	<b>10<sup>3</sup></b>	<b>165 811</b>	<b>165 191</b>	<b>170 858</b>	<b>166 131</b>	<b>141 382</b>	<b>-14,23</b>
Transporte gratuito e fraude	10 <sup>3</sup>	12 621	11 535	11 784	14 051	12 623	-9,37
<b>Total transportados</b>	<b>10<sup>3</sup></b>	<b>178 432</b>	<b>176 726</b>	<b>182 642</b>	<b>180 182</b>	<b>154 005</b>	<b>-13,86</b>
Percurso médio por passageiro	km	4,682	4,691	4,739	4,796	4,841	0,98
Passageiro x km transportados	10 <sup>3</sup>	835 400	829 068	865 521	864 154	745 589	-13,01

Um dos factos positivos na captação de novos clientes foi a abertura à exploração, no mês de julho, do prolongamento Oriente / Aeroporto. No entanto, este acréscimo de passageiros, em cinco meses e meio de exploração, ainda não foi suficiente para inverter a tendência de quebra verificada.

Relevante, também, foi a introdução, no mês de fevereiro, dos passes Navegante Urbano e Navegante Rede que, quando comparados com os passes CARRIS/ML Urbano e Rede, apresentaram um saldo positivo, eventualmente devido a transferências de outros títulos, como sejam os passes próprios CARRIS e Metro. Registou-se, consequentemente, uma quebra de cerca de 25% face ao ano anterior nos títulos próprios, conforme se pode constatar no gráfico e quadro que se seguem.

#### Evolução do número de passageiros por título de transporte



<sup>3</sup> A partir de janeiro de 2012, passou a ser considerado, para o cálculo de passageiros, o período de 25 a 24 do mês seguinte. Assim, foram recalculados os passageiros de 2011, de forma a serem comparáveis.

<sup>4</sup> Nova contagem.

### 1.1.2. Receitas de tráfego

As receitas tarifárias registaram uma variação positiva de 21,5%, quando comparadas com 2011. Este significativo acréscimo ficou a dever-se, por um lado, ao aumento tarifário de fevereiro de 2012 e, por outro, à nova metodologia de repartição de receitas do passe Navegante, resultante do inquérito de 2007 e que é mais favorável para o Metropolitano de Lisboa. Para os restantes títulos de transporte combinados, continuou a utilizar-se a chave de repartição proveniente do inquérito de 1989.

#### Evolução das receitas de transporte

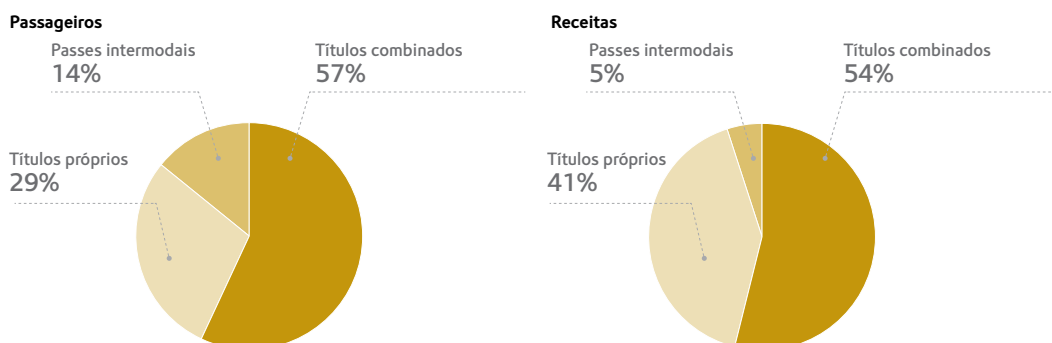
Títulos de transporte		2010	2011	2011	2012	Var. % 2012/11		
Passageiros	Títulos próprios	n.º	55 496 104	54 240 485	53 960 157	40 534 840	-24,88	
	Passes intermodais	n.º	27 616 154	25 647 348	25 395 124	20 242 953	-20,29	
	Títulos combinados	n.º	87 745 256	86 243 495	85 489 965	80 603 904	-5,72	
	Carris/Metro urbano / Navegante urbano	n.º	26 891 137	26 402 498	26 153 699	27 738 031	6,06	
	Carris/Metro rede / Navegante rede	n.º	2 904 363	2 884 067	2 856 209	3 256 263	14,01	
	Outros títulos combinados	n.º	57 949 757	56 956 930	56 480 057	49 609 610	-12,16	
	<b>Total</b>	<b>n.º</b>	<b>170 857 515</b>	<b>166 131 327</b>	<b>164 845 246</b>	<b>141 381 697</b>	<b>-14,23</b>	
	Receitas (sem IVA)	Títulos próprios	€	28 719 976	30 587 199	30 587 199	31 679 017	3,57
		Passes intermodais	€	3 994 075	3 996 150	4 035 137	4 103 592	1,70
		Títulos combinados	€	27 232 728	29 672 477	29 672 477	42 331 437	42,66
Carris/Metro urbano / Navegante urbano		€	28 719 976	30 587 199	30 587 199	13 705 607	-55,19	
Carris/Metro rede / Navegante rede		€	3 994 075	3 996 150	4 035 137	2 163 714	-46,38	
Outros títulos combinados		€	27 232 728	29 672 477	29 672 477	26 462 117	-10,82	
<b>Total</b>		<b>€</b>	<b>59 946 779</b>	<b>64 255 825</b>	<b>64 294 813</b>	<b>78 114 046</b>	<b>21,49</b>	
Receita por passageiro	Títulos próprios	€	0,518	0,564	0,567	0,782	37,87	
	Passes intermodais	€	0,145	0,156	0,159	0,203	27,58	
	Títulos combinados	€	0,310	0,344	0,347	0,525	51,31	
	Carris/Metro urbano/Navegante urbano	€	1,068	1,158	1,170	0,494	-57,75	
	Carris/Metro rede/Navegante rede	€	1,375	1,386	1,413	0,664	-52,97	
	Outros títulos combinados	€	0,470	0,521	0,525	0,533	1,53	
	<b>Receita média</b>	<b>€</b>	<b>0,351</b>	<b>0,387</b>	<b>0,390</b>	<b>0,553</b>	<b>41,66</b>	

Nota:

As receitas não incluem o valor de aquisição dos cartões "Lisboa viva" e "7 colinas" e foram atualizadas de forma a haver consistência com o número de passageiros. Na receita dos títulos combinados incluiu-se a comparticipação do Estado nos descontos praticados nos títulos "4\_18@escola.tp", "sub23@superior.tp" e "Passe Social +".

Do quadro anterior, salienta-se o aumento da receita média por passageiro, ter registado um acréscimo de cerca de 42%.

#### Repartição percentual por títulos de transporte:



Apresenta-se de seguida um quadro com a revisão tarifária de alguns títulos mais significativos:

#### Evolução das tarifas de transporte

		Un: €					
		2010	2011	2012		Var. %	
Títulos de transporte		01/Jul	01/Jan	01/Ago	01/Fev	2012/11	
<b>Bilhetes</b>							
Títulos próprios do Metro	7 Colinas simples - 1 zona	0,85	0,90	1,05	-	-	
	7 Colinas simples - 2 zonas	1,15	1,15	1,30	-	-	
	Bilhete viagem Metro		-	-	1,25	-	
<b>Passes</b>							
Títulos próprios do Metro	Urbano 30 dias	18,70	19,55	23,90	29,00	21,3	
	Rede 30 dias	27,55	28,70	32,00	35,00	9,4	
Passes intermodais	L1	38,75	40,10	46,10	48,40	5,0	
	L12	46,65	48,30	55,55	58,35	5,0	
	L123	53,15	55,00	63,25	66,40	5,0	
<b>Bilhetes</b>							
Títulos combinados	Zapping - 1 zona	0,80	0,82	1,05	1,15	9,5	
	Zapping - 2 zonas	1,12	1,12	1,30	-	-	
	Bilhete 1 dia Carris/Metro - rede	-	3,95	4,60	5,00	8,7	
	<b>Passes</b>						
	Carris/Metro urbano - 30 dias	28,45	29,45	33,85	-	-	
Carris/Metro rede - 30 dias	31,20	32,60	37,50	-	-		
Navegante urbano	-	-	-	35,00	-		
Navegante rede	-	-	-	40,00	-		

Recorde-se que a partir de fevereiro a aquisição de passes exclusivos do ML ficou limitada aos clientes que vinham a utilizar este passe àquela data. Para novos clientes a alternativa passou a ser o passe Navegante (passe válido na CARRIS, Metro e circuitos urbanos da CP).

No sentido de promover a migração dos passes próprios ML para os novos títulos, foi concedida uma bonificação especial de 3 euros no preço da modalidade normal a todos os clientes que o fizessem até ao final de 2012. A partir de fevereiro e para os novos clientes, a alternativa passou a ser o Navegante, um passe válido no Metro, na CARRIS e nos circuitos urbanos da CP.

#### 1.1.3. Reclamações

Em 2012 verificou-se um aumento global das reclamações, tendo atingido 6.068 contra as 5.878 do ano anterior, i.e. um aumento de 3,2%.

Em 2011, o motivo das reclamações que se destacou foi a inoperacionalidade das escadas mecânicas e dos elevadores (totalizando 1.399, i.e., 24% do total) e em 2012 destacaram-se as reclamações relativas aos comboios (com um total de 1.104, ou seja, 18% da totalidade) e aos títulos de transporte (515 reclamações, representando 8,5%).

Estas reclamações resultaram de duas medidas adotadas na empresa no início de 2012 e que são as seguintes:

- Redução do número de carruagens na linha Verde e alteração dos horários dos comboios;
- A descontinuidade dos passes próprios do ML e a sua substituição pelos passes Navegante urbano e Navegante rede.

Em 2012, salienta-se a redução do número de reclamações relativas aos acessos mecânicos e canais (resultante da celeridade na reparação dos mesmos), por acidentes e as dirigidas ao pessoal do ML. Relativamente aos acidentes, merece particular destaque a redução de acidentes em canais de acesso do sistema de bilhética.

#### 1.1.4. Comunicação e imagem

O ano de 2012 representou um enorme desafio para o marketing e a comunicação no desenvolvimento das suas atividades, tendo em conta a atual conjuntura económica. Neste contexto, a estratégia teve de ser definida de forma a ser o mais racional possível para que, de forma sustentada, fosse viável dar continuidade ao trabalho de divulgação do serviço, promovendo a marca e, acima de tudo, colmatar a perda de passageiros que se vinha verificando ao longo do ano.

Foi possível sustentar a comunicação desenvolvida, através da intensificação das nossas parcerias estratégicas, o que permitiu oferecer algumas vantagens aos clientes e, por outro lado, usufruir de alguns espaços de divulgação pública de excelente visibilidade (como foi o caso da rede de *mupis* da C.M. Lisboa e jornal Metro).

Para equilibrar o investimento em marketing foi intensificada a angariação de receitas complementares, nomeadamente, pelo aluguer do Auditório do Alto dos Moinhos, pela aplicação *mobile* para *smartphones* e pelo projeto de *Naming rights* da estação Baixa-Chiado PT Blue Station.

No âmbito das atividades desenvolvidas ao longo do ano, destacam-se as seguintes:

- **Comemoração do 53º aniversário do ML em exploração:**
  - Decorreu na estação Cais do Sodré, um concerto que contou com a presença do Grupo Coral do CCDTML e da Orquestra Ligeira da CARRIS dirigido a colaboradores e familiares de ambas as empresas, bem como aos clientes do Metro;
  - No dia 29 de dezembro, realizou-se um concerto com a participação do CCDTML e da Orquestra Ligeira da CARRIS, dirigido a clientes e colaboradores;
  - Realizou-se uma cerimónia de entrega de emblemas aos colaboradores com trinta anos de serviço, no Auditório do Alto dos Moinhos, com a presença do Secretário de Estado dos Transportes, do Conselho de Administração e dos diretores do Metro e da Carris, entre outros convidados da Empresa.
- **Atividades conjuntas CARRIS/Metro:**
  - “Uma Viagem que nos Une” – Iniciativa desenvolvida com dois objetivos de comunicação: o anúncio da fusão das administrações e as consequentes vantagens para o cliente com a aglutinação dos serviços;
  - Presente Consigo – No âmbito da responsabilidade social, desenvolveu-se a campanha “Linha da Alegria” para recolha de bens junto dos clientes das duas empresas com destino ao Banco de Bens Doados e à Entreeajuda;
  - “Natal no Metro” – Proporcionou às crianças de IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) a possibilidade de viajar no Comboio de Natal, animado com a presença do Pai Natal e dos seus duendes, com oferta de brindes. Foi ainda realizado um conjunto de ações com várias entidades, como os concertos em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, a Associação VoxMaris, o CCDTML e a Orquestra Ligeira da CARRIS, bem como uma sessão de teatro em parceria com a Entreeajuda;
  - Cine Natal – Disponibilizou a exibição de sessões de cinema infantil dirigidas aos colaboradores e seus familiares, nos auditórios do Alto dos Moinhos, do ML, e de Miraflores, da CARRIS;
  - “Cria o teu Natal” – Concurso de desenho dirigido aos filhos, equiparados, sobrinhos ou netos de colaboradores, com idade igual ou inferior a 14 anos;
  - “1ª Maratona fotográfica CARRIS/METRO” – Com o objetivo de captar imagens, em espaços do Metro e da CARRIS. Esta iniciativa contou com 218 participantes, que fotografaram sob os temas Maria Keil (Metro), 140 anos da CARRIS (CARRIS) e “Uma viagem que nos Une” (CARRIS/Metro);
  - Comboio e elétrico de Natal – Foram convidadas diversas IPSS, selecionadas em colaboração com a Entreeajuda, sendo as viagens realizadas no histórico material circulante ML7;
  - Programa “Carjoking” da rádio RFM – Transmissão do programa em direto partir das carruagens do Metro e nos autocarros da CARRIS.
- **Outras campanhas:**
  - *Naming* Baixa-Chiado PT Blue Station – Consolidação deste projeto, tendo a PT mantido um programa de animação diária na estação Baixa-Chiado, o que permitiu valorizar a referida estação;
  - Semana da Mobilidade – Convite a um grupo de 45 crianças do Centro Paroquial de Alfoanelos para visitar o lémure Sebastião, no Jardim Zoológico, utilizando como meio de transporte o metro;
  - Clube Metrox – Realizaram-se várias visitas com as mascotes “Metrox e Metrinha” a diversas escolas, incentivando à utilização do Metro como meio de transporte amigo do ambiente.
- **Outros projetos desenvolvidos ao longo do ano 2012, que contribuíram para o acréscimo das receitas complementares da empresa foram os seguintes:**
  - Aplicação *Smartphone* – Foi lançada oficialmente, em junho, para as plataformas *iphone* e *android*, contando no presente com cerca de 42.000 utilizadores;
  - Dinamização dos espaços – Realização da gala de entrega de prémios Sapo 2012, que se realizou na sala intermédia da estação Terreiro do Paço;
  - Site institucional Metro – Em 2012 foi lançado com uma nova imagem, tendo-se angariado o primeiro anunciante, a empresa Trivago;
  - Filmagens em espaços Metro – Foram realizadas filmagens no Metro de elevada visibilidade, das marcas Optimus, Super Bock e Becks.

Ao nível da comunicação interna continuaram as atividades relativas à revista “Metro com vida”, ao postal de aniversário, à campanha “Dê uma tampa ao Metro” e ao projeto “Metro Voluntário”. Foi ainda reformulado o portal interno do Metro e realizada uma campanha de comunicação do “Sistema de Gestão Ambiental” para os colaboradores.

Relativamente a “Apoios e patrocínios”, o ML, através de cedência de espaços, de colocação de cartazes nos comboios ou de oferta de títulos de transporte, apoiou os seguintes eventos: 82.ª Feira do Livro; Festival IndieLisboa; Festival InShadow; Filme “2 dias em Nova Iorque”; Festas de Lisboa’12; e ainda, a realização de concertos e *showcases* de música em parceria com a empresa IMAGINA – Núcleo Criativo para o Empreendedorismo Social.

Em 2012 foram realizados os seguintes três estudos de mercado:

- ISC (Índice de Satisfação do Cliente) – Exclusivamente para o ML e com o objetivo de monitorizar a satisfação do cliente, tendo-se atingido uma variação positiva de 6%, face ao ano anterior: 7,21 (escala de 0 a 10);
- Cliente Mistério – Realizado no sentido de avaliar os colaboradores que contactam diretamente com os clientes, registando-se uma taxa de cumprimento de 83,4%;
- ECSI 2011 – Estudo europeu, que avalia o serviço dos vários operadores da AML, tendo o ML alcançado pelo sétimo ano consecutivo o primeiro lugar com um índice de 7,24.

## 1.2. Exploração operacional

### 1.2.1. Oferta

A oferta em 2012 diminuiu 19,4%, em termos de número de carruagens x km, permitindo o ajustamento à procura e o aumento da eficiência operacional.

A variação obtida deveu-se ao seguinte:

- Circulação de comboios de seis e três carruagens nas linhas Azul, Amarela e Vermelha, onde só circulavam comboios de seis carruagens;
- Circulação de comboios de três carruagens na linha Verde, onde até então só circulavam comboios de quatro carruagens;
- Ocorreram oito greves ao longo do ano.

#### Evolução da oferta

Oferta		2010	2011	2012	Var. % 2012/11
<b>Carruagens x km (serviço público)</b>					
Linha Azul	n.º	9 512 050	8 896 390	7 263 752	-18,35
Linha Amarela	n.º	7 891 501	7 634 879	6 090 964	-20,22
Linha Verde	n.º	5 582 429	5 383 040	3 638 064	-32,42
Linha Vermelha	n.º	4 662 795	4 552 848	4 346 184	-4,54
<b>Total</b>	<b>n.º</b>	<b>27 648 775</b>	<b>26 467 157</b>	<b>21 338 964</b>	<b>-19,38</b>
<b>Lugares x km</b>					
Linha Azul	10 <sup>3</sup>	1 217 542	1 138 738	929 760	-18,35
Linha Amarela	10 <sup>3</sup>	1 010 112	977 265	779 643	-20,22
Linha Verde	10 <sup>3</sup>	686 639	662 114	463 910	-29,94
Linha Vermelha	10 <sup>3</sup>	596 838	582 765	556 312	-4,54
<b>Total</b>	<b>10<sup>3</sup></b>	<b>3 511 131</b>	<b>3 360 881</b>	<b>2 729 625</b>	<b>-18,78</b>

### Evolução da eficiência na exploração

Eficiência na exploração		2010	2011	2012	Var. % 2012/11
<b>Circulações (serviço público)</b>					
Linha Azul	nº	124 495	121 122	110 367	-8,88
Linha Amarela	nº	128 650	126 908	118 483	-6,64
Linha Verde	nº	156 283	150 701	128 731	-14,58
Linha Vermelha	nº	113 450	112 061	106 577	-4,89
<b>Total</b>	<b>nº</b>	<b>522 878</b>	<b>510 792</b>	<b>464 158</b>	<b>-9,13</b>
<b>Taxa de realização de carruagens x km</b>					
Linha Azul	%	99,13	97,93	97,08	-0,87
Linha Amarela	%	99,20	97,63	96,82	-0,82
Linha Verde	%	98,87	97,44	96,73	-0,73
Linha Vermelha	%	99,55	98,66	96,65	-2,04
<b>Na rede</b>	<b>%</b>	<b>99,17</b>	<b>97,87</b>	<b>96,85</b>	<b>-1,04</b>
<b>Taxa de realização de circulações</b>					
Linha Azul	%	99,13	97,70	96,59	-1,14
Linha Amarela	%	99,22	97,38	96,71	-0,69
Linha Verde	%	98,87	97,44	96,76	-0,70
Linha Vermelha	%	99,55	98,63	96,78	-1,88
<b>Na rede</b>	<b>%</b>	<b>99,16</b>	<b>97,75</b>	<b>96,70</b>	<b>-1,07</b>

### 1.3. Recursos humanos

#### 1.3.1. Efetivo<sup>5</sup>

Numa época em que o contexto organizacional é caracterizado pela escassez de recursos económicos e financeiros e pelas mudanças que ocorrem a um ritmo acelerado, a gestão das pessoas é fator chave para o sucesso de qualquer organização.

Tendo por base a missão da área de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, foram definidos os principais objetivos das políticas de gestão de recursos humanos. Na vertente de otimização da estrutura existente os objetivos materializaram-se no seguinte:

- Desenvolver o planeamento e afetação rigorosa dos recursos humanos;
- Ter as pessoas certas nos lugares certos;
- Mobilizar e desenvolver as pessoas, com destaque para aquelas que revelam potencial e desempenham atividades críticas.

Por forma a dar cumprimento a estas orientações estratégicas, foi desenvolvida uma política de otimização do efetivo em direta articulação com todas as áreas da empresa, cujo envolvimento neste projeto foi essencial para se alcançar esta redução, a qual foi definida para o triénio 2011-2013.

Assim, em 2012, registou-se a saída de 65 colaboradores no ativo, originando um decréscimo do efetivo em cerca de 4%, pelo que, em 31 de dezembro de 2012, o efetivo da empresa era de 1.525 colaboradores.

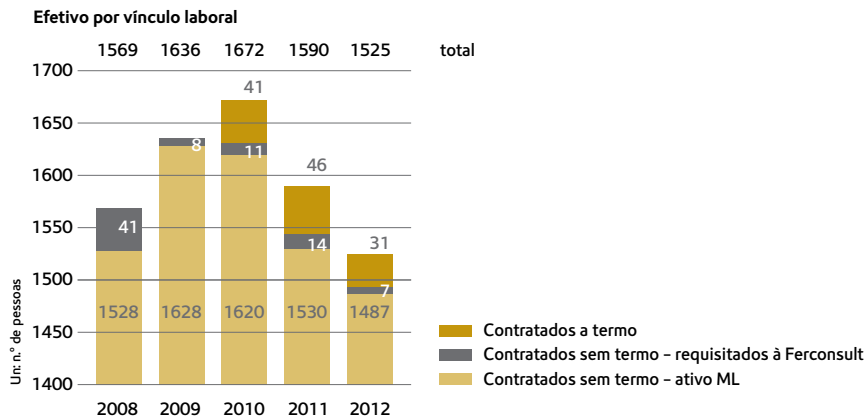
<sup>5</sup> Considera-se efetivo da empresa, os colaboradores com vínculo à empresa e que à data de 31 de dezembro prestavam serviço no ML.

Os motivos das saídas da empresa, em 2011 e em 2012, são apresentados no quadro seguinte:

#### Motivos das saídas

Motivos das saídas	Un: n.º		
	2011	2012	Var. % 2012/11
Reforma	73	41	-43,84
- Antecipada	59	37	-37,29
- Velhice	7	2	-71,43
- Invalidez	2	2	0,00
- Pré-reforma	5	-	-100,00
Termo do contrato de cedência	-	7	-
Rescisão de contrato unilateral e mútuo acordo	23	9	-60,87
Cessação de contrato a termo	10	3	-70,00
Cedência do trabalhador	3	-	-
Termo da comissão de serviço	-	1	-
Licença sem vencimento	2	-	-
Despedimento	-	3	-
Falecimento	1	1	0,00
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>65</b>	<b>-41,96</b>

O efetivo a 31 de dezembro, de acordo com o vínculo à empresa e à distribuição por área, é apresentado no gráfico e quadro seguintes:

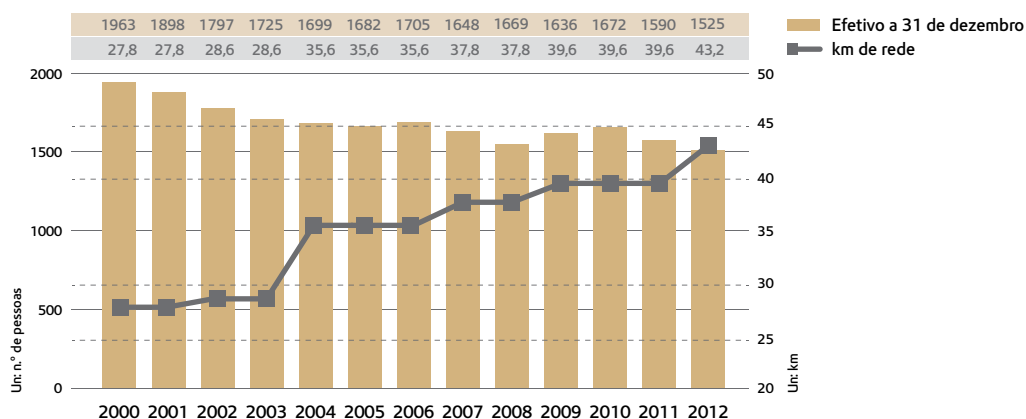


#### Efetivo por áreas da empresa

Efetivo real		2008	2009	2010	2011	2012	Var. % 2012/11
Exploração Operacional	n.º	901	930	915	869	819	-5,75
Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas	n.º	-	-	-	100	87	-13,00
Gestão de Infraestruturas	n.º	274	69	104	-	-	-
Gestão da Manutenção	n.º	186	416	418	396	383	-3,28
Restantes áreas	n.º	208	221	235	225	236	4,89
<b>Total</b>	<b>n.º</b>	<b>1 569</b>	<b>1 636</b>	<b>1 672</b>	<b>1 590</b>	<b>1 525</b>	<b>-4,09</b>

Neste contexto é importante ilustrar que o decréscimo do efetivo tem sido inversamente proporcional ao acréscimo da extensão da rede em exploração verificada ao longo dos últimos anos, evidenciando tal facto o esforço de otimização dos meios envolvidos na oferta de transporte.

#### Evolução do efetivo comparativamente com a evolução da rede



#### 1.3.2. Atividades relevantes

No ano de 2012 foi necessário dar cumprimento às medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado e efetuar todas as alterações necessárias de forma a garantir o seu cumprimento rigoroso, quer ao nível do processamento das remunerações dos trabalhadores do ML, quer ao nível da gestão de carreiras nas várias componentes.

A empresa participou no estudo de clima organizacional, promovido pela consultora Heidrick & Struggles em parceria com o Diário Económico e com o ISCTE Business School. Através deste diagnóstico “Excelência no trabalho 2011/12” pretendia-se não só apurar e premiar as empresas que apresentassem um melhor clima organizacional e que se destacassem como entidades de excelência no desenvolvimento do capital humano em Portugal, bem como disponibilizar a cada empresa participante informação de gestão relevante para a identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria na gestão do seu ativo humano. A análise dos resultados obtidos permitiu retirar conclusões e identificar as iniciativas a concretizar, de forma a potenciar o compromisso dos colaboradores para com a missão, os objetivos da empresa e promover uma cultura mais dinâmica, flexível e adaptável à mudança.

Estação Anjos



### 1.3.3. Modelo organizacional

No ano de 2012, o ML iniciou um novo ciclo determinado pelo Plano Estratégico dos Transportes e pela preparação do modelo organizacional para abertura à gestão privada.

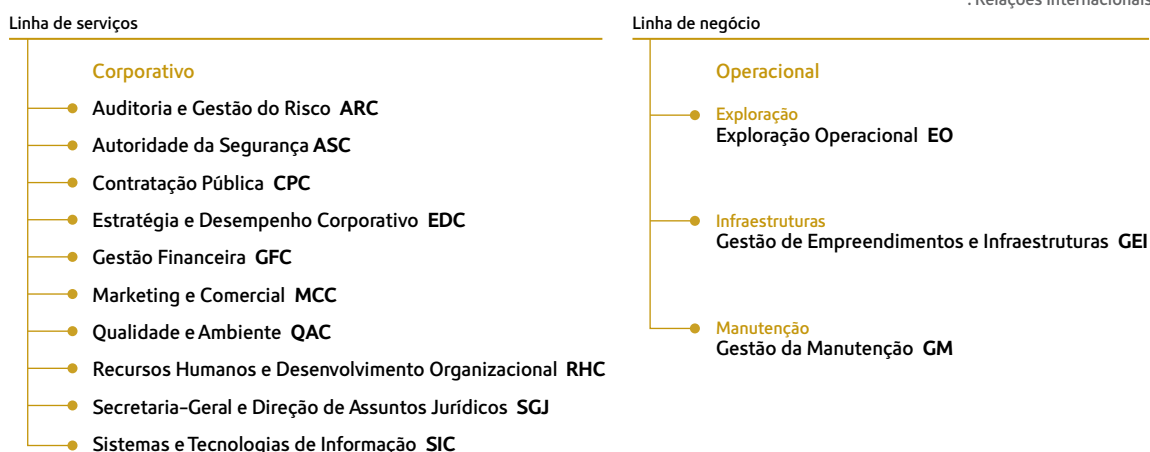
Com este novo ciclo, e com a nomeação do novo Conselho de Administração, comum à CARRIS, foram efetuados alguns ajustamentos no modelo de organização e de funcionamento da Empresa, tendo em vista criar melhores condições de operacionalização.

Assim, com o intuito de promover ganhos de eficiência e de eficácia, ao mesmo tempo que se pretende redimensionar e reforçar a mobilização da estrutura, e de forma particular, dos respetivos titulares, procederam-se a otimizações na estrutura orgânica da Empresa, bem como à nomeação de novos titulares para alguns cargos dirigentes. A gestão de todos os procedimentos comerciais relacionados com o sistema de bilhética, incluindo o cartão Lisboa viva, a gestão dos Gabinetes de Cliente e o Centro de Apoio Interno, da área Comercial da “Exploração Operacional” transitou para a direção de “Marketing e Comunicação”. A área da Comunicação Social da direção de Marketing e Comunicação passou para a “Secretaria-geral e Direção de Assuntos Jurídicos”. As direções de “Gestão de Empreendimentos” e “Engenharia de Infraestruturas” foram fundidas numa única direção.

### Organigrama do ML

#### Conselho de Administração

. Relações Internacionais



#### Titulares responsáveis pelas unidades orgânicas:

Corporativo		
ARC	Auditoria e Gestão do Risco	Dr. José António Carballo Sequeira
ASC	Autoridade de Segurança	Eng.º António José Pires Neves Valente
CPC	Contratação Pública	Dr.ª Margarida Maria Melo de Sousa Loureiro
EDC	Estratégia e Desempenho Corporativo	Dr.ª Cassilda Mariza A. M. Alpoim Motta Queiroz
GFC	Gestão Financeira	Dr.ª Isabel Maria N. P. F. M. Almeida Vasconcelos
MCC	Marketing e Comercial	Dr. Miguel Matos Silva Rodrigues
QAC	Qualidade e Ambiente	Eng.º Pedro Conceição Farinha Pereira
RHC	Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional	Dr.ª Margarida Maria Melo de Sousa Loureiro
SGJ	Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos	Dr.ª Filipa Alexandra Q. C.A. Bandeira de Melo
SIC	Sistemas e Tecnologias de Informação	Dr. Carlos José Duarte Rocha
Operacional		
EO	Exploração Operacional	Eng.º José Osvaldo Carmo Baptista Bagarrão
GEI	Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas	Dr. António Ricardo Oliveira Vieira Machado
GM	Gestão de Manutenção	Eng.º Jorge Miguel Almeida Ferreira
PA		
PA	Provedor Arbitral (órgão autónomo com estatuto próprio)	Dr. Guilherme de Palma Carlos

#### 1.3.4. Custo do fator trabalho

O decréscimo de custo do fator trabalho<sup>6</sup> em 2012 resultou, essencialmente, da dinâmica das medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2012, do decréscimo do efetivo e da redução muito significativa do trabalho suplementar realizado no exercício.

##### Custo do fator trabalho

Custo fator trabalho		2008	2009	2010	2011	2012	Var. % 2012/11	
Custo fator trabalho	10 <sup>3</sup> €	66 501	72 725	75 440	66 268	60 451	-8,78	
<u>Custo fator trabalho</u> Efetivo médio	10 <sup>3</sup> €	42,466	45,143	45,120	40,041	39,254	-1,97	
<u>Custo fator trabalho</u> Gastos operacionais	%	43,0	33,9	38,0	34,1	40,2	17,83	
<u>Custo fator trabalho</u> Gastos totais	%	26,4	27,3	28,7	23,5	26,8	14,07	

#### 1.3.5. Evolução do pessoal inativo e responsabilidade social

As responsabilidades sociais históricas emergentes dos acordos de empresa, nomeadamente o pagamento pela empresa de complementos de pensões de reforma e de sobrevivência, determinam um expressivo custo, para o qual tem contribuído de forma significativa o elevado número acumulado de reformados por antecipação.

No final de 2012, o ML integrava 1.449 inativos, dos quais 1.202 na situação de reformados, 244 em regime de pensionistas e 3 em situação de pré-reforma.

##### Evolução do pessoal inativo e responsabilidade social

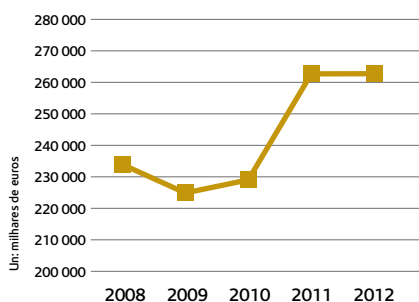
		2008	2009	2010	2011	2012	Var. 2012/11	
							Abs.	%
Pessoal ativo	peessoas	1 569	1 636	1 672	1 590	1 525	-65	-4,1
Pessoal inativo	peessoas	1 343	1 345	1 361	1 409	1 449	40	2,8
Pré-reformados	peessoas	8	0	0	5	3	-2	-40,0
Reformados	peessoas	1 133	1 135	1 132	1 176	1 202	26	2,2
Pensionistas	peessoas	202	210	229	228	244	16	7,0
<u>Pessoal ativo</u> <u>Pessoal inativo</u>	peessoas	1,17	1,22	1,23	1,13	1,05	-0,08	-6,7
V.A.R.S.P.	10 <sup>3</sup> €	233 920	224 882	229 032	262 695	262 739	44	0,02
<u>V.A.R.S.P.</u> <u>Pessoal total</u>	10 <sup>3</sup> €	80,330	75,438	75,513	87,594	88,345	0,751	0,9

<sup>6</sup> Para o cálculo do custo fator trabalho é utilizado o valor dos "Gastos com o pessoal" (conta 63 do SNC) retirando os complementos de pensões, pré-reformas, incentivos à reforma, fundo de pensões e indemnizações por despedimento.

Naturalmente, o esforço de contenção do efetivo tem acarretado uma inevitável pressão sobre os rácios "Pessoal ativo/Pessoal inativo" e "Valor atuarial das responsabilidades e serviços passados (V.A.R.S.P.)/Pessoal total".

O V.A.R.S.P. foi, no final de 2012, de 262.739 milhares de euros (+0,02% em relação ao ano anterior), atingindo o valor do V.A.R.S.P. per capita do pessoal 88,4 milhares de euros, quando em 2011 era de 87,6 milhares de euros.

#### Valor atual das responsabilidades com serviços passados



O crescimento destas responsabilidades será um dos fatores que a médio/longo prazo mais ameaçará a sustentabilidade da empresa e cuja resolução, no âmbito do serviço público de transporte de passageiros, não se afigura viável sem o apoio do acionista.

#### 1.3.6. Sinistralidade laboral

Em 2012 houve uma redução do número total de acidentes registados nas atividades de exploração e manutenção, embora o número de dias perdidos tenha sofrido um acréscimo face a 2011, tendo-se registado um aumento do número médio de dias perdidos por acidente de 65,3 para 72,5 dias.

#### Acidentabilidade laboral no ML

Acidentabilidade laboral		2008	2009	2010	2011	2012	Var. % 2012/11
Acidentes	n.º	112	101	85	97	89	-8,2
Dias perdidos	n.º	4 900	6 560	6 545	6 335	6 453	1,9
Índice de duração	dias	43,8	65,0	77,0	65,3	72,5	11,0
Índice de incidência	10 <sup>3</sup>	62,58	55,25	46,65	50,45	46,97	-6,9
Índice de frequência	10 <sup>6</sup>	38,52	34,47	29,80	31,65	28,97	-8,5
Índice de gravidade	10 <sup>3</sup>	1,93	2,54	2,50	2,42	2,61	7,9

No ano em análise e relativamente aos empreendimentos em que o ML é o dono da obra, não houve registo de qualquer acidente. Verificou-se, no entanto, um grande decréscimo, quer do número médio de trabalhadores em obra, quer do número de homem/horas trabalhadas que registou variações de -84,5% e -88,3%, respetivamente, relativamente ao ano anterior.

#### Sinistralidade nos empreendimentos do ML

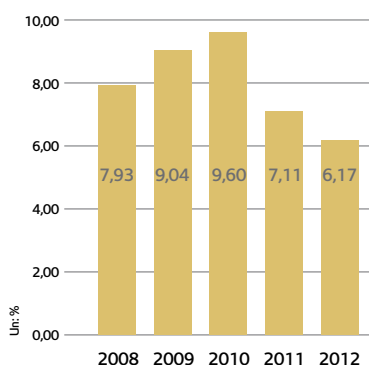
Sinistralidade nos empreendimentos ML		2008	2009	2010	2011	2012
Acidentes	n.º	50	33	16	26	0
Dias perdidos	n.º	1 071	1 057	8 259	380	0
Índice de duração	dias	21,4	32,0	516,2	14,6	0,0
Índice de incidência	10 <sup>3</sup>	3,97	2,15	1,88	4,86	0,00
Índice de frequência	10 <sup>6</sup>	20,42	11,81	10,20	24,60	0,00
Índice de gravidade	10 <sup>3</sup>	437,38	378,18	5 267,37	359,51	0,00

Em novembro de 2012 foi nomeada uma nova Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho, em cumprimento do disposto quer na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, quer das normas convencionais sobre a matéria, onde se previa a existência da referida comissão de composição paritária, constituída por sete representantes da empresa e sete representantes dos trabalhadores. Esta comissão tem como objetivo a prossecução da melhoria das condições de segurança e saúde dos trabalhadores do ML.

### 1.3.7. Absentismo

Em 2011 iniciou-se a inflexão do agravamento da taxa de absentismo que se vinha registando desde 2008, conforme se pode constatar no gráfico seguinte. O decréscimo de 3,43 p.p., face a 2010, resulta dos efeitos da implementação do projeto “Menos absentismo – Mais produtividade” na empresa. As medidas deste projeto, que se iniciou em 2010, começaram a ter resultados positivos no ano de 2011 e mantiveram-se em 2012.

Evolução da taxa de absentismo



Este projeto, definido para o triénio 2011-2013, tem como objetivo a diminuição do absentismo e o aumento da produtividade e o bem-estar no trabalho.

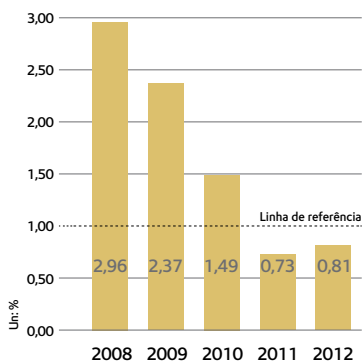
Assim, neste ano de 2012, e seguindo o planeamento deste projeto, foi concluída a fase de diagnóstico da situação do absentismo na empresa, foi gizado o plano de intervenção e foram concretizadas as medidas de atuação consideradas prioritárias, com especial destaque para a realização de *workshops* com as chefias diretas das áreas operacionais e para as entrevistas individuais de monitorização, dirigidas a colaboradores com absentismo superior a 8%.

No desenvolvimento do projeto realizou-se uma forte campanha de comunicação da qual é de destacar o envio de uma carta de *feedback* do absentismo a todos os colaboradores, bem como a disponibilização de *newsletters* no portal da empresa com a informação do acompanhamento do Projeto e a inserção de notícias na revista da empresa, “Metro com Vida”, o que potenciou o efeito positivo deste projeto.

### 1.3.8. Trabalho suplementar

Ao nível do trabalho suplementar, atendendo aos limites legais fixados e à política contínua de contenção do mesmo, foi possível manter em 2012 valores inferiores a 1% na taxa de trabalho suplementar, registando-se, no entanto, um aumento nas horas suplementares, totalizando mais 624 horas de trabalho em 2012, conforme se pode verificar pelo quadro seguinte:

Evolução da taxa de trabalho suplementar



### 1.3.9. Formação

Decorrente do plano estratégico da empresa, foi aprovado pelo Conselho de Administração o plano de formação para o triénio 2011–2013, no qual são de destacar as seguintes iniciativas:

- Ações de formação na vertente comportamental, sobre “Liderança e gestão da mudança” e “Absentismo”;
- Ação de formação pedagógica inicial de formadores que, pela primeira vez, se realizou internamente;
- Ações de formação na área da Qualidade e Ambiente (vertente ambiental e de gestão de resíduos).

As ações sobre “Liderança e gestão da mudança” e “Comunicação, Dar e Receber Feedback & Responsabilização”, iniciadas em 2011, assumiram um particular relevo neste ano.

O projeto de desenvolvimento em gestão e comunicação envolveu todas as hierarquias da empresa, desde o Conselho de Administração às chefias diretas, procurando a concertação nos estilos e modos de liderança e de comunicação. O objetivo proposto, complementando o projeto de alinhamento organizacional já realizado, foi atingido, representando, em 2012, um total de 2.104 horas de formação.

#### Formação

Formação		2008	2009	2010	2011	2012	Var. % 2012/11
Ações	n.º	199	220	240	167	148	-11,4%
Participantes	n.º	957	1 300	1 088	1 726	820	-52,5%
Horas	n.º	24 192	40 407	10 993	11 714	7 464	-36,3%
Custos	10 <sup>3</sup> €	230	303	127	53	74	39,4%
Horas por efetivo médio	horas/pessoa	15,45	25,08	6,57	7,08	4,85	-31,5%

### 1.4. Recursos materiais e tecnológicos

Os recursos organizacionais que serão abordados neste capítulo referem-se aos meios técnicos da empresa necessários à produção e à gestão da empresa, nomeadamente:

- Material circulante e infraestruturas;
- Sistemas e tecnologias de informação.

#### 1.4.1. Material circulante e infraestrutura

A direção operacional de Gestão da Manutenção (GM) assegura os processos de manutenção do material circulante e das infraestruturas. A sua atividade caracteriza-se por garantir intervenções de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e pela atualização dos planos de manutenção e dos procedimentos de trabalho a ele associados e pela racionalização dos recursos que utiliza.

O parque de material circulante da empresa, mantém-se inalterado desde 2003, sendo composto por 338 carruagens, das quais 225 são motoras e 113 são reboques, situando-se a idade média das carruagens no final do ano em 13,3 anos.

No âmbito das atividades de manutenção desenvolvidas em 2012 são de destacar as seguintes ações:

- Análise de forma sistemática das falhas ocorridas no material circulante e nos sistemas e equipamentos da rede metro, identificando, elaborando e operacionalizando, quando necessário, propostas de auditorias técnicas e ações de melhoria;
- Continuação dos programas de análise de manutenção, nomeadamente o RCM – *Reliability Centered Maintenance* e RCFA – *Root Cause Failure Analysis*, tendo sido identificadas como metodologias necessárias para assegurar os planos de manutenção do Material Circulante e dos Sistemas e Equipamentos da Rede Metro;
- Continuação da colaboração na realização de auditorias energéticas aos sistemas de iluminação com o objetivo de obter poupanças de energia;
- Representação do ML no projeto europeu OSIRIS, com vista à implementação de medidas de poupança de energia;
- Continuação do acompanhamento da ação de melhoria relativa à implementação de uma alteração no circuito das portas de passageiros dos comboios, com o objetivo de impedir a sua abertura indevida provocada pela energização acidental da linha de abertura de portas, com velocidade menor que 2 km/h e desativar o sinalizador lateral exterior;
- Continuação do processo de implementação de uma alteração no funcionamento das portas de passageiros, no material circulante ML 95, ML 97 e ML 99, no sentido de aumentar a sua fiabilidade;
- Adoção de medidas preventivas para manutenção das normais condições de segurança do material circulante de exploração devido à identificação de um problema mecânico nos suportes do freio eletromagnético;
- Implementação de medidas de melhoria no automatismo de bombagem no sistema SSIT, de modo a reduzir a probabilidade da ocorrência do enchimento dos poços de bombagem e, desta forma, evitar uma perturbação do serviço de exploração;
- Implementação de medidas de melhoria com o objetivo de retirar do sistema SSIT os alarmes relativos ao sistema de encravamento entre os 750V e a Coluna Seca;

- Configuração de detetores de incêndio no sistema SADI, de modo a reduzir o número de avarias por sujidade dos detetores de incêndio nas estações Saldanha I, Saldanha II, S. Sebastião I e S. Sebastião II;
- Conclusão da auditoria aos elevadores das estações e elaboração do respetivo relatório com propostas para eliminar as infiltrações de água existentes e conseqüentemente aumentar a sua disponibilidade;
- Introdução/atualização dos planos de manutenção das infraestruturas no sistema SAP-PM;
- Desenvolvimento de relatório de indicadores de disponibilidade e do tempo médio entre falhas para os sistemas e subsistemas de infraestruturas;
- Implementação, no sistema SAP-PM, de árvore lógica de locais de instalação para toda a rede ML, incluindo os PMO, os edifícios, os ramais e a rede do metro.

Em 2012 verificou-se uma evolução desfavorável dos principais indicadores da manutenção do material circulante, em resultado da falha técnica identificada no sistema de radiocomunicações, embora não se tenha verificado uma degradação efetiva do serviço de exploração. Ao nível das infraestruturas verificou-se uma estabilização na disponibilidade dos sistemas das infraestruturas considerados e uma melhoria ao nível da fiabilidade, medida através do tempo médio entre falhas.

Os quadros seguintes ilustram a evolução da disponibilidade do material circulante e da infraestrutura:

#### Disponibilidade do material circulante

Manutenção do material circulante		2009	2010	2011	2012	Var. % 2012/11
Disponibilidade do material circulante	%	85,48	88,22	92,07	86,50	-5,57
MKBF - Quilometragem média entre falhas	km	12 982	13 932	14 373	12 639	-12,06

#### Disponibilidade da infraestrutura <sup>7</sup>

Manutenção da infraestrutura		2009	2010	2011	2012	Var. % 2012/11
Disponibilidade da infraestrutura *	%	n.d.	n.d.	99,90	99,80	-0,10
MTBF - Tempo médio entre falhas *	horas	n.d.	n.d.	319,35	329,40	3,15

\* Dados disponibilizados a partir de 01 de abril de 2011.

#### 1.4.2. Sistemas e tecnologias de informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração no ML, ao longo de 2012 foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em três vertentes específicas:

Ao nível da implementação de melhorias funcionais em diversos sistemas do ML, destacam-se as seguintes ações:

- No Portal: desenvolvimento de funcionalidade para acesso ao recibo de vencimento em qualquer PC e inscrição e gestão de visitas às obras;
- Site ML: criação de *banners*, passatempos e mini-sites;
- Melhorias nas funcionalidades do sistema SAP R/3: implementação de uma solução de suporte ao Sistema de Gestão de não conformidade e ações de melhoria; implementação de uma solução de Gestão de Riscos; implementação de um mecanismo de devolução automática de faturas; implementação de Gestão de Galp Frota; atualização do módulo de recursos humanos, em conformidade com as alterações decorrentes da aplicação ao ML da Lei do Orçamento de Estado;
- Melhorias nas funcionalidades do sistema SAP BW: desenvolvimento de um novo indicador para as notas de infraestruturas.

Na implementação de projetos:

- Implementação da integração do sistema "Plago" com os sistemas de informação do ML;
- Implementação do projeto "Reestruturação do Site ML";
- Início da implementação do projeto "Reestruturação do Portal ML";
- Implementação do projeto "Circular DGO 1368" (1ª fase);
- Renovação da prestação de comunicações móveis para o ML;
- Renovação das infraestruturas centrais que suportam os sistemas de *messaging*, telepointo e SAP.

<sup>7</sup> Foram considerados apenas os sistemas de Sinalização, Energia e Via Férrea por terem impacto na exploração.

Estudo/análise para a implementação de projetos:

- Realização de um estudo para a implementação de uma nova plataforma de *backups* centralizado, que permita a salvaguarda de toda a informação produzida no seio das diversas plataformas aplicacionais que se encontram sob a responsabilidade da área de Sistemas e Tecnologias de Informação. Este estudo foi potenciado pelo facto do *hardware* existente atualmente estar obsoleto e de durante o ano de 2013, existir um conjunto de componentes que deixarão de ter suporte por parte do fabricante;
- Realização de um estudo tendente a perspetivar a adoção de uma plataforma de virtualização que permita alojar uma parte significativa dos sistemas de informação do ML, o que conduzirá a uma redução significativa de custos de manutenção de *hardware*, de consumo de energia e, simultaneamente, tornará mais ágil o processo de implementação de novas plataformas aplicacionais.

### 1.5. Expansão e modernização da rede

No dia 17 de julho foi inaugurada a extensão da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto. Esta expansão da rede consubstanciou-se na construção de 3,3 km de extensão e três novas estações (Moscavide, Encarnação e Aeroporto), originando um acréscimo do comprimento de exploração desta linha de 3,6 km devido à diferença dos comprimentos dos terminos das estações Oriente (507 metros) e Aeroporto (302 metros). Com este prolongamento o ML passou a servir o Aeroporto Internacional de Lisboa, bem como a ligação deste à Gare do Oriente, a mais importante interface rodoferroviária da cidade de Lisboa. Através do metropolitano ficaram conectados os modos aéreo, ferroviário (rede nacional e internacional) e rodoviário (percursos urbanos e interurbanos).

Rede atual e futura

Linhas	Rede atual			Em execução		Rede futura		
	N.º estações	km de rede	Prolongamentos	N.º estações	km de rede	Entrada em exploração	N.º estações	km de rede
Amarela	13	11,0	-	-	-	-	13	11,0
Azul	17	12,8	Amadora Este / Reboleira	1	0,9	Sem previsão (*)	18	13,7
Verde	13	8,9	-	-	-	-	13	8,9
Vermelha	12	10,5	-	-	-	-	12	10,5
<b>Rede atual</b>	<b>55</b>	<b>43,2</b>		<b>1</b>	<b>0,9</b>	<b>Rede futura</b>	<b>56</b>	<b>44,2</b>

(\*) A obra encontra-se suspensa devido a restrições financeiras.

#### 1.5.1. Trabalhos desenvolvidos em 2012

- Prolongamento da linha Azul – Amadora Este / Reboleira

O prolongamento da linha de metro à Reboleira reveste-se de especial importância, enquanto promotor da intermodalidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML), permitindo criar uma nova interface entre a linha de Sintra da CP e a linha Azul do ML.

Estima-se que esta estação venha a servir cerca de 4 milhões de passageiros por ano, que diariamente necessitam de se deslocar neste importante eixo da AML.

Em 2012 iniciaram-se os trabalhos de consolidação e reabilitação do talude adjacente ao Casal Falcão e encontram-se em curso a execução/consolidação do projeto do posto de transformação definitivo da EMEF (Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário) e as alterações da rede elétrica de baixa e média tensão, que foi adjudicado em 16 de julho de 2012.

O processo de concurso para a adjudicação destes trabalhos começará a ser elaborado logo após a consolidação de todos os projetos de arquitetura e especialidades, que envolverão apenas um único concurso, com a exceção da sinalização ferroviária pela sua componente especializada.

Devido a restrições financeiras esta obra foi, entretanto, suspensa.

- Interface do Terreiro do Paço<sup>8</sup>

Foi feita a preparação das adaptações ao projeto inicial de forma a realizar somente os trabalhos necessários à conclusão do Pontão 3 e a consequente supressão dos restantes trabalhos contratualizados para a conclusão da empreitada. Este cenário implica as indemnizações legais a contratualizar com o adjudicatário e que já estão em fase de apuramento final.

- Prolongamento da linha Vermelha – Oriente / Aeroporto

Foram efetuadas as receções provisórias dos diversos contratos no âmbito das seguintes especialidades: instalações especiais, telecomunicações, energia, eletromecânica, sinalética, mobiliário, sinalização ferroviária, assim como da empreitada n.º 685/09-ML – “Execução dos acabamentos e instalações especiais da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto”.

<sup>8</sup> Em execução pelo ML por conta da Transtejo.

Em 2012 ficou também concluída a ligação com a empresa ANA Aeroportos, através de uma galeria comum que conduz os passageiros do metro ao local de chegadas/partidas do Aeroporto. Contudo, mantém-se pendente a ligação do elevador exterior, cuja utilização somente será possível após a conclusão das obras de arranjos exteriores da empresa ANA Aeroportos.

Permanece em fase de conclusão a empreitada referente à requalificação dos espaços exteriores da linha Vermelha entre o Oriente e a Alameda da Encarnação, que envolve as Câmaras Municipais de Loures e de Lisboa.

• **Prolongamento da linha Vermelha – Alameda II / S. Sebastião II**

Está em preparação o processo de concurso de substituição do coletor unitário e a conduta da EPAL na Rua Marquês da Fronteira e a reposição da superfície e adaptação viária na zona do acesso ao El Corte Inglés.

• **Remodelação das estações da linha Verde**

No decurso de 2012, relativamente à empreitada de “Ampliação e remodelação da estação Areeiro”, consignada em agosto de 2009, decorreram os trabalhos de execução dos acabamentos e instalações especiais do novo átrio sul da estação, tendo sido iniciados os trabalhos preparatórios à intervenção no átrio norte, atualmente em serviço.

No âmbito das restantes estações da linha Verde – Arroios, Anjos e Intendente –, continuam a ser desenvolvidos os respetivos projetos de ampliação/remodelação, fundamentais para que a exploração da linha Verde se possa vir a realizar com comboios com seis carruagens, e não com quatro, como é atualmente. A intervenção na estação Arroios é estratégica, de forma a permitir a operação com seis carruagens no mais curto prazo de tempo, dado que os cais das restantes estações já têm a dimensão necessária, carecendo apenas da sua remodelação.

• **Plano de promoção de acessibilidade**

A empreitada relativa à adaptação das estações Colégio Militar e Baixa-Chiado a pessoas de mobilidade reduzida, consignada em fevereiro de 2011, ainda não está concluída, estando em preparação as peças do procedimento para a execução dos arranjos exteriores na envolvente à estação Colégio Militar.

No que concerne ao procedimento de aquisição dos equipamentos mecânicos, consignado também em 2011, foi instalada na estação Baixa-Chiado uma plataforma elevatória de escada, cujos trabalhos de correção se encontram em curso.

Desenvolveram-se igualmente trabalhos das especialidades de engenharia do ML, nomeadamente sinalética, mobiliário, postos de ajuda e sistema de videovigilância, em ambas as estações.

### 1.5.2. Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental

No que diz respeito aos procedimentos de avaliação de impacte ambiental, deu-se continuidade aos já existentes no âmbito dos projetos em desenvolvimento no ML, conforme se explicita seguidamente.

Assim, em 2012 esteve em curso a fase de pós-avaliação (no âmbito dos respetivos procedimentos de avaliação de impacte ambiental), com o envio, para a Agência Portuguesa do Ambiente, dos relatórios de acompanhamento ambiental e dos relatórios de monitorização ambiental referentes aos seguintes projetos:

- Prolongamento da linha Vermelha, entre Alameda e S. Sebastião;
- Prolongamento da linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto;
- Prolongamento da linha Azul, entre Amadora Este e Reboleira.

No respeitante à fase de construção dos novos projetos, procedeu-se ao acompanhamento ambiental das empreitadas de construção, assegurando a implementação das medidas de minimização recomendadas nos respetivos estudos de impacte ambiental e/ou exigidas pelas respetivas declarações de impacte ambiental, para os casos dos projetos com avaliação de impacte ambiental, e nos restantes casos das medidas de minimização exigidas nos cadernos de encargos dessas empreitadas.

Neste âmbito, em 2012, esteve em curso o acompanhamento ambiental das seguintes empreitadas:

#### Linha Azul

- Empreitada n.º 684/09-ML – “Execução de intervenções para garantia de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida – toscos, acabamentos, baixa tensão e telecomunicações, AVAC e bombagem – às estações Colégio Militar e Baixa-Chiado, da linha Azul do Metropolitano de Lisboa, E.P.”.
- Empreitada n.º 669/07-ML – “Reabilitação do talude adjacente ao Casal Falcão no prolongamento Pontinha/Amadora Este, da linha Azul, do Metropolitano de Lisboa, E.P.”.

#### Linha Verde

##### Remodelação das estações

- Empreitada n.º 657/05-ML – “Ampliação/remodelação (toscos/acabamentos, baixa tensão e telecomunicações) da estação Areeiro, da linha Verde, do Metropolitano de Lisboa, E.P.”.
- Contrato n.º 115/10-ML – “Fornecimento e montagem da ventilação principal, bombagem e AVAC da estação Areeiro, da linha Verde, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.” (início da empreitada).

#### Linha Vermelha

##### Prolongamento Oriente/Aeroporto

- Empreitada n.º 685/09-ML – “Execução dos acabamentos e instalações especiais da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.” (fecho da empreitada).
- Empreitada n.º 690/2011-ML – “Intervenções na envolvente à estação Aeroporto da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.” (início e fecho da empreitada).
- Contrato n.º 22/2012 relativo a “Empreitada de execução da requalificação dos espaços exteriores da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.”.
- Contrato n.º 29/2012 relativo a “Fornecimento e instalação de escadas mecânicas cais/átrio inferior na estação Aeroporto, da linha Vermelha, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.” (fecho da empreitada).

##### Outros projetos

- Empreitada n.º 663/06-ML – “Execução dos tectos, acabamentos, baixa tensão, telecomunicações e AVAC do novo terminal fluvial, na interface do Terreiro do Paço” (fecho da 1ª fase da empreitada).

Estação Roma



### 1.5.3. Investimentos

#### Despesa de investimento

Un: €

	FBCF Formação Bruta de Capital Fixo	ICT Investimento a Custos Técnicos	DI Despesa de Investimento
<b>A - ILD</b>	<b>20 298 572</b>	<b>24 589 991</b>	<b>30 219 292</b>
Em curso	15 043 087	15 043 087	20 127 903
Extensão Oriente / Aeroporto	12 338 970	12 338 970	15 224 206
Extensão Amadora Este / Reboleira	284 861	284 861	2 484 441
Investimento em curso	2 419 256	2 419 256	2 419 256
Novos	30 198	30 198	31 799
Extensão S. Sebastião / Campolide	30 198	30 198	31 799
Outros	5 225 287	5 225 287	5 768 170
Extensão Alameda / S. Sebastião	470 806	470 806	470 806
Interface do Terreiro do Paço	15 976	15 976	15 976
Interface do Cais do Sodré	(4 370)	(4 370)	(4 370)
Extensão Baixa-Chiado / Santa Apolónia	9 843	9 843	9 843
Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade	167 155	167 155	193 146
Remodelação da linha Azul	860 948	860 948	861 212
Remodelação da linha Amarela	1 452 808	1 452 808	1 452 818
Remodelação da linha Verde	1 924 886	1 924 886	2 397 440
Remodelação da linha Vermelha	3 378	3 378	3 378
Remodelação da Rede - Outros	323 857	323 857	367 920
Autoinvestimento	0	4 291 419	4 291 419
<b>B - ML</b>	<b>724 970</b>	<b>724 970</b>	<b>766 399</b>
Parques de material e oficinas	0	0	414
Equipamentos e outros	482 105	482 105	522 974
Investimentos correntes	242 865	242 865	243 012
<b>Investimento total</b>	<b>21 023 542</b>	<b>25 314 961</b>	<b>30 985 691</b>

#### Evolução do investimento

Un: €

Investimento	2010	2011	2012	Var. %
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	85 965 944	50 491 673	21 023 542	-58,36
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	89 136 494	54 945 231	25 314 961	-53,93
Despesas de Investimento (DI) - inclui custos financeiros	92 897 038	58 694 927	30 985 691	-47,21

## 1.6. Relações internacionais

O relacionamento internacional do ML, quer através de contactos directos com empresas congéneres, quer inserido em organizações internacionais, assumiu importância relevante no seu desempenho, reconhecendo-se como desejável estimular uma participação ativa e responsável.

Nesse sentido, 2012 foi um ano profícuo em termos de promoção e coordenação das Relações Internacionais, permitindo cumprir o essencial dos objetivos estratégicos neste domínio e, simultaneamente, garantir o estrito controlo dos custos inerentes à representação externa da empresa, com uma rigorosa observância das diretrizes em vigor, resultando na realização de dezassete missões internacionais, em acentuado decréscimo relativamente às realizadas nos anos anteriores: 21 em 2011, 34 em 2010 e 54 em 2009.

### No âmbito da UITP – União Internacional dos Transportes Públicos:

O ML participou em oito reuniões de comissões temáticas e subcomités especializados da Divisão de Metros e assegurou a representação nacional do setor no Comité União Europeia que, em fevereiro, promoveu um jantar no Parlamento Europeu, em Bruxelas, onde se reuniram os membros do Comité UE com o Presidente da Comissão dos Transportes e Turismo e vários parlamentares europeus, para debater as políticas europeias do transporte público.

Destaque, ainda, para a presença da empresa na cerimónia de despedida do ex-Secretário-Geral da UITP, Hans Rat e a participação no “Local Rail Summit”, em Varsóvia, evento que juntou pela primeira vez os três modos ferroviários – metro, metro ligeiro de superfície e comboios suburbanos, tendo o ML sido convidado a apresentar a sua experiência de mais de meio século de operação.

A empresa organizou com sucesso a 48ª reunião do Subcomité de Instalações Elétricas e Sistemas de Segurança, que reuniu em Lisboa especialistas de 16 metros europeus, asiáticos e norte-americanos.

### Na ALAMYS – Associação Latino-Americana de Metropolitanos:

A participação na 17ª Reunião Intermédia dos Comitês Técnicos (Bilbau) contou com uma delegação reduzida, integrada pelos diretores de Planeamento e de Marketing, que apresentaram comunicações sobre os Indicadores Financeiros e Fontes de Financiamento, por um lado e, também, sobre a estratégia da empresa no domínio das receitas complementares.

Em novembro, o ML esteve representado pelo Presidente do Conselho de Administração na XXVI Assembleia Geral da ALAMYS, realizada em Granada, acompanhado pelo responsável das Relações Internacionais e, também, pelo Administrador-delegado da Ferconsult, empresa membro aderente da associação. Esta participação culminou na eleição do Presidente do Conselho de Administração para o Comité de Direção da ALAMYS, facto relevante na medida em que o ML é o único operador português com participação regular neste fórum.

### No Grupo NOVA – Benchmarking de Metros<sup>9</sup>:

Por motivos de contenção de custos, o ML esteve apenas presente numa das reuniões do Grupo NOVA de Benchmarking de Metros, realizada em Newcastle e em Londres. Apesar disso, a empresa manteve o empenho e a participação ativa nos trabalhos deste grupo, nomeadamente garantindo o fornecimento dos Indicadores-Chave de Desempenho (KPI) e tendo participado nos três Estudos de Caso selecionados para 2012.

Em novembro, numa iniciativa conjunta ML/CARRIS, tiveram lugar duas importantes sessões em torno do processo de *benchmarking*: a primeira realizou-se no Auditório do Alto dos Moinhos, com apresentação e análise dos principais Indicadores de Desempenho de cada uma das empresas e a segunda no Auditório de Miraflores, em que foi possível contar com a participação de Richard Anderson e Mark Trompet, do Imperial College of London, coordenadores dos grupos de Benchmarking de Metros (NOVA/CoMET) e de Autocarros (IBBG), que se deslocaram a Lisboa sem quaisquer encargos, quer para o ML, quer para a CARRIS.

### No CEEP Portugal – Centro Europeu dos Serviços de Interesse Geral:

O ML é membro fundador do CEEP Portugal, secção nacional do Centro Europeu de Empresas de Serviços de Interesse Geral, estando representado na Assembleia Geral, na Comissão Coordenadora (Transportes) e nos Grupos de Trabalho “Energia”, “Gestão dos Assuntos Sociais” e na Task Force de Juristas da área dos Recursos Humanos. Num ano de intensa atividade do CEEP Portugal, marcámos presença em quinze reuniões dos Grupos de Trabalho e da Comissão Coordenadora, além de estarmos representados nas reuniões de Assembleia Geral. Destaca-se, ainda, o convite para o responsável pelas RI representar a secção portuguesa na Conferência “Change in Public Services: Fora for the Improvement of Expertise in Restructuring”, realizada em Bruxelas e integralmente financiada pela Comissão Europeia, que teve por objetivo promover a troca de informação e de boas práticas entre os prestadores de serviços públicos e as respetivas associações setoriais.

9

O Grupo NOVA é um programa de avaliação comparativa ferroviária internacional de que fazem parte metros de 14 cidades.

No âmbito dos projetos internacionais destacam-se os seguintes:

Atento às oportunidades de participação em projetos internacionais suscetíveis de incorporar mais-valias à sua atividade, o ML aceitou o convite para integrar duas novas iniciativas, ambas sob a égide da UITP e subsidiadas pela Comissão Europeia, designadamente:

- SECUR-ED: um projeto que visa proporcionar aos operadores de metrópoles europeias os meios para aumentarem a segurança do transporte urbano. O ML, representado pelo seu Diretor de Segurança, integra o grupo consultivo “Advisory Group Public Transport and Authorities” que permite o acesso aos resultados e à documentação produzida no âmbito do projeto. Em 2012, o ML participou em duas reuniões (Bruxelas e Munique);
- OSIRIS: uma iniciativa que visa desenvolver uma metodologia inovadora para otimizar o consumo energético em sistemas ferroviários urbanos. O ML faz parte do “Support and User Group” que permitirá aceder aos resultados finais do projeto. A empresa está representada por um quadro da Direção de Gestão da Manutenção, que participou na reunião inaugural do projeto (Bruxelas).

Nos restantes projetos, verificou-se apenas a participação na reunião de Paris do **Working Group (WG40)**, grupo encarregado de integrar os resultados das iniciativas UGTMS<sup>10</sup> e MODURBAN<sup>11</sup>, que se destinaram a promover a compatibilização de sistemas de sinalização na ferrovia europeia.

De assinalar, também, a conclusão em dezembro do projeto **MODSAFE**, cofinanciado pela União Europeia, que visou a definição dos requisitos de segurança do transporte urbano ferroviário, para aplicação nas redes de metro.

Em relação às visitas de congéneres e personalidades internacionais destacam-se as seguintes:

Em 2012, a empresa acolheu visitas de delegações estrangeiras oriundas do Reino Unido (Londres), Bélgica (Bruxelas), Roménia (Bucareste), Brasil (São Paulo), Espanha (Barcelona e Catalunha), China (Pequim, Guangzhou e Macau), Suíça (Lausanne) e Argélia (Argel), tendo sido registados diversos testemunhos de apreço sobre as capacidades do Metro e a forma como foram recebidos.

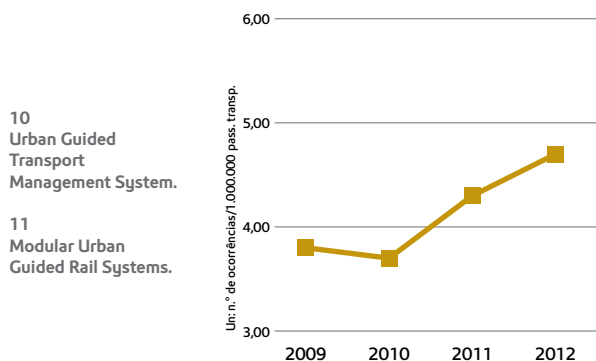
## 1.7. Qualidade do serviço

### 1.7.1 Segurança

Para o ano 2012 verificou-se em termos genéricos um decréscimo do número de incidentes registados na rede do ML.

Por outro lado, analisando o rácio “número de ocorrências com passageiros por um milhão de passageiros transportados”, o ano de 2012 terminou com um registo de 4,7 incidentes por milhão de passageiros, i.e. +9,4% face ao ano anterior. O incremento deste rácio é suportado na sua essência pela redução registada do número de passageiros transportados.

N.º de ocorrências com passageiros por milhão de passageiros transportados



O maior índice de gravidade dos incidentes é registado nas estações de correspondência, o que se justifica por serem as que têm maior movimento de passageiros, e serem localizadas em zonas de maior conflitualidade social.

É também notório, que apesar das campanhas de sensibilização da empresa com o objetivo dos passageiros protegerem os seus bens, a sensação de segurança que possuem nas instalações do metro, leva-os a descuidar muitas vezes essa atenção.

### 1.7.2. Eficiência energética – Indicadores de consumo de energia e de emissões de CO<sub>2</sub>

No âmbito do seu compromisso com as boas práticas de sustentabilidade, o ML deu continuidade às iniciativas que visam reduzir os consumos energéticos, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos e contribuindo, desta forma, para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa.

Apesar de ser um modo de transporte que apresenta um elevado desempenho a nível energético nos seus consumos específicos e, em consequência, na redução da emissão de gases de efeitos de estufa, a empresa considerou relevante, ter em consideração os aumentos consideráveis dos custos da energia elétrica, fixando metas de eficiência, com o objetivo de racionalizar os consumos de energia elétrica por passageiro transportado e consequentemente os respetivos custos.

Apesar do projeto “eficiência energética” se ter iniciado em 2011, pretende-se que o seu desenvolvimento seja contínuo, continuando a identificar e a implementar medidas de redução e de racionalização dos consumos energéticos, promovendo, assim, uma melhor proteção ambiental e melhor qualidade do serviço de transporte.

Este projeto insere-se nas diretrizes do Governo Português no respeitante a esta temática, que estabelece uma meta específica para o sector do Estado de redução de 30% do consumo energético até 2020. Para prossecução deste objetivo, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 67/2012, de 9 de agosto, veio dar sequência ao Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP), sendo um instrumento para a execução do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE).

Neste contexto, no ano de 2012, deu-se continuidade à implementação de medidas de carácter comportamental, para divulgação das melhores práticas. Foram realizadas auditorias energéticas aos sistemas e instalações, por forma a avaliar o potencial de poupança. Após as auditorias energéticas, foram implementadas Medidas de Racionalização dos Consumos de Energia (MRCE), tendo apenas como investimento as horas de trabalho dos técnicos do ML.

Neste âmbito, de um total das 55 estações existentes, foram efetuadas auditorias energéticas a dezassete estações (foram efetuadas auditorias a 22 estações, em 2011), tendo sido analisados os sistemas de iluminação e os acessos mecânicos (escadas e tapetes mecânicos).

Em 2012, prosseguiu a implementação do projeto relativo ao regime de circulação de comboios, designado de “Marcha Económica”, que corresponde a uma redução do escalão de velocidade máxima do material circulante de 60 km/h para 45 km/h.

Foram consolidados os procedimentos relacionados com a contagem dos consumos energéticos, desagregando-os e disponibilizando-os no portal eletrónico do ML, de forma a serem conhecidos e utilizados pelas várias áreas da empresa.

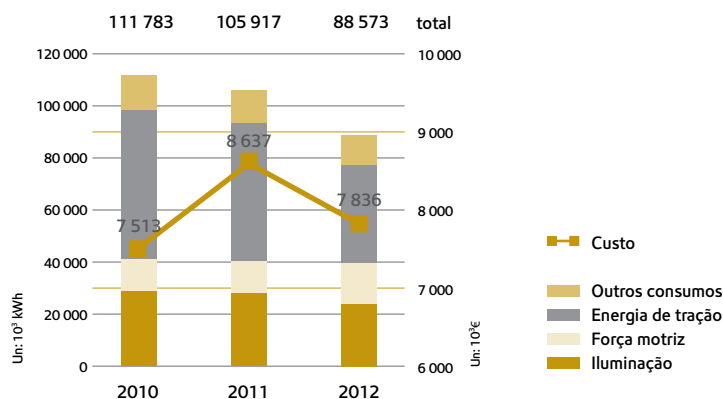
Este conhecimento do perfil de consumos da empresa permitiu a definição de metas de redução dos consumos energéticos para o ano de 2013.

No ano de 2012, foi implementada a norma NP ISO 50001 – Sistemas de Gestão de Energia, sendo sistematizados e consolidados todos os procedimentos da gestão de energia em vigor na empresa.

Um outro dado importante, resultante das medidas implementadas no âmbito do projeto da eficiência energética, é a redução de 16,4% no consumo de energia elétrica, em relação a 2011, equivalente a 17.343.443 kWh, i.e. uma poupança de 1.534.895 euros e a uma redução das emissões de 6.955 Ton CO<sub>2</sub>.

No ano de 2012, apesar da extensão da rede em 3,6 km e a entrada em exploração de três novas estações (prolongamento Oriente/ Aeroporto), verificou-se um aumento de 24,2% na força motriz e um decréscimo no consumo de energia elétrica de tração e na iluminação de 28,4% e de 14,1%, respetivamente.

### Custos vs Consumos de energia



### Consumos de energia

Consumo de energia		2010	2011	2012	Var. % 2012/11
Iluminação	10 <sup>3</sup> kWh	28 688	27 786	23 860	-14,13
Força motriz	10 <sup>3</sup> kWh	12 507	12 566	15 612	24,24
Energia de tração	10 <sup>3</sup> kWh	57 103	52 983	37 939	-28,39
Outros consumos	10 <sup>3</sup> kWh	13 485	12 582	11 162	-11,29
<b>Total</b>	<b>10<sup>3</sup> kWh</b>	<b>111 783</b>	<b>105 917</b>	<b>88 573</b>	<b>-16,38</b>

A variação tarifária entre 2010 e 2012, dependente da evolução do custo das matérias-primas energéticas nos mercados internacionais, apresentou uma subida acentuada. Esta realidade tem vindo a refletir-se no custo médio de aquisição de energia elétrica, como se constata no quadro seguinte. Acresce-se que, simultaneamente, as tarifas de acesso às redes mais que duplicaram.

### Custos de energia

Custos de energia		2010	2011	2012	Var. %		
					2011/10	2012/11	2012/10
Custo médio kWh	€	0,0672	0,0815	0,0885	21,28	8,59	31,70
Custo médio kWh (s/ tarifa acesso redes)	€	0,0549	0,0583	0,0619	6,19	6,17	12,75
Tarifa acesso redes	€	0,0122	0,0232	0,0266	90,16	14,66	118,03

### Eficiência energética

Indicadores de energia		2010	2011	2011	2012	Var. %	
						2012/11	2012/10
Eficiência energética	pass. x km/kWh	7,74	8,16	8,09	8,42	4,02	8,72
Emissões de CO <sub>2</sub>	gCO <sub>2</sub> /pass. x km	52	49	49	48	-3,87	-8,02
Consumo de energia total por carr. x km	kWh/carr. x km	4,04	4,00	4,00	4,15	3,72	2,67

Quer isto dizer que, se a tarifa de acesso às redes não tivesse sofrido qualquer aumento, obter-se-ia uma poupança de 1.273x10<sup>3</sup> euros, mesmo depois do aumento do custo da energia. A fatura total de energia cresceu no triénio mais de 4% devido ao aumento agregado do custo da energia e, sobretudo, das taxas associadas, apesar do consumo total ter sido significativamente reduzido.

Na análise comparativa dos indicadores energéticos dos últimos três anos, verifica-se uma melhoria, pese embora o aumento da rede com a expansão da linha Vermelha ao Aeroporto e do decréscimo significativo do número de passageiros.

### 1.7.3. Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA)

Em 2012, e dando continuidade à prossecução de um dos “Objetivos estratégicos do ML”, continuaram os trabalhos com rumo à certificação ambiental da empresa segundo a norma NP EN ISO 14001:2004 integrando o Sistema de Gestão da Qualidade certificado em 2011.

#### Neste âmbito desenvolveram-se as seguintes atividades:

- Aprovação e divulgação da política de qualidade e ambiente do ML, em junho.
- Formação ambiental, com a realização de 14 ações, com um total de 68 horas de formação a 121 formandos.
- Definição de um programa de gestão ambiental que incluiu, por exemplo, objetivos de redução dos consumos de água e de energia. As metas estabelecidas foram exigentes e tiveram como base a evolução dos consumos verificados em períodos anteriores; neste contexto foram criados diversos grupos de trabalho, tendo-se iniciado os grupos para as seguintes temáticas: sensibilização ambiental; formação ambiental; redução da carga poluente de efluentes líquidos; gestão de resíduos; redução do consumo de água, de efluentes e de água; e redução do consumo de energia elétrica.
- Designação do Vogal do Conselho de Administração, como Representante da Gestão para o SGQA, passando a aprovação final dos principais documentos do SGQA a ser da sua responsabilidade.
- Extinção do Conselho da Qualidade e do Conselho do Ambiente e nomeação de um Conselho da Qualidade e Ambiente (aprovado em reunião do Conselho de Administração n.º 43/2012, de 17 de outubro) com o intuito de tornar mais eficiente e dinâmica a estrutura do SGQA e o fluxo de aprovação dos respetivos documentos. Este novo Conselho passará a funcionar como um Conselho Consultivo do SGQA e tem na sua formação os diretores das três áreas operacionais (Exploração Operacional, Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas e Gestão da Manutenção) e das áreas corporativas: Contratação Pública, Estratégia e Desempenho Corporativo, Qualidade e Ambiente e Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional.
- Revisão anual do SGQA, em novembro, tendo sido feito o ponto de situação quanto ao estado do SGQA, do Programa de Gestão Ambiental de 2012 e das ações de melhoria para resolução de “não conformidades”, “observações” e “oportunidades de melhoria” detetadas na auditoria interna. Contudo, o mais relevante desta reunião foi a aprovação da nova Matriz de Processos, que foi simplificada de 22 para 15 processos.
- Realização de um simulacro no edifício social e administrativo do PMO III, onde foram testadas as situações de emergência relativas a incêndio e a incidente ambiental no rescaldo.

#### O ano de 2012 foi igualmente caracterizado por ter sido realizado um número elevado de auditorias com vista a detetar eventuais não conformidades do SGQA e com vista à obtenção da certificação, a saber:

- A primeira auditoria interna ao Sistema de Gestão Ambiental no ML, realizada em maio pela empresa associada Ferconsult;
- Auditoria de conformidade legal, em matéria ambiental, realizada pela SIA (Sociedade de Inovação Ambiental, S.A.) em 5 e 6 de junho;
- 1ª fase da auditoria de certificação ao Sistema de Gestão Ambiental do ML, de acordo com a norma NP EN ISO 14001:2004, pela SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação, em 2 de julho;
- Auditoria interna ao Sistema de Gestão da Qualidade, realizada pela bolsa de auditores internos do ML, em setembro e outubro;
- Auditoria simultânea de 2ª fase de certificação do Sistema de Gestão Ambiental do ML pela norma NP EN ISO 14001:2004 e de acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade pela norma NP EN ISO 9001:2008, de 6 a 12 de dezembro pela SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação.

### 1.7.4. Auditorias internas

Ao longo do ano 2012 foi realizado um conjunto de auditorias internas, a saber:

- Gestão de armazéns sob a responsabilidade da GM;
- Processo de comunicação escrita de ocorrências de exploração;
- Acompanhamento da execução das recomendações de auditorias já realizadas;
- Gestão da frota automóvel;
- Gestão do seguro de saúde;
- Subprocesso de gestão de seguros (incêndio, responsabilidade civil e multirriscos).

Foi ainda feito o acompanhamento da auditoria do Tribunal de Contas às empreitadas n.ºs 676/08-ML (Reabilitação estrutural da galeria do troço Jardim Zoológico/Praça de Espanha) e 644/04-ML (Execução dos toscos entre as estações Oriente e Aeroporto).

### 1.7.5. Gestão do Risco

Sempre esteve bem arregada na cultura do ML a questão do risco de exploração – a sua minimização ou, tanto quanto possível, a sua eliminação – por outras palavras, o valor da segurança de pessoas e bens. Apesar disso, não existia ainda no ML uma abordagem global e estruturada conducente a um modelo formal de gestão do risco, que transmitisse uma perceção clara dos diferentes fatores de risco – internos e externos – a que a empresa estava sujeita (identificando-os em primeiro lugar), que os hierarquizasse de acordo com critérios relevantes, e que para cada um deles definisse medidas e ações de controlo e de minimização de consequências.

Assim em 2012, o ML iniciou a construção de um Sistema de Gestão do Risco (SGR), tendo como base a metodologia, internacionalmente consagrada, do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) devidamente adaptada à empresa.

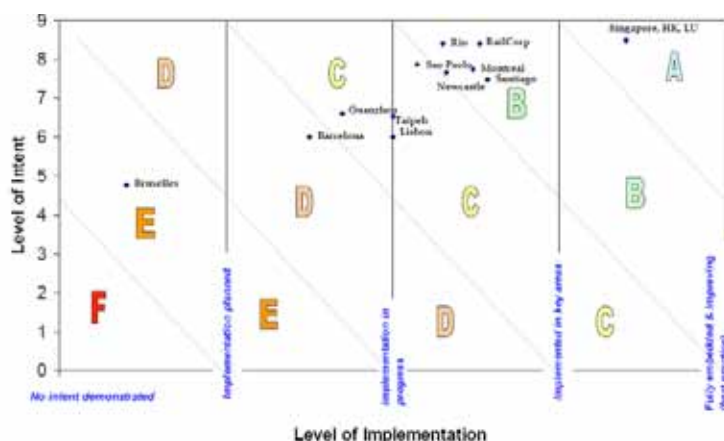
Tal como definido pelo COSO, o ML pretende que a gestão do risco seja um processo, levado a cabo pelo Conselho de Administração, gestores e outros colaboradores, utilizado na definição da estratégia e ao longo da empresa, desenhado para identificar potenciais eventos que possam afetar a entidade e para manter o risco dentro dos limites do definido como tolerável, para providenciar uma razoável segurança quanto à consecução dos objetivos.

O funcionamento anual do SGR desenvolve-se ao longo das seguintes 10 etapas:

1. Definição dos objetivos estratégicos;
2. Identificação de potenciais eventos;
3. Avaliação de riscos;
4. Priorização de riscos;
5. Respostas aos riscos e suas medidas de mitigação;
6. Metodologias de monitorização de riscos;
7. Implementação de medidas de mitigação de riscos;
8. Monitorização contínua dos riscos;
9. Avaliação da eficácia das medidas de mitigação de riscos;
10. Atualização da Matriz de Riscos.

Considerando o estudo recente de *benchmarking* sobre a gestão do risco em metros internacionais (NOVA e CoMet) – “International Benchmarking of Enterprise Risk Management Practice in Metros” (2012), em que se confirma que o ML está em processo de implementação do SGR, conforme se pode constatar pelo quadro que se segue:

Processo de implementação do SGR – Benchmarking



Fonte: NOVA e CoMet (Nov 2012), “International Benchmarking of Enterprise Risk Management Practice in Metros”.

Em 2012, deu-se início à 1ª fase do projeto “Sistema de Gestão de Risco” (SGR), tendo sido feito um levantamento exaustivo dos riscos a partir da quase totalidade dos processos do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), identificando quinze processos cujos riscos foram classificados e avaliados. No final desta fase foi desenvolvida uma aplicação em SAP para gerir uma base de dados de riscos. A 2ª fase deste projeto irá ser desenvolvida em 2013 e terá como objetivo definir as medidas de mitigação a implementar por cada risco considerado como prioritário na 1ª fase.

Dos riscos existentes para o negócio do ML são de destacar os seguintes:

• **Riscos de ações jurídicas:**

No que se refere às ações jurídicas nas quais o ML poderá vir a ter responsabilidades, apresenta-se no quadro que se segue a relação de processos ativos no final do ano 2012, com indicação dos respetivos valores das ações judiciais e do risco calculado pelos advogados, em caso de condenação do ML.

Relação de processos ativos com responsabilidades do ML, em 31 de dezembro de 2012

Objeto do processo	Quant.	Un: €	
		Valor da ação	Valor do risco
Despedimento	3	31 364	0
Expropriação	9	1 121 472	600 281
Empreitadas	5	8 592 164	3 435 146
Infração disciplinar	1	46 441	0
Laboral	9	224 497	0
Responsabilidade civil contratual	7	2 170 792	702 042
Responsabilidade civil extra contratual	16	43 448 256	12 269 178
Taxas/Impostos	4	20 673	0
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>55 655 660</b>	<b>17 006 647</b>

• **Riscos financeiros:**

Os riscos financeiros são essencialmente nas seguintes vertentes:

- Controlo da dívida;
- Controlo da execução financeira do investimento.

Face à evolução do mercado financeiro não foi possível a intervenção regular no mercado de capitais e no mercado de derivados.

Em dezembro de 2012, a Standard & Poors (S&P) reviu em alta o *rating* no ML, passando de CCC+ para B, com *outlook* negativo.

• **Riscos de corrupção:**

Na sequência da reestruturação da empresa procedeu-se à atualização do “Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas”, conforme previsto no art.º 19º da R.C.M. n.º 49/2007, de 28 de março.

A respeito da temática de prevenção da corrupção, destaca-se ainda a participação do ML no projeto “Gestãotransparente.org – Guia prático de gestão de riscos de corrupção nas organizações”, que contou também com o envolvimento de empresas como a CARRIS, ANA, REN, EDP, EPAL e Microsoft e a título de observadores como o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), o CPC e a Universidade do Minho. Este projeto foi apresentado em dezembro de 2012 e deu visibilidade pública, aos seus participantes, no domínio do combate à corrupção.

• **Riscos operacionais:**

Destacam-se os seguintes:

- Qualidade do serviço (frequência, qualidade, falhas);
- Segurança na rede (roubos, agressões, vandalismo);
- Acidentes envolvendo passageiros;
- Acidentes ferroviários (colisões, descarrilamentos, explosões, incêndios);
- Acidentes na fase de construção.

• **Riscos ambientais:**

Ao nível dos riscos ambientais salientam-se os seguintes:

- Incomodidade (ruídos, vibrações, poeiras, limpeza, circulação de pessoas e bens, acidentes);
- Impacte na envolvente (contaminação de solos e do meio hídrico, produção de resíduos).

Estação S. Sebastião



## 2. Gestão económica e financeira

Os seguintes fatores marcaram a gestão económica e financeira do ML no exercício de 2012:

- A integração no perímetro de consolidação do Estado, com a consequente obediência à LCPA (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) e à disciplina da gestão orçamental do Estado;
- A transferência da gestão da carteira de derivados para a Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), com a celebração de um contrato de mandato assinado no último trimestre;
- Em simultâneo, o Estado manteve a política adotada em 2011, com a atribuição do estatuto de EPR (entidade pública reclassificada), de apoiar financeiramente o ML, disponibilizando os fundos necessários para que a empresa satisfaça os compromissos assumidos;
- A correção das quotas de repartição de receitas dos títulos combinados Metro/Carris, de acordo com as conclusões do estudo de tráfego realizado em 2007;
- Estes fatores, associados ao processo de racionalização de custos iniciado no ano anterior, permitiram que a empresa registasse melhorias significativas do desempenho na exploração do serviço público de transporte, com um acréscimo muito expressivo dos resultados operacionais.

### 2.1. Análise económica

Em 2012, o resultado antes de impostos ascendeu a -77 milhões de euros, representando uma melhoria de 47% face aos resultados registados no ano anterior.

Esta evolução decorreu essencialmente da melhoria verificada nos resultados operacionais, com um EBITDA a crescer 350%, para 20,9 milhões de euros, e um decréscimo acentuado das variações negativas de justo valor dos instrumentos de gestão do risco financeiro.

#### Rendimentos e gastos

Rendimentos e gastos	Período		Un: €
	2012	2011	
EBITDA	20 878 455	4 637 740	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	25 562 300	(39 231 186)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(2 118 348)	(70 771 381)	
Resultado antes de impostos	(77 234 666)	(145 935 977)	
Resultado líquido do período	(77 332 060)	(146 052 279)	

O comportamento positivo do EBITDA é resultante do efeito conjugado do aumento dos rendimentos operacionais (9%) e da redução dos gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos.

O crescimento dos rendimentos operacionais provém maioritariamente de um crescimento de 22,9% das vendas de passes e bilhetes, resultante da já referida correção das quotas dos passes combinados com a Carris, como mostra o quadro seguinte:

#### Rendimentos operacionais

Rendimentos operacionais	Período		Un: €	Variação %
	2012	2011		
Vendas de bilhetes e passes	78 381 310	63 751 751		22,9%
Passes 4_18@escola.tp / sub23@superior.tp / Social +	1 959 571	3 042 649		-35,6%
PAIL - Programa de apoio integrado a idosos	142 623	136 409		4,6%
Indemnização compensatória	44 000 000	42 000 000		4,8%
Receita do serviço público	124 483 503	108 930 809		14,3%
Receitas não tarifárias	3 351 744	3 931 029		-14,7%
Trabalhos para a própria entidade	4 464 959	5 113 390		-12,7%
Outros rendimentos e ganhos	4 611 385	8 539 201		-46,0%
Provisões e reversões	11 386 823	9 554 245		19,2%
Outros rendimentos	23 814 911	27 137 865		-12,2%
Total	148 298 415	136 068 674		9,0%

O montante da indemnização compensatória aumentou 4,8%, respeitando o valor que fora acordado para 2012. A verba recebida como compensação das tarifas reduzidas para os estudantes (4\_18/sub\_23) decresceu na proporção da redução do desconto praticado, que baixou de 50% para 25%, passando o Governo a compensar a diferença de preço nas tarifas Social+, com dois escalões de desconto (25% e 50%), de acordo com o nível de rendimento dos beneficiários. No total, a receita do serviço público de transporte cresceu 14%, relativamente a 2011.

O decréscimo dos gastos de funcionamento em 4,6% foi o resultado das medidas de contenção implementadas na Empresa, com impacto significativo na evolução dos “Fornecimentos e serviços externos” (-7,4%) e dos “Gastos com pessoal” (-4,5%). Considerando a componente da variação de justo valor dos instrumentos de gestão do risco financeiro (IGRF), os gastos operacionais tiveram uma redução de 27,3%.

#### Gastos operacionais

	Período		Variação %
	2012	2011	
Gastos operacionais			
Gastos com pessoal	75 297 791	78 836 976	-4,5%
Fornecimentos e serviços externos	35 345 628	38 156 119	-7,4%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2 205 404	2 166 757	1,8%
Outros gastos e perdas	2 346 812	1 615 732	45,2%
Amortização e provisões	27 768 878	31 590 195	-12,1%
Aumentos/reduções de justo valor	6 614 748	53 373 171	-87,6%
Perdas imputadas de subsidiárias	837 503	1 101 105	-23,9%
<b>Total</b>	<b>150 416 763</b>	<b>206 840 055</b>	<b>-27,3%</b>

Un: €

A evolução dos gastos com pessoal decorreu da aplicação das reduções salariais previstas na Lei do Orçamento de Estado, mas considera o valor dos subsídios de férias vencidos em 2012 e pagos em 2013, em conformidade com a decisão do Tribunal Constitucional. O decréscimo de efetivos entre 2011 e 2012, num total de 147 trabalhadores, tem também um impacto importante nos “Gastos com pessoal”. Em 2012, a massa salarial reduziu 8,3%, somando 46,3 milhões de euros.

Os gastos com “Fornecimentos e serviços externos” refletem igualmente os esforços de racionalização em curso na Empresa. Destacam-se, neste capítulo, as medidas de poupança de energia e a otimização dos serviços de vigilância e limpeza que, no seu conjunto, reduziram 7%. O decréscimo de 8,8% na componente “Rendas e alugueres” resulta da diminuição dos juros suportados nos contratos de *leasing* de material circulante.

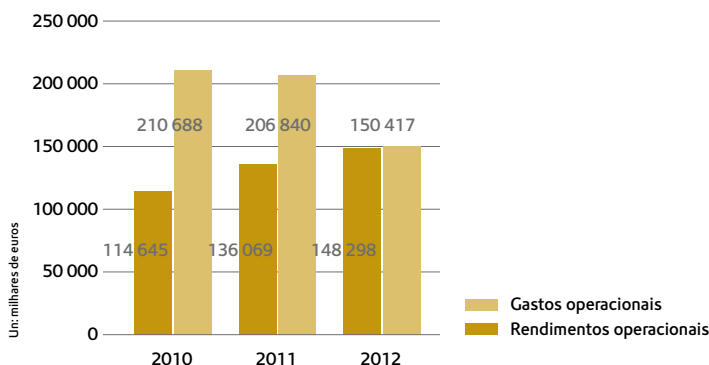
#### Fornecimentos e serviços externos

	Período		Variação %
	2012	2011	
Fornecimento e serviços externos			
Electricidade	7 864 081	8 637 618	-9,0%
Rendas e alugueres	9 342 423	10 242 676	-8,8%
Conservação e reparação	5 131 344	4 611 898	11,3%
Limpeza, higiene e conforto	3 027 963	3 193 976	-5,2%
Vigilância e segurança	5 881 152	6 198 377	-5,1%
Trabalhos especializados	1 039 670	1 470 136	-29,3%
Outros	3 058 995	3 801 438	-19,5%
<b>Total</b>	<b>35 345 628</b>	<b>38 156 119</b>	<b>-7,4%</b>

Un: €

O gráfico seguinte compara a evolução dos rendimentos e gastos operacionais nos últimos 3 anos, confirmando a redução que, de forma sustentada, se tem verificado nestes últimos:

#### Evolução dos Rendimentos / Gastos operacionais



Em consequência, a taxa de cobertura dos gastos pelos rendimentos operacionais apresenta um valor muito perto do equilíbrio (98,6%), traduzindo a melhoria registada na exploração. Não considerando a variação de justo valor dos IGRF, os rendimentos superam os gastos operacionais, com uma taxa de cobertura de 103,1%.

Os resultados financeiros, embora negativos, registam uma evolução ligeiramente favorável quando comparados com o exercício precedente:

#### Resultados financeiros

Resultados financeiros	Período		Variação %
	2012	2011	
Aplicações financeiras	-	13 072	-100,0%
Gastos financeiros de exploração	(50 784 148)	(54 478 698)	6,8%
Gastos financeiros com I.G.R.F. - locação operacional	(8 570 460)	(7 596 917)	-12,8%
Rendimento atribuído ao estudo atuarial	(15 761 710)	(13 102 053)	-20,3%
<b>Total</b>	<b>(75 116 318)</b>	<b>(75 164 596)</b>	<b>0,1%</b>

Os gastos financeiros afetos à atividade de exploração melhoraram 6,8% devido, por um lado, à amortização de dívidas de curto prazo, com recurso aos empréstimos do Tesouro, com um juro mais favorável e um prazo mais dilatado, e por outro lado, ao desempenho positivo da exploração, que permitiu libertar os fundos necessários ao financiamento corrente.

## 2.2. Gestão financeira

### 2.2.1. Necessidades totais de financiamento

Em 2012, dando continuidade ao processo iniciado no ano anterior, a exploração da atividade de prestação de serviço público de transporte melhorou expressivamente, atingindo-se o equilíbrio dos resultados operacionais. Este facto teve um impacto relevante nas necessidades de financiamento, na medida em que os fluxos financeiros libertados pela operação foram utilizados para fazer face aos gastos decorrentes da atividade de financiamento.

De forma semelhante, a atividade de investimento gerou fluxos financeiros positivos, pelo efeito combinado da redução do investimento, cujos pagamentos ascenderam a 43 milhões de euros, e do aumento dos subsídios recebidos provenientes do PIDDAC (2,95 milhões de euros) e do Fundo de Coesão (53,4 milhões de euros), totalizando 56,4 milhões de euros.

O Estado Português assegurou o financiamento através de empréstimos no valor de 648,6 milhões de euros, cumprindo as verbas inscritas no orçamento da empresa. Este financiamento permitiu ao ML satisfazer os compromissos decorrentes do serviço da dívida e gerou um acréscimo das disponibilidades de tesouraria de 24,3 milhões de euros no final do exercício.

#### Variação de caixa e seus equivalentes

Necessidades totais de financiamento	Período		Variação %
	2012	2011	
Fluxo atividades operacionais	23 972 924	8 128 707	194,9%
Fluxo atividades investimento	13 181 070	25 848 740	-49,0%
Fluxo atividades financiamento	(12 844 377)	(33 950 914)	62,2%
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>24 309 617</b>	<b>26 533</b>	

Para este excedente de tesouraria contribuiu um volume de gastos operacionais inferior ao orçamentado, associado à evolução mais favorável da taxa de juro, em particular da taxa praticada nos empréstimos do Tesouro. Como se constata no quadro anterior, o fluxo gerado pela atividade da operação aumentou cerca de 195%, em resultado do equilíbrio operacional alcançado.

As necessidades de financiamento totais ascenderam a 654,3 milhões de euros, dos quais 436,7 milhões de euros se destinaram à amortização de passivos financeiros, resultando num acréscimo de necessidades líquido de 187,5 milhões de euros.

### 2.2.2. Balanço do exercício

Em 2012, o ML cumprindo as orientações da tutela, representou no Balanço os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), mostrando de forma evidente o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e o financiamento correspondente.

O valor do ativo totalizou 4.914 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

#### Ativo total

Ativo total	Período		Un: 10 <sup>6</sup> €
	2012	2011	Variação %
Ativos de atividades de investimento em ILD	4 414	3 929	12,4%
Ativos de operação	500	493	1,4%
<b>Total</b>	<b>4 914</b>	<b>4 422</b>	<b>11,1%</b>

Em 2012, o ML abriu à exploração três novas estações da linha Vermelha, concluindo assim o projeto de expansão da rede ao Aeroporto. Por outro lado, por força da conjuntura económica e financeira, foi suspensa a construção da estação Reboleira, tendo a empresa reformulado o seu plano de investimentos, mantendo em curso apenas a conclusão da remodelação do Areeiro. Em consequência, o valor do investimento em ativo tangível por conta do Estado manteve a trajetória iniciada no ano anterior, de diminuição progressiva, com uma realização de 30,1 milhões de euros, menos 44% do valor registado em 2011.

#### Variações nas atividades de investimento em ILD

Variação nas atividades de investimento em ILD	Un: €
	2012
Atividades de investimento de ILD:	
Ativo não corrente:	
Ativos fixos tangíveis	30 114 377
Ativos intangíveis	24 508
Subsídios	(56 357 289)
Contas a receber - Estado	511 553 275
<b>Total do ativo</b>	<b>485 334 871</b>
Passivo não corrente:	
Provisões	5 984 262
Financiamentos obtidos	31 524 542
Derivados	345 373 892
	<b>382 882 696</b>
Passivo corrente:	
Fornecedores	(16 197 360)
Financiamentos obtidos	126 989 391
Outras contas a pagar	8 700 615
	<b>119 492 646</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>502 375 342</b>
<b>Total ILD líquido</b>	<b>(17 040 471)</b>

Os juros suportados com o financiamento do investimento em ILD aumentaram significativamente, devido ao efeito conjugado do crescimento do stock da dívida, da subida da taxa de juro efetiva e dos *cash-flow* gerados pelos IGRF. Registou-se, ainda, uma significativa redução dos saldos em dívida a fornecedores.

Não obstante o baixo nível de investimento, verificou-se um aumento do ativo corrente da atividade de investimento em ILD, resultante do acréscimo dos valores a receber do Estado.

Os ativos afetos à atividade de operação tiveram um crescimento reduzido, proveniente essencialmente de clientes e outras contas a receber que, no seu conjunto, aumentaram 46%, e do saldo de tesouraria, pelas razões anteriormente apontadas.

Em 2012, o passivo totalizou 5.829 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

**Passivo total**

	Un: 10 <sup>6</sup> €		Variação %
	Período		
	2012	2011	
Passivo total			
Passivos de atividades de investimento em ILD	4 431	3 929	12,8%
Passivos de operação	1 398	1 333	4,9%
<b>Total</b>	<b>5 829</b>	<b>5 262</b>	<b>10,8%</b>

O crescimento do passivo afeto à atividade de investimento em ILD derivou essencialmente da variação negativa do justo valor dos IGRF, que cresceu 360 milhões de euros, totalizando 1.212 milhões de euros. No seu conjunto, as responsabilidades com IGRF aumentaram 378 milhões de euros, representando 20% do passivo total.

Em termos globais, os financiamentos obtidos aumentaram 212 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 5,1% e o *stock* da dívida representa 60% do passivo da Empresa.

O ML, enquanto entidade pública reclassificada, beneficia de empréstimos do Tesouro para suprir as suas necessidades de refinanciamento, facto que permitiu reduzir o passivo corrente da Empresa, liquidando empréstimos de curto prazo por contrapartida de financiamentos a médio e longo prazo. Deste modo, foi possível obter uma estrutura de financiamento mais equilibrada, com um passivo remunerado constituído maioritariamente (98,8%) por dívida de médio e longo prazo.

**Passivo remunerado**

	Un: €		Variação absoluta
	Período		
	2012	2011	
Passivo remunerado			
Empréstimos obrigacionistas	1 340 925 469	1 348 656 837	(7 731 368)
BEI	937 859 103	1 009 361 679	(71 502 576)
Empréstimos tesouro	1 262 513 846	613 932 000	648 581 846
Shuldschein	500 000 000	500 000 000	-
Leasing financeiro	89 809 794	112 446 077	(22 636 283)
<b>Dívida de médio e longo prazo</b>	<b>4 131 108 212</b>	<b>3 584 396 593</b>	<b>546 711 619</b>
	98,80%	90,30%	
Dívida de curto prazo	50 000 000	384 887 149	(334 887 149)
	1,20%	9,70%	
<b>Total</b>	<b>4 181 108 212</b>	<b>3 969 283 742</b>	<b>211 824 470</b>

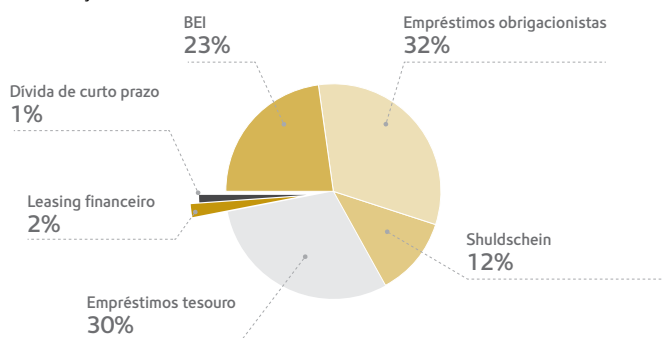
Os capitais próprios mantiveram a trajetória decrescente, embora a um ritmo inferior devido à melhoria dos resultados do exercício. O impacto do resultado líquido nos capitais próprios é parcialmente compensado pela contabilização nos resultados transitados dos ganhos atuariais e o desconhecimento de determinadas despesas de empréstimos. Os capitais próprios diminuíram 74,8 milhões de euros.

**2.2.3. Evolução do Passivo remunerado**

Devido à melhoria dos resultados operacionais e ao decréscimo do investimento, o ML registou uma redução das necessidades de financiamento, que se traduziu num abrandamento do ritmo de crescimento do seu endividamento. Em 2012, o passivo remunerado aumentou 212 milhões de euros, essencialmente para pagamento de juros e de outros gastos de financiamento, cujo valor ascendeu a 210 milhões de euros.

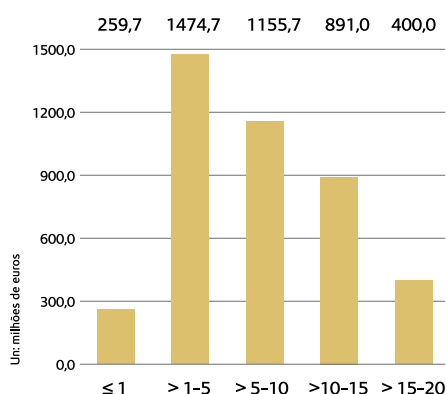
O montante global dos empréstimos concedidos pelo Estado corresponde a 30% do *stock* da dívida do ML.

### Distribuição do endividamento



A maturidade dos empréstimos do Tesouro, a 5 anos, teve um impacto relevante nos prazos médios de endividamento, concentrando 35% da dívida no intervalo de 1 a 5 anos. O prazo médio desceu para 7 anos.

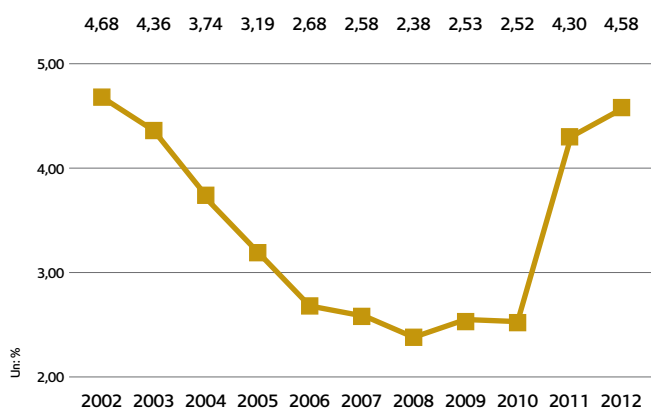
### Prazo médio de endividamento



Além do financiamento direto, o Estado Português avaliza, através de garantia pessoal, empréstimos no valor de 2.683 milhões de euros. Deste modo, o Estado garantiu ou disponibilizou diretamente um volume de financiamento de 3.945 milhões de euros, enquanto a dívida de caráter comercial, sem garantia explícita do Estado, ascendeu a 236 milhões de euros (5,6% do total).

O gráfico seguinte mostra a evolução da taxa de juro implícita no endividamento nos últimos 11 anos. Como se pode constatar, a taxa de juro implícita mantém uma tendência crescente, com um valor médio, em 2012, de 4,58%, recuando quase aos níveis de 2002. Contudo, com a descida da taxa de juro praticada nos empréstimos do Tesouro no último trimestre de 2012, é previsível uma diminuição do ritmo de crescimento desta variável.

### Taxa de juro implícita



#### 2.2.4. Rating do Metropolitano de Lisboa

##### Rating do ML

Rating ML	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
07 dezembro 2009	A+	Negative
27 abril 2010	A-	Watch negative
29 setembro 2010	BBB+	Negative
03 dezembro 2010	BBB	Watch negative
04 março 2011	BB	Watch negative
31 março 2011	B+	Watch negative
30 dezembro 2011	B-	Watch negative
17 janeiro 2012	CCC+	Negative
19 dezembro 2012	B	Negative

Em dezembro de 2012, a Standard & Poors reviu o *rating* do Metro em alta, atribuindo a notação B mas mantendo o *Outlook* negativo. Para esta subida de *rating*, a Standard & Poors ponderou os seguintes pontos fortes:

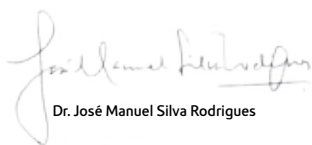
1. O facto de o Metropolitano de Lisboa ser uma entidade pública reclassificada, com uma elevada proporção de dívida garantida pelo Estado, com cláusulas de *cross-default* sobre a dívida não garantida;
2. O apoio e comprometimento demonstrado pelo Estado na satisfação dos compromissos de serviço da dívida, com verbas previstas para este efeito no orçamento do Estado de 2013.

Acrescente-se que, já em 2013, a Standard & Poors reviu em alta o *outlook* da Empresa, atribuindo a notação “estável”, em linha com a revisão do *outlook* da República.

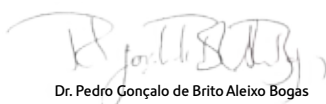
#### 2.2.5. Proposta de aplicação de resultados

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no valor de 77.332.060 euros seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração




Dr. José Manuel Silva Rodrigues



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

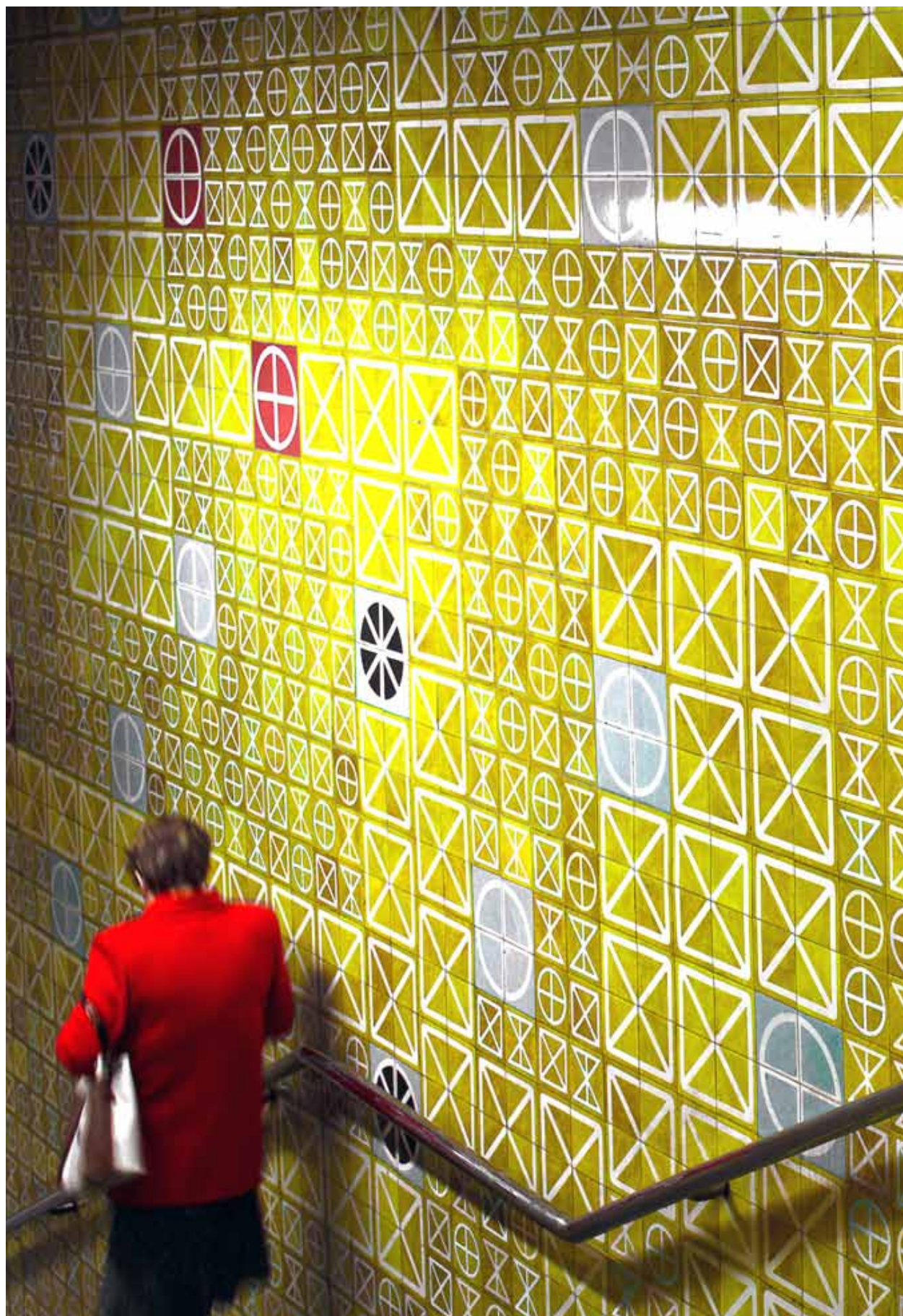


Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Estação Entre Campos



### 3. Governo societário

Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do estado (SEE), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e nos princípios do bom governo das empresas do SEE, aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, o ML tem vindo a ajustar os níveis de informação de forma a dar cumprimento aos requisitos a que está obrigado, nomeadamente, incluindo um capítulo próprio relativo ao governo societário no seu relatório e contas.

Desde 2011, no âmbito da notificação do procedimento dos défices excessivos (PDE), o Metropolitano de Lisboa passou a estar incluído no perímetro de consolidação das administrações públicas.

A lei do orçamento do estado para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro), a Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, que procedeu à sexta alteração à lei de enquadramento orçamental, e a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, determinam a aplicação ao ML de medidas de caráter excepcional, visando assegurar a estabilidade orçamental, designadamente em matéria de seletividade do investimento público, racionalização dos recursos disponíveis e contenção de custos de exploração e de pessoal. Foi igualmente limitada a assunção de compromissos que excedessem os fundos disponíveis.

Enquanto entidade pública reclassificada (EPR), o ML manteve todas as obrigações em vigor na lei (regime jurídico do SEE e das empresas públicas e código das sociedades comerciais), às quais passaram a acrescer as obrigações decorrentes da equiparação a serviços e fundos autónomos (SFA) por força da lei de enquadramento orçamental, o sistema de normalização contabilística (SNC) e os deveres de informação dos SFA.

#### 3.1. Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa

##### Missão

Prestar um serviço de transporte público de passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

##### Objetivos estratégicos

A visão estratégica preconizada pelo ML, tendo em conta o contexto passado/presente e os novos desafios que se colocam, conduz à definição do macro objetivo de assegurar a sustentabilidade da empresa:

- Ao nível do serviço para o cliente:
  - Assegurar um serviço com qualidade e eficiência, pautado pelos mais elevados níveis de segurança e de conforto;
  - Orientar o serviço para o cliente, antecipando as suas necessidades e expectativas, mantendo elevados níveis de qualidade e de satisfação;
  - Aumentar a satisfação dos clientes reforçando a imagem da empresa;
  - Contribuir para a melhoria das condições da intermodalidade na AML, em articulação com o Governo, Autarquias e outros operadores, promovendo um sistema eficaz, designadamente na coordenação de redes, horários, bilhética, informação ao público e redes de vendas.
- Ao nível dos resultados:
  - Desenvolver um plano de expansão e modernização da rede, sustentado em princípios de racionalidade económico-financeira;
  - Prosseguir a concretização de ações de inovação que contribuam para a sustentabilidade económica, social e ambiental;
  - Reduzir gradualmente o desequilíbrio económico-financeiro através do acréscimo de passageiros transportados, aumentos reais das tarifas, da contenção e redução programada de custos e da adoção de medidas de reestruturação financeira;
  - Aumentar a quota de mercado do metro e consequentemente do transporte público, promovendo a diminuição da utilização do transporte privado.
- Ao nível do tarifário:
  - Criar tarifa plana para os títulos próprios do metro;
  - Promover a simplificação do sistema tarifário da AML em conjunto com os restantes operadores e entidades reguladoras;
  - Promover a alteração da atual repartição de receitas de títulos combinados e multimodais, de acordo com a utilização modal efetiva;
  - Promover a atualização tarifária do sistema intermodal.
- Ao nível dos colaboradores:
  - Promover a cultura da empresa;
  - Diminuir a taxa de absentismo, aumentando a produtividade;
  - Otimizar e racionalizar a gestão de recursos humanos;
  - Apostar na formação contínua dos colaboradores.
- Ao nível da mobilidade na cidade:
  - Promover a articulação entre os modos de transporte coletivo de passageiros e o transporte individual;
  - Promover a articulação com os modos suaves;
  - Estudar e propor o futuro plano de expansão;
  - Desenvolver o esforço necessário, no sentido de promover a acessibilidade plena em todas as estações do Metro.

## Políticas

O ML visa prosseguir as seguintes políticas:

- **Inovação e Desenvolvimento**
  - Procura contínua de novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente.
- **Responsabilidade**
  - Ambiental: ao nível do rendimento energético e da garantia da proteção ambiental, decorrentes da atividade desenvolvida;
  - Social: ao nível da mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa;
  - Económica: garantia da sustentabilidade da empresa, numa perspetiva empresarial e laboral.
- **Qualidade**
  - Através da criação de valor e utilidade do serviço ao cliente.
- **Rigor e Integridade**
  - Promoção de práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental;
  - Cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança.
- **Competência e Segurança**
  - Manter e reforçar a imagem e credibilidade da empresa como fator de afirmação externa e interna;
  - Garantir a segurança integrada de pessoas e bens.

## 3.2. Grau de cumprimento dos objetivos

O ML é uma entidade pública empresarial (E.P.E.), pertencente ao Sector Empresarial do Estado.

Em março de 2011 foi celebrado um contrato entre o Estado Português e a empresa, que definiu o “Regime Transitório de Financiamento da Prestação de Serviço Público”. Posteriormente, questões de caráter formal levaram a que este contrato tivesse de ser substituído por um mecanismo alternativo de financiamento das obrigações de serviço público.

Em setembro de 2012, ao nível da gestão da empresa foi apresentado à tutela uma proposta de contrato de gestão, cujos indicadores assentam em três eixos fundamentais:

- Aumento da eficiência;
- Equilíbrio operacional;
- Promoção da intermodalidade do transporte público.

Neste contexto apresentam-se os objetivos do contrato de gestão e as respetivas metas quantificadas para o ano de 2012:

### Objetivos do Contrato de Gestão

Indicadores	Un.	Ano 2012					
		Peso (%)	Valor do objetivo	Índice objetivo	Valor real	Índice real	Desvio índices (%)
Volume de negócios	m€	9,0	83 378	9,0	81 733	8,8	-1,97
Margem do EBITDA	%	10,0	-39,46	10,0	-35,54	11,1	11,02
Gastos operacionais (sem indemnizações por rescisão)	m€	10,0	204 757	10,0	149 775	13,7	36,71
Gastos operacionais por passageiro	€	10,0	1,33	10,0	0,97	13,6	36,27
Taxa cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos	%	10,0	41	10,0	55	13,4	34,01
Peso dos títulos intermodais	%	12,0	54	12,0	58	13,0	8,36
Eficiência energética (Pass.xkm / kWh)	Pkm/kWh	12,0	7,764	12,0	8,418	13,0	8,42
Índice de qualidade da oferta	-	18,0	100	18,0	102	18,4	2,00
PMP	dias	3,0	180	3,0	113	4,8	59,29
Grau de cumprimento do plano de investimentos	%	3,0	80	3,0	87	3,3	9,29
Eficiência (Gastos operacionais/EBITDA)	%	3,0	-6,2	3,0	-5,2	2,5	-17,15
Cumprimento dos objetivos		100		100		116	

### Indicadores de qualidade da oferta

Indicadores	Un.	Ponderador (%)	Ano 2012				
			Valor do Objetivo	Índice Objetivo	Valor Real	Índice Real	Desvio % índices
Regularidade	%	10,0	80,0	10,0	84,9	10,6	6,09
Reclamações / 10 <sup>6</sup> PT	n.º	15,0	38,58	15,0	36,93	15,7	4,48
Taxa de realização de carruagens x km	%	30,0	97,0	30,0	96,9	30,0	-0,10
Número de ocorrências com perturbação na exploração (atraso ≥ 10 min.)	n.º	10,0	260	10,0	245	10,6	6,12
Tempo médio despendido por resolução de ocorrências c/ atraso ≥ 10 min.	min.	15,0	21,0	15,0	21,5	14,6	-2,52
Idade média das carruagens	anos	10,0	13,3	10,0	13,3	10,0	0,00
Índice de Satisfação do Cliente	n.º índice	10,0	7,21	10,0	7,21	10,0	0,00
<b>Índice de qualidade da oferta (IQO)</b>		<b>100</b>		<b>100</b>		<b>102</b>	

O ML ultrapassou o objetivo global previsto no contrato de gestão, tendo sido evidenciado um desvio positivo de 16%.

### 3.3. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

#### 3.3.1. Regulamentos internos

Internamente, e para além dos seus estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, o ML está sujeito aos seguintes regulamentos:

- Acordos coletivos de empresa – AE I<sup>12</sup> e AE II<sup>13</sup>: são instrumentos que regulam as relações de trabalho – direitos e deveres – entre a entidade empregadora e os seus colaboradores. Estes acordos são celebrados livremente pelas partes – sindicatos e gestão da empresa – e assentam no princípio de, com regras bem definidas, ser possível o desenvolvimento harmonioso da empresa e o cumprimento dos objetivos definidos;
- Código de ética e de conduta: documento aplicável a todos os colaboradores do ML que, no âmbito das suas funções e competências, deverão seguir os princípios, regras de conduta e valores nele referido;
- Manuais da organização; da qualidade e ambiente; de vendas e fiscalização; de gestão das estações; de procedimentos gerais do sistema de gestão documental;
- Regulamentos de segurança de pessoal nas vias eletrificadas; de circulação dos comboios; de sinalização; de utilização das redes telefónicas; de controlo de alcoolemia; de vestuário de trabalho; de estâgios;
- Normativos de estabelecimento de zonas de trabalho sem tensão; sobre a atribuição do cartão lisboa viva; sobre deslocações em território nacional e ao estrangeiro ao serviço da empresa; sobre circulações de serviço para os trabalhos noturnos; sobre visitas domiciliárias efetuadas pela empresa;
- Procedimentos da qualidade; de processos; do sistema de gestão da qualidade; instruções de trabalho, a adotar em caso de acidente de trabalho; sobre a aquisição, manuseamento, armazenagem e remoção de agentes químicos perigosos;
- Plano de organização e gestão da segurança da empresa (POGSE) que integra os seguintes regulamentos: de segurança de pessoal nas vias eletrificadas (RSPVE); de circulação de comboios (RCC); de sinalização (RS); de utilização das redes de telecomunicações (RURT);
- Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas;
- Informação respeitante à contratação do ML nos termos do código dos contratos públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e respetivo aditamento com a alteração dos limiares comunitários;
- Procedimentos de registo de despesa na ótica do CCP, incluindo as despesas com fundo de maneiio.

12  
Aplicável à generalidade dos colaboradores.

13  
Aplicável aos colaboradores licenciados e bacharéis.

#### 3.3.2. Regulamentos externos

Durante o ano de 2012 foram publicados diversos diplomas cujas disciplinas jurídicas se refletem no enquadramento normativo aplicável ao exercício da atividade desenvolvida pelo ML, nas suas várias vertentes, e que se enunciam.

##### Enquadramento geral da atividade:

- Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio – Estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A.;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 23 de agosto – Nomeação dos membros do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A..

##### Controlo financeiro:

- Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Aprova o Orçamento do Estado para 2012.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2012, de 30 de dezembro de 2011 (D.R. n.º 6 – 1ª série – 9 de janeiro de 2012) – Indemnizações compensatórias para 2012;
- Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro – Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2012;
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2012, de 20 de abril – Aprova o Relatório denominado «Estratégia para os pagamentos em atraso há mais de 90 dias»;

- Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, que constitui a primeira alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira.
- Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e à operacionalização da prestação de informação nela prevista;
- Lei n.º 23/2012, de 23 de junho – redução do pagamento dos feriados;
- Despacho n.º 10346/2012 dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia e Emprego, de 17 de julho, publicado na II Série, D.R. n.º 149, de 2 de agosto – Delegação de competências para assunção de compromissos plurianuais;
- Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, que procede à segunda alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira, alterando ainda as Leis n.ºs 112/97, de 16 de setembro, e 8/2012, de 21 de fevereiro, a Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.ºs 229/1995, de 11 de setembro, 287/2003, de 12 de novembro, 32/2012, de 13 de fevereiro, 127/2012, de 21 de junho, 298/92, de 31 de dezembro, 164/99, de 13 de maio, e 42/2001, de 9 de fevereiro.

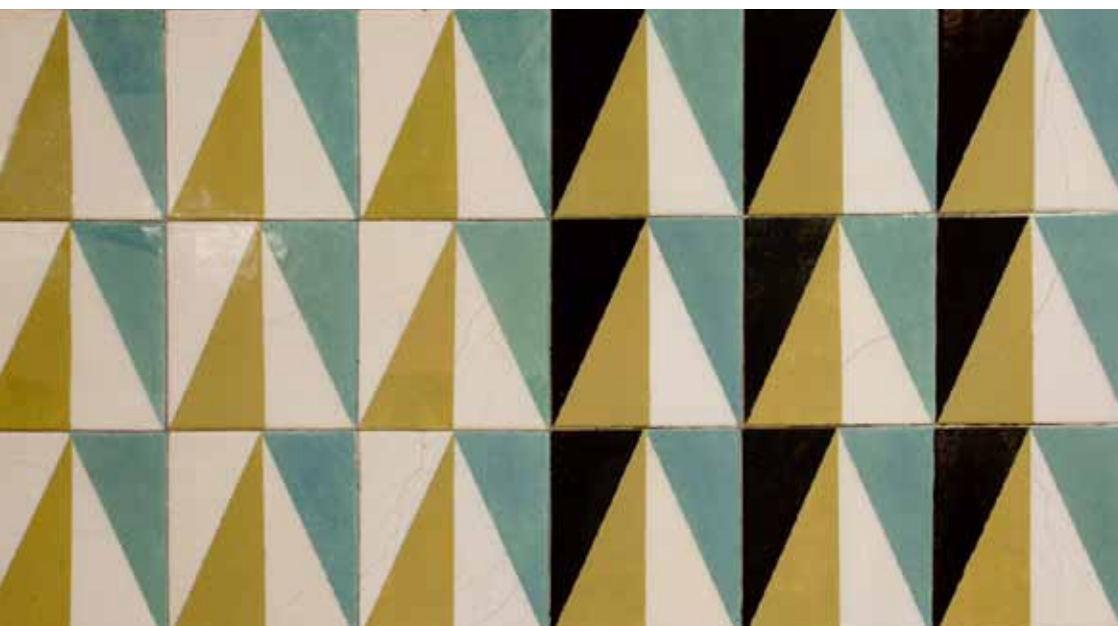
#### Contratação pública:

- Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, que regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação;
- Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho, que aprova a orgânica da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), e extingue a Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, E.P.E. (GeRAP), e a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP);
- Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, que procede à sétima alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, que estabelece um regime excecional e temporário, que vigorará até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que deles decorrem para o empreiteiro.

#### Regime tarifário:

- Despacho Normativo n.º 1/2012, de 23 de janeiro – Aumento do tarifário dos transportes e a redução de participação dos passes 4 18@escola e sub23@superior para 1 de fevereiro de 2012;
- Portaria n.º 36/2012, de 8 de fevereiro – Altera as condições de atribuição do passe Social +;
- Portaria n.º 268-A/2012, de 31 de agosto – Altera as condições de atribuição do passe escolar 4 18@escola.tp, aprovadas pela Portaria n.º 138/2009, de 3 de fevereiro, e altera as condições de atribuição do passe sub23@superior.tp, aprovados pela Portaria n.º 982-B/2009, de 2 de setembro; Retificada pela Declaração de Retificação n.º 52/2012, de 20 de setembro;
- Despacho Normativo n.º 24-B/2012, de 14 de dezembro – Aumento do tarifário dos transportes para 1 de janeiro de 2013.

Estação Parque



### 3.4. Transações relevantes com entidades relacionadas

#### Transações do ano 2012

Partes relacionadas	Un: €			
	Compra de inventários	Compra de ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
<b>Subsidiárias</b>				
Ferconsult, S.A.	-	432 434	95 876	111 303
Metrocom, S.A.	-	-	6 346	1 820 841
<b>Associadas</b>				
Fernave, S.A.	-	-	-	-
Publimetro, S.A.	-	-	-	2 042 354
Ensitrans, A.E.I.E.	-	-	-	-
<b>Empreendimentos conjuntos</b>				
Otlis, A.C.E.	131 928	14 050	566 916	1 827 467
<b>Empresas relacionadas</b>				
GIL, S.A.	-	-	304 234	(51 702)
	131 928	446 484	973 372	5 750 263

#### Transações do ano 2011

Partes relacionadas	Un: €			
	Compra de inventários	Compra de ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
<b>Subsidiárias</b>				
Ferconsult, S.A.	-	2 800 065	348 206	344 033
Metrocom, S.A.	-	-	112 978	2 173 491
<b>Associadas</b>				
Fernave, S.A.	-	-	1 015	650
Publimetro, S.A.	-	-	-	1 379 122
Ensitrans, A.E.I.E.	-	-	-	-
<b>Empreendimentos conjuntos</b>				
Otlis, A.C.E.	-	-	748 265	1 159 354
<b>Empresas relacionadas</b>				
GIL, S.A.	-	-	315 641	38
	-	2 800 065	1 526 105	5 056 688

**Saldos do ano 2012**

Un: €

Partes relacionadas	Contas a receber				Contas a pagar		
	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC - Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito líquido
<b>Subsidiárias</b>							
Ferconsult, S.A.	-	1 031 836	79 675	4 157 891	-	4 965 198	304 204
Metrocom, S.A.	592 874	-	282 761	3 731	1 951	-	877 415
<b>Associadas</b>							
Publimetro, S.A.	3 379 686	-	-	269 499	-	-	3 649 185
Ensitrans, A.E.I.E.	-	-	-	85 450	-	125 889	(40 439)
<b>Empreendimentos conjuntos</b>							
Otlis, A.C.E.	-	-	-	-	2 192	-	(2 192)
<b>Empresas relacionadas</b>							
GIL, S.A.	-	14 050 474	-	-	-	-	14 050 474
	3 972 560	15 082 310	362 436	4 516 571	4 143	5 091 087	18 838 647

**Saldos do ano 2011**

Un: €

Partes relacionadas	Contas a receber				Contas a pagar		
	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC - Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito líquido
<b>Subsidiárias</b>							
Ferconsult, S.A.	-	973 698	79 675	4 686 916	-	2 946 168	2 794 121
Metrocom, S.A.	566 331	-	340 876	3 731	61 986	-	848 952
<b>Associadas</b>							
Fernave, S.A.	800	-	-	-	-	-	800
Publimetro, S.A.	1 244 251	-	-	269 499	-	-	1 513 750
Ensitrans, A.E.I.E.	-	-	-	85 450	-	134 498	(49 048)
<b>Empreendimentos conjuntos</b>							
Otlis, A.C.E.	145 825	-	-	-	601 431	-	(455 606)
<b>Empresas relacionadas</b>							
GIL, S.A.	-	8 998 267	-	-	194 119	-	8 804 148
	1 957 207	9 971 965	420 551	5 045 596	857 536	3 080 666	13 457 117

### 3.5. Outras transações

- Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Em 2012 o ML cumpriu o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na contratação que efetuou. Assim, tanto na fase de formação como na fase de execução dos contratos, o cumprimento dos preceitos do referido código foi uma constante na atividade de contratação do ML. Acresce que, não obstante a contratação no âmbito do setor dos transportes e abaixo do limiar comunitário não se encontrar sujeita à parte II do CCP, não possuindo por conseguinte procedimentos de formação de contrato obrigatórios, encontram-se internamente definidos procedimentos que visam acautelar os princípios constantes dos tratados comunitários.

A orientação constante do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitida através do ofício circular n.º 6132, de 06 de agosto de 2010, foi respeitada pelo ML que, atualmente, nas suas adjudicações justifica a necessidade de contratar na ausência de recursos internos, avaliando igualmente os procedimentos realizados.

No decurso de 2012, o Conselho de Administração atribuiu especial importância ao projeto de adaptação do sistema de informação da Empresa às exigências da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e da Circular n.º 1368, da DGO, no âmbito da reclassificação do ML e da sua inclusão no perímetro de consolidação financeira do Estado. Esta reclassificação obrigou o ML a prestar informação contabilística em duas óticas distintas – Sistema de Normalização contabilística e Contabilidade Orçamental conforme preconizada no POCP.

Os procedimentos de contratação pública vêm-se, assim, condicionados ao respeito pelas novas obrigações que decorrem do referido POCP, nomeadamente no que respeita à assunção da despesa.

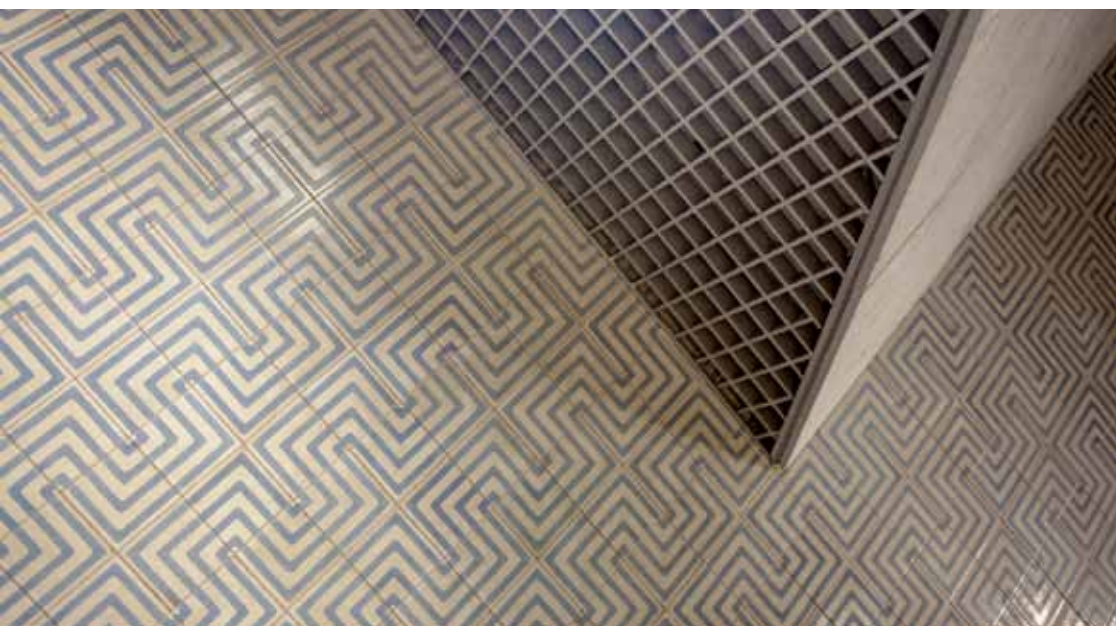
Procedeu-se ainda, à adaptação do “Manual de qualidade e ambiente”, que vem uniformizar todos os processos de aquisição do ML, no âmbito da certificação do ML, à Circular n.º 1368 da DGO e à Lei dos Pagamentos e Compromissos em atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), bem como à elaboração e envio de relatórios estatísticos de contratação para as entidades competentes e outros relatórios de contratação no âmbito de auditorias.

- Lista de fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos externos

#### Lista de fornecedores

	Un: € (IVA não incluído)
EDP Comercial – Comercialização ENE	7 232 739
2045 Empresa de Segurança, S.A.	3 757 925
Companhia Seguros Allianz Portugal	3 071 662
Grupo 8 – Vigilância e Prevenção	2 339 742

Estação Restauradores



• Transações que não tenham ocorrido em condições de mercado  
(Ajustes diretos com consulta a apenas uma entidade)

Contrato	Objeto contratual (designação)	Tipo de procedimento	CCP	Valor base /estimado (s/IVA)	Fornecedor (entidade adjudicatária)	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
04/2012-ML	Contrato de aquisição de serviços de manutenção de hardware do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 128/2011-CPC	Ajuste direto Regime geral serviços (abaixo dos limiares comunitários ≤ € 193 000,00) – critério material	art. 27.º, n.º 1, al. f) do CCP	€ 100 000,00	HEWLETT PACKARD Portugal, Lda.	12/01/2012	16/02/2012	€ 94 607,12
06/2012-ML	Contrato de prestação de serviços de coordenação e fiscalização da empreitada de manutenção e substituição dos aparelhos de apoio dos viadutos do Campo Grande do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 321/09-GJC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP		FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	03/11/2011	09/02/2012	€ 38 574,45
11/2012-ML	Contrato para aquisição de chapins especiais para aparelhos de via para os troços Oriente/Aeroporto, da linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 463/11-JSJC	Ajuste direto Regime especial bens (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP	€ 100 000,00	FUTRIFER – Indústrias Ferroviárias, S.A.	16/02/2012	23/03/2012	€ 98 384,00
14/2012-ML	Prestação de serviços de recolha e tratamento de valores e de fundos de troços do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 37/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP	€ 387 000,00	GRUPO 8 – Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda.	29/03/2012	02/04/2012	€ 387 000,00
24/2012-ML	Prestação de serviços de divulgação e informação do Metropolitano de Lisboa, E.P.E, no Canal Lisboa	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP		LISMARKETING COMERCIAL – Informação e Comercialização de Produtos Turísticos Unipessoal, Lda.	03/05/2012	29/05/2012	€ 6 000,00
26/2012-ML	Aquisição de bilhetes “Viva viagem” sem contacto CTS 512 – Proc. n.º 21-A/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial bens (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00) – recurso ao critério material	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º e com recurso por analogia à al. e) do n.º 1 do art. 24.º do CCP	€ 131 587,50	OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	10/05/2012	06/06/2012	€ 131 587,50
27/2012-ML	Aquisição de serviços de gestão e tratamento de notícias publicadas nos meios de comunicação social (media monitoring/clipping) – Proc. n.º 43/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c) do art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP	€ 18 000,00	Manchete – Estudos, Tratamentos e Gestão de Informação, S.A.	10/05/2012	29/05/2012	€ 18 000,00
29/2012-ML	Contrato para o fornecimento e instalação de escadas mecânicas Cais/Átrio Inferior, na estação Aeroporto, da linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 483/12-JSJC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP	€ 180 000,00	ThyssenKrupp Elevadores, S.A.	17/05/2012	31/05/2012	€ 179 500,00
33/2012-ML	Contrato para a execução da empreitada de execução dos trabalhos de construção civil relacionados com a semaforização dos arranjos exteriores do prolongamento Alameda/S. Sebastião – Proc. n.º 464/11-JSJC	Regime geral EOP Ajuste direto (< € 1 000 000,00)	art. 19.º, al. a) e arts. 112.º a 127.º do CCP	€ 208 545,46	Armando Cunha, S.A.	17/05/2012	27/06/2012	€ 208 529,59

Contrato	Objeto contratual (designação)	Tipo de procedimento	CCP	Valor base /estimado (s/IVA)	Fornecedor (entidade adjudicatária)	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
34/2012-ML	Fornecimento e instalação de sinalética nas Estações da Alameda ao Aeroporto e na Estação Reboleira, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 478/12-JSJC	Ajuste direto  Regime geral serviços (abaixo dos limiares comunitários ≤ € 200 000,00)	art. 20º, n.º 1, al. a) e art. 112º a 127º do CCP	€ 13 000,00	APADIL – Armaduras, Plásticos e Acessórios de Iluminação, S.A.	31/05/2012	25/06/2012	€ 12 346,69
37/2012-ML	Contrato de aquisição de serviços de manutenção de hardware para unidades de marcação de ponto/ tarefa em utilização no Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 46/2012-CPC	Ajuste direto  Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00) – com recurso ao critério material	art. 9º, n.º 1, al. c), art. 11º a contrario e art. 12º e al e) do n.º 1 do art. 24º do CCP	€ 12 500,00	MILÉNIO3 – Sistemas Electrónicos, S.A.	31/05/2012	05/07/2012	€ 12 152,35
38/2012-ML	Contrato para a execução do fornecimento, instalação e integração de peças artísticas na estação Aeroporto, da linha Vermelha, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 490/12-JSJC	Ajuste direto  Regime especial bens/serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9º, n.º 1, al. c), art. 11º a contrario e art. 12º do CCP	€ 23 000,00	Vetor-3 – Importação e Exportação, Lda.	21/06/2012	28/06/2012	€ 22 955,00
39/2012-ML	Contrato para o fornecimento, instalação e integração dos equipamentos terminais, na rede telefónica da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 487/12-JSJC	Ajuste direto  Regime especial bens/serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9º, n.º 1, al. c), art. 11º a contrario e art. 12º do CCP	€ 38 000,00	GLINTT- TECHNOLOGY ENABLED SERVICES, S.A.	31/05/2012	28/06/2012	€ 37 852,26
41/2012-ML	Contrato para a execução da empreitada de execução das intervenções no interior da estação Aeroporto, da linha Vermelha, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 486/12-JSJC	Regime especial EOP (abaixo dos limiares comunitários < € 5 000 000,00)	art. 9º, n.º 1, al. c), art. 11º a contrario e art. 12º do CCP	€ 245 000,00	AEROESTAÇÕES, A.C.E.	31/05/2012	06/07/2012	€ 240 779,67
42/2012-ML	Contrato para a aquisição de serviços de elaboração do projeto do Posto de Transformação definitivo da EMEF, da alteração da rede elétrica de baixa e média tensão existente nas instalações da EMEF na Reboleira e de assistência técnica e fiscalização das obras – Proc. n.º 484/12-JSJC	Ajuste direto  Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9º, n.º 1, al. c), art. 11º a contrario e art. 12º do CCP	€ 12 000,00	ENGIVOLT – Serviços de Engenharia, Lda.	14/06/2012	16/07/2012	€ 12 000,00
43/2012-ML	Contrato para a aquisição de serviços de elaboração dos projetos de SADI, SSIT, CITV, controlo de acessos, redes de Média Tensão e de tração elétrica, dos Postos de Seccionamento e Transformação, dos sistemas complementares de segurança e do projeto de segurança da extensão da linha Azul entre a estação Amadora Este e a estação Reboleira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 488/12-JSJC	Ajuste direto  Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9º, n.º 1, al. c), art. 11º a contrario e art. 12º do CCP	€ 60 000,00	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	14/06/2012	06/07/2012	€ 58 000,00
44/2012-ML	Contrato para aquisição de serviços de elaboração dos projetos de arquitectura paisagística, redes de rega, drenagens, iluminação pública, sinalização e estabilidade da zona da EMEF, na Reboleira – Proc. n.º 489/12-JSJC	Ajuste direto  Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9º, n.º 1, al. c), art. 11º a contrario e art. 12º do CCP	€ 40 000,00	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	14/06/2012	06/07/2012	€ 39 000,00

Contrato	Objeto contratual (designação)	Tipo de procedimento	CCP	Valor base / estimado (s/IVA)	Fornecedor (entidade adjudicatária)	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
48/2012-ML	Contrato de aquisição de serviços de manutenção do software ORACLE e das respetivas licenças em utilização pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 41/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00) – com recurso ao critério material	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º e al. e) do n.º 1 do art. 24.º do CCP	€ 1 350,00	ORACLE Portugal – Sistemas de Informação, Lda.	08/06/2012	19/07/2012	€ 12 831,00
54/2012-ML	Contrato de aquisição de serviços de manutenção de hardware Oracle em utilização no Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 42-A/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00) – com recurso ao critério material	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º e al. e) do n.º 1 do art. 24.º do CCP	€ 4 000,00	ORACLE Portugal – Sistemas de Informação, Lda.	12/07/2012	25/10/2012	€ 3 519,05
57/2012-ML	Contrato para a aquisição de serviços de elaboração dos projetos de reordenamento da superfície na zona da Avenida Duque d'Avila e da Avenida Rovisco Pais – Proc. n.º 491/12-JSJC	Ajuste direto Regime geral serviços (abaixo dos limiares comunitários ≤ € 200 000,00)	art. 20.º, n.º 1, al. a) e art. 112.º a 127.º do CCP	€ 61 270,20	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	01/08/2012	21/08/2012	€ 61 270,00
59/2012-ML	Aquisição de serviços de publicidade do Metropolitano de Lisboa, E.P.E na revista "Transportes em Revista – Passageiros e Mobilidade Urbana" – Proc. n.º 124/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00)	art. 9.º, n.º 1, al. c) , art. 11.º a contrario e art. 12.º do CCP		Dicas e Pistas – Edições e Promoções, Lda.	18/07/2012	23/11/2012	€ 3 320,00
61/2012-ML	Aquisição de fornecimento de energia elétrica em alta tensão, média tensão e baixa tensão especial para as instalações do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 117/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (acima dos limiares comunitários < € 400 000,00) – com recurso ao critério material	al. a) do n.º 1 do art. 27.º do CCP	€ 2 189 830,00	EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	14/09/2012	01/10/2012	€ 2 189 820,54
63/2012-ML	Contrato de aquisição de serviços de manutenção de hardware para unidades de marcação de ponto/ tarefa em utilização no Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 118/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00) – com recurso ao critério material	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º e al. e) do n.º 1 do art. 24.º do CCP	€ 12 700,00	Milénio 3 – Sistemas Electrónicos, S.A.	28/09/2012	19/12/2012	€ 12 638,44
65/2012-ML	Contrato de aquisição de serviços de manutenção de hardware do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 115/2012-CPC	Ajuste direto Regime Geral (abaixo dos limiares comunitários < € 200 000,00) – com recurso ao critério material	al. a) do n.º 1 do art. 27.º do CCP	€ 50 000,00	HEWLETT PACKARD Portugal, Lda.	31/10/2012	11/01/2013	€ 43 081,94
68/2012-ML	Aquisição de bilhetes "Viva viagem" sem contacto CTS 512 – Proc. n.º 138/2012-CPC	Ajuste direto Regime especial bens (abaixo dos limiares comunitários < € 400 000,00) – recurso ao critério material	art. 9.º, n.º 1, al. c), art. 11.º a contrario e art. 12.º e al. e) do n.º 1 do art. 24.º do CCP	€ 238 649,50	OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	28/11/2012	22/01/2013	€ 227 287,50

• Concursos públicos internacionais

Em 2012, foram lançados 9 concursos públicos internacionais, na sequência dos quais foram celebrados contratos com as seguintes entidades:

Contrato	Objeto contratual (designação)	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor (entidade adjudicatária)	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
03/2012-ML	Aquisição de conjuntos de biela da união elástica ML 95/ ML 97/ ML 99, para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 109/2011-CPC	Concurso Público c/ publicação no JOUE  Regime especial bens (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	al. b) do n.º 1 do art. 20º do CCP	€ 260 000,00	ZF Services Portugal – Unipessoal, Lda.	12/01/2012	09/02/2012	€ 230 480,00
09/2012-ML	Contrato para o fornecimento e montagem de elevadores para a estação Areeiro, da linha Verde do Metropolitano de Lisboa E.P.E. – Proc. n.º 403/10-GJC	Concurso Público c/ publicação no JOUE  Regime especial bens e serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	al. b) do n.º 1 do art. 20º do CCP	€ 254 500,00	ThyssenKrupp Elevadores, S.A.	16/02/2012	23/03/2012	€ 193 460,00
12/2012-ML	Contrato para fornecimento, instalação e colocação em serviços de equipamentos de controlo de acessos para as estações do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 474/11-JSJC	Concurso Público c/ publicação no JOUE  Regime especial bens e serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	al. b) do n.º 1 do art. 20º do CCP	€ 48 000,00	PROSEGUR – Companhia de Segurança Unipessoal, Lda.	23/02/2012	04/04/2012	€ 29 608,58
22/2012-ML	Contrato para a execução da empreitada de requalificação dos espaços exteriores da linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 467/11-JSJC	Concurso Público c/ publicação no JOUE  Regime especial EOP (abaixo dos limiares comunitários < € 5 000 000,00)	art. 9º, n.º 1, al. c), art. 11º, a contrario e art. 12º do CCP	€ 1 325 000,00	Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A.	03/05/2012	24/05/2012	€ 795 000,01
30/2012-ML	Aquisição de hardware e respetivos serviços de instalação e configuração para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 04/2012-CPC	Concurso Público com publicação no JOUE  Regime geral bens (abaixo do limiar comunitário < € 193 000,00)	art. 20º, n.º 1, al. b) – com a tramitação prevista nos arts. 130º ss, todos do CCP	€ 16 000,00	CPCIS – Companhia Portuguesa de Computadores, Informática e Sistemas, S.A.	10/05/2012	21/06/2012	€ 14 995,55
46/2012-ML	Aquisição de serviços de manutenção preventiva e correctiva do sistema de circuito interno de televisão (CITV), do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 81/2011-CPC	Concurso Público com publicação no JOUE  Regime especial serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	al. b) do n.º 1 do art. 20º do CCP	€ 490 000,00	ENA PORTUGAL – Sistemas de Telecomunicações, S.A.	17/05/2012	09/07/2012	€ 196 800,00

Contrato	Objeto contratual (designação)	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor (entidade adjudicatária)	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
55/2012-ML	Contrato para o fornecimento, instalação e colocação em serviço de upgrade e ampliação da rede telefónica do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 482/2012-JSJC	Concurso Público com publicação no JOUE  Regime especial EOP e locação bens móveis (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9º, n.º 1, al. c), art. 11º, <i>a contrario</i> e art. 12º e art. 32º do CCP	€ 310 000,00	GLINTT – Technology Enabled Services, S.A.	25/07/2012	20/09/2012	€ 298 871,39
60/2012-ML	Contrato de aquisição de serviços de reparação de escadas mecânicas, tapetes rolantes e elevadores da rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Edifícios e PMO's – Proc. n.º 09/2012-CPC	Concurso Público c/ publicação no JOUE  Regime especial bens (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9º, n.º 1, al. c), art. 11º, <i>a contrario</i> e art. 1º – com a tramitação prevista nos arts. 130º a 154º, todos do CCP	€ 350 000,00	Thyssenkrupp Elevadores, S.A.	25/07/2012	04/10/2012	€ 217 377,69
66/2012-ML	Aquisição de serviços de recolha e tratamento de valores e de fundos de troços para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 79/2011-CPC	Concurso limitado por prévia qualificação c/ publicação no JOUE  Regime especial serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	art. 11º, n.º 1, al. a) e sub al. v) al. b) – com a tramitação prevista nos arts. 162º a 192º, todos do CCP	€ 2 520 000,00	GRUPO 8 – Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda.	22/03/2012	28/12/2012	€ 2 372 461,56

### 3.6. Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

#### 3.6.1. Identificação dos órgãos sociais e suas responsabilidades

##### • Mandato II – 2012/2014

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente	Dr. José Manuel Silva Rodrigues	R.C.M. n.º 36/2012, de 23 de agosto	2012-2014
Vogal 1	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas		
Vogal 2	Dr. Luis Carlos Antunes Barroso		
Vogal 3	Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo		
<b>Conselho Fiscal</b>			
Presidente	Dr. José Emilio Castel Branco	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC, de 5 de outubro de 2012	2012-2014
Vogal 1	Dr. José Carlos Pereira Nunes		
Vogal 2	Dr.ª Maria Onília Oliveira de Sousa		
Vogal Suplente	Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais		
<b>Revisor Oficial de Contas</b>			
	Caiano Pereira, António e José Reimão SROC n.º 38, representado por: Luis Pedro Pinto Caiano Pereira ROC n.º 842	Despacho n.º 192/08-SETF, de 18 de março	-

O auditor externo do ML é a Deloitte & Associados, SROC, S.A..

#### Pelouros dos membros do Conselho de Administração – desde 23 de agosto de 2012

Dr. José Manuel Silva Rodrigues  
Presidente do Conselho de Administração

Provedor Arbitral  
Auditoria e Gestão do Risco  
Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos (na área da Secretaria-Geral)  
Relações Internacionais

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas  
Administrador (residente no Metropolitano de Lisboa)

Autoridade de Segurança  
Contratação Pública  
Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos (na área dos Assuntos Jurídicos)  
Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional  
Exploração Operacional  
Gestão de Manutenção

**Participadas:**  
Presidente do CA da Ferconsult, S.A.  
Vogal do CA da Metrocom, S.A.

Dr. Luis Carlos Antunes Barroso  
Administrador (residente na CARRIS)

Gestão Financeira  
Marketing e Comercial

**Participadas:**  
Vogal do CA da Ferconsult, S.A.  
Vogal do CA da Metrocom, S.A.

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo  
Administradora

Estratégia e Desempenho Corporativo  
Qualidade e Ambiente  
Sistemas e Tecnologias de Informação  
Gestão de Empreendimentos e de Infraestruturas

**Participadas:**  
Presidente do CA da Metrocom, S.A.

• Mandato I – 2010/2012

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente	Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis	R.C.M. n.º 24/2010, de 17 de junho	2010-2012
Vogal 1	Eng.º Carlos José Bento Nunes		
Vogal 2	Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob		
Vogal 3	Dr. Luís Miguel Silva Ribeiro		
Vogal 4	Dr. António Gregório Ventura		
<b>Conselho Fiscal</b>			
Presidente	Dr. Renato Augusto Vieira Campos	Despacho Conjunto SETF e SET, de 26 de outubro de 1998	1998-2001
Vogal 1	Dr. Evaristo da Cruz Branquinho		
<b>Revisor Oficial de Contas</b>			
	Caiano Pereira, António e José Reimão SROC n.º 38, representado por: Luís Pedro Pinto Caiano Pereira ROC n.º 842	Despacho n.º 192/08-SETF, de 18 de março	-

O auditor externo do ML, no mandato 2010/2012, foi a Deloitte & Associados, SROC, S.A..

**Pelouros dos membros do Conselho de Administração – até 22 de agosto de 2012**

Eng.º Francisco Cardoso dos Reis  
Presidente do Conselho de Administração

Representação Institucional do ML  
Provedor Arbitral  
Estratégia e Desempenho Corporativo  
Relações Internacionais  
Marketing, Comunicação e Imagem  
Qualidade e Ambiente

**Participadas:**  
Presidente do CA da Ferconsult, S.A.  
Presidente da AG da Ensitrans, A.E.I.E.

Eng.º Carlos José Bento Nunes  
Administrador (substituto do presidente)

Engenharia de Infraestruturas  
Gestão de Empreendimentos  
Contratação

**Participadas:**  
Vogal da Ferconsult, S.A.  
Vogal da Ensitrans, A.E.I.E.

Eng.º Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob  
Administrador

Gestão da Manutenção  
Auditoria e Gestão de Risco  
Autoridade de Segurança

**Participadas:**  
Presidente da AG da Metrocom, S.A.

Dr. António Gregório Ventura  
Administrador

Jurídico e Secretariado Executivo  
Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional  
Sistemas e Tecnologias de Informação

**Participadas:**  
Presidente do CA da Metrocom, S.A.  
Presidente da AG da Publímetro, S.A. (processo de nomeação em curso)

### 3.7. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

#### 3.7.1. Estatuto remuneratório fixado

- Mandato II – 2012/2014 – Conselho de Administração (desde 23 de agosto de 2012)

##### Estatuto remuneratório fixado do Conselho de Administração (Mandato II)

Conselho de Administração		Observações
Presidente	Valor mensal íliquido de 5.722,75 euros (14 vezes por ano), acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 2.289,10 euros (12 vezes por ano).	Ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012 e do Decreto-Lei n.º 98/2012) – 50% destes valores são suportados pela CARRIS.
Vogais	Valor mensal íliquido de 4.578,20 euros (14 vezes por ano), acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.831,28 euros (12 vezes por ano).	

A estes valores íliquidos são aplicadas as reduções previstas no art.º 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e na alínea c) do n.º 1, tendo em conta o disposto na alínea q) do n.º 9, ambos do art.º 19º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, mantido em vigor por força do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

De acordo com o disposto no art.º 4º do Decreto-Lei n.º 8/2012 e com o n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira não há lugar à atribuição de prémios de gestão.

Encontra-se suspenso o pagamento de subsídios de férias e de natal, sem prejuízo da aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

- Mandato I – 2010/2012 – Conselho de Administração (de 1 de abril até de 22 de agosto de 2012)

##### Estatuto remuneratório fixado do Conselho de Administração (Mandato I – a partir de 1 abril)

Conselho de Administração	
Presidente	Valor mensal íliquido de 4.159,01 euros (14 vezes por ano), acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.663,60 euros (12 vezes por ano).
Vogais	Valor mensal íliquido de 3.327,21 euros (14 vezes por ano), acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.330,88 euros (12 vezes por ano).

Tabela de remunerações dos gestores públicos decorrente da aplicação dos critérios da RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, que apresenta os valores reduzidos nos termos do artigo 19º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (OE 2011), mantido em vigor pelo n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE 2012).

- Mandato I – 2010/2012 – Conselho de Administração (até 31 de março de 2012)

##### Estatuto remuneratório fixado do Conselho de Administração (Mandato I – até 31 março)

Conselho de Administração	
Presidente	Valor mensal íliquido de 7.225,60 euros (14 vezes por ano)
Vogais	Valor mensal íliquido de 6.306,64 euros (14 vezes por ano)

A estes valores íliquidos são aplicadas as reduções decorrentes da aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

- Mandato II – 2012/2014 – Conselho Fiscal (desde 23 de agosto de 2012)

##### Estatuto remuneratório fixado do Conselho Fiscal (Mandato II)

Conselho Fiscal		Observações
Presidente	Valor mensal íliquido de 1.602,37 euros (14 vezes por ano)	De acordo com o Despacho Conjunto de 5 de outubro de 2012 da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações – 50% destes valores são suportados pela CARRIS.
Vogais	Valor mensal íliquido de 1.201,78 euros (14 vezes por ano)	
ROC	Valor mensal íliquido de 1.188,14 euros (12 vezes por ano)	

A estes valores íliquidos é aplicada a redução prevista no n.º 1 conjugado com a alínea q) do n.º 9, ambos do art.º 19º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, mantido em vigor por força do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro. Encontra-se também suspenso o pagamento de subsídios de férias e de natal, sem prejuízo da aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

- Mandato I – 2010/2012 – Conselho Fiscal (até 22 de agosto de 2012)

#### Estatuto remuneratório fixado do Conselho Fiscal (Mandato I)

Conselho Fiscal	
Presidente	Valor mensal ilíquido de 1.445,12 euros (14 vezes por ano)
Vogais	Valor mensal ilíquido de 1.083,84 euros (14 vezes por ano)
ROC	Valor mensal ilíquido de 1.188,14 euros (12 vezes por ano)

A estes valores ilíquidos são aplicadas as reduções decorrentes da aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro. Encontra-se também suspenso o pagamento de subsídios de férias e de natal, sem prejuízo da aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

Por solicitação do Presidente do Conselho Fiscal, o seu pagamento encontra-se suspenso desde 2011.

#### 3.7.2. Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração em 2012

- Mandato II – 2012/2014 (desde 23 de agosto de 2012)

#### Remunerações do Conselho de Administração (Mandato II – desde 23 agosto)

Mandato II	Un: €				
	P	V (1)	V (2)	V (3)	
Adaptado ao EGP (Sim/Não)		Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração total (1.+2.+3.+4.)	14 946,55	12 075,31	12 075,31	12 075,31	12 075,31
OPRLO (Opção pela Remuneração do Lugar de Origem)		Não	Não	Não	Não
Entidade de origem (identificar)	-	-	-	-	-
Entidade pagadora (Origem/Destino)	-	-	-	-	-
<b>1. Remuneração anual efetiva líquida</b>	<b>14 693,74</b>	<b>11 755,72</b>	<b>11 755,72</b>	<b>11 755,72</b>	<b>11 755,72</b>
1.1 Remuneração anual	12 276,22	9 820,99	9 820,99	9 820,99	9 820,99
1.2 Despesas de representação	4 910,49	3 928,39	3 928,39	3 928,39	3 928,39
1.3 Senha de presença	-	-	-	-	-
1.4 Redução decorrente da Lei n.º 12-A/2010	859,36	687,47	687,47	687,47	687,47
1.5 Redução decorrente da Lei n.º 64-B/2011	1 633,61	1 306,19	1 306,19	1 306,19	1 306,19
1.6 Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de natal	2 861,38	821,57	821,57	821,57	821,57
1.7 Reduções de anos anteriores	-	-	-	-	-
<b>2. Remuneração variável</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>3. IHT (isenção de horário de trabalho)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>4. Outras (identificar)</b>	<b>252,81</b>	<b>319,59</b>	<b>319,59</b>	<b>319,59</b>	<b>319,59</b>
4.1 Subsídio de deslocação	-	-	-	-	-
4.2 Subsídio de refeição	252,81	319,59	319,59	319,59	319,59
<b>5. Encargos com benefícios sociais</b>					
5.1 Regime de proteção social (ADSE/Seg. Social/Outros)	2 280,12	2 280,12	1 320,13	2 280,11	2 280,11
5.2 Seguros de saúde	-	-	-	-	-
5.3 Seguros de vida	-	-	-	-	-
5.4 Seguros de acidentes pessoais	100,24	69,70	69,70	69,70	69,70
5.5 Outros (identificar):					
- Seguro de acidentes de trabalho	-	-	-	-	-
<b>6. Informações adicionais</b>					
6.1 Acumulação de funções de gestão (Sim/Não)		Sim	Sim	Sim	Sim
6.2 Entidade (identificar)		Carris, S.A.	Carris, S.A.	Carris, S.A.	Carris, S.A.
6.3 Remuneração anual		-	-	-	-

**Parque automóvel (Mandato II – desde 23 agosto)**

Mandato II	Un: €			
	P	V(1)	V(2)	V(3)
1. Modalidade de utilização	ALD	Locação financeira	ALD	ALD
2. Valor de referência da viatura nova	42 750,00	26 317,93	43 305,00	42 822,00
3. Ano de início	2010	2011	2010	2010
4. Ano de termo	2014	2014	2014	2014
5. N.º de prestações	48	36	48	48
6. Valor residual	16 348,00	522,87	-	4 282,00
7. Valor da renda/prestação anual da viatura de serviço	6 080,00	428,43	5 465,00	4 940,00
8. Combustível gasto com a viatura	433,07	463,43	677,54	353,72
9. Plafond anual de combustível atribuído	2 935,80	2 348,64	2 348,64	2 348,64
10. Outros (portagens / reparações / seguro)	1 044,90	475,25	1 247,23	1 348,31
11. Limite definido conforme art. 32º do EGP (S/N)	Sim	Sim	Sim	Sim

**Outras regalias e compensações (Mandato II – desde 23 agosto)**

Mandato II	Un: €			
	P	V(1)	V(2)	V(3)
1. Plafond mensal em comunicações móveis	40,00	40,00	40,00	40,00
2. Gastos anuais com comunicações móveis	171,61	116,09	115,72	164,23
3. Outras	-	-	-	-
4. Limite definido conforme art.º 32 do EGP	Sim	Sim	Sim	Sim

**Gastos com deslocações (Mandato II – desde 23 agosto)**

Mandato II	Un: €			
	P	V(1)	V(2)	V(3)
1. Custo total anual com viagens	268,50	-	-	-
2. Custos anuais com alojamento	-	-	-	-
3. Ajudas de custo	187,13	-	-	-
4. Outras:	-	-	-	-

• Mandato I – 2010/2012 (até 22 de agosto de 2012)

**Remunerações do Conselho de Administração (Mandato I – até 22 agosto)**

Mandato I	Un: €				
	P	V (1)	V (2)	V (3)	V (4)
Adaptado ao EGP (Sim/Não)		Não	Não	Não	Não
Remuneração total (1.+2.+3.+4.)	53 339,13	44 528,04	44 517,69	42 652,45	44 362,44
OPRLO (Opção pela Remuneração do Lugar de Origem)		Não	Não	Não	Não
Entidade de origem (identificar)	-	-	-	-	-
Entidade pagadora (Origem/Destino)	-	-	-	-	-
<b>1. Remuneração anual efetiva líquida</b>	<b>51 631,38</b>	<b>42 654,69</b>	<b>42 654,69</b>	<b>40 851,55</b>	<b>42 654,69</b>
1.1 Remuneração anual	50 261,33	41 787,54	41 787,54	40 281,16	41 787,54
1.2 Despesas de representação	9 163,81	7 331,04	7 331,04	6 728,49	7 331,04
1.3 Senha de presença	-	-	-	-	-
1.4 Redução decorrente da Lei n.º 12-A/2010	2 687,50	2 228,93	2 228,93	2 123,48	2 228,93
1.5 Redução decorrente da Lei n.º 64-B/2011	5 106,26	4 234,96	4 234,96	4 034,61	4 234,96
1.6 Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de natal	5 675,06	4 540,05	4 540,05	4 540,05	4 540,05
1.7 Reduções de anos anteriores	-	-	-	-	-
<b>2. Remuneração variável</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>3. IHT (isenção de horário de trabalho)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>4. Outras (identificar)</b>	<b>1 707,75</b>	<b>1 873,35</b>	<b>1 863,00</b>	<b>1 800,90</b>	<b>1 707,75</b>
4.1 Subsídio de deslocação	-	-	-	-	-
4.2 Subsídio de refeição	1 707,75	1 873,35	1 863,00	1 800,90	1 707,75
<b>5. Encargos com benefícios sociais</b>					
5.1 Regime de proteção social (ADSE/Seg. Social/Outros)	8 254,86	8 030,96	5 887,70	5 662,31	5 046,60
5.2 Seguros de saúde	379,92	379,92	379,92	379,92	379,92
5.3 Seguros de vida	-	-	-	-	-
5.4 Seguros de acidentes pessoais	-	-	-	-	-
5.5 Outros (identificar): - Seguro de acidentes de trabalho	834,18	692,31	903,41	683,78	677,42
<b>6. Informações adicionais</b>					
6.1 Acumulação de funções de gestão (Sim/Não)	Não	Não	Não	Não	Não
6.2 Entidade (identificar)	-	-	-	-	-
6.3 Remuneração anual	-	-	-	-	-

**Parque automóvel (Mandato I – até 22 agosto)**

(a) Valor de aquisição da viatura nova, em 2000 (inclui IVA à taxa de 17%).

(b) Número de prestações do leasing financeiro, iniciado em 2011. A última prestação será paga em 28/06/2014.

(c) As viaturas de serviço afectas ao CA à data de fim do *renting* não foram substituídas por novas viaturas com a mesma modalidade de utilização, passando a sua titularidade para o ML, com vantagens nos custos a suportar.

(d) Valor de aquisição da viatura, em 2011, após o fim do *renting* (inclui IVA à taxa de 23%). O valor residual está atualmente a ser pago em *leasing* financeiro.

(e) Valor da prestação anual do *leasing* financeiro.

(f) Corresponde a um plafond de 4.000 litros de gasóleo por ano.

Mandato I	Un: €				
	P	V (1)	V (2)	V (3)	V (4)
1. Modalidade de utilização	Aquisição	Leasing financeiro	Leasing financeiro	Leasing financeiro	Aquisição
2. Valor de referência da viatura nova	-	-	-	-	44 212,77 (a)
3. Matrícula	04-28-ZQ	27-DH-96	57-DP-59	72-DO-25	37-80-QH
4. Ano de início	2005	2007	2007	2007	2000
5. Ano de termo	-	2014	2014	2014	-
6. N.º de prestações	0	36 (b)	36 (b)	36 (b)	-
7. Valor residual (c)	-	24 762,64 (d)	26 317,93 (d)	26 317,93 (d)	-
8. Valor da renda/prestação anual da viatura de serviço	-	7 389,92 (e)	7 853,99 (e)	7 853,99 (e)	-
9. Combustível gasto com a viatura	935,88	1 835,05	3 134,24	1 744,07	1 862,77
10. Plafond anual de combustível atribuído (f)	5 160,00	5 160,00	5 160,00	5 160,00	5 160,00
11. Outros:					
11.1 Seguro anual	1 246,54	431,68	450,00	450,00	943,92
11.2 Conservação e manutenção	485,15	857,75	1 211,59	1 674,75	2 795,27
11.3 Portagens e parques	34,00	321,60	551,27	405,89	486,85
11.4 IUC	54,06	34,61	34,61	34,61	34,61
11.5 Amortizações	0,00	8 256,00	8 776,00	8 776,00	0,00
12. Limite definido conforme art. 32º do EGP (S/N)	Não	Não	Não	Não	Não

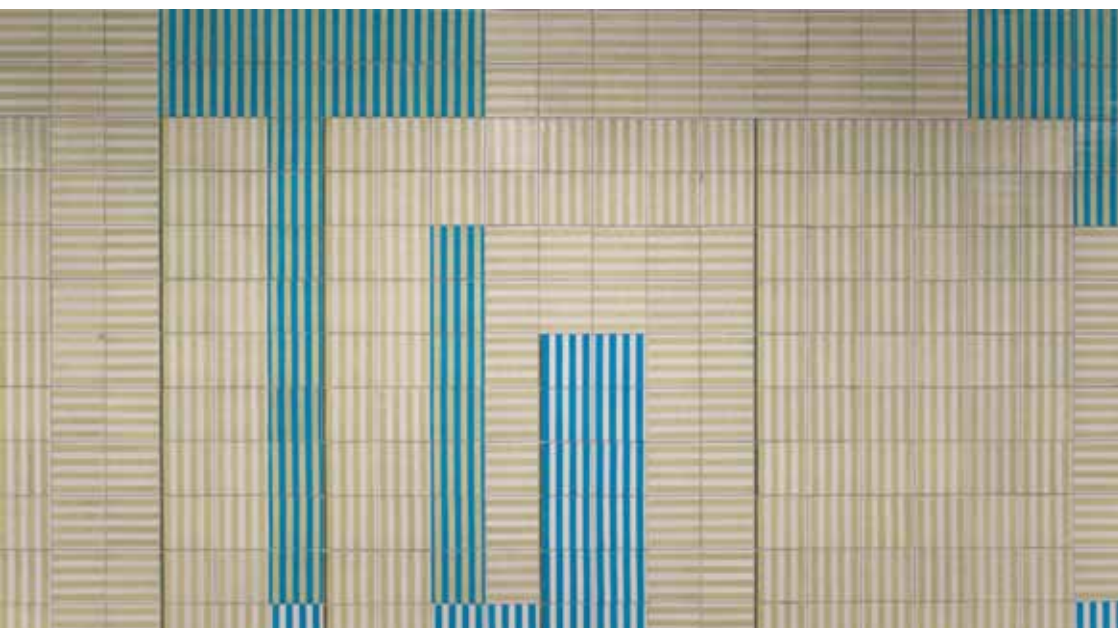
**Outras regalias e compensações (Mandato I – até 22 agosto)**

Mandato I	Un: €				
	P	V(1)	V(2)	V(3)	V(4)
1. Plafond mensal em comunicações móveis	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00
2. Gastos anuais com comunicações móveis	360,78	233,41	271,55	293,28	175,30
3. Outras	-	-	-	-	-

**Gastos com deslocações (Mandato I – até 22 agosto)**

Mandato I	Un: €				
	P	V(1)	V(2)	V(3)	V(4)
1. Custo total anual com viagens		-		-	-
2. Custos anuais com alojamento	1 638,73	-	820,15	-	-
3. Ajudas de custo	520,24	-	124,49	-	-
4. Outras	-	-	-	-	-

Estação Arroios



### 3.7.3. Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração em 2011

#### Remunerações do Conselho de Administração em 2011

Un: €

	P	V (1)	V (2)	V (3)	V (4)
<b>1. Remuneração</b>					
1.1 Remuneração base anual/fixa	101 158,40	88 292,96	88 292,96	88 292,96	88 292,96
1.2 Redução decorrente da Lei 12-A/2010	5 057,92	4 414,62	4 414,62	4 414,62	4 414,62
1.3 Redução decorrente da Lei 55-A/2010	9 610,02	8 387,82	8 387,82	8 387,82	8 387,82
1.4 Remuneração anual efetiva	86 490,46	75 490,52	75 490,52	75 490,52	75 490,52
1.5 Senha de presença	-	-	-	-	-
1.6 Acumulação de funções de gestão	-	-	-	-	-
1.7 Remuneração variável	-	-	-	-	-
1.8 IHT (isenção de horário de trabalho)	-	-	-	-	-
1.9 Outras	-	-	-	-	-
<b>2. Outras regalias e compensações</b>					
2.1 Plafond anual em comunicações móveis	1 540,00	1 540,00	1 540,00	1 540,00	1 540,00
2.2 Gastos na utilização de comunicações móveis	1 136,39	357,71	461,56	603,11	321,51
- Comunicações nacionais	237,57	323,88	446,92	496,14	281,03
- Comunicações internacionais e roaming	670,15	33,83	14,64	5,35	40,49
- Transmissão de dados	228,67	-	-	101,63	-
2.3 Subsídio de deslocação	-	-	-	-	-
2.4 Subsídio de refeição	2 546,10	2 359,80	2 463,30	2 515,05	2 421,90
2.5 Outras	-	-	-	-	-
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>					
3.1 Proteção social	14 297,08	14 297,08	6 524,84	5 520,06	9 104,20
3.2 Seguros de saúde	569,88 (a)	569,88 (a)	569,88 (a)	569,88 (a)	569,88 (a)
3.3 Seguros de vida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4 Seguros de acidentes pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5 Outros:					
- Seguro de acidentes de trabalho	1 137,96	993,24	993,24	993,24	993,24
<b>4. Parque automóvel</b>					
4.1 Marca	BMW	BMW	BMW	BMW	BMW
4.2 Modelo	525 D	520 D	520 D	520 D	520 D
4.3 Matrícula	04-28-ZQ	27-DH-96	57-DP-59	72-DO-25	37-80-QH
4.4 Modalidade de utilização	Aquisição	Leasing financeiro	Leasing financeiro	Leasing financeiro	Aquisição
4.5 Valor de referência da viatura nova	0,00	-	-	-	44 212,77
4.6 Ano de início	2005	2007	2007	2007	2000
4.7 Ano de termo	-	-	-	-	-
4.8 N.º de prestações	0,00	36,00	36,00	36,00	0,00
4.9 Valor residual	27 990,00	24 762,64	26 317,93	26 317,93	0,00
4.10 Valor da renda/prestação anual da viatura de serviço	0,00	4 338,48	6 699,56	5 565,00	0,00 (b)
4.11 Combustível gasto com a viatura	1 364,72	3 163,49	4 465,55	2 605,96	3 021,48
4.12 Plafond anual de combustível atribuído	5 160,00	5 160,00	5 160,00	5 160,00	5 160,00
4.13 Outros:	14 475,57	9 465,44 (c)	7 937,04 (c)	6 221,71 (c)	4 760,07
- Seguro anual	1 202,91 (e)	377,72 (f)	393,75 (f)	391,46 (f)	930,37
- Conservação e manutenção	351,66	1 152,41 (g)	3 175,86 (g)	2 132,26 (g)	2 895,27
- Portagens e parques	40,16	712,67	1 043,67	374,23	900,60
- IUC	52,84	-	33,83	33,83	33,83
- Amortizações	12 828,00	7 222,64	3 289,93	3 289,93	-
<b>5. Informações adicionais</b>					
5.1 Opção pela remuneração do lugar de origem (S/N)	N	N	N	-	N
5.2 Remuneração ilíquida anual pelo lugar de origem	-	-	-	N	-
5.3 Regime de proteção social:					
- Segurança social (S/N)	S	S	N	N	N
- Outro	-	-	ADSE + CGA	ADSE + CGA	CGA
5.4 Exercício de funções remuneradas fora do grupo (S/N)	N	N	N	N	N
5.5 Outras	-	-	-	-	-

(a) Seguro geral da empresa - caso o pretenda, cada membro do CA pode suportar as despesas do custo mensal da extensão do seguro aos seus familiares (€ 47,96 pelo cônjuge, €28,78 por cada filho menor e € 47,49 por cada filho maior), à semelhança de todos os trabalhadores da empresa.

(b) Valor de aquisição da viatura nova, em 2000 (inclui IVA à taxa de 17%).

(c) Número de prestações do *leasing* financeiro, iniciado em 2011. A última prestação será paga em 28/06/2014.

(d) As viaturas de serviço afectas ao CA à data de fim do *renting* não foram substituídas por novas viaturas com a mesma modalidade de utilização, passando a sua titularidade para o ML, com vantagens nos custos a suportar.

(e) Valor de aquisição da viatura, em 2009, após o fim do contrato de *renting* (inclui IVA à taxa de 20%).

(f) Valor de aquisição da viatura, em 2011, após o fim do *renting* (inclui IVA à taxa de 23%). O valor residual está atualmente a ser pago em *leasing* financeiro.

(g) Valor da prestação anual do *leasing* financeiro.

(h) Corresponde a um plafond de 4.000 litros de gasóleo por ano.

### 3.7.4. Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração em 2010

#### Remunerações do Conselho de Administração em 2010 (desde 18 de julho de 2010)

	Un: €				
	P	V (1)	V (2)	V (3)	V (4)
<b>1. Remuneração</b>					
1.1 Remuneração base / fixa	46 484,69	40 572,71	37 840,34	40 572,71	40 572,71
- Subsídio de férias / Natal	7 225,60	3 153,33	11 982,62	3 153,33	3 153,33
1.2 Redução da Lei 12-A:					
- Remuneração base	2 324,24	2 028,62	2 028,62	2 028,62	2 028,62
- Subsídio de férias / Natal	361,28	157,67	157,67	157,67	157,67
1.3 Remuneração base / fixa efectiva	51 024,77	41 539,75	47 636,67	41 539,75	41 539,75
1.4 Senha de presença	-	-	-	-	-
1.5 Acumulação de funções de gestão	-	-	-	-	-
1.6 Remuneração variável	-	-	-	-	-
1.7 IHT (isenção de horário de trabalho)	-	-	-	-	-
<b>2. Outras regalias e compensações</b>					
2.1 Gastos na utilização de telefones	-	-	-	-	-
2.2 Subsídio de deslocação	-	-	-	-	-
2.3 Subsídio de refeição	1 076,40	1 200,60	1 262,70	1 200,60	1 200,60
2.4 Outras	-	-	-	-	-
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>					
3.1 Regime convencionado	8 504,83	7 602,34		7 602,34	7 602,34
- Desconto: C.G.A.	-	-	2 415,19	-	-
- Desconto: A.D.S.E.	-	-	534,49	-	-
3.2 Seguros de saúde	332,43 (a)	332,43 (a)	284,94 (a)	332,43 (a)	332,43 (a)
3.3 Seguros de vida	-	-	-	-	-
3.4 Outros:					
- Seguro de acidentes de trabalho	677,88	591,67	551,82	591,67	591,67
<b>4. Informações adicionais</b>					
4.1 Marca	BMW	BMW	BMW	BMW	BMW
4.2 Modelo	525 D	520 D	520 D	520 D	520 D
4.3 Ano de Matrícula	2005	2007	2007	2007	2000
4.4 Valor de aquisição da viatura	27 990,00 (b)	-	-	-	44 212,77 (c)
4.5 Ano de aquisição da viatura	2009	-	-	-	2000
4.6 Valor da renda / prestação anual com a viatura de serviço	-	6 340,20 (d)	6 438,96 (d)	6 473,64 (d)	-
4.7 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	800,22	1 450,71	1 967,10	1 008,32	1 187,85
4.8 Outros:					
- Seguro anual	-	-	-	-	-
- Conservação e manutenção	2 795,76	805,19	3 719,42	930,02	3 519,91
- Portagens e parques	146,23	832,88	960,44	260,09	154,63
- IUC	51,30	-	-	-	33,10
<b>5. Informações adicionais</b>					
5.1 Opção pelo vencimento de origem	N	N	N	N	N
5.2 Regime convencionado:					
- Segurança social (S/N)	S	S	N	N	S
- Outro (S/N)	N	N	S	S	N
5.3 Exercício de funções remuneradas fora do grupo	N	N	N	N	N
5.4 Outras	-	-	-	-	-
	Viatura de serviço anteriormente utilizada pelo Sr. Dr. Joaquim Reis	Viatura de serviço anteriormente utilizada pelo Sr. Eng.º Morais Correia		Viatura de serviço anteriormente utilizada pelo Sr. Dr. Miguel Roquette	

(a) Seguro geral da Empresa – caso o pretenda, cada membro do CA, pode suportar as despesas do custo mensal da extensão do seguro aos seus familiares (€ 47,96 pelo cônjuge, € 28,78 por cada filho menor e € 47,49 por cada filho maior), à semelhança de todos os trabalhadores da empresa.

(b) Corresponde ao valor de aquisição da viatura, em outubro de 2009, incluindo IVA a 20%.

(c) Viatura adquirida em 2000. O valor de aquisição da viatura inclui IVA à taxa de 17%.

(d) Valor anual do *renting* da viatura de serviço, inclui a renda (com IVA a 20% até junho e 21% a partir de julho) e seguro.

Remunerações do Conselho de Administração em 2010 (até 17 de julho de 2010)

	Un: €			
	P	V (1)	V (2)	V (4)
<b>1. Remuneração</b>				
1.1 Remuneração base / fixa	32 864,83	35 106,96	37 839,34	35 106,96
- Subsídio de férias / Natal	12 042,66	10 984,07	-	11 562,18
1.2 Redução da Lei 12-A:				
- Remuneração base	-	178,68	-	-
- Subsídio de férias / Natal	-	578,11	-	-
1.3 Remuneração base / fixa efectiva	44 907,49	45 334,24	37 839,34	46 669,14
1.4 Senha de presença	-	-	-	-
1.5 Acumulação de funções de gestão	-	-	-	-
1.6 Remuneração variável	-	-	-	-
1.7 IHT (isenção de horário de trabalho)	-	-	-	-
<b>2. Outras regalias e compensações</b>				
2.1 Gastos na utilização de telefones	-	-	-	-
2.2 Subsídio de deslocação	149,64	349,16	-	-
2.3 Subsídio de refeição	1 035,00	1 242,00	1 252,35	1 283,40
2.4 Outras	-	-	-	-
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>				
3.1 Regime convencionado	6 925,87	8 102,63	-	8 041,47
- Desconto: C.G.A.	-	-	2 451,19	-
- Desconto: A.D.S.E.	-	-	567,60	-
3.2 Seguros de saúde	230,50 (a)	322,70 (a)	284,94 (a)	322,70 (b)
3.3 Seguros de vida	-	-	-	-
3.4 Outros:				
- Seguro de acidentes de trabalho	848,54	782,69	576,02	811,86
<b>4. Informações adicionais</b>				
4.1 Marca	BMW	BMW	BMW	BMW
4.2 Modelo	525 D	520 D	520 D	520 D
4.3 Ano de Matrícula	2005	2007	2007	2007
4.4 Valor de aquisição da viatura	27 990,00 (b)	-	-	-
4.5 Ano de aquisição da viatura	2009	-	-	-
4.6 Valor da renda / prestação anual com a viatura de serviço	-	6 340,20 (c)	6 438,95 (d)	6 473,65 (c)
4.7 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	278,97	762,21	1 747,11	1 243,06
4.8 Outros:				
- Seguro	1 249,45	-	-	-
- Conservação e manutenção	-	32,80	1 166,80	430,60
- Portagens e parques	55,06	146,40	230,93	63,12
- IUC	-	-	-	-
<b>5. Informações adicionais</b>				
5.1 Opção pelo vencimento de origem	N	N	N	N
5.2 Regime convencionado:				
- Segurança social (S/N)	S	S	N	S
- Outro (S/N)	N	N	S	N
5.3 Exercício de funções remuneradas fora do grupo	N	N	N	N
5.4 Outras	-	-	-	-

(a) Seguro geral da Empresa - caso o pretenda, cada membro do CA, pode suportar as despesas do custo mensal da extensão do seguro aos seus familiares (€ 47,96 pelo cônjuge, € 28,78 por cada filho menor e € 47,49 por cada filho maior), à semelhança de todos os trabalhadores da empresa.

(b) Corresponde ao valor de aquisição da viatura, em outubro de 2009, incluindo IVA a 20%.

(c) Valor anual do *renting* da viatura de serviço, inclui a renda (com IVA a 20% até junho e 21% a partir de julho) e seguro.

### 3.7.5. Remunerações do Conselho Fiscal em 2012

#### Remunerações do Conselho Fiscal em 2012

Remunerações do Conselho Fiscal (Ano 2012)	Un: €		
	P	ROC	V
<b>1. Remuneração</b>			
1.1 Remuneração base anual/fixa	-	14 257,68	-
- Subsídio de férias	-	-	-
- Subsídio de Natal	-	-	-
1.2 Redução decorrente da Lei n.º 64-B/2011	-	1 362,36	-
<b>Remuneração anual efetiva</b>	<b>0,00</b>	<b>12 895,32</b>	<b>0,00</b>

### 3.7.6. Remunerações do Auditor Externo

#### Remunerações do auditor externo

Remunerações do auditor externo	Un: €	
	Ano 2011	Ano 2012
<b>Remuneração anual efetiva</b>	<b>37 200,00</b>	<b>37 200,00</b>

### 3.8. Análise de sustentabilidade da empresa

Neste capítulo é apresentada uma análise sintética da sustentabilidade da empresa nas vertentes económica, ambiental e social. Para o efeito, e em cada um destes vetores, foi feita uma análise SWOT e apresentada a estratégia da empresa, bem como as metas fixadas e os planos de ação para as concretizar.

Na análise SWOT apresentada, e para que a análise seja não apenas qualitativa mas também quantitativa, a mesma é suportada nos indicadores de sustentabilidade que a empresa segue, nos indicadores do controlo de gestão e nos indicadores de monitorização dos processos do sistema de gestão da qualidade e ambiente.

#### 3.8.1. Domínio económico

##### • Análise

O Metropolitano de Lisboa presta um serviço público de transporte que, por si só, é deficitário, dependendo de apoio financeiro do governo, nomeadamente através de subsídios à exploração, para equilibrar as suas contas.

No entanto, e como ponto positivo, regista-se uma forte vontade política de tornar viáveis as empresas do setor, racionalizando a política do transporte público. O Metropolitano de Lisboa, através de um esforço continuado de racionalização de custos tem conseguido uma melhoria sustentada do EBITDA.

Salientam-se, como riscos económicos, os seguintes aspetos:

- Ausência de contrato que defina os termos em que são atribuídas as indemnizações compensatórias.
- Assunção do investimento do estado no que se refere à construção da infraestrutura.
- Elevada exposição à taxa de juro face ao elevado valor da dívida.

### Análise SWOT – Domínio Económico

Ind. GRI	Pontos fortes	Ind. GRI	Pontos fracos
EN4	Consumo indireto de energia – Redução do consumo global;		
EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência – Poupança de recursos ambientais;		
	Margem EBITDA (indicador contrato de gestão) – Melhoria do desempenho financeiro;		
LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região – Reduzindo o absentismo aumenta-se a produtividade e reduz-se os encargos com colaboradores não produtivos;	EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização – Risco dos colaboradores perderem o complemento de reforma.
	Taxa de cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos operacionais (indicador contrato de gestão) – Potencial de melhoria do desempenho operacional levando a um aumento das receitas tarifárias.		
Ind. GRI	Oportunidades	Ind. GRI	Ameaças
LT3	Políticas e programas sobre a gestão dos impactes ambientais, incluindo: iniciativas em meios de transporte sustentáveis, transferência modal e planeamento de rotas – Potencial de concertação da Oferta Carris/ML;	EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo – Risco de faltar apoio financeiro do Estado;
LT6	Políticas e programas implementados para gerir os impactes ao nível do tráfego urbano – Potencial de concertação da Oferta Carris/ML.		Procura – Perda de receita.

#### • Estratégia

O Metropolitano de Lisboa pretende prosseguir com a sua política de contenção de custos e rigor orçamental.

#### • Metas

As metas estabelecidas para 2013 são as seguintes:

- Margem do EBITDA de -39,46%;
- Taxa de cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos operacionais de 41%;
- Volume de negócios de 83.378 m€;
- Eficiência (gastos operacionais/EBITDA) de -6,2%.

#### • Plano de ação

Em 2013, e para além de toda uma política de rigor, contenção orçamental e racionalização dos gastos, serão implementadas quatro medidas com impacto mais significativo:

- Redução dos custos de “Fornecimentos e serviços externos” – renegociação dos contratos com os principais prestadores de serviço (nomeadamente serviços de limpeza e de vigilância);
- Racionalização dos recursos humanos dentro de uma política de sustentabilidade da empresa;
- Otimização dos processos internos;
- Racionalização do consumo de energia.

### 3.8.2. Domínio ambiental

#### • Análise

O ML contribui fortemente para a sustentabilidade da área metropolitana em que se insere ao proporcionar mobilidade com um reduzido impacte ambiental por passageiro x km transportado, comparativamente a outros meios de transporte motorizados. Tal deve-se não só ao modo de transporte em si, mas também à elevada eficiência energética do material circulante utilizado, bem como às medidas implementadas no âmbito da racionalização do consumo de energia como sejam a marcha económica, com redução da velocidade máxima de circulação do material circulante, a diminuição do número de carruagens a partir das 21h30, a adaptação de novos horários dos comboios, com redução de circulações e a racionalização dos consumos ao nível da iluminação das estações.

Também no que respeita aos restantes consumos significativos, materiais e água, existem medidas de racionalização com vista à redução dos mesmos.

As emissões atmosféricas e a produção de resíduos são naturalmente influenciadas pela redução dos consumos, sendo que, no que respeita às principais emissões atmosféricas o ML não tem capacidade para influenciar o fator de emissão de dióxido de carbono associado ao consumo de energia elétrica (401g CO<sub>2</sub>/kWh, em 2012).

Relativamente às águas residuais o ML possui separadores de hidrocarbonetos nas oficinas dos PMO, mas não é efetuado o tratamento das águas residuais provenientes da rede, sendo esta uma fragilidade em termos de potenciais impactes ambientais.

No que respeita à atividade de construção de infraestrutura existe uma prática consolidada de elaboração de estudos de avaliação de impacto ambiental e de acompanhamento subsequente. Em 2012 decorreu a fase de pós-avaliação (no âmbito dos respetivos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental), dos seguintes projetos:

- Prolongamento da linha Vermelha, entre Alameda e S. Sebastião;
- Prolongamento da linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto;
- Prolongamento da linha Azul, entre Amadora Este e Reboleira;

No respeitante aos novos projetos, procedeu-se ao acompanhamento ambiental das empreitadas de construção, assegurando a implementação das medidas de minimização recomendadas nos respetivos estudos de impacto ambiental e/ou exigidas pelas respetivas declarações de impacto ambiental, para os casos dos projetos com Avaliação de Impacte Ambiental, e nos restantes casos das medidas de minimização exigidas nos cadernos de encargos dessas empreitadas.

Em 2012 foi integrado no Sistema de Gestão da Qualidade, o Sistema de Gestão Ambiental, passando a existir uma monitorização mais rigorosa e permanente de todos os aspetos ambientais relativos às atividades da empresa.

#### Análise SWOT – Domínio Ambiental

Ind. GRI	Pontos fortes	Ind. GRI	Pontos fracos
EN4	Consumo indireto de energia – Redução do consumo global;		
EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência – Poupança de recursos ambientais;		
EN8	Consumo total de água – Redução do consumo global;		
EN16	Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso – Redução das emissões;	EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino – Descargas de águas residuais industriais com parâmetros fora do estipulado pelos regulamentos municipais.
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação – Redução da produção de resíduos;		
	Eficiência energética (indicador contrato de gestão) – Melhoria no uso de energia elétrica.		
Ind. GRI	Oportunidades	Ind. GRI	Ameaças
LT3	Políticas e programas sobre a gestão dos impactes ambientais, incluindo: iniciativas em meios de transporte sustentáveis, transferência modal e planeamento de rotas – Potencial de concertação da Oferta Carris/ML;	EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada do ozono, por peso – Possibilidade de emissão de ODS (Ozone Depleting Substances – são substâncias que empobrecem a camada de ozono) provenientes de equipamentos instalados;
LT6	Políticas e programas implementados para gerir os impactes ao nível do tráfego urbano – Potencial de concertação da oferta Carris/ML.		Oferta – Com a redução da oferta existe o risco dos passageiros optarem por outro meio de transporte menos eficiente, como por exemplo a utilização de transporte individual;
			Procura – Existe a possibilidade dos passageiros terem optado por outro meio de transporte menos eficiente, como por exemplo a utilização de transporte individual.

#### • Estratégia

Em matéria ambiental, a estratégia da empresa passará pela certificação do Sistema de Gestão Ambiental pela norma NP EN ISO 14001:2004, pela monitorização periódica dos diversos aspetos ambientais e pela implementação, ou continuidade, de um conjunto de medidas com vista à racionalização de consumos (energia, água, materiais) e de mitigação dos impactes ambientais associados às atividades.

#### • Metas

As metas estabelecidas para 2013 são as seguintes:

- Certificação do Sistema de Gestão Ambiental;
- Cumprimento integral dos requisitos legais aplicáveis;
- Redução do consumo de água em 10% face ao ano anterior;
- Aumento do consumo de energia elétrica e das emissões subsequentes de gases com efeito de estufa derivado do funcionamento na totalidade de 2013 do prolongamento Oriente/Aeroporto num máximo de 8,8% face ao ano anterior;
- Redução do consumo de papel e de toner face ao ano anterior;
- Redução da quantidade de resíduos produzidos face ao ano anterior;
- Aumento da percentagem de resíduos enviados para valorização face ao ano anterior;
- Diminuição do número de reclamações referentes a matéria ambiental;
- Aumento do número de passageiros x km transportados face ao ano anterior.

• Plano de ação

Com vista à consecução das metas fixadas foi elaborado um conjunto de medidas consubstanciado no Programa de Gestão do Sistema. Estas medidas são acompanhadas por equipas multidisciplinares e têm início, genericamente, na monitorização e levantamento da situação atual, para a implementação de ações concretas que se centram na racionalização dos consumos, por um lado, e na identificação de necessidades de intervenção ao nível dos impactes provocados, como seja a questão das águas residuais ou das emissões gasosas.

### 3.8.3. Domínio social

• Análise

O ML oferece aos seus colaboradores níveis remuneratórios e um conjunto de benefícios que, ainda que tenham sido reduzidos no quadro atual de contenção financeira e orçamental do país, se encontram acima da média nacional.

Ao nível externo da empresa, o ML tem um forte papel social ao permitir a mobilidade da população residente e visitante, diminuindo os tempos de deslocação e descongestionando da rede viária. Esse impacto social é tanto maior quanto maior for a necessidade de mobilidade da população, que está diretamente correlacionada com a atividade económica ou com o PIB da região.

Numa outra vertente, e com o intuito de aproximar o ML da população que serve, existe uma prática de patrocinar eventos de proximidade local, de cariz cultural e de solidariedade social.

#### Análise SWOT – Domínio Social

Ind. GRI	Pontos fortes	Ind. GRI	Pontos fracos
EC5	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes – O salário mais baixo do Metropolitano de Lisboa é cerca do dobro do salário mínimo nacional;	LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções – Incumprimento do valor mínimo de horas de formação imposto por lei;
PR5	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente (ISC) – Demonstra que os clientes estão satisfeitos. Índice bom, apesar ter descido em 2012;		
	ECSI – Modo metropolitano considerado o melhor modo de transporte;		Prazo médio de pagamento (indicador contrato de gestão) – Atrasos no pagamento a fornecedores;
LA15	Taxa de retenção e de retorno após licença de paternidade, por género – A empresa apresenta taxas elevadas de retenção e retorno de colaboradores após a paternidade;		
LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções – Não existem diferenças significativas entre mulheres e homens;		Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA) – Ainda não está concluído, o que limita o acesso de pessoas com mobilidade reduzida a algumas estações.
	Existência da “Carta do Cliente”.		
	Cargos dirigentes – Aumento da quota das mulheres;		
	Conciliação da vida profissional, familiar e pessoal – é proporcionado apoio;		
Ind. GRI	Oportunidades	Ind. GRI	Ameaças
	Lei de igualdade do género (Resolução de Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro)	EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização – Risco dos colaboradores perderem o complemento de reforma;
		LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região – Risco de lesões ou doenças profissionais afetarem a vida profissional e pessoal do colaborador;
			Regularidade (indicador contrato de gestão) – Com a redução da regularidade existe o risco dos passageiros não conseguirem chegar ao seu destino no intervalo de tempo pretendido;
			Oferta (outro indicador relevante) – Com a redução da oferta existe o risco dos passageiros não terem outra possibilidade de transporte economicamente viável.

- **Estratégia**

A estratégia da empresa passa pelo aumento da produtividade, pela melhoria das condições de trabalho e consequente pela redução da sinistralidade e ainda pela mudança cultural da transição da gestão por tarefas ou categorias profissionais para uma gestão por competências.

- **Metas**

As principais metas estabelecidas são as seguintes:

- Redução da taxa de absentismo para um valor igual ou inferior a 6%;
- Redução do número de dias perdidos por acidentes de trabalho para 5500;
- Aumento do número de passageiros x km transportados face ao ano anterior;

- **Plano de ação**

O ML iniciou a definição da Matriz de Competências da totalidade dos seus colaboradores com vista a identificar, por um lado, competências que sejam necessárias adquirir e, por outro lado, analisar o potencial humano existente de forma a potenciar o mesmo.

Existe ainda um plano de formação que passará a incluir, a partir de 2013, uma Academia com vista a potenciar jovens quadros de elevado potencial.

Relativamente ao absentismo, existe um projeto específico, com monitorização permanente, ações de sensibilização e acompanhamento personalizado dos casos mais críticos.

### 3.9. Cumprimento dos princípios do bom governo

O ML tem vindo a implementar as ações necessárias para o cumprimento dos princípios de bom governo emanados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, atuando num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas.

### 3.10. Código de ética

Na sociedade contemporânea, em que as mudanças resultantes da globalização, da democratização das tecnologias e da informação, implicam uma maior exigência da sociedade em relação à postura das organizações, a transparência nos princípios organizacionais e a conduta socialmente responsável são determinantes para a sobrevivência das organizações no mercado e para a manutenção de uma imagem institucional positiva.

Neste sentido, a empresa dispõe de um “Código de Ética e de Conduta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.”, que constitui um instrumento importante para promover a partilha da missão, da visão, dos valores e do compromisso da empresa para com os seus *stakeholders*.

É ainda de realçar que, em 2012, no âmbito da “Prevenção de riscos de corrupção e de infrações conexas”, e de acordo com o previsto no art. 19º da RCM n.º 49/2007, de 28 de março, procedeu-se à atualização do respetivo plano, tal como anteriormente referido no capítulo 1.7.5 – “Gestão do Risco”.

### 3.11. Riscos relevantes para a empresa

Toda a matéria relacionada com os riscos relevantes para a empresa encontra-se desenvolvida na parte referente ao desempenho do ML, no capítulo 1.7.5 – “Gestão do Risco”.

### 3.12. Conflitos de interesse

Os membros dos órgãos sociais abstiveram-se de intervir nas decisões que poderiam envolver os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Para além disso, no início do mandato, os membros declararam ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral de Finanças, não deterem participações patrimoniais na empresa, bem como, não desenvolverem quaisquer relações relevantes com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

### 3.13. Divulgação da informação

#### Informação que consta no site do SEE

Informação a constar no site do SEE	Divulgação			Comentário
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, visão, missão e estratégia	X			
Ficha síntese da Empresa	X			
<b>Identificação da Empresa:</b>				
Missão, objetivos, políticas, obrigações do serviço público e modelo de financiamento	X			
<b>Modelo Governo / Identificação dos órgãos sociais:</b>				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
<b>Regulamentos e transações:</b>				
Regulamentos internos e externos	X			
Transações relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de ética e de conduta	X			
Informação financeira histórica e atual	X			
Esforço financeiro do Estado	X			

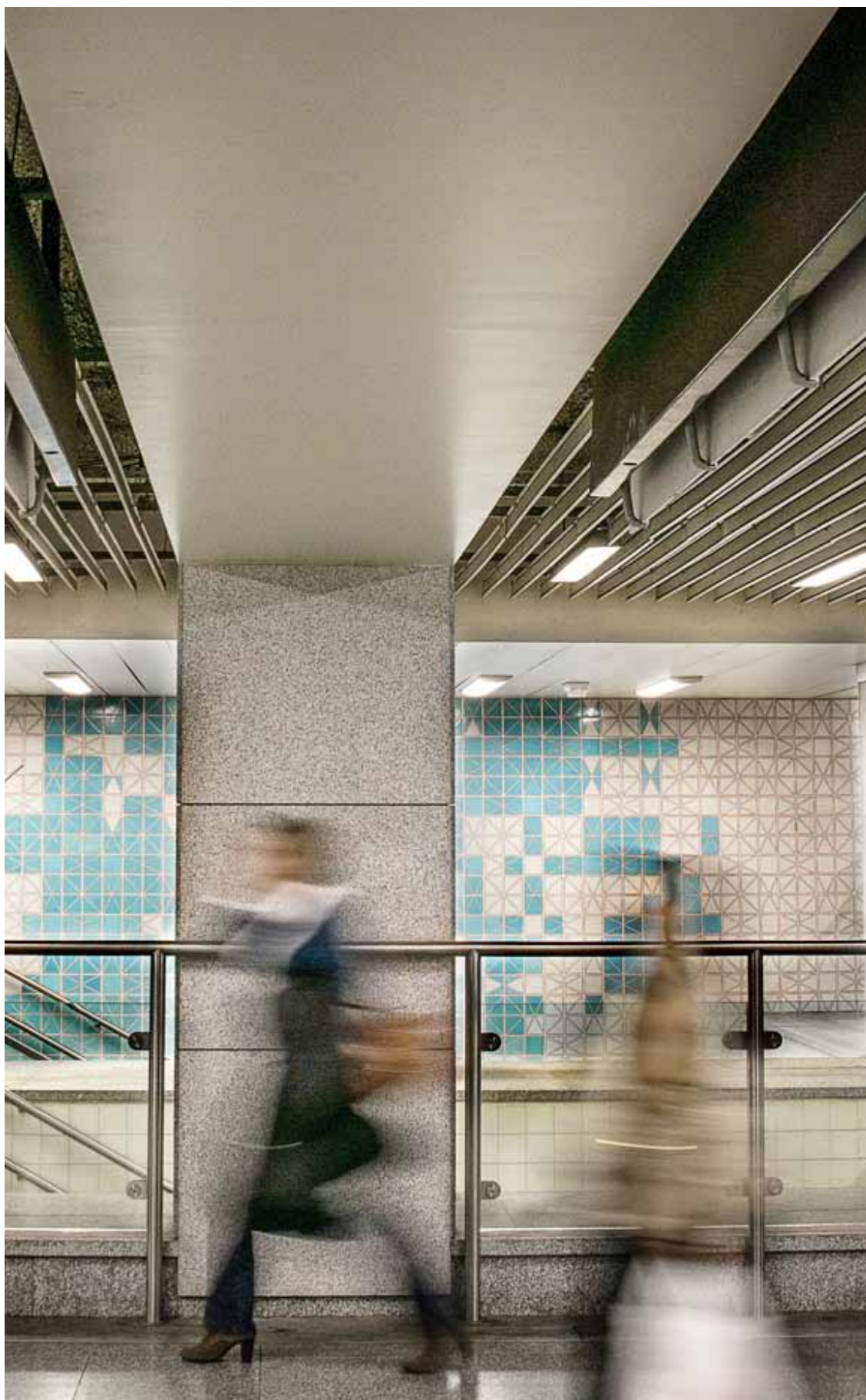
Nota: Parte da informação publicada no Site do SEE encontra-se desatualizada dado que as contas do ML dos anos 2010 e 2011 não foram aprovadas pela Tutela.

#### Informação que consta no site da empresa

Informação a constar no site da empresa	Divulgação			Comentário
	S	N	N.A.	
Existência de site	X			
Historial, visão, missão e estratégia	X			
Organigrama	X			
<b>Órgãos sociais e modelo de Governo:</b>				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificação de sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos internos e externos	X			
Transações fora das condições de mercado	X			
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental	X			
Código de ética e de conduta	X			
Relatório e contas	X			
Carta do Cliente	X			
Provedor do cliente	X			

Legenda:  
S - Sim  
N - Não  
N.A. - Não Aplicável

Estação S. Sebastião



## 4. Cumprimento das orientações legais

### 4.1. Objetivos de gestão

Os objetivos de gestão da empresa encontram-se espelhados no “Contrato de Gestão” assinado com o Estado Português, cujo nível de cumprimento dos mesmos é apresentado no quadro síntese constante no final deste capítulo, e desenvolvido no capítulo 3.2 – “Grau de cumprimento dos objetivos” deste relatório.

### 4.2. Gestão do risco financeiro e limites de endividamento

#### Gestão do risco financeiro

Gestão de risco financeiro (Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro)	Cumprido			Descrição
	S	N	N.A.	
<b>Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva</b>				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			Empréstimos bancários de curto prazo e médio-longo prazo; empréstimos DGTf; operações <i>Schuldchein</i> ; <i>leasing</i> financeiro e operacional; emissões obrigacionistas.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			Taxa de juro variável, fixa, fixa revisível.
Diversificação de entidades credoras	X			Várias instituições financeiras nacionais e internacionais.
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			
<b>Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes</b>				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo curto em médio-longo prazo, em condições favoráveis	X			
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro ( <i>all-in-cost</i> ) da operação	X			Os financiamentos disponibilizados pelo Estado a médio-longo prazo têm um custo financeiro atrativo face às atuais condições de mercado, dispensando a prestação de garantias reais e outras cláusulas restritivas.
Minimização da prestação de garantias reais	X			
Minimização de cláusulas restritivas ( <i>covenants</i> )	X			
<b>Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa</b>				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de fundos comunitários e de capital próprio	X			A empresa procura maximizar a percentagem de participação por produtos nacionais e comunitários.
Utilização de autofinanciamento e de receitas de desinvestimento	X			
<b>Inclusão nos Relatórios e Contas</b>				
Descrição da evolução taxa média anual de financiamento nos últimos cinco anos	X			Ponto 2.1 do relatório
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos cinco anos	X			Idem
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			Em termos descritivos
Reflexão nas DF 2012 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	X			De acordo com o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro.

Legenda:  
S – Sim  
N – Não  
N.A. – Não Aplicável

Os limites máximos de acréscimo de endividamento para 2012, definidos no Despacho n.º 155/11-MEF, de 28 de abril, não foram cumpridos. A dívida remunerada teve um acréscimo um pouco acima da meta de 5% definida pelo Governo, pelo que o endividamento do Metro cresceu 5,3%, passando de 3.969 M€ para 4.181 M€. Este acréscimo, que resultou integralmente dos empréstimos contraídos junto do Tesouro português de acordo com os montantes inscritos no orçamento do Estado, teve como finalidade o pagamento dos encargos financeiros associados ao serviço da dívida.

#### 4.3. Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos

O Governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, o programa “Pagar a tempo e horas”, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril, com o objetivo de reduzir significativa e estruturalmente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

##### Prazo médio de pagamentos a fornecedores

Prazo médio de pagamentos (PMP)	Un: n.º dias			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Ano 2010	75	85	101	115
Ano 2011	109	115	108	128
Ano 2012	150	168	198	113

Em 31/12/2012, conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, encontravam-se em atraso os pagamentos abaixo descritos:

##### Pagamentos em atraso

Pagamentos em atraso	Un: €				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisições de bens e serviços	106 244	16 875	100 427	324 190	643 091
Aquisições de capital	577 257	65 786	85 382	371 536	3 066 877
Saldo em dívida (total)	683 501	82 662	185 808	695 726	3 709 968

#### 4.4. Deveres especiais de informação

Para cumprimento dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio, foi prestada informação atempada, através do envio à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças dos seguintes documentos:

- Planos de atividade anuais e plurianuais;
- Orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado;
- Planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

#### 4.5. Recomendações do acionista

As contas do ML dos anos de 2010 e 2011 ainda não se encontram aprovadas.

#### 4.6. Remunerações

No ano de 2012 foi dado integral cumprimento à Lei do Orçamento de Estado para 2012, em todas as suas vertentes, nomeadamente:

- Dos órgãos sociais (art.º 12º da Lei n.º 12-A/2010, art.ºs 20º, 21º e 29º da Lei n.º 64-B/2011);
- Dos restantes trabalhadores (art.ºs 20º e 21º da Lei n.º 64-B/2011).

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais em 2012 encontram-se no capítulo 3.7.1 – “Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração” e as remunerações auferidas em 2011 e 2012 pelo auditor externo apresentam-se no capítulo 3.7.6. – “Remunerações do Auditor Externo”.

#### 4.7. Estatuto do Gestor Público

No ano de 2012 foi dado integral cumprimento ao Estatuto do Gestor Público, conforme já referido no âmbito das remunerações atrás referidas.

Acrescenta-se que não houve utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da empresa, nem qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal.

#### 4.8. Contratação pública

Os procedimentos adotados em termos de normas de contratação pública encontram-se descritos no capítulo 3.5 – “Outras transações”. Foi dado cumprimento a todas as obrigações legais.

#### 4.9. Racionalização de política de provisionamento de bens e serviços

No início de 2010 a empresa aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, dando cumprimento a uma medida de racionalização dos procedimentos de aquisição de bens e serviços entretanto definida no Plano de Estabilidade e Crescimento.

No que se refere ao parque de veículos do Estado, o ML cumpre o disposto na Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro, encontrando-se centralizada a gestão da frota e definidos os cargos com competências para a utilização de veículos: os membros do Conselho de Administração, os Assessores do Conselho de Administração e os Diretores da empresa. O quadro que se segue resume o parque de veículos do ML em 2012.

##### Parque de veículos do Estado

Parque de veículos do Estado	Ano 2012
1. N.º de veículos adquiridos	1
2. N.º de veículos abatidos	22
3. N.º de veículos atribuídos	22
3.1 Conselho de Administração	1
3.2 Cargos de chefia	21
3.3 Outros (identificar)	0

#### 4.10. Princípio da igualdade de género

Em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março, o ML aprovou na Reunião de Conselho de Administração n.º 21/2012, de 25 de maio, o “Plano de Ação para a Igualdade de Género” para o triénio 2012/2015.

O referido plano apresenta o diagnóstico interno da empresa, baseado nos indicadores para a igualdade e contempla medidas de atuação para a melhoria da igualdade de género dos seus colaboradores, encontrando-se atualmente em fase de alteração. Com efeito, de forma a apurar e monitorizar a avaliação da igualdade de género, adicionaram-se novos indicadores de diagnóstico interno e reformularam-se algumas das medidas de atuação relativamente à versão aprovada em 2012, prevendo-se a sua implementação em 2013.

#### 4.11. Plano de redução de custos

##### Plano de redução de custos

Plano de redução de custos (ofício circular n.º 82/2012, de 6 de janeiro)	Cumprimento			Quantificar	Medidas tomadas
	S	N	N.A.		
1. Assegurar a redução do peso dos CMVMC + FSE + Gastos com pessoal (sem “indenizações por despedimento”) no Volume de negócios (face a um EBITDA positivo)	X			137%	Análise e renegociação de contratos (vigilância e limpeza) e poupança de energia. Redução de 64% do peso face a 2010
2. Redução do número de efetivos e de Cargos de direção	X			9% / 10%	Redução do efetivo face a 1 de janeiro de 2011
3. Gestão do Risco Financeiro – seguir as orientações dos Despachos n.º 101/2009-SETF, de 30 janeiro e n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho	X				Ver capítulo 4.2 – “Gestão do risco financeiro e limites de endividamento”
4. O plano de atividade faz referência à evolução prevista nos “atrasos nos pagamentos” ( <i>arrears</i> ), por antiguidade de saldos, e PMP a fornecedores, assim como a estratégia a adotar pelos órgãos de gestão em 2012 para liquidação das dívidas vencidas há mais de 90 dia e controlo das mesmas	X				Controlo e monitorização mensal dos pagamentos a fornecedores, dando prioridade às dívidas mais antigas.
5. Foram seguidas as orientações sobre as remunerações relativas à contenção da despesa, suspensão de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes de aposentados e reformados, bem como, prémios de gestão (Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e a proposta de Lei do OE/2012)	X				Ver capítulo 4.15 – “Quadro resumo”
6. Aplicação das orientações relativas às normas de contratação pública	X				Ver capítulo 4.8 – “Contratação pública”
7. Orientações sobre o endividamento		X			Ver capítulo 4.2 – “Gestão do risco financeiro e limites de endividamento”
8. Outras orientações:					
Despesas em deslocações, ajudas de custo e alojamento (redução de 50% ao valor gasto em 2010)	X			77%	Redução face ao ano de 2010
Despesas de comunicações (redução de 50% à média do período 2009/2010)		X		38%	Redução face à média do período 2009/2010

#### 4.12.Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes <sup>14</sup>

##### Gastos com pessoal

Designação		2010	2011	2012
Gastos com pessoal *	€	87 656 930	78 836 976	75 297 791
Gastos com órgãos sociais	€	610 813	491 095	334 343
Reduções decorrentes de alterações legislativas	€	0	69 653	18 726
Aumentos decorrentes de alterações legislativas	€	0	0	0
Gastos com dirigentes (sem O.S.)	€	20 070 853	15 918 737	12 691 435
Reduções decorrentes de alterações legislativas	€	0	1 210 085	865 183
Aumentos decorrentes de alterações legislativas	€	0	0	0
Gastos com efetivos (sem O.S. e sem dirigentes)	€	66 975 246	61 767 886	61 612 140
Reduções decorrentes de alterações legislativas	€	0	1 897 009	1 637 639
Aumentos decorrentes de alterações legislativas	€	0	0	0
Rescisões / Indemnizações	€	18	659 259	659 874

\*Total da classe 63 (SNC).

##### Número de cargos dirigentes

Designação		2010	2011	2012
Pessoal no ativo (O.S. + dirigentes + efetivos)	n.º	1680	1598	1529
Órgãos sociais	n.º	8	8	4
Dirigentes (sem O.S.)	n.º	292	270	259
Efetivos (sem O.S. e sem dirigentes)	n.º	1380	1320	1266

#### 4.13 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Desde 02 de janeiro de 2007 que o ML mantém uma conta aberta junto do IGCP, tendo aplicado junto desta entidade pública os seus excedentes de tesouraria pontuais, conforme previsto no art.º 89º da Lei n.º 64-B/2011, de 31 de dezembro.

#### 4.14 Recomendações do Tribunal de Contas

Na sequência das “recomendações” constantes do relatório de auditoria do Tribunal de Contas, cumpre salientar que o cumprimento de algumas das recomendações se encontra fortemente condicionada pela situação económica e financeira que atravessamos, pelo quadro legal vigente.

Neste sentido, relativamente a cada uma das recomendações efetuadas, informamos as medidas tomadas e os resultados obtidos para cada uma, no quadro seguinte.

##### Cumprimento das recomendações do TC

Cumprimento das recomendações do TC	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sím	Não	Em parte		
<b>Recomendação 1:</b>					
Quantificação nas demonstrações financeiras da gratuidade do transporte aos trabalhadores e familiares	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
<b>Recomendação 2:</b>					
Formalização e imputação do pagamento do serviço de transporte aos trabalhadores da Ferconsult	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
<b>Recomendação 3:</b>					
Eliminação da circulação ilegal de passageiros de outras transportadoras	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
<b>Recomendação 4:</b>					
Implementação da depreciação contabilística das ILD		X		Por decisão da tutela, em 2012, as ILD passaram a figurar no balanço, mas sem contabilização de amortizações.	Esta recomendação apenas poderá ser ultrapassada com a celebração do contrato de concessão com o Estado.

<sup>14</sup> Os cargos dirigentes incluem as categorias de diretor e as chefias de primeiro e segundo nível.

Cumprimento das recomendações do TC	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
<b>Recomendação 5:</b>					
Revisão do Acordo de Empresa com vista à eliminação de subsídios, benefícios e prémios sem relação com o aumento de produtividade ou a qualidade de desempenho		X		-	Esta recomendação está condicionada pelo prazo de vigência do acordo de empresa, que termina em 31/dez/2015.
<b>Recomendação 6:</b>					
Revisão do Acordo de Empresa no sentido de fixar um limite para a atribuição do complemento de pensões			X	-	Os trabalhadores admitidos para a Empresa após 31 de dezembro de 2003 não são abrangidos pelo complemento de reforma.
<b>Recomendação 7:</b>					
Diminuição do absentismo dos trabalhadores com funções operacionais e de condução do material circulante	X			Implementação do projeto "Menos absentismo - Mais produtividade"	Projeto ainda em curso; A taxa de absentismo passou de 9,60%, em 2010, para 6,17%, em 2012.
<b>Recomendação 8:</b>					
Revisão e contabilização dos montantes atribuídos ao CCD	X			-	O ML, atualmente, não atribui qualquer subsídio ao CCD.
<b>Recomendação 9:</b>					
Melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida			X	Instalação de meios mecânicos de acesso às estações	Foram concluídos os trabalhos nas estações Roma e Alvalade, estando em curso os trabalhos nas estações Areeiro, Colégio Militar e Baixa-Chiado.  Devido aos atuais condicionalismos económicos não é possível, neste momento, à empresa financiar as obras nas restantes estações.
<b>Recomendação 10:</b>					
Construção de parques de estacionamento	X			Construção de parques de estacionamento	O ML construiu parques na Pontinha, Lumiar, Senhor Roubado e Odivelas, com recurso a meios de financiamento próprios.
<b>Recomendação 11:</b>					
Criação de um sistema de Parque & Siga	X			Criação de um tarifário específico que permite o estacionamento da viatura em alguns parques da EMEL e da Emparque com o acesso à rede do metro.	Concluído
<b>Recomendação 12:</b>					
Potenciar painéis de informação e postos de atendimento relativos à operacionalidade do Metropolitano			X	Informação de tempo de espera para a passagem do comboio seguinte transmitida nos painéis interiores da generalidade das estações.	A funcionar na maioria das estações do Metro
			X	Colocação de painéis informativos na entrada das estações relativa à circulação na rede do ML.	Em fase de estudo
		X		Criação do Gabinete do Cliente	Atualmente existem três gabinetes do cliente ML
			X	Abertura do gabinete Carris / Metro	Em fase de estudo
<b>Recomendação 13:</b>					
Extensão das funções do Provedor Arbitral para Provedor do Cliente	X			-	As funções do Provedor Arbitral integram as competências do Provedor do Cliente
<b>Recomendação 14:</b>					
Centralização da relação com o cliente numa única entidade	X			"Relação com o cliente" num único órgão da empresa.	Em resultado da alteração orgânica do ML, foi criada a Direção Marketing e Comercial, que centraliza a "relação com o cliente".
<b>Recomendação 15:</b>					
Sistematização e compilação dos direitos e deveres do cliente equacionando a compensação pela ausência da prestação do serviço	X			Criação da Carta do Cliente	Concluído
		X		Disponibilizar informação relativa à compensação dos titulares do cartão "Viva viagem", em caso de interrupção do serviço de metro.	Esta informação está disponível no site da empresa
<b>Recomendação 16:</b>					
Atuação sobre aspetos do relatório considerados "a melhorar"				-	-

#### 4.15. Quadro resumo

##### Cumprimentos das orientações legais

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
<b>Objetivos de gestão</b>					
Contrato de gestão	X			Realizado 116%	
<b>Gestão do risco financeiro</b>					
Limites de crescimento do endividamento		X		Realizado 5,3%	Ver capítulo 4.2 – “Gestão do risco financeiro e limites do endividamento”
Evolução do PMP a fornecedores		X		Redução de 15 dias face ao ano anterior.	-
Atrasos nos pagamentos ( <i>arrears</i> )		X		-	Ver capítulo 4.3 – “Prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos”
Deveres especiais de informação	X			-	Ver capítulo 4.4 – “Deveres especiais de informação”
<b>Remunerações</b>					
Não atribuição de prémios de gestão	X			-	
Órgãos sociais – redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei n.º 64-B/2011	X			28 524,58 €	
Órgãos sociais – redução de 5% por aplicação art.º 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			14 295,92 €	
Auditor externo – redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei n.º 64-B/2011			X	-	
Restantes trabalhadores – redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei n.º 55-A/2010	X			2 502 822,00 €	
<b>Contratação pública</b>					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas	X				Ver capítulo 4.8 – “Contratação pública”
Adesão ao sistema nacional de compras públicas	X				
<b>Parque automóvel</b>					
	X				Ver capítulo 4.9 – “Racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços”
<b>Igualdade de género</b>					
	X				Ver capítulo 4.10 – “Princípio da igualdade do género”
<b>Plano de redução de custos</b>					
Gastos com pessoal	X			Redução de 4,5%, face ao ano de 2011	Ver capítulo 4.11 – “Plano de redução de custos”
Fornecimentos e serviços externos	X			Redução de 7,4%, face ao ano de 2011	
Princípio da unidade de tesouraria	X				Ver capítulo 4.13 – “Princípio da unidade de tesouraria do Estado”

Legenda:  
S – Sim  
N – Não  
N.A. – Não Aplicável

Estação Campo Pequeno



## 5. Perspetivas para 2013

No ano de 2013, o ML terá de prosseguir o seu processo de modernização e de reestruturação operacional, continuando a ganhar eficiência e a aumentar a produtividade, ao mesmo tempo que prosseguirão ações de qualificação que permitirão manter elevados níveis de desempenho e de qualidade do serviço.

A preocupante e insustentável situação financeira da empresa, caso não sejam tomadas medidas de reestruturação profundas, continuará a agravar-se, absorvendo todos os ganhos operacionais que venham a ser alcançados, como, aliás, tem acontecido nos últimos anos, o que não pode deixar de constituir motivo de grande preocupação, para o que urge encontrar solução.

A integração operacional com a CARRIS, que está em curso, permitirá uma melhor articulação da Oferta das duas empresas, do que resultará um reforço da intermodalidade e da integração modal, facilitando uma maior e mais racional integração tarifária, com benefício para a mobilidade urbana em Lisboa, esperando-se que daí resulte um ganho de quota de mercado, em consequência da redução da utilização do transporte individual, com o conseqüente aumento de passageiros.

Esta integração deverá, também, ter expressão noutros domínios da organização e do funcionamento da empresa, permitindo, por exemplo, a convergência de procedimentos, a obtenção de economias de escala, etc., o que dará um contributo relevante para a continuação da melhoria do desempenho operacional da empresa.

Ao mesmo tempo, em 2013, serão desenvolvidos os estudos técnicos, económicos e jurídicos necessários para se proceder à abertura à gestão privada da operação/manutenção da atividade do ML, em conformidade com o determinado pelo Governo Português.

Estação Alameda



Estação Anjos



## 6. Demonstrações financeiras

Balancos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Un: €

Ativo	Notas	2012	2011
<b>Ativo não corrente</b>			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.1 e 5	4 414 234 514	3 928 899 643
Ativos fixos tangíveis	6	287 272 796	313 674 776
Propriedades de investimento	8	366 891	399 796
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	20 144 909	15 935 246
Outras contas a receber	13	12 433 723	12 445 631
Derivados	10	48 535 668	36 525 070
Outros ativos financeiros	11	17 539 253	24 351 216
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>4 800 527 754</b>	<b>4 332 231 378</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	12	1 222 618	1 845 086
Clientes	13	8 007 952	5 083 804
Adiantamentos a fornecedores		-	11 483
Estado e outros entes públicos	21	4 173 639	3 797 633
Outras contas a receber	13	18 400 998	21 440 527
Diferimentos	14	57 167 476	57 067 206
Caixa e depósitos bancários	4	24 420 301	110 684
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>113 392 984</b>	<b>89 356 423</b>
<b>Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração</b>		<b>4 414 234 514</b>	<b>3 928 899 643</b>
<b>Total do ativo afeto à operação (ML)</b>		<b>499 686 224</b>	<b>492 688 158</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>4 913 920 738</b>	<b>4 421 587 801</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2012.

Capital Próprio e Passivo	Notas	2012	2011
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado	15	603 750 000	603 750 000
Reserva legal		21 597	21 597
Outras reservas		1 501 878	1 501 878
Resultados transitados		(1 466 173 836)	(1 325 608 309)
Outras variações no capital próprio	16	22 824 584	25 730 815
		<b>(838 075 777)</b>	<b>(694 604 019)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(77 332 060)</b>	<b>(146 052 279)</b>
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(915 407 837)</b>	<b>(840 656 298)</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.1 e 5	4 189 773 808	3 806 891 112
Provisões	17	522 537	1 565 994
Financiamentos obtidos	18	753 124 597	399 130 629
Derivados	10	230 338 909	211 713 563
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	262 739 100	262 695 165
<b>Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração</b>		<b>4 189 773 808</b>	<b>3 806 891 112</b>
<b>Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)</b>		<b>1 246 725 143</b>	<b>875 105 351</b>
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>5 436 498 951</b>	<b>4 681 996 463</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.1 e 5	241 501 175	122 008 531
Fornecedores	20	1 444 281	9 794 472
Estado e outros entes públicos	21	4 106 305	3 866 933
Financiamentos obtidos	18	103 493 601	404 172 531
Outras contas a pagar	23	38 966 622	36 726 075
Diferimentos	24	3 317 640	3 679 094
<b>Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração</b>		<b>241 501 175</b>	<b>122 008 531</b>
<b>Total do passivo corrente afecto à operação (ML)</b>		<b>151 328 449</b>	<b>458 239 105</b>
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>392 829 624</b>	<b>580 247 636</b>
<b>Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração</b>		<b>4 431 274 983</b>	<b>3 928 899 643</b>
<b>Total do passivo afeto à operação (ML)</b>		<b>1 398 053 592</b>	<b>1 333 344 456</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>5 829 328 575</b>	<b>5 262 244 099</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>4 913 920 738</b>	<b>4 421 587 801</b>

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

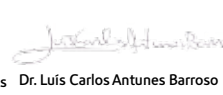
O Conselho de Administração



Dr. José Manuel Silva Rodrigues



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Balanços em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Un: €

Rendimentos e Gastos	Notas	2012	2011
Vendas e serviços prestados	25	81 733 054	67 682 780
Subsídios à exploração	26	46 102 194	45 179 058
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	(837 503)	(1 101 105)
Trabalhos para a própria entidade		4 464 959	5 113 390
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2 205 404)	(2 166 757)
Fornecimentos e serviços externos	27	(35 345 628)	(38 156 119)
Gastos com o pessoal	28	(75 297 791)	(78 836 976)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	12	(50 000)	(50 000)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	73 712	160 464
Provisões (aumentos / reduções)	17 e 19	11 274 881	9 393 781
Aumentos / reduções de justo valor	10	(6 614 748)	(53 373 171)
Outros rendimentos e ganhos	29	4 611 385	8 539 201
Outros gastos e perdas	30	(2 346 811)	(1 615 732)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>25 562 300</b>	<b>(39 231 186)</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 8	(27 718 878)	(31 373 677)
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	8	38 230	(166 518)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(2 118 348)</b>	<b>(70 771 381)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	31	-	13 072
Juros e gastos similares suportados	31	(75 116 318)	(75 177 668)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(77 234 666)</b>	<b>(145 935 977)</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	(97 394)	(116 302)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(77 332 060)</b>	<b>(146 052 279)</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



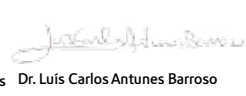
Dr. Carlos Emério Ferreira Mota



Dr. José Manuel Silva Rodrigues



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barrosa



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Un: €

	Notas	2012	2011
<b>Atividades operacionais</b>			
Vendas de bilhetes e passes		84 864 044	80 119 941
Subsídios à exploração	3.18	46 480 470	46 694 180
Recebimentos de clientes		12 363 933	8 859 850
Pagamentos a fornecedores		(53 405 680)	(39 151 126)
Pagamentos ao pessoal		(56 247 350)	(66 785 940)
Caixa gerada pelas operações		34 055 417	29 736 905
Pagamento e recebimento de impostos		(5 441 903)	(12 159 504)
Outros pagamentos / Recebimentos da atividade operacional		(4 640 590)	(9 448 694)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>23 972 924</b>	<b>8 128 707</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras		-	21 289 146
Atividades de investimento em ILD - Subsídios de investimento	5	56 357 289	69 195 103
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		-	362 792
<b>Total dos recebimentos</b>		<b>56 357 289</b>	<b>90 847 041</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2 188 713)	(5 276 650)
Ativos intangíveis		-	-
Atividades de investimento em ILD - Ativos fixos tangíveis		(40 987 506)	(59 721 472)
Outros pagamentos		-	( 179)
<b>Total dos pagamentos</b>		<b>(43 176 219)</b>	<b>(64 998 301)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>13 181 070</b>	<b>25 848 740</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos bancários - IGCP/DGTF	18	410 833 969	105 974 436
Atividades de investimento em ILD - Empréstimos bancários - IGCP/DGTF	5	237 747 877	507 957 564
Atividades de investimento em ILD - Empréstimos obrigacionistas	5.5	-	25 000 000
<b>Total dos empréstimos</b>		<b>648 581 846</b>	<b>638 932 000</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos bancários		(334 888 539)	(384 308 142)
Atividades de investimento em ILD - Empréstimos bancários		(71 502 576)	(71 502 576)
Operações de leasing operacional		(12 924 985)	(9 363 996)
Operações de leasing financeiro		(22 608 703)	(18 308 351)
Atividades de investimento em ILD - Empréstimos obrigacionistas	5.5	(7 731 367)	(7 731 367)
Atividades de investimento em ILD - Juros e gastos similares		(153 477 168)	(138 048 742)
Juros e gastos similares		(52 606 599)	(37 809 528)
Depósito a prazo (caução)		( 634 077)	( 671 566)
Suprimentos concedidos	9	(5 052 209)	(5 138 646)
<b>Total dos pagamentos</b>		<b>(661 426 223)</b>	<b>(672 882 914)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(12 844 377)</b>	<b>(33 950 914)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>24 309 617</b>	<b>26 533</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	110 684	84 151
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	24 420 301	110 684
Numerário	4	24 634	18 723
Depósitos bancários	4	24 395 667	91 961
Caixa e seus equivalentes no fim do período		24 420 301	110 684

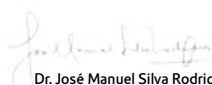
O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



Dr. Carlos Emério Ferreira Mota



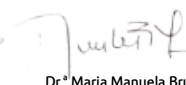
Dr. José Manuel Silva Rodrigues



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

								Un: €
	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total Capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2011		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 144 011 150)	28 637 046	(148 337 248)	(658 437 877)
Alterações no período:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010	15	-	-	-	(148 337 248)	-	148 337 248	-
Reconhecimento de subsídios	16	-	-	-	-	(2 906 231)	-	(2 906 231)
Plano de benefícios definidos – perdas atuariais	19	-	-	-	(30 766 709)	-	-	(30 766 709)
Anulação de gastos com montagem de financiamentos		-	-	-	(2 493 504)	-	-	(2 493 504)
Outros		-	-	-	302	-	-	302
		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 325 608 309)	25 730 815	-	(694 604 019)
Resultado líquido do exercício							(146 052 279)	(146 052 279)
Resultado integral							(146 052 279)	(146 052 279)
Posição em 31 de dezembro de 2011		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 325 608 309)	25 730 815	(146 052 279)	(840 656 298)
Posição em 1 de janeiro de 2012		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 325 608 309)	25 730 815	(146 052 279)	(840 656 298)
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011	15	-	-	-	(146 052 279)	-	146 052 279	-
Reconhecimento de subsídios	16	-	-	-	-	(2 906 231)	-	(2 906 231)
Plano de benefícios definidos – ganhos atuariais	19	-	-	-	5 486 752	-	-	5 486 752
		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 466 173 836)	22 824 584	-	(838 075 777)
Resultado líquido do exercício							(77 332 060)	(77 332 060)
Resultado integral							(77 332 060)	(77 332 060)
Posição em 31 de dezembro de 2012		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 466 173 836)	22 824 584	(77 332 060)	(915 407 837)

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração



Dr. José Manuel Silva Rodrigues



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Estação Martim Moniz



# Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(montantes expressos  
em euros)

## 1. Nota introdutória

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Entidade Pública Empresarial), assumiu, no dia 26 de junho de 2009, com a entrada em vigor do respetivo Decreto-Lei, a sua nova denominação, adiante designada por “Empresa”.

Esta alteração está de acordo com o Decreto-Lei n.º 148-A/2009, D.R. n.º 122, Suplemento, Série I de 26 de junho de 2009, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e revoga o Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro.

A anterior designação, Metropolitano de Lisboa, E.P., tinha resultado da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L..

A Empresa tem por objeto principal a exploração, em exclusividade e regime de serviço público, do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa e na manutenção e desenvolvimento da rede de metro.

A Empresa opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a atividade das entidades públicas empresariais, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pelo Ministério da Tutela, beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário e para investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação pelo Conselho de Administração, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados no capital próprio em 31 de dezembro de 2012 e no resultado líquido findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respetivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral ao nível dos ativos, passivos, gastos e rendimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 31 de maio de 2013. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Estado Português, detentor do capital estatutário, nos termos da legislação específica sobre entidades públicas empresariais em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

### 2.1. Alterações de políticas contabilísticas e reexpressões

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Empresa alterou a política contabilística de reconhecimento dos Investimentos em Infraestruturas de Longa Duração (“ILD”), tendo por base o Despacho n.º 1491/12-SETF, de 18 de setembro de 2012 da Direção Geral do Tesouro e Finanças, no qual foi recomendado à Empresa que refletisse separadamente no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD.

Em resultado desta alteração, a Empresa deixou de apresentar no seu balanço pelo montante líquido, os montantes afetos aos ILD como vinha efetuando até 31 de dezembro de 2011 em resultado da política contabilística adotada até aquela data, passando a reconhecer no balanço na rubrica: (i) do ativo, os investimentos efetuados e os direitos adquiridos (nomeadamente, as contas a receber e os gastos incorridos com financiamentos afetos aos ILD); e (ii) do passivo, as responsabilidades assumidas (nomeadamente, os financiamentos obtidos para a execução dos investimentos afetos ao domínio público, considerando a repartição entre corrente e não corrente, e que se encontram a ser explorados em regime de exclusividade pela Empresa, como referido na Nota introdutória.

Como consequência dos factos atrás descritos, a Empresa procedeu à reexpressão dos montantes apresentados para efeitos comparativos.

O detalhe das reclassificações efetuadas no balanço nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” com referência a 31 de dezembro de 2011 foram como segue:

#### Reclassificações

	31/dez/2011	Ativos fixos tangíveis e intangíveis e subsídios	Gastos com financiamento	Instrumentos financeiros derivados	Processos judiciais em curso	Financiamentos obtidos	Contas a pagar a fornecedores	Outras contas a pagar (juros e taxas de aval)	31/dez/2012 (reexpresso)
<b>Ativo não corrente:</b>									
Ativos fixos tangíveis	-	3 039 605 282	-	-	-	-	-	-	- 3 039 605 282
Ativos intangíveis	-	6 883 717	-	-	-	-	-	-	- 6 883 717
Subsídios	-	(870 738 640)	-	-	-	-	-	-	- (870 738 640)
Conta a receber - Estado	-	-	1 033 000 310	718 457 722	1 691 252	-	-	-	- 1 753 149 284
	-	2 175 750 359	1 033 000 310	718 457 722	1 691 252	-	-	-	- 3 928 899 643
<b>Total ativo</b>	-	2 175 750 359	1 033 000 310	718 457 722	1 691 252	-	-	-	- 3 928 899 643
<b>Passivo não corrente:</b>									
Provisões	-	-	-	-	1 691 252	-	-	-	- 1 691 252
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	3 086 742 138	-	-	- 3 086 742 138
Derivados	-	-	-	718 457 722	-	-	-	-	- 718 457 722
	-	-	-	718 457 722	1 691 252	3 086 742 138	-	-	- 3 806 891 112
<b>Passivo Corrente:</b>									
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	23 316 413	-	- 23 316 413
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	79 233 942	-	-	- 79 233 942
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	19 458 176	- 19 458 176
	-	-	-	-	-	79 233 942	23 316 413	19 458 176	- 122 008 531
<b>Total passivo</b>	-	-	-	718 457 722	1 691 252	3 165 976 080	23 316 413	19 458 176	- 3 928 899 643
<b>Efeito líquido dos ILD</b>	-	(2 175 750 359)	(1 033 000 310)	-	-	3 165 976 080	23 316 413	19 458 176	-

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”).

#### 3.2. Atividades de investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção e renovação das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a Empresa o papel de “agente” nesta atividade.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são divulgados no balanço, nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

##### No ativo:

- As infraestruturas de longa duração (ILD) do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”, as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto de selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo das ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

#### No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os saldos a receber da participação de outras entidades em investimentos de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados como gastos do exercício no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagem;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto de selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração". Contudo esta quantificação apenas considerou tais encargos a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 1995.

### 3.3. Ativos fixos tangíveis

#### Afetos à gestão de infraestruturas:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

#### Afetos às infraestruturas de longa duração (“ILD”):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

O registo das amortizações relativas a estes ativos foi efetuado com base nos critérios acima mencionados para os ativos fixos tangíveis afetos à gestão de infraestruturas, mas apenas até 31 de dezembro de 1997. As amortizações calculadas e registadas até àquela data, foram creditadas diretamente ao valor de custo e debitadas às respetivas reservas de reavaliação como fator correto das mesmas, as quais se encontram consideradas na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”. Após 01 de janeiro de 1998, estes ativos não se encontram a ser amortizados.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

#### 3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

#### 3.5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

##### Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a amortização do ativo, é calculada conforme descrito na Nota 3.3 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

#### 3.6. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

Sempre que, à data do balanço, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente, na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade, é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

### 3.7. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 3.8. Participações financeiras em subsidiárias, associadas e participadas

As participações em subsidiárias, associadas e participadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada ou participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada ou participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

### 3.9. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

Os inventários da Empresa em 31 de dezembro de 2012 consistem, essencialmente, em títulos de transporte (bilhetes), material de manutenção e limpeza.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio.

### 3.10. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### (i.) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

#### a) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros incluem depósitos bancários detidos para garantia de cumprimento de um empréstimo. Estes ativos encontram-se registados ao custo.

#### d) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras contas a pagar".

**(ii.) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Aumentos/reduções de justo valor”.

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se unicamente os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

**(iii.) Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

**(iv.) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

Ativos Financeiros	Notas	2012		2011	
		Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado	Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado
Não corrente:					
Outras contas a receber	13	-	12 433 723	-	12 445 631
Derivados	10	48 535 668	-	36 525 070	-
Outros ativos financeiros	11	-	17 539 253	-	24 351 216
		48 535 668	29 972 976	36 525 070	36 796 847
Corrente:					
Clientes	13	-	8 007 952	-	5 083 804
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	11 483
Outras contas a receber	13	-	18 400 998	-	21 440 527
Caixa e depósitos bancários	4	-	24 420 301	-	110 684
		-	50 829 251	-	26 646 498
		48 535 668	80 802 227	36 525 070	63 443 345

Passivos financeiros	Notas	2012		2011	
		Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado	Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado
<b>Não corrente:</b>					
Financiamentos obtidos	18	-	753 124 597	-	399 130 629
Derivados	10	230 338 909	-	211 713 563	-
		<b>230 338 909</b>	<b>753 124 597</b>	<b>211 713 563</b>	<b>399 130 629</b>
<b>Corrente:</b>					
Fornecedores	20	-	1 444 281	-	9 794 472
Financiamentos obtidos	18	-	103 493 601	-	404 172 531
Outras contas a pagar	23	-	38 966 622	-	36 726 075
		-	<b>143 904 504</b>	-	<b>450 693 078</b>
		<b>230 338 909</b>	<b>897 029 101</b>	<b>211 713 563</b>	<b>849 823 707</b>

### 3.11. Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar os ILD no Metro. Aquela princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa, tal como mencionado na Nota 3.2, procedeu à quantificação dos encargos financeiros incorridos desde 31 de dezembro de 1995, inclusive, e considerou os mesmos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” como uma conta a receber.

### 3.12. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 25%.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. No caso da Empresa, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas a pagar essencialmente originadas pelos gastos incorridos no exercício com viaturas ligeiras de passageiros e mistas e outros com deslocações, ou em despesas de representação ou de relações públicas.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos, corresponderiam a amortizações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios findos compreendidos entre 31 de dezembro de 2007 a 2012, ocorreram situações que conduziram ao registo de ativos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, 155.000.000 euros referentes a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não foram reconhecidos por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos.

### 3.13. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica de “Outras variações no capital próprio”, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.14. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.15. Benefícios pós-emprego

#### Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio no ano em que são determinados.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- b) Reformas antecipadas.

#### Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda determinadas responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, mas que não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2012. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

### 3.16. Instrumentos financeiros derivados

A Empresa contrata instrumentos financeiros derivados, no âmbito da sua política de gestão do risco de cobertura de taxa de juro para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura. Quando forem designados como instrumento de cobertura, o correspondente ganho ou perda de remensuração deve ser registado em resultados quando a posição coberta afetar resultados.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco da Empresa, não cumpram todos os requisitos da NCRF 27 – Instrumentos financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, são considerados como de especulação.

A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada por um avaliador externo (diferente daquele com quem os mesmos foram contratados), sendo consideradas assunções e estimativas na determinação do justo valor, em resultado de alguma informação não se encontrar disponível.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Empresa não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da NCRF 27.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de taxa de juro, dos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de “Derivados”, caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de “Derivados”. As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que dizem respeito na rubrica de “Aumentos/reduções do justo valor”.

No caso dos instrumentos financeiros contratados pela Empresa, para cobrir o risco de taxa de juro dos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” no ativo ou passivo consoante o justo valor à data de relato seja negativo ou positivo, respetivamente, sendo as alterações de justo valor reconhecidas nessas rubricas à data de cada balanço, pelo que o efeito das variações de justo valor é neste caso nulo.

### 3.17. Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

### 3.18. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais – As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetadas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (“IMT, I.P.”).  
Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços da Empresa e de cada um dos outros operadores.
- Bilhetes e bilhetes pré-comprados – A Empresa reconhece a receita no momento da venda dos bilhetes.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas na rubrica de “Subsídios à exploração” no exercício em que são atribuídas.

### 3.19. Gastos departamentais

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 2% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração – ILD (ativos financiados pelo Estado), aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pela Empresa) (Nota 5 e 6), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, conseqüentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

### 3.20. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

### 3.21. Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### 3.22. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vida útil dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- c) Perda por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – os quais na data de cada balanço são determinados por uma entidade independente que não corresponde à entidade com a qual os mesmos foram contratados;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

### 3.23. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, detalha-se conforme se segue:

Fluxos de caixa	2012	2011
Numerário	24 634	18 723
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	24 395 667	91 961
	<b>24 420 301</b>	<b>110 684</b>

## 5. Investimentos de infraestruturas de longa duração

O saldo apresentado nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:

	Notas	2012	2011
<b>Atividades de investimento de ILD:</b>			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3 069 719 658	3 039 605 281
Ativos intangíveis	5.2	6 908 225	6 883 717
Subsídios	5.3	(927 095 929)	(870 738 640)
Conta a receber – Estado	5.4	2 264 702 560	1 753 149 285
<b>Total do ativo</b>		<b>4 414 234 514</b>	<b>3 928 899 643</b>
Passivo não corrente:			
Provisões	5.4.1	7 675 514	1 691 252
Financiamentos obtidos	5.5	3 118 266 680	3 086 742 138
Derivados	5.6	1 063 831 614	718 457 722
		<b>4 189 773 808</b>	<b>3 806 891 112</b>
Passivo corrente:			
Fornecedores	5.7	7 119 053	23 316 413
Financiamentos obtidos	5.5	206 223 333	79 233 942
Outras contas a pagar	5.8	28 158 790	19 458 176
		<b>241 501 175</b>	<b>122 008 531</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>4 431 274 983</b>	<b>3 928 899 643</b>
<b>Total ILD líquido</b>		<b>(17 040 471)</b>	<b>-</b>

### 5.1. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2012						
Ativo bruto	Saldo inicial	Reavaliações	Saldo inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
<b>Ativos fixos tangíveis - ILD</b>	<b>2 949 856 076</b>	<b>(199 062 008)</b>	<b>2 750 794 068</b>	<b>4 238 086</b>	<b>186 049 838</b>	<b>2 941 081 992</b>
Terrenos e recursos naturais	15 986 399	(2 388 442)	13 597 957	-	111 983	13 709 940
Edifícios e outras construções	2 522 676 353	(176 310 029)	2 346 366 324	2 660 695	167 648 813	2 516 675 832
Equipamento básico	411 193 324	(20 363 537)	390 829 787	1 577 391	18 289 042	410 696 220
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>	<b>285 515 682</b>	<b>-</b>	<b>285 515 682</b>	<b>26 460 146</b>	<b>(186 048 974)</b>	<b>125 926 854</b>
Terrenos e recursos naturais	143 997	-	143 997	97	(111 983)	32 112
Edifícios e outras construções	251 305 582	-	251 305 582	18 704 893	(167 647 949)	102 362 526
Equipamento básico	34 066 103	-	34 066 103	7 755 156	(18 289 042)	23 532 217
Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	3 295 531	-	3 295 531	-	(584 719)	2 710 812
<b>Total do ativo fixo tangível bruto - ILD</b>	<b>3 238 667 289</b>	<b>(199 062 008)</b>	<b>3 039 605 281</b>	<b>30 698 232</b>	<b>(583 855)</b>	<b>3 069 719 658</b>

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 nas rubricas de "Ativos fixos tangíveis em curso - edifícios e outras construções" e de "Ativos fixos tangíveis em curso - equipamento básico", no montante de 26.460.146 euros referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, com 18.792.432 euros, Saldanha/S. Sebastião, com 1.587.152 euros e na remodelação da rede 2.282.516 euros.

Os abates ocorridos durante o exercício de 2012, referem-se, essencialmente à redução dos adiantamentos concedidos, relativamente aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, e Alameda/S. Sebastião, nos montantes de 533.127 euros, 404.170 euros e 128.957 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2012 para as rubricas de "Ativo fixo tangível - edifícios e outras construções" e de "Ativo fixo tangível - equipamento básico", nos montantes de 167.648.813 euros e 18.289.042 euros, respetivamente referem-se, essencialmente ao movimento de transferência de "Ativo fixo tangível em curso" de despesas relativas ao empreendimento Oriente/Aeroporto, em resultado da abertura da estação no decurso do exercício de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de 125.926.854 euros registado na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" inclui, essencialmente, 52.288.527 euros relativo ao projeto de expansão do empreendimento Amadora Este/Reboleira e 30.966.357 euros relativo ao empreendimento Oriente/Aeroporto.

31 de dezembro de 2011						
Ativo bruto	Saldo inicial	Reavaliações	Saldo inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
<b>Ativos fixos tangíveis - ILD</b>	<b>2 943 300 377</b>	<b>(199 062 008)</b>	<b>2 744 238 369</b>	<b>4 490 839</b>	<b>2 064 860</b>	<b>2 750 794 068</b>
Terrenos e recursos naturais	15 989 979	(2 388 442)	13 601 537	-	(3 580)	13 597 957
Edifícios e outras construções	2 516 688 119	(176 310 029)	2 340 378 090	4 262 341	1 725 893	2 346 366 324
Equipamento básico	410 622 279	(20 363 537)	390 258 742	228 498	342 547	390 829 787
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>	<b>231 952 414</b>	<b>-</b>	<b>231 952 414</b>	<b>55 631 708</b>	<b>(2 068 440)</b>	<b>285 515 682</b>
Terrenos e recursos naturais	143 926	-	143 926	71	-	143 997
Edifícios e outras construções	221 184 704	-	221 184 704	31 846 771	(1 725 893)	251 305 582
Equipamento básico	10 623 784	-	10 623 784	23 784 866	(342 547)	34 066 103
Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	9 283 871	-	9 283 871	-	(5 988 340)	3 295 531
<b>Total do ativo fixo tangível bruto - ILD</b>	<b>3 184 536 662</b>	<b>(199 062 008)</b>	<b>2 985 474 654</b>	<b>60 122 547</b>	<b>(5 991 920)</b>	<b>3 039 605 281</b>

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 nas rubricas de "Ativos fixos tangíveis em curso - edifícios e outras construções" e de "Ativos fixos tangíveis em curso - equipamento básico", no montante de 55.631.637 euros referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Oriente/Aeroporto e Amadora Este/Reboleira, com 33.512.134 euros e 13.127.553 euros, respetivamente.

Os abates ocorridos durante o exercício de 2011, referem-se, essencialmente à redução dos adiantamentos concedidos, relativamente aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, Alameda/S. Sebastião e Amadora Este/Reboleira, nos montantes de 3.513.638 euros, 1.706.658 euros e 452.601 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2011 para as rubricas de “Ativo fixo tangível – edifícios e outras construções” e de “Ativo fixo tangível – equipamento básico”, nos montantes de 1.725.893 euros e 342.547 euros, respetivamente, referem-se, essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de despesas relativas ao empreendimento Oriente/Aeroporto.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 55.332.634 euros e 40.448.593 euros, respetivamente, os quais referem-se essencialmente a processos intentados relativamente à contestação de adjudicação de obra, processos de expropriações e danos causados por trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede.

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho foi conhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras (Nota 5.4.1). Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2012 qualquer provisão relativa às mesmas, uma vez que caso aquelas indemnizações sejam pagas as mesmas serão registadas como encargos com expropriações na rubrica de ILD “Ativo fixo tangível”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa assumiu o pagamento de indemnizações por danos causados com as obras de expansão da rede através de prestações pecuniárias, no montante de 186.791 euros (234.727 euros em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 os ativos fixos tangíveis em curso das rubricas de “Terrenos e recursos naturais”, “Edifícios e outras construções” e “Equipamento básico”, nos montantes de 32.111 euros, 102.362.526 euros e 23.532.217 euros, respetivamente, compõem-se conforme segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
Remodelação da rede	-	14 434 991	2 843 581
Extensão Rato/Estrela	-	1 456 432	-
Extensão Amadora Este/Reboleira	-	51 203 682	839 353
Extensão S. Sebastião/Campolide	-	2 759 030	389 360
Interface do Cais do Sodré	-	12 994 391	1 264 810
Extensão Oriente/Aeroporto	-	12 826 811	17 096 849
Promoção de acessibilidades	-	1 619 483	-
Outros	32 111	5 067 706	1 098 264
	32 111	102 362 526	23 532 217

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontram-se incluídos os seguintes gastos suplementares:

	2012			2011		
	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos capitalizados						
Gastos departamentais	66 480 672	5 539 415	72 020 087	56 178 659	11 550 009	67 728 668
	66 480 672	5 539 415	72 020 087	56 178 659	11 550 009	67 728 668

## 5.2. Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 2012 e 2011 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

Ativo bruto	31 de dezembro de 2012			
	Saldo inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
<b>Ativos intangíveis - ILD</b>				
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 437 156	333	1 713 976	3 151 465
Despesas de instalação	2 019 827	-	-	2 019 827
Ativos intangíveis em curso	3 426 734	24 175	(1 713 976)	1 736 933
<b>Total do ativo intangível bruto - ILD</b>	<b>6 883 717</b>	<b>24 508</b>	<b>-</b>	<b>6 908 225</b>

O montante de 1.713.976 euros transferido para a rubrica de “Despesas de investigação e desenvolvimento” respeita, essencialmente: (i) ao projeto executivo de prospeção Geotécnica e Geológica na linha Vermelha no montante de 558.763 euros; (ii) ao projeto de prolongamento da linha Vermelha Oriente/Aeroporto no montante de 451.370 euros; e (iii) aos estudos de procura no prolongamento da linha Vermelha e Verde no montante de 110.000 euros.

31 de dezembro de 2011				
Ativo bruto	Saldo inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
<b>Ativos intangíveis – ILD</b>				
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 437 156	-	-	1 437 156
Despesas de instalação	2 019 827	-	-	2 019 827
Ativos intangíveis em curso	3 414 639	12 095	-	3 426 734
<b>Total do ativo intangível bruto – ILD</b>	<b>6 871 622</b>	<b>12 095</b>	<b>-</b>	<b>6 883 717</b>

No valor de custo dos ativos intangíveis, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontram-se incluídos os montantes de 16.458 euros e 10.345 euros, respetivamente, relativos a gastos departamentais capitalizados no valor do ativo.

### 5.3. Subsídios

O movimento ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi como segue:

31 de dezembro de 2012				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Feder	229 464 397	-	-	229 464 397
Piddac	166 664 860	2 950 255	-	169 615 115
Fundo Coesão	270 091 987	53 407 034	-	323 499 021
Subsídios diversos	204 517 396	-	-	204 517 396
<b>Total de subsídios</b>	<b>870 738 640</b>	<b>56 357 289</b>	<b>-</b>	<b>927 095 929</b>

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de 56.357.289 euros respeita, essencialmente, aos subsídios atribuídos no âmbito do: (i) Fundo de Coesão, relativamente à comparticipação nas despesas relativas à extensão S. Sebastião/Alameda, no montante de 8.671.203 euros e extensão Oriente/Aeroporto, no montante 40.464.836 euros; (ii) PIDDAC, no montante de 2.950.255 euros para a extensão Oriente/Aeroporto.

### 5.4. Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, sendo que a sua decomposição é a seguinte:

Descrição	Notas	2012	2011
Instrumentos financeiros	5.6	1 063 831 614	718 457 722
Provisão para processos judiciais em curso	5.4.1	7 675 514	1 691 252
Juros, taxa de aval e imposto do selo	5.4.2	883 409 981	723 214 860
Gastos de emissão	5.4.2	20 230 150	20 230 150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	5.4.2	289 555 301	289 555 301
		<b>2 264 702 560</b>	<b>1 753 149 285</b>

#### 5.4.1. Provisão para processos judiciais em curso

O montante de 7.675.514 euros em 31 de dezembro de 2012 (1.691.252 euros em 31 de dezembro de 2011) respeita à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados.

#### 5.4.2. Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos de infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.

Tal como mencionado na Nota 3.11, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros suportados com as ILD que não foram passíveis de serem capitalizados nas mesmas. Contudo, dada a dificuldade na quantificação deste montante, a Empresa refletiu apenas os encargos financeiros suportados a partir de 1995 e que se encontravam refletidos anteriormente na rubrica de “Resultados transitados”, para a rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração – Gastos com empréstimos”, tendo o Conselho de Administração optado por fazer refletir nesta rubrica o montante de 289.555.301 euros relativo a juros e outros encargos incorridos pela Empresa anteriores a 1995, por contrapartida de “Resultados transitados”, que serviram para saldar a rubrica de ILD. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os gastos com empréstimos tinham a seguinte composição:

Descrição	2012	2011	Variação do ano
Juros, taxa de aval e imposto de selo	883 409 981	723 214 860	160 195 121
Gastos de emissão	20 230 150	20 230 150	-
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289 555 301	289 555 301	-
<b>Total de gastos de empréstimos</b>	<b>1 193 195 432</b>	<b>1 033 000 311</b>	<b>160 195 121</b>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de “Ativo intangível”, “Ativo fixo tangível” e “Ativo tangível em curso” detalham-se como segue:

Descrição	31 de dezembro de 2012				31 de dezembro de 2011			
	Intagível	Tangível	Em curso	Total	Intagível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	139 258	297 349 532	9 457 371	306 946 161	139 257	289 763 990	11 411 104	301 314 351
	139 258	297 349 532	9 457 371	306 946 161	139 257	289 763 990	11 411 104	301 314 351

#### 5.5. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de dezembro de 2012 e 2011 detalha-se como segue:

	Entidade financiadora	2012				2011				Vencimento	Tipo de amortização
		Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total		
<b>Empréstimos obrigacionistas:</b>											
Emissão “Private placement”	Merrill Lynch	77 313 674	7 731 367	23 194 102	30 925 469	77 313 674	7 731 367	30 925 470	38 656 837	15/Out/2016	Maturidade
Emissão Metro 2019	JP Morgan	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	04/Dez/2026	Maturidade
Emissão Metro 2026	BNPP	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	07/Dez/2027	Maturidade
Emissão Metro 2027	Barclays	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	04/Fev/2019	Maturidade
Emissão Metro 2025	DBI,AG	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	23/Dez/2025	Maturidade
			7 731 367	1 333 194 102	1 340 925 469		7 731 367	1 340 925 470	1 348 656 837		
<b>Empréstimos bancários:</b>											
MLA	BEI	57 193 405	3 087 708	12 734 442	15 822 150	57 193 405	3 000 000	15 822 150	18 822 150	15/Dez/2017	Semestral
ML B	BEI	-	-	-	-	124 699 474	8 949 737	-	8 949 737	15/Set/2012	Semestral
ML I/2	BEI	234 435 012	18 000 000	101 579 594	119 579 594	234 435 012	18 000 000	119 579 594	137 579 594	15/Set/2019	Semestral
ML II	BEI	74 819 685	4 987 979	29 927 874	34 915 853	74 819 685	4 987 979	34 915 853	39 903 832	15/Set/2019	Semestral
ML III	BEI	54 867 769	5 584 000	36 287 084	41 871 084	54 867 769	5 584 000	41 871 084	47 455 084	15/Jun/2020	Semestral
ML II/B	BEI	99 759 579	6 650 639	46 554 471	53 205 110	99 759 579	6 650 639	53 205 109	59 855 748	15/Dez/2020	Semestral
ML II/C	BEI	54 867 769	3 657 851	31 091 736	34 749 587	54 867 769	3 657 851	34 749 587	38 407 438	15/Jun/2022	Semestral
ML IV	BEI	169 591 285	22 400 000	107 504 090	129 904 090	169 591 285	18 964 847	129 904 090	148 868 937	15/Set/2018	Semestral
ML I/3	BEI	124 699 474	7 134 398	115 857 552	122 991 950	124 699 474	1 707 523	122 991 951	124 699 474	15/Set/2021	Semestral
ML I/3B	BEI	74 819 685	-	74 819 685	74 819 685	74 819 685	-	74 819 685	74 819 685	15/Jun/2022	Semestral
ML V/A	BEI	150 000 000	-	150 000 000	150 000 000	150 000 000	-	150 000 000	150 000 000	15/Dez/2020	Semestral
ML V/B	BEI	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000	15/Jun/2021	Semestral
ML V/C	BEI	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000	80 000 000	-	80 000 000	80 000 000	15/Jun/2022	Semestral
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507 957 564	126 989 391	380 968 173	507 957 564	507 957 564	-	507 957 564	507 957 564	30/Nov/2016	Semestral
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237 747 877	-	237 747 877	237 747 877	-	-	-	-	30/Nov/2017	Semestral
			198 491 966	1 485 072 578	1 683 564 544		71 502 576	1 445 816 667	1 517 319 243		
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>											
Schuldschein	ABNAMRO	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000	22/Jul/24	Maturidade
			-	300 000 000	300 000 000		-	300 000 000	300 000 000		
<b>Total de empréstimos obtidos</b>			206 223 333	3 118 266 680	3 324 490 013		79 233 942	3 086 742 138	3 165 976 080		

O empréstimo por obrigações “Private Placement”, foi contraído em 07 de outubro de 1996 por um período de vinte anos, com SWAP/PTE para o montante total final da emissão. O reembolso é feito em pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida.

O empréstimo por obrigações “Metro 2019” foi contraído em 04 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027”, foi contraído em 07 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pelo Lei Inglesa.

A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as infraestruturas de longa duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as infraestruturas de longa duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

Em 31 de dezembro de 2012, estes empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2014	7 731 367
2015	7 731 367
2016	7 731 368
2017	-
2018 e seguintes	1 310 000 000
	1 333 194 102

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2014	257 928 936
2015	257 928 936
2016	257 928 936
2017	130 939 545
2018 e seguintes	880 346 225
	1 785 072 578

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao *rating* da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Contrato	Montante em dívida em 31/dez/2012	Prazo	Garantias	"Pari Passu"	Cláusula de detenção	Rating	"Cross default"	Outras cláusulas relevantes
BEI - MLA	15 822 150	05/dez/2017	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML B	-	15/set/2012	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/2	119 579 594	15/set/2019	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II	34 915 853	15/dez/2019	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML III	41 871 084	15/jun/2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II/B	53 205 109	15/dez/2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/3	122 991 951	15/set/2021	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/3B	74 819 685	15/set/2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II/C	34 749 587	15/jun/2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML IV	129 904 090	15/set/2018	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/A	150 000 000	15/dez/2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/B	80 000 000	15/jun/2021	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/C	80 000 000	15/jun/2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de julho de 2004, sujeito à lei alemã aos tribunais de Frankfurt am Main	300 000 000	20/jul/2024	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objeto social da empresa
Merrill Lynch - Private Placement	30 925 469	17/out/2016	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública	Não	Sim	Não alteração substancial da natureza ou do objeto social da empresa
Emissão Metro 2019	400 000 000	2026	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2026	400 000 000	2027	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2025	110 000 000	2025	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2027	400 000 000	2019	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon

## 5.6. Instrumentos financeiros derivados

A Empresa conforme referido na Nota 3.16, de forma a cobrir o risco financeiro de variação das taxas de juro, contratou SWAP de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avalizados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da política de gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

Em 31 de dezembro de 2012 os contratos de SWAP afetos às ILD e o justo valor dos mesmos, determinado por uma entidade independente, diferente daquela com a qual os mesmos foram contratados, detalham-se como segue:

Financiamentos bancários		Data			Capital coberto 31/dez/2012			Justo valor			
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31/dez/2012	31/dez/2011	Variação	
B EI (MLA)	BBVA	02/02/2006	05/12/2005	15/12/2017	-	-	-	-	-	-	
B EI (MLA)	M LYNCH	16/07/2010	15/06/2010	15/12/2017	-	-	-	-	-	-	
					18 061 075	761 075	18 822 150	(762 649)	(451 271)	(311 378)	
B EI (ML B)	1°, 2°, 3°, 4°, 5° DESEMBOLSOS	BST	18/10/2005	15/09/2005	15/09/2012	-	-	-	38 700	(38 700)	
B EI (ML B)	1°, 2°, 3°, 4°, 5° DESEMBOLSOS	BARCLAYS	11/07/2008	15/09/2007	15/09/2012	6 234 974	-	-	(23 340)	23 340	
B EI (ML B)	6° DESEMBOLSO	BST	31/07/2002	15/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(12 660)	12 660	
B EI (ML B)	6° DESEMBOLSO	BARCLAYS	18/02/2011	15/03/2011	15/09/2012	2 672 131	-	-	(28 497)	28 497	
					8 907 105	42 632	8 949 737	-	(25 797)	25 797	
B EI (ML I/2)	1°, 4°, 5°, 7°, 8° DESEMBOLSOS	DBI	26/03/2010	15/03/2010	15/09/2019	78 477 536	-	-	(19 045 304)	(22 131 566)	3 086 262
B EI (ML I/2)	2°, 3° E 6° DESEMBOLSOS	BST	30/03/2006	15/03/2006	15/09/2019	46 554 470	-	-	(18 359 146)	(4 930 663)	(13 428 483)
					125 032 006	12 547 588	137 579 594	(37 404 450)	(27 062 229)	(10 342 221)	
B EI (ML II)	4° DESEMBOLSO	JP MORGAN	12/02/2009	15/06/2008	15/12/2019	15 961 533	-	-	(709 909)	(183 183)	(526 726)
B EI (ML II)	2° E 3° DESEMBOLSOS	BST	31/07/2002	15/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(110 248)	110 248	
B EI (ML II)	2° E 3° DESEMBOLSOS	RBS	16/01/2009	15/12/2008	15/12/2019	15 961 533	-	-	129 744	269 638	(139 894)
B EI (ML II)	1° DESEMBOLSO	BNPP	26/11/2008	15/09/2008	15/12/2019	7 980 766	-	-	(588 493)	(399 192)	(189 301)
					39 903 832	-	39 903 832	(1 168 658)	(422 985)	(745 673)	
B EI (ML III)	1° E 4° DESEMBOLSOS	M LYNCH	26/09/2003	15/12/2003	15/06/2011	-	-	-	(1 073 402)	(400 336)	(673 066)
B EI (ML III)	1° E 4° DESEMBOLSOS	BBVA	02/02/2006	15/12/2005	15/06/2020	-	-	-	-	-	
B EI (ML III)	1° E 4° DESEMBOLSOS	M LYNCH	16/07/2010	15/06/2010	15/06/2020	19 785 650	-	-	-	-	
B EI (ML III)	2° E 3° DESEMBOLSOS	BST	31/07/2002	15/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(77 388)	77 388	
B EI (ML III)	2° E 3° DESEMBOLSOS	BARCLAYS	18/02/2011	15/03/2011	15/06/2020	11 306 086	-	-	(1 540 599)	(1 820 408)	279 809
					31 091 736	16 363 348	47 455 084	(2 614 001)	(2 298 132)	(3 315 869)	
B EI (ML II/B)	1°, 2°, 3°, 4° DESEMBOLSOS	DBI	11/02/2008	15/12/2007	15/12/2020	59 855 748	-	59 855 748	(4 973 459)	(3 361 654)	(1 611 805)
B EI (ML I/3)	1°, 2°, 3°, 4°, 5° DESEMBOLSOS	SG	14/09/2010	15/03/2010	15/09/2021	83 132 983	41 566 491	124 699 474	(23 197 067)	(18 104 607)	(5 092 460)
B EI (ML I/3-B)	1°, 2° DESEMBOLSOS	BNPP	19/05/2009	15/03/2009	15/06/2022	24 441 097	-	-	(6 674 285)	(7 630 399)	956 114
B EI (ML I/3-B)	3° DESEMBOLSO	BST	31/07/2002	15/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(275 704)	275 704	
B EI (ML I/3-B)	3° DESEMBOLSO	BARCLAYS	18/02/2011	15/03/2011	15/06/2022	27 932 682	-	-	(4 848 956)	(5 459 346)	610 390
					52 373 779	22 445 905	74 819 684	(11 523 241)	(13 365 449)	1 842 208	
B EI (ML II/C)	1°, 2° DESEMBOLSOS	BNPP	19/05/2009	15/03/2009	15/06/2022	38 407 438	-	38 407 438	(10 717 358)	(12 344 897)	1 627 539
B EI (ML IV)	1°, 2°, 3°, 4° E 5° DESEMBOLSOS	BES INV	11/02/2010	15/12/2009	15/09/2018	118 713 900	30 155 038	148 868 938	(9 875 764)	(15 412 249)	5 536 485
B EI (ML V/A)	1°, 2°, 3° E 4° DESEMBOLSOS	DBI	27/04/2009	15/03/2009	15/12/2020	140 000 000	10 000 000	150 000 000	(30 629 344)	(22 161 604)	(8 467 740)
B EI (ML V/B)	1°, 2°, 3° DESEMBOLSOS	BARCLAYS	10/07/2008	15/06/2008	15/06/2021	77 333 333	2 666 667	80 000 000	(3 456 422)	7 902 075	(11 358 497)
B EI (ML V/C)	1° DESEMBOLSO	BST	26/05/2003	16/06/2003	15/06/2022	-	-	-	(7 558 349)	(5 537 448)	(2 020 901)
B EI (ML V/C)	1° DESEMBOLSO	BNPP	14/02/2006	15/12/2005	15/06/2022	-	-	-	3 243 997	1 069 553	2 174 444
B EI (ML V/C)	1° DESEMBOLSO	JP MORGAN	31/05/2007	15/12/2006	15/06/2022	40 000 000	-	-	1 211 722	2 800 083	(1 588 361)
B EI (ML V/C)	2° DESEMBOLSO	BNPP	26/11/2008	15/09/2008	15/06/2022	40 000 000	-	-	(4 092 389)	(1 764 853)	(2 327 536)
					80 000 000	-	80 000 000	(7 195 019)	(3 432 665)	(3 762 354)	
BEI (REEST-TAXAS FIXAS REVISÍVEIS)	BST	09/03/2006	15/03/2006	15/09/2012	6 234 974	-	6 234 974	-	(4 251)	4 251	
BEI (REEST-INC CAPITAL) TRANCHE A	C SUISSSE	03/06/2008	15/03/2008	15/06/2022	68 274 372	-	-	(43 639 184)	(50 271 813)	6 632 629	
BEI (REEST-INC CAPITAL) TRANCHE B	BST	31/05/2007	15/03/2007	15/06/2022	-	-	-	(328 218 600)	(106 757 476)	(221 461 124)	
BEI (REEST-INC CAPITAL) TRANCHE B	JP MORGAN	15/07/2009	15/03/2010	15/06/2022	-	-	-	2 319 737	(225 484)	2 545 221	
BEI (REEST-INC CAPITAL) TRANCHE B	CAIXA BI	16/07/2009	15/03/2010	15/06/2022	34 137 186	-	-	2 319 737	(225 484)	2 545 221	
BEI (REEST-INC CAPITAL) TRANCHE C	DBI	26/03/2010	15/03/2010	15/06/2022	34 137 186	-	-	(3 155 482)	(1 221 344)	(1 934 138)	
					136 548 744	(136 548 744)	-	(370 373 792)	(158 701 601)	(211 672 191)	

Financiamentos bancários					Data			Capital coberto 31/dez/2012			Justo valor		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31/dez/2012	31/dez/2011	Varição			
A B N (SCHULDSCHEIN) TRANCHE A	MORGAN STANLEY	08/07/2008	22/07/2010	22/07/2024	-	-	-	(29 741 487)	(24 580 849)	(5 160 638)			
A B N (SCHULDSCHEIN) TRANCHE A	C SUISSSE	18/04/2011	22/07/2006	22/07/2024	100 000 000	-	-	10 206 827	7 998 540	2 208 287			
A B N (SCHULDSCHEIN) TRANCHE B	SG	10/09/2010	22/07/2010	22/07/2024	100 000 000	-	-	(48 734 952)	(38 130 245)	(10 604 707)			
A B N (SCHULDSCHEIN) TRANCHE C	BST	25/02/2005	22/07/2005	22/07/2024	-	-	-	(29 305 648)	(24 136 994)	(5 168 654)			
A B N (SCHULDSCHEIN) TRANCHE C	C SUISSSE	03/03/2010	22/07/2006	22/07/2024	100 000 000	-	-	(13 393 372)	24 807 622	(38 200 994)			
					300 000 000	-	300 000 000	(110 968 632)	(54 041 926)	(56 926 706)			
MERRILL LYNCH	M LYNCH	16/07/2010	15/04/2010	15/10/2016	46 388 204	-	46 388 204	(1 576 363)	(1 441 825)	(134 538)			
					-	-	-	4 018 138	5 293 389	(1 275 251)			
					46 388 204	-	46 388 204	2 441 775	3 851 564	(1 409 789)			
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	16/05/2008	04/12/2007	04/12/2026	100 000 000	-	100 000 000	(4 680 152)	(9 996 861)	(3 683 291)			
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	29/11/2010	04/12/2009	04/12/2026	100 000 000	-	100 000 000	(8 137 557)	(15 401 670)	7 264 113			
OBRIGAÇÕES 2026	BBVA	15/12/2006	04/12/2006	04/12/2026	70 000 000	-	70 000 000	(23 084 110)	(11 628 863)	(11 455 247)			
OBRIGAÇÕES 2026	M LYNCH	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026	30 000 000	-	30 000 000	13 826 290	3 417 284	10 409 006			
OBRIGAÇÕES 2026	CGD	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026	30 000 000	-	30 000 000	5 270 862	5 252 042	18 820			
OBRIGAÇÕES 2026	C SUISSSE	09/08/2011	04/12/2010	04/12/2026	70 000 000	-	70 000 000	5 270 862	5 252 042	18 820			
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	17/05/2007	04/12/2006	04/12/2026	200 000 000	-	200 000 000	(9 340 360)	(9 962 533)	(8 377 827)			
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	06/07/2010	04/12/2009	04/12/2026	170 000 000	-	170 000 000	(43 785 452)	(46 936 341)	3 150 889			
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	29/11/2010	04/12/2009	04/12/2026	30 000 000	-	30 000 000	4 878 720	4 848 207	30 513			
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	15/05/2009	04/03/2009	04/12/2026	100 000 000	-	100 000 000	(156 215 611)	(145 874 013)	(10 341 598)			
OBRIGAÇÕES 2026	CAIXA BI	28/04/2010	04/12/2009	04/12/2026	100 000 000	-	100 000 000	(3 380 446)	(5 556 592)	2 176 146			
OBRIGAÇÕES 2026	DBI	26/03/2010	04/12/2009	04/12/2026	70 000 000	-	70 000 000	(63 726 402)	(63 136 898)	(5 895 504)			
OBRIGAÇÕES 2026	DBI	27/07/2009	04/12/2008	04/12/2026	70 000 000	-	70 000 000	21 392 307	24 639 744	(3 247 437)			
					1 140 000 000	-	1 140 000 000	(261 711 049)	(247 084 452)	(14 626 597)			
OBRIGAÇÕES 2027	BARCLAYS	20/12/2007	07/12/2007	07/12/2022	200 000 000	-	200 000 000	(23 026 330)	(18 392 382)	(4 633 948)			
OBRIGAÇÕES 2027	JP MORGAN	07/12/2007	07/12/2007	07/12/2027	100 000 000	-	100 000 000	(57 586 032)	(57 204 517)	(381 515)			
OBRIGAÇÕES 2027	BNPP	28/04/2010	07/12/2009	07/12/2027	100 000 000	-	100 000 000	9 914 102	1 266 744	8 647 358			
					400 000 000	-	400 000 000	(70 698 260)	(74 330 155)	3 631 895			
OBRIGAÇÕES 2019	BARCLAYS	28/01/2009	04/02/2009	04/02/2019	400 000 000	-	400 000 000	63 929 887	38 880 099	25 049 788			
OBRIGAÇÕES 2019	CITIBANK	15/01/2010	04/02/2010	04/02/2019	100 000 000	-	100 000 000	(27 243 001)	(20 802 592)	(6 440 409)			
OBRIGAÇÕES 2019	GSI	11/03/2011	04/08/2012	04/02/2019	300 000 000	-	300 000 000	(51 351 417)	(27 125 777)	(24 225 640)			
					800 000 000	-	800 000 000	(14 664 531)	(9 048 270)	(5 616 261)			
OBRIGAÇÕES 2030	BARCLAYS	30/12/2010	30/12/2010	30/12/2030	300 000 000	-	300 000 000	(94 339 693)	(68 557 167)	(25 782 526)			
					4 001 984 857	-	4 001 984 857	(1 063 831 614)	(718 457 722)	(345 373 892)			

A metodologia utilizada pelo avaliador Independente na quantificação do valor daqueles contratos consiste na projeção dos *cash-flows* esperados no futuro, atualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero atual, de forma a projetar aos Indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efetuados com as diversas instituições bancárias.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no saldo da rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" dado que o ativo correspondente, se encontra considerado de forma intrínseca nesta rubrica, compensando o efeito líquido negativo destes SWAP em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

#### 5.7. Fornecedores

A rubrica de fornecedores, é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

#### 5.8. Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício de 2013. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui o montante de 2.419.256 euros relativo a gastos com investimentos efetuados em ILLD os quais à data ainda não se encontravam faturados pela Ferconsult.

## 6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis da Empresa, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2012							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	24 287 679	251 251 764	497 505 520	1 236 442	26 205 594	24 829 596	5 892 580	831 209 175
Aquisições	-	1 776	641 895	13 980	214 681	494 051	694 456	2 060 839
Alienações	-	-	(813)	(638 069)	(4 779)	-	-	(643 661)
Transferências	-	-	635 566	-	2 179 814	-	(3 610 960)	(795 580)
Abates	-	-	(1 021)	-	(336 909)	(1 910)	-	(339 840)
<b>Saldo final</b>	<b>24 287 679</b>	<b>251 253 540</b>	<b>498 781 147</b>	<b>612 353</b>	<b>28 258 401</b>	<b>25 321 737</b>	<b>2 976 076</b>	<b>831 490 933</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial	-	159 550 362	322 595 264	1 080 388	24 937 809	9 370 576	-	517 534 399
Amortizações do exercício	-	10 816 426	15 333 887	68 157	548 319	880 955	-	27 647 744
Alienações	-	-	(813)	(620 914)	(3 228)	-	-	(624 955)
Abates	-	-	(912)	-	(336 439)	(1 700)	-	(339 051)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>170 366 788</b>	<b>337 927 426</b>	<b>527 631</b>	<b>25 146 461</b>	<b>10 249 831</b>	<b>-</b>	<b>544 218 137</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>24 287 679</b>	<b>80 886 752</b>	<b>160 853 721</b>	<b>84 722</b>	<b>3 111 940</b>	<b>15 071 906</b>	<b>2 976 076</b>	<b>287 272 796</b>

O aumento no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ocorrido na rubrica de “Equipamento básico” no montante de 641.895 euros resulta, essencialmente, da aquisição de transformadores de tração no montante de 310.764 euros e da ampliação da rede telefónica no montante de 233.661 euros.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2012 para as rubricas de “Equipamento básico” e de “Equipamento administrativo” no montante de 635.566 euros e 2.179.814 euros, respeitam, essencialmente, ao equipamento do material circulante com rádios móveis portáteis e portáteis TETRA, para efetuar as comunicações privadas no sistema SIRESP e sistema de planeamento ótimo de recursos e gestão em tempo real da operação (sistema PLAGO).

	2011							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	24 287 545	251 246 724	497 529 500	1 218 093	25 642 153	24 626 564	2 432 361	826 982 940
Aquisições	134	5 039	65 486	93 319	696 281	207 336	3 488 159	4 555 754
Alienações	-	-	(62 100)	(74 970)	-	-	-	(137 070)
Transferências	-	-	-	-	27 940	-	(27 940)	-
Abates	-	-	(27 365)	-	(160 780)	(4 304)	-	(192 449)
<b>Saldo final</b>	<b>24 287 679</b>	<b>251 251 764</b>	<b>497 505 520</b>	<b>1 236 442</b>	<b>26 205 594</b>	<b>24 829 596</b>	<b>5 892 580</b>	<b>831 209 175</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial	-	148 729 213	303 643 014	1 053 452	24 610 959	8 503 418	-	486 540 056
Amortizações do exercício	-	10 821 149	19 030 143	92 713	487 289	871 250	-	31 302 544
Alienações	-	-	(51 462)	(65 777)	-	-	-	(117 239)
Abates	-	-	(26 431)	-	(160 439)	(4 092)	-	(190 962)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>159 550 362</b>	<b>322 595 264</b>	<b>1 080 388</b>	<b>24 937 809</b>	<b>9 370 576</b>	<b>-</b>	<b>517 534 399</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>24 287 679</b>	<b>91 701 402</b>	<b>174 910 256</b>	<b>156 054</b>	<b>1 267 785</b>	<b>15 459 020</b>	<b>5 892 580</b>	<b>313 674 776</b>

O aumento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso”, inclui: (i) 1.571.836 euros relativo à aquisição de equipamentos de venda automática, controlo de acessos e monitorização para as novas estações; (ii) 714.526 euros relativo à aquisição de módulos de pagamento eletrónico para integrar nas máquinas de venda de títulos; (iii) 578.333 euros relativo à aquisição de equipamentos de comunicação BACKBONE; (iv) 294.461 euros relativo a despesas com o Sistema PLAGO – Sistema de Planeamento Ótimo de Recursos e Gestão em Tempo Real da Operação do ML; e (v) 52.009 euros relativo à aquisição de estações de rádio móvel e de portáteis TETRA para o material circulante.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa capitalizou encargos financeiros, relacionados com empréstimos contraídos para financiar ativos em fase de construção e gastos departamentais, conforme segue:

Gastos capitalizados	2012	2011
Gastos de empréstimos	10 928	67 433
	10 928	67 433

As amortizações do exercício, no montante de 27.647.744 euros (31.302.544 euros em 2011), foram registadas na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” na demonstração dos resultados.

## 7. Locações

### Locações financeiras

Conforme referido na Nota 3.5, a Empresa regista no seu ativo tangível (Nota 6) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 55 unidades triplas de tração, três viaturas ligeiras e uma máquina fotocopiadora registados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis – equipamento básico” e “Ativos fixos tangíveis – equipamento administrativo”, respetivamente.

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são detalhados conforme se segue:

Locações financeiras – Bens	2012		2011	
	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento básico	305 858 686	167 602 380	138 256 306	149 179 914
Equipamento de transporte	77 399	37 322	40 077	24 896
Equipamento administrativo	8 956	8 956	-	1 636
	305 945 041	167 648 658	138 296 383	149 206 446

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, vencem juros a taxas anuais que se situam entre 3,328% e 14,738%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

Locações financeiras	Capital em dívida (Nota 18)	
	2012	2011
Até 1 ano	26 999 992	19 289 884
Entre 1 ano e 5 anos	47 534 578	70 443 178
A mais de 5 anos	15 275 224	22 713 015
	89 809 794	112 446 077

### Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. (Nota 9) e Hewlett-Packard International Bank não reconhecidas no balanço (Nota 3.5) no montante de 235.410.226 euros (Nota 17).

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2012 e 2011 são detalhados conforme se segue:

Locações operacionais	Pagamentos mínimos	
	2012	2011
Até 1 ano	7 220 379	10 141 441
Entre 1 ano e 5 anos	59 265 912	59 265 912
A mais de 5 anos	168 923 935	173 842 531
	235 410 226	243 249 885

## 8. Propriedades de investimento

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi como segue:

31 de dezembro de 2012					
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3 555 595	1 282 735	1 905 969	366 891	366 891
	3 555 595	1 282 735	1 905 969	366 891	366 891

31 de dezembro de 2011					
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3 555 595	1 211 601	1 944 198	399 796	399 796
	3 555 595	1 211 601	1 944 198	399 796	399 796

As propriedades de investimento detidas pela Empresa referem-se a 35 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede, os quais se encontram a ser amortizados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado pelo diferencial entre os *cash-flows* previstos das rendas dos contratos de locação celebrados, conforme referido na Nota 3.6, e os gastos estimados (nomeadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis e gastos com condomínio e manutenção) até ao final dos referidos contratos. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

31 de dezembro de 2012				
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	24 726	20 862	71 134	(67 270)
	24 726	20 862	71 134	(67 270)

31 de dezembro de 2011				
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	24 288	24 796	71 133	(71 641)
	24 288	24 796	71 133	(71 641)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Empresa procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 38.230 euros, a qual foi registada na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)” na demonstração dos resultados.

As amortizações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, no montante de 71.134 euros, foram registadas na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização”.

## 9. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e em outras empresas:

	2012										
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida	
<b>Subsidiárias:</b>											
Ferconsult, S.A.	Lisboa	13 746 786	10 337 175	3 409 610	4 986 425	(1 203 124)	100,00%	(1 203 124)	(1 203 124)	3 409 610	b)
Ferconsult, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	1 031 836	
Metrocom, S.A.	Lisboa	2 480 910	949 275	1 531 635	2 944 824	443 758	100,00%	443 758	443 758	1 531 635	b)
<b>Empresas associadas:</b>											
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	4 145 816	4 148 684	(2 868)	1 614 964	-	40,00%	-	-	(1 147)	
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	3 845 496	3 560 790	284 707	5 622 283	284 707	5,00%	14 235	14 235	14 235	
<b>Total de investimento em subsidiárias e associadas</b>										<b>5 986 169</b>	
<b>Investimento noutras empresas:</b>											
Edel - Empresa Editorial, Lda	Lisboa	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	20	a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	75 923 772	86 963 811	(11 040 038)	4 743 005	(583 802)	16,00%	(93 408)	312 346	-	
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	14 050 474	
Otlis, A.C.E.	Lisboa	2 292 320	1 534 599	757 721	2 911 556	277 889	14,29%	39 710	108 246	108 246	
TREM, A.C.E.	Lisboa	8 770 789	72 731 710	(10 702 242) d)	3 052 086	(1 250 205) d)	0,01%	(119)	-	-	
TREM II, A.C.E.	Lisboa	39 607 401	163 070 291	(20 264 309) d)	6 145 276	(2 976 660) d)	0,01%	(282)	-	-	
<b>Total de investimento noutras empresas</b>										<b>14 158 740</b>	
<b>Total</b>										<b>20 144 909</b>	

a) Informação financeira não auditada em 31 de dezembro de 2012.

b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

c) Informação não disponível.

d) Montantes corrigidos com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

	2011										
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida	
<b>Subsidiárias:</b>											
Ferconsult, S.A.	Lisboa	16 380 599	11 767 865	4 612 734	8 916 509	(1 482 371)	100,00%	(1 482 371)	(1 482 371)	4 612 736	b)
Ferconsult, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	973 698	
Metrocom, S.A.	Lisboa	1 990 419	902 542	1 087 877	2 944 297	394 821	100,00%	394 821	394 821	1 087 877	b)
<b>Empresas associadas:</b>											
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	2 595 705	3 598 573	(2 868)	1 781 984	(143 333)	40,00%	(57 333)	-	(1 147)	
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	6 848 653	6 563 257	285 396	6 153 853	285 396	5,00%	14 270	14 270	14 270	
<b>Total de investimento em subsidiárias e associadas</b>										<b>6 687 434</b>	
<b>Investimento noutras empresas:</b>											
Edel - Empresa Editorial, Lda	Lisboa	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	20	a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	77 479 614	87 169 956	(9 690 342)	5 042 609	(874 806)	16,00%	(139 969)	312 346	-	
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	8 998 267	
Otlis, A.C.E.	Lisboa	3 476 800	1 730 125	1 746 675	3 279 937	495 176	14,29%	70 736	70 736	249 525	
TREM, A.C.E.	Lisboa	12 996 751	75 633 011	(9 120 438) d)	3 299 951	(351 798) d)	0,01%	(32)	-	-	
TREM II, A.C.E.	Lisboa	39 567 732	168 896 357	(16 221 698) d)	6 687 979	(2 776 371) d)	0,01%	(250)	-	-	
<b>Total de investimento noutras empresas</b>										<b>9 247 812</b>	
<b>Total</b>										<b>15 935 246</b>	

a) Informação financeira não auditada em 31 de dezembro de 2011.

b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

c) Informação não disponível.

d) Montantes corrigidos com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

A participação financeira detida pela Empresa na subsidiária Ferconsult, S.A. encontra-se, em 31 de dezembro de 2012 registada pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, apropriado uma perda no decurso do exercício de 2012 no montante de 1.203.124 euros que foi reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e participadas”.

A participação financeira que a Empresa detém na participada GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., encontra-se registada por valor nulo, dado ser entendimento do Conselho de Administração que apesar da atual situação económica desta associada, a qual segundo informação financeira em 31 de dezembro de 2012 apresenta perdas acumuladas de 11.040.038 euros, não decorrerão perdas adicionais para a Empresa.

Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa concedeu suprimentos à GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., no montante de 5.052.207 euros, sendo que em 31 de dezembro de 2012, o montante total concedido a título de suprimentos ascende a 14.050.474 euros. A Empresa não reconheceu qualquer perda por imparidade relativa a este montante, por ser entendimento do Conselho de Administração que os mesmos serão realizáveis no futuro.

No exercício de 2011, a Empresa aumentou a sua participação financeira na Metrocom, S.A. em 20%, cujo valor de aquisição ascendeu a 368.825 euros. Em resultado desta aquisição a Empresa reconheceu uma perda de imparidade, na rubrica de “Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)”, pelo montante de 230.214 euros, o qual corresponde ao diferencial entre o valor de aquisição e o valor dos capitais próprios da participação adquirida.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, a Empresa reconheceu a sua quota-parte nas perdas acumuladas apresentadas pela participada Publímetro, S.A., no montante de 1.147 euros.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pela Empresa no decurso do exercício de 2012 e 2011 foi como segue:

	2012		
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
<b>Participações financeiras</b>			
Saldo inicial	5 964 428	10 284 311	16 248 739
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(705 421)	-	(705 421)
Dividendos	(63 581)	-	(63 581)
Outras variações no capital próprio – subsídios	(131 633)	-	(131 633)
Aumentos de suprimentos – GIL	-	5 052 207	5 052 207
Juros de suprimentos – Ferconsult	-	58 138	58 138
Outras variações	(47)	-	(47)
<b>Saldo final</b>	<b>5 063 746</b>	<b>15 394 656</b>	<b>20 458 402</b>
<b>Perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	(313 493)	-	(313 493)
<b>Saldo final</b>	<b>(313 493)</b>	<b>-</b>	<b>(313 493)</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>4 750 253</b>	<b>15 394 656</b>	<b>20 144 909</b>

2011			
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
<b>Participações financeiras</b>			
Saldo inicial	6 985 942	5 131 967	12 117 909
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(1 058 698)	-	(1 058 698)
Dividendos	(59 035)	-	(59 035)
Aquisição de 20% da Metrocom	368 825	-	368 825
Desreconhecimento do "Goodwill"	(230 214)	-	(230 214)
Outras variações no capital próprio - subsídios	(42 407)	-	(42 407)
Aumento de suprimentos - GIL	-	4 178 646	4 178 646
Aumento de suprimentos - Ferconsult	-	960 000	960 000
Juros de suprimentos - Ferconsult	-	13 698	13 698
Outras variações	15	-	15
<b>Saldo final</b>	<b>5 964 428</b>	<b>10 284 311</b>	<b>16 248 739</b>
<b>Perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	(312 346)	-	(312 346)
Perdas por imparidade do exercício - Publimetro	(1 147)	-	(1 147)
<b>Saldo final</b>	<b>(313 493)</b>	<b>-</b>	<b>(313 493)</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>5 650 935</b>	<b>10 284 311</b>	<b>15 935 246</b>

## 10. Derivados

O saldo das rubricas de "Derivados" em 31 de dezembro de 2012 e 2011, corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado por uma entidade independente, diferente daquela com a qual os mesmos foram contratados, e detalham-se como segue:

Financiamentos bancários	Entidade	Data Swap	Inicial	Final	Capital	Justo valor				Variação	
						31/dez/2012	Passivo	31/dez/2011	Passivo		
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	11/03/2011	21/07/2010	21/07/2016	71 042 080	16 260 790	-	8 648 218	-	7 612 572	
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	11/03/2011	24/07/2010	24/07/2016	50 000 000	11 573 189	-	6 203 110	-	5 370 079	
DB EXPORT/95	BST	26/02/2003	15/06/2003	30/12/2013	26 199 752	-	(510 593)	-	(1 049 048)	538 455	
DB EXPORT/97	BST	26/02/2003	15/06/2003	30/12/2015	29 132 966	-	(1 706 142)	-	(2 008 031)	301 889	
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22/09/2005	01/07/2005	01/01/2019	57 050 204	-	(48 770 499)	-	(63 505 413)	14 734 914	
BSN-CGD (US LEASE)	JP MORGAN	15/07/2009	01/07/2009	01/01/2019	-	4 700 505	-	4 916 378	-	(215 873)	
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16/07/2009	01/07/2009	01/01/2019	-	4 700 505	-	4 916 378	-	(215 873)	
TREM I	C SUISSE	16/11/2009	20/03/2007	20/03/2020	75 227 378	-	(1 816 003)	-	(7 369 895)	5 553 892	
TREM II	C SUISSE	16/11/2009	24/03/2007	24/09/2021	82 949 743	-	(3 030 532)	-	(11 809 381)	8 778 849	
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06/06/2005	23/09/2005	23/09/2022	85 072 763	-	(166 698 901)	-	(119 222 995)	(47 475 906)	
TREM II (2ª TRANCHE)	JP MORGAN	08/07/2008	23/03/2008	23/09/2022	-	10 561 546	-	11 495 006	-	(933 460)	
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27/07/2009	18/08/2009	18/08/2014	150 000 000	-	(5 721 988)	-	(5 393 975)	(328 013)	
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27/07/2009	18/08/2009	18/08/2016	25 500 000	-	(2 084 251)	-	(1 354 825)	(729 426)	
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27/07/2009	18/08/2009	18/08/2016	24 500 000	739 133	-	345 980	-	393 153	
						<b>676 674 886</b>	<b>48 535 668</b>	<b>(230 338 909)</b>	<b>36 525 070</b>	<b>(211 713 563)</b>	<b>(6 614 748)</b>

A metodologia utilizada pelo avaliador Independente na quantificação do valor daqueles contratos consiste na projeção dos cash-flows esperados no futuro, atualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero atual, de forma a projetar os Indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efetuados com as diversas instituições bancárias.

O efeito da variação do justo valor dos derivativos no exercício de 2012, no montante de 6.614.748 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor".

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2012, efetuada pelo avaliador Independente, e considerando determinadas suposições e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pela Empresa, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 5.7), seria como segue:

	+1%	-1%
Justo valor	332 932 557	332 932 557
	332 932 557	332 932 557

### 11. Outros ativos financeiros – não corrente

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Outros ativos financeiros – não corrente”, nos montantes de 17.539.253 euros e 24.351.216 euros, respeita a uma garantia adicional que a Empresa teve de conceder em abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, no âmbito do contrato de locação operacional celebrado para a aquisição das 24 UT, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do *rating* atribuído à República Portuguesa.

### 12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Inventários	2012			2011		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:						
Materiais	1 002 947	(380 000)	622 947	931 921	(330 000)	601 921
Ferramentas	22 722	-	22 722	33 997	-	33 997
Produtos de limpeza	19 668	-	19 668	17 439	-	17 439
Combustíveis	26 900	-	26 900	19 261	-	19 261
Titulos de transporte	130 064	-	130 064	607 796	-	607 796
Outros materiais	400 317	-	400 317	564 672	-	564 672
	1 602 618	(380 000)	1 222 618	2 175 086	(330 000)	1 845 086

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

### Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

Custo das mercadorias vendidas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2012	2011
Saldo inicial	2 175 086	1 844 236
Compras	2 093 143	2 403 145
Regularizações	(460 207)	94 462
Saldo final	1 602 618	2 175 086
	2 205 404	2 166 757

### Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

Perdas por imparidade - Inventários	2012			2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	330 000	50 000	-	380 000	280 000	50 000	-	330 000
	330 000	50 000	-	380 000	280 000	50 000	-	330 000

Os aumentos das perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram registados na rubrica de “Imparidade de inventários (perdas/reversões)” na demonstração dos resultados.

### 13. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

Clientes e Outras contas a receber	2012			2011		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Outras contas a receber	12 433 723	-	12 433 723	12 445 631	-	12 445 631
	12 433 723	-	12 433 723	12 445 631	-	12 445 631
Correntes:						
Clientes	8 008 373	(421)	8 007 952	5 086 559	(2 755)	5 083 804
Outras contas a receber	22 783 806	(4 382 808)	18 400 998	25 894 713	(4 454 186)	21 440 527
	30 792 179	(4 383 229)	26 408 950	30 981 272	(4 456 941)	26 524 331
	43 225 902	(4 383 229)	38 842 673	43 426 903	(4 456 941)	38 969 962

O detalhe das contas a receber e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

Clientes	2012		2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Simtejo	59 624	-	59 624	-
Ar Telecom	463 383	-	463 383	-
Direção Geral de Transportes Terrestres	23 644	-	233 649	-
Tmn - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	180 615	-	190 147	-
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	188 309	-	188 309	-
Refer	1 045	-	1 045	-
Soflusa - Soc. Fluvial Transportes	278 650	-	-	-
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 32)	3 972 560	-	1 957 207	-
Outros	2 840 543	-	1 993 195	-
	8 008 373	-	5 086 559	-
Imparidade de contas a receber	(421)	-	(2 755)	-
	8 007 952	-	5 083 804	-

Outros devedores	2012		2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Parque Expo' 98	7 980 766	-	7 980 766	-
Transtejo	2 577 739	12 002 602	2 586 074	12 002 602
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	491 366	-	963 706	-
Câmara Municipal do Barreiro	151 833	-	2 807 530	-
Câmara Municipal de Lisboa	18 054	413 067	68 766	413 067
Rodoviária de Lisboa	199 177	-	908 999	-
Refer	-	-	114 414	-
Receitas de tráfego	1 230 036	-	743 239	-
Pessoal	391 122	-	884 097	-
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 32)	4 516 571	-	5 045 596	-
Outros	5 227 142	18 054	3 791 526	29 962
	22 783 806	12 433 723	25 894 713	12 445 631
Imparidade de outras contas a receber	(4 382 808)	-	(4 454 186)	-
	18 400 998	12 433 723	21 440 527	12 445 631
	26 408 950	12 433 723	26 524 331	12 445 631

Em 17 de agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. ("Parque Expo'98") no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha Vermelha e respetivas estações Alameda – Expo. A compensação no montante total de 9.975.957 euros seria paga pela Parque Expo'98 durante os anos de 1995 a 1998 nos montantes de 1.995.191 euros, 2.493.990 euros, 2.493.990 euros, e 2.992.787 euros, respetivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um rendimento a reconhecer no montante de 9.975.957 euros. Até 31 de dezembro de 2012 da compensação total, a Empresa recebeu o valor de 1.995.191 euros relativo à parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de "Outros contas a receber" o montante de 7.980.766 euros.

Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha Vermelha e respetivas estações, a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do rendimento a reconhecer relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que a Empresa concluiria a construção e daria início à exploração desta linha).

Em 29 de setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre a Empresa, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que a Empresa pagaria à Parque Expo'98 a importância de 7.082.930 euros a título de expropriação da área indispensável à implementação e construção da estação de metro Oriente, não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo a Empresa capitalizou nos encargos com a construção da linha Vermelha Alameda/Oriente e respetivas estações o montante de 7.082.930 euros e registou uma conta a pagar na rubrica de "Outras contas a pagar", pelo mesmo montante (Nota 23).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a Empresa celebrou um protocolo com a Transtejo, no montante de 14.502.602 euros, tendo em vista a transferência para aquela entidade, relativo a obras efetuadas por conta daquela entidade no terminal fluvial do Cais do Sodré.

Decorrente deste contrato, a Transtejo obrigava-se a pagar à Empresa, anualmente, o montante de 1.000.000 euros, sendo que tal como contratualizado o mesmo poderá ser reduzido para 500.000 euros caso aquela entidade assim o comunique à Empresa. No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Transtejo não procedeu ao pagamento de qualquer montante à Empresa.

Esta conta a receber vence juros a taxas normais de mercado. Contudo, a Empresa por uma questão de prudência não reconheceu os juros relativos aos exercícios de 2011 e 2012. O montante classificado como não corrente tem o seguinte plano de pagamentos:

Ano	Montante
2013	1 000 000
2014	1 000 000
2015	1 000 000
2016	1 000 000
2017 e seguintes	8 002 602
	<b>12 002 602</b>

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é próximo do seu justo valor.

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2012 e 2011 foi como segue:

Imparidades	2012				2011			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
De dívidas a receber de clientes	2 755	-	(2 334)	421	2 755	-	-	2 755
De outras contas a receber	4 454 186	-	(71 378)	4 382 808	4 614 650	-	(160 464)	4 454 186
	<b>4 456 941</b>	<b>-</b>	<b>(73 712)</b>	<b>4 383 229</b>	<b>4 617 405</b>	<b>-</b>	<b>(160 464)</b>	<b>4 456 941</b>

#### 14. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

Diferimentos ativos	2012	2011
Seguros	300	3 536
Encargos com contratos de <i>leasing</i>	2 048 687	2 356 969
Encargos com financiamento	1 198 563	1 600 617
Trabalhos por conta de terceiros	53 562 488	52 864 466
Outros	357 438	241 618
	57 167 476	57 067 206

A rubrica “Diferimentos ativos – encargos com contratos de *leasing*”, no montante de 2.048.687 euros, respeita a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

A rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros” inclui, essencialmente, os montantes de 33.865.383 euros (o qual inclui o montante de 1.037.585 euros relativo às obras efetuadas no terminal da Transtejo no Cais Sodré e o montante de 32.827.798 euros relativo às obras efetuadas pela Empresa no Terreiro do Paço) e relativamente ao qual o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um protocolo para regularização da situação), 9.550.544 euros e 7.292.390 euros relativos a obras efetuadas pela Empresa por conta da Câmara Municipal de Lisboa e da Refer, respetivamente.

#### 15. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2012 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 603.750.000 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

O resultado líquido negativo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, no montante de 146.052.279 euros e 148.337.248 euros, respetivamente, foi transferido para a rubrica de “Resultados transitados”, apesar das demonstrações financeiras dos exercícios findos naquelas datas não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

#### 16. Subsídios do Governo

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

Subsídio	2012				
	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 29)	Rédito acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com ativos:					
FEDER – PRODAC	10 942 880	10 942 880	494 838	7 273 544	3 669 336
FEDER – QCA	54 528 374	54 528 374	2 411 393	35 373 126	19 155 248
	65 471 254	65 471 254	2 906 231	42 646 670	22 824 584
Subsídio	2011				
	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 29)	Rédito acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com ativos:					
FEDER – PRODAC	10 942 880	10 942 880	494 838	6 778 707	4 164 173
FEDER – QCA	54 528 374	54 528 374	2 411 393	32 961 732	21 566 642
	65 471 254	65 471 254	2 906 231	39 740 439	25 730 815

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT, série complementar de 10 UT e PMO III.

## 17. Provisões e passivos contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

Provisões e Passivos contingentes	2012			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	1 143 865	-	1 043 858	100 007
Juros a liquidar	261 881	-	-	261 881
Despesas com pessoal	142 971	-	-	142 971
	1 548 717	-	1 043 858	504 859
Outras provisões:				
Imparidade de investimentos financeiros	1 572	401	-	1 973
Outras	15 705	-	-	15 705
	17 277	401	-	17 678
	1 565 994	401	1 043 858	522 537

Provisões e Passivos contingentes	2011			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	347 534	796 331	-	1 143 865
Juros a liquidar	261 881	-	-	261 881
Despesas com pessoal	142 971	-	-	142 971
	752 386	796 331	-	1 548 717
Outras provisões:				
Imparidade de investimentos financeiros	1 572	15 705	-	17 277
	1 572	15 705	-	17 277
	753 958	812 036	-	1 565 994

O montante de 1.043.858 euros registado como reversão de provisão para "Processos judiciais em curso", respeita a processos intentados contra a Empresa por danos causados pelas obras realizadas, as quais se encontram afetas aos ILD.

### Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2012, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 3.694.154 euros, os quais referem-se essencialmente, a um processo intentado a contestar a adjudicação de uma obra, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2012 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

### Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço

#### a) Responsabilidades com saúde

A Empresa tem vindo a efetuar o pagamento de benefícios aos seus empregados ativos, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram registados encargos de saúde no montante de 899.778 euros (Notas 3.15 e 28), correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício com ativos.

#### b) Compromissos com fornecedores de imobilizado

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa tinha assumido compromissos com fornecedores de imobilizado nos montantes de 89.809.794 euros (Nota 7 e 18) e 112.446.077 euros, respetivamente. Estes compromissos relacionam-se basicamente com a expansão da rede. Adicionalmente, a Empresa assumiu também compromissos relacionados com dez contratos de locação operacional no montante de 235.410.226 euros (Nota 7).

#### c) Cartas de crédito

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa tinha assumido compromissos através de duas cartas de crédito com o BNP Paribas, no âmbito do financiamento da aquisição de material circulante, no montante de 12.029.142 dólares e de 12.078.049 dólares.

## 18. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos afetos à atividade de exploração em 31 de dezembro de 2012 e 2011 detalha-se como segue:

Financiamentos	Entidade financiadora	2012			2011			Vencimento	Tipo de amortização
		Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado			
			Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente		
<b>Instituições financeiras:</b>									
<b>Empréstimos bancários:</b>									
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas	-	-	-	50 000 000	50 000 000	-	09/Ago/2012	Maturidade
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas 2014	50 000 000	50 000 000	-	50 000 000	50 000 000	-	08/Mai/2014	Maturidade
Emp. CP 175 M EUR	Barclays Bank	-	-	-	175 000 000	175 000 000	-	24/Jul/2012	Maturidade
Emp. LP 100 M EUR	Goldman Sachs Bank	100 000 000	-	100 000 000	100 000 000	-	100 000 000	21/Jul/2016	Maturidade
Emp. LP 50 M EUR	Goldman Sachs Bank	50 000 000	-	50 000 000	50 000 000	-	50 000 000	24/Jul/2016	Maturidade
Emp. CP/LP 50 M EUR	Deutsche Bank	50 000 000	-	50 000 000	50 000 000	-	50 000 000	18/Ago/2016	Maturidade
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (2011)	105 974 436	26 493 609	79 480 827	105 974 436	-	105 974 436	30/Nov/2016	Semestral
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (2012)	410 833 969	-	410 833 969	-	-	-	30/Nov/2017	Semestral
<b>Total empréstimos bancários</b>			<b>76 493 609</b>	<b>690 314 796</b>		<b>275 000 000</b>	<b>305 974 436</b>		
<b>Linhas de crédito:</b>									
	Barclays Bank	-	-	-	25 000 000	24 935 491	-	24/Jul/2012	Rollover
	BNP Paribas	-	-	-	100 000 000	84 951 658	-		
<b>Total linhas de crédito</b>			<b>-</b>	<b>-</b>		<b>109 887 149</b>	<b>-</b>		
<b>Locações financeiras:</b>									
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export – Leasing	-	18 365 631	-	-	7 834 121	18 365 631	30/Dez/2013	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export – Leasing	-	5 243 636	18 946 700	-	4 942 630	24 190 336	30/Dez/2015	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	-	3 367 190	43 846 560	-	6 488 890	50 560 858	02/Jan/2019	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	BMW Bank GmbH – Sucursal Portugal	-	23 535	16 542	-	24 243	39 368	28/Jun/2014	Mensal
<b>Total de locações financeiras</b>			<b>26 999 992</b>	<b>62 809 802</b>		<b>19 289 884</b>	<b>93 156 193</b>		
<b>Encargos financeiros</b>									
		-	-	-	-	(4 502)	-		
<b>Total instituições financeiras</b>			<b>103 493 601</b>	<b>753 124 597</b>		<b>404 172 531</b>	<b>399 130 629</b>		

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação económica dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 105.974.436 euros, estão associados à atividade de exploração e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 410.833.969 euros, estão associados à gestão da infraestrutura e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa procedeu ao reembolso dos empréstimos contratados junto do BNP Paribas e Barclays Bank, nos montantes de 50.000.000 euros e 175.000.000 euros, respetivamente, em consequência do seu vencimento, tal como estipulado contratualmente. Adicionalmente, a Empresa reembolsou as linhas de crédito que tinha contratualizado com aquelas duas instituições, no montante global de 109.887.149 euros, em resultado do encerramento das mesmas, tal como estipulado contratualmente.

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2014	179 202 101
2015	129 202 101
2016	129 202 101
2017	102 708 493
2018 e seguintes	150 000 000
	<b>690 314 796</b>

Em 29 de dezembro de 1995 e em 30 de dezembro de 1997, a Empresa celebrou com a DB EXPORT *Leasing* GmbH, dois contratos de *leasing*, relacionados com 17 e 14 unidades triplas de tração (UT), respetivamente. Em 31 de dezembro de 2012, as contas a pagar àquela entidade ascendiam a 42.555.967 euros (18.946.700 euros classificados como não corrente e 23.609.267 euros como corrente).

Em 31 de dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 06 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2012, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 47.213.750 euros.

Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tração e três viaturas ligeiras, sendo que os compromissos assumidos com o pagamento de rendas de contratos de locação financeira é como segue:

Descrição	Corrente	Não corrente	Total
55 Unidades de tração (Nota 17)	26 976 457	62 793 260	89 769 717
3 Viaturas ligeiras (Nota 17)	23 535	16 542	40 077
	26 999 992	62 809 802	89 809 794

A parcela classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolso:

Ano	Montante
2014	12 431 276
2015	20 434 554
2016	7 238 201
2017	7 430 547
2018 e seguintes	15 275 224
	62 809 802

As rendas de locação financeira, vencem juros a taxas anuais que se situam entre 3,328% e 14,738%.

Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa tinha uma linha de crédito, no montante de 50.000.000 euros, a qual se encontra totalmente utilizada.

A Empresa tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Em 31 de dezembro de 2012 os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao *rating* da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Contrato	Montante em dívida em 31/dez/2012	Prazo	Garantias	“Pari Passu”	Cláusula de detenção	Rating	“Cross default”	Outras Cláusulas relevantes
BNP Paribas	50 000 000	08/maio/2014	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	n/a
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 10 de julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	100 000 000	10/jul/2016	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	“Negative Pledge” / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 22 de julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	50 000 000	24/jul/2016	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	“Negative Pledge” / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Deutsche Bank AG e o Dexia Sabadell, S.A., sucursal em Portugal em 24 de julho de 2009, alterado em 28 de janeiro de 2011, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	50 000 000	18/jul/2014	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	(2 notches abaixo de A+ pela S&P ou A3 pela Moody’s) (esta cláusula foi eliminada no aditamento de 2011)	Sim	“Negative Pledge” / Contrato com garantia da República Portuguesa

O *downgrade* do *rating* da Empresa bem como de um banco internacional emissor de uma carta de crédito, colocaram o Metropolitano numa situação de incumprimento das cláusulas contratuais relativa às garantias das operações de “US Cross Border Lease”, respeitantes ao financiamento do material circulante.

A resolução deste incumprimento será objeto de negociação com os investidores estrangeiros, contando o Metropolitano com a colaboração de consultores com experiência internacional na negociação deste tipo de transações.

#### 19. Benefícios pós-emprego – Planos de benefícios definidos

Conforme mencionado na Nota 3.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2012, o número de empregados ativos, e reformados/pensionistas abrangidos ascendia a 1.127 e 1.449, respetivamente (1.183 e 1.401 em 31 de dezembro de 2011).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos de pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2012	2011
Trabalhadores ativos	56 655 595	66 811 180
Reformados	206 083 505	195 883 985
	262 739 100	262 695 165

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2012 foi efetuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	2012	2011
Tábuas de mortalidade	TV 88/90 – França	TV 88/90 – França
Tábuas de invalidez	EVK 80 – Suíça	EVK 80 – Suíça
Taxa média de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa média anual do rendimento do fundo	3,75%	6%
Taxa média anual de crescimento de pensões	1%	2%
Taxa média anual de atualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma	2,50%	5%

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidas perdas atuariais decorrentes da alteração da taxa de desconto de 6% para 3,75%, e ganhos atuariais resultantes da adoção do esquema de benefícios face ao regime atualmente em vigor, nomeadamente da atualização das tabelas salariais com impacto no salário pensionável.

Na determinação das responsabilidades dos benefícios pós-emprego com referência a 31 de dezembro de 2011, a entidade independente procedeu à alteração da tábua de mortalidade utilizada para a determinação das referidas responsabilidades, passando adotar a TV 88/90, dado ser entendimento que esta tábua é a que melhor se adequa às características da população afeta.

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2012 e 2011 foi como se segue:

	2012	2011
Responsabilidades totais no início do período	262 695 165	229 032 219
Custos dos serviços correntes	3 373 150	2 327 075
Custo dos juros	15 761 710	13 102 053
Benefícios pagos no exercício	(13 604 173)	(12 532 891)
(Ganhos) / perdas atuariais do exercício	(5 486 752)	30 766 709
<b>Responsabilidades totais no fim do período</b>	<b>262 739 100</b>	<b>262 695 165</b>

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2012, nos montantes de 3.373.150 euros e 15.761.710 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de (5.486.752) euros e 30.766.709 euros, respetivamente, relativo a ganhos/perdas atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de “Resultados transitados”, conforme descrito na sua política contabilística (Nota 3.15).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as responsabilidades relativas ao pagamento de complementos de pensões no montante de 262.739.100 euros, encontram-se registadas no passivo na rubrica “Responsabilidades por benefícios pós-emprego”.

Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face aquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

## 20. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” em 31 de dezembro de 2012 e 2011 detalha-se como segue:

Fornecedores	2012	2011
2045 Empresa de Segurança	-	1 883 004
Edp Comercial	-	1 676 269
Empresas do Grupo (Nota 32)	4 143	857 536
Grupo 8 – Vigilância e Prevenção	863	590 594
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	23 524	461 596
Iberlim, S.A.	109 238	444 825
Emel	290 726	290 986
Companhia Carris de Ferro	158 937	245 864
Iss Facility Services	-	239 327
Safira Facility Services	-	229 915
Eurest, S.A.	65 956	219 416
Thyssenkrupp Elevadores, S.A.	24 521	122 956
Optimus Comunicações, S.A.	10 683	24 653
Polícia de Segurança Pública	-	13 639
Vadeca Ambiente	-	1 244
Outros	755 690	2 492 648
	<b>1 444 281</b>	<b>9 794 472</b>

## 21. Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos das taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas:				
Pagamentos por conta	280 000	-	280 000	-
Estimativa de imposto	-	97 394	-	116 302
Retenções na fonte	2 232 747	-	2 253 331	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	693 318	-	773 698
Imposto sobre o valor acrescentado	1 657 499	-	805 452	1 454 179
Contribuições para a Segurança Social	-	1 119 908	-	1 258 483
Outros impostos	3 393	2 195 685	458 850	264 271
	4 173 639	4 106 305	3 797 633	3 866 933

Em 31 de dezembro de 2012, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e às contribuições para a Segurança Social, correspondem à retenção efetuada nos processamentos salariais de dezembro de 2012, os quais serão liquidados em janeiro de 2013.

O montante de 2.195.685 euros registado na rubrica do passivo “Outros impostos”, inclui o montante de 1.893.294 euros a pagar à Caixa Geral de Aposentações decorrente do OE 2012, que se refere ao subsídio de férias e de natal dos pensionistas, cujo pagamento foi suspenso, consistindo este montante numa contribuição extraordinária.

## 22. Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2012	2011
Imposto corrente	97 394	116 302
	97 394	116 302

Em consequência da alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, com efeitos a partir do exercício de 2012, a dedução de prejuízos fiscais a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75% do respetivo lucro tributável. Decorrente desta situação as autoridades tributárias poderão entender que os ajustamentos de transição para o SNC (reportados a 01 de janeiro de 2010), poderiam ser relevantes para efeitos do cálculo do imposto sobre o rendimento do exercício.

É entendimento da Empresa que face à natureza dos ajustamentos de transição efetuados, os mesmos não deveriam concorrer para o apuramento do resultado tributável do exercício de 2012, sendo assim intenção da Empresa solicitar às autoridades tributárias um pedido de informação vinculativa relativamente a este tema.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 764.173.803 euros e 826.368.648 euros, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas é conforme se segue:

Prejuízos fiscais	2012		2011	
	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização
Gerados em 2006	-	-	143 790 051	2012
Gerados em 2007	118 382 911	2013	118 382 911	2013
Gerados em 2008	120 689 141	2014	120 689 141	2014
Gerados em 2009	147 456 480	2015	147 456 480	2015
Gerados em 2010	155 633 266	2014	155 633 266	2014
Gerados em 2011	140 416 799	2015	140 416 799	2015
Gerados em 2012	81 595 206	2017	-	-
	<b>764 173 803</b>		<b>826 368 648</b>	

### 23. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

Outras contas a pagar	2012	2011
Outros credores:		
Parque Expo' 98 (Nota 13)	7 082 930	7 082 930
Pessoal	451 681	564 771
Rodoviária de Lisboa	-	142 030
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-	3 888 835
Transtêjo	-	17 795
Férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais	8 769 222	4 560 435
Juros vincendos e não pagos	19 742 062	11 134 331
Credores por acréscimos de gastos	2 920 727	2 729 536
Outros	-	6 605 412
	<b>38 966 622</b>	<b>36 726 075</b>

O aumento ocorrido na rubrica de “Férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais” respeita às responsabilidades incorridas pela Empresa em resultado da decisão do Tribunal Constitucional, relativa ao Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O aumento da rubrica de “Juros vincendos e não pagos” resulta dos juros a pagar à DGTF dado que no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Empresa não procedeu à liquidação de qualquer montante. Em 31 de dezembro de 2012, o montante a pagar ascendia a 5.744.000 euros (110.849 euros em 31 de dezembro de 2011).

O saldo da rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” em 31 de dezembro de 2012 e 2011 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pela Empresa com investimentos realizados, relativamente aos quais à data do balanço ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.

### 24. Diferimentos passivos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos passivos	2012	2011
Leasings financeiros – mais valias diferidas	2 024 861	2 471 490
Receitas de tráfego	1 290 810	1 205 635
Rendimento de imóveis	1 969	1 969
	<b>3 317 640</b>	<b>3 679 094</b>

As mais-valias decorrentes dos contratos de *leasing* financeiro referentes às 14 UT e 24 UT encontram-se a ser diferidas pelos períodos de vigência dos mesmos (Nota 29).

## 25. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2012	2011
Vendas:		
Sucatas	1 031	1 530
Prestação de serviços:		
Receitas de tráfego	78 381 310	63 751 751
Serviços secundários	3 350 713	3 929 304
Outros	-	195
	81 733 054	67 682 780

## 26. Subsídios à exploração

O detalhe dos subsídios à exploração recebidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Subsídios à exploração	2012	2011
Indemnização compensatória	44 000 000	42 000 000
Passe 4_18	539 854	1 012 918
Passe Sub23	1 017 800	2 029 731
Paii - Programa apoio integrado a idosos	142 623	136 409
Passe Social +	401 917	-
	46 102 194	45 179 058

Em 31 de dezembro de 2012 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 46.640.000 euros (44.000.000 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2012, de 31 de maio.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi ainda atribuída pelo Estado, uma compensação financeira, para o passe 4\_18@escola.tp e para o passe sub23@superior.tp no montante de 1.651.113 euros (1.557.654 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) e de 3.225.208 euros (3.042.649 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), respetivamente.

## 27. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2012	2011
Eletricidade	7 864 081	8 637 618
Rendas e alugueres	9 342 423	10 242 676
Conservação e reparação	5 131 344	4 611 898
Limpeza, higiene e conforto	3 027 963	3 193 976
Vigilância e segurança	5 881 152	6 198 377
Trabalhos especializados	1 039 670	1 470 136
Outros	3 058 995	3 801 438
	35 345 628	38 156 119

Na rubrica de "Rendas e alugueres" o montante de 9.276.929 euros respeita às rendas dos *leasings* operacionais, em 31 de dezembro de 2012 (10.049.327 euros em 31 de dezembro de 2011). A diminuição verificada face ao exercício de 2011 resulta do facto da componente variável que compõe a renda ter sofrido um decréscimo face ao exercício de 2011 em resultado da diminuição da taxa de juro a que se encontra indexada esta renda.

A diminuição verificada nas rubricas de "Eletricidade", "Limpeza, higiene e conforto" e "Vigilância e segurança" resulta da contenção de gastos e redução da cadência de comboios.

## 28. Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

Gastos com pessoal	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	281 419	417 624
Remunerações ao pessoal	47 567 246	50 879 190
Benefícios pós-emprego	13 604 173	12 532 891
Encargos sobre remunerações	10 384 553	11 461 619
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais (Nota 17)	899 778	959 368
Gastos de ação social	1 120 133	1 076 686
Outros	1 440 489	1 509 598
	<b>75 297 791</b>	<b>78 836 976</b>

A redução verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, na rubrica de “Remunerações ao pessoal”, resultou, essencialmente, das medidas de contenção salarial impostas pela Lei n.º 64-B/2011 do “Orçamento de Estado 2012”.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número médio de trabalhadores foi de 1.540 e 1.655 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1.525 e 1.590 pessoas, respetivamente.

## 29. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é conforme se segue:

Outros rendimentos e ganhos	2012	2011
Subsídio para investimentos (Nota 16)	2 906 231	2 906 231
Reconhecimento de mais-valias	446 629	446 629
Serviços sociais	203 299	257 558
Ganhos em inventários – sobras	53 711	337 625
Venda de energia	395 010	210 177
Juros de mora	57 334	58 230
Diferenças de câmbio	-	825 412
Rendas de imóveis (Nota 8)	24 726	24 288
Outros	524 445	3 473 051
	<b>4 611 385</b>	<b>8 539 201</b>

O saldo da rubrica de “Reconhecimento de mais-valias” é relativo à amortização das mais-valias das 14 UT e 24 UT, cujo montante a 31 de dezembro de 2012 ascendeu a 250.922 euros e 195.707 euros, respetivamente (Nota 24).

## 30. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é conforme se segue:

Outros gastos e perdas	2012	2011
Donativos	231 559	329 596
Imposto municipal sobre imóveis	294 481	200 581
Quotizações	107 352	110 470
Perdas em inventários	88 302	237 844
Juros de mora	536 731	335 441
Dívidas incobráveis	2 334	-
Outros	1 086 052	401 800
	<b>2 346 811</b>	<b>1 615 732</b>

A rubrica de “Juros de mora” em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respeita, essencialmente, a juros debitados pelos empreiteiros por atrasos no pagamento das faturas de investimento face ao que se encontrava contratualizado.



No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2012			
	Compra de inventários	Compra ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias				
Ferconsult, S.A.	-	432 434	95 876	111 303
Metrocom, S.A.	-	-	6 346	1 820 841
Associadas				
Fernave, S.A.	-	-	-	-
Publimento	-	-	-	2 042 354
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos				
Otlis, A.C.E.	131 928	14 050	566 916	1 827 467
Empresas relacionadas				
GIL, S.A.	-	-	304 234	( 51 702)
	131 928	446 484	973 372	5 750 263

Partes relacionadas	2011			
	Compra de inventários	Compra ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias				
Ferconsult, S.A.	-	2 800 065	348 206	344 033
Metrocom, S.A.	-	-	112 978	2 173 491
Associadas				
Fernave, S.A.	-	-	1 015	650
Publimento	-	-	-	1 379 122
Empreendimentos conjuntos				
Otlis, A.C.E.	-	-	748 265	1 159 354
Empresas relacionadas				
GIL, S.A.	-	-	315 641	38
	-	2 800 065	1 526 105	5 056 688

### 33. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as garantias prestadas pela Empresa ascendiam a 61.157.244 euros e 62.388.012 euros, respetivamente, e estão essencialmente relacionadas com os contratos de financiamento e processos judiciais em curso.

O detalhe das responsabilidades assumidas pela Empresa relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de dezembro de 2012, é como segue:

Entidade	Montante	Data início	Beneficiário
Banco BPI	7 661	17/08/2011	Cm Lisboa
Banco BPI	16 213	19/10/2009	Farmácia Cardeira
Banco BPI	13 087	30/03/2010	Edp - Serv. Universal, S.A.
Banco BPI	1 345	17/03/2011	Edp - Serv. Universal, S.A.
Banco BPI	1 583	30/06/2010	Trib. Tribut. 2.º Inst. Lis
Banco BPI	7 494	10/03/2006	Trib. Adm. F. Lx - 2.º juízo
Banco BPI	95 482	11/05/2006	Finanças 4.º Bairro Fiscal
Banco BPI	6 940	03/07/2006	Trib. Adm. F. Lx - 2.º juízo
Barclays Bank	17 458	25/05/1994	Petrogal
Barclays Bank	18 256	07/07/1994	Tribunal Cível
Banco BPI	17 500	11/04/2011	5.º Juízo Cível de Lisboa
Banco BPI	924 000	01/02/2012	4.º Vara Cível Lisboa - 2.ª Secção
Banco BPI	30 226	21/11/2012	Tribunal Trabalho Lisboa
	1 157 245		

### 34. Divulgações exigidas por diplomas legais

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 12.895 euros.

### 35. Acontecimentos após a data do balanço

No âmbito do projeto de negociação e reestruturação das operações de derivados das Empresas Públicas Reclassificadas, foram mantidas pelo IGCP, de acordo com orientações da Tutela, negociações com os bancos cuja totalidade das operações foram consideradas não problemáticas, tendo, no caso a Empresa, chegado a acordo com as seguintes instituições, no período compreendido entre 31 de dezembro de 2012 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras, com base no valor de mercado à data de negociação respetiva, como se segue:

#### Société Generale (despacho n.º 548/13-SET)

IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31/dez/2012
24	Vanilla swap	15/Set/2021	95 602 930	(23 197 061)
51	Vanilla swap	22/Jul/2024	100 000 000	(48 734 952)
				(71 932 013)

O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado das operações (com data valor de 20 de março) foi de 60,9 milhões de euros.

#### Morgan Stanley (despacho n.º 549/13-SET)

IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31/dez/2012
49	CMS Steepener	22/Jul/2024	100 000 000	(29 741 487)
				(29 741 487)

O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 21 de março) foi de 23 milhões de euros.

#### Crédit Suisse (despacho n.º 660/13-SET)

IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31/dez/2012
37	Worst of 2 Spreads	15/Jun/2022	17 364 188	(43 639 184)
50	Floors, Overlay	22/Jul/2024	100 000 000	10 206 827
53	Spread Option, Overlay	22/Jul/2024	100 000 000	(13 393 372)
60	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Y ia -EUR 10Y ia) Leveraged Floor	04/Dez/2026	70 000 000	(9 340 360)
107	Fly	20/Mar/2020	80 222 338	(1 816 003)
108	Fly	21/Set/2024	88 007 484	(3 030 532)
				(61 012 624)

O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 08 de abril) foi de 50,7 milhões de euros.

#### Barclays (despacho n.º 879/13-SET)

IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31/dez/2012
27	Vanilla, Overlay	15/Jun/2022	77 895 605	(4 848 956)
31	Index linked	15/Jun/2021	80 000 000	(3 456 422)
54	Index linked	04/Dez/2026	100 000 000	(4 680 152)
62	Cap Knock Out	04/Dez/2026	200 000 000	4 878 720
65	Index linked	04/Dez/2026	100 000 000	(63 726 402)
67	Index linked	07/Dez/2022	200 000 000	(23 026 330)
70	Vanilla	04/Fev/2019	400 000 000	63 929 887
124	Vanilla	30/Dez/2030	300 000 000	(94 339 693)
				(125 269 348)

O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 07 de maio) foi de 144,50 milhões de euros.

**BNP Paribas (Despacho n.º 966/13-SET)**

IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31/dez/2012
19	Callable Swap	15/Dez/2019	11 472 352	(588 493)
25 + 28	Index linked	15/Jun/2022	86 790 834	(10 717 358)
33	Snowball, Overlay	15/Jun/2022	40 000 000	3 243 997
35	Callable Swap	15/Jun/2022	40 000 000	(4 092 389)
69	Vanilla	07/Dez/2027	100 000 000	9 914 102
				(2 240 141)

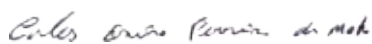
O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 16 de maio) foi de 13,78 milhões de euros.

**Goldman Sachs (Despacho n.º 1007/13-SET)**

IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31/dez/2012
72	Floor, Overlay	04/Fev/2019	300 000 000	(51 351 419)
73	Bullet Swap	21/Jul/2016	71 042 080	16 260 790
74	Bullet Swap	24/Jul/2016	50 000 000	11 573 188
				(23 517 441)

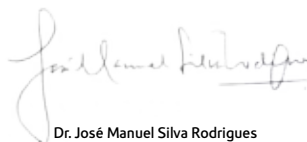
O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 20 de maio) foi de 13,10 milhões de euros.

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração



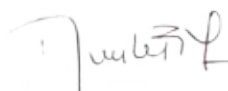
Dr. José Manuel Silva Rodrigues



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Estação Parque



# Parecer do Conselho Fiscal

## I. Introdução

O Conselho Fiscal (CF) signatário foi nomeado por Despacho de 5 de outubro de 2012, da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Cumprindo as funções que lhes estão consignadas na Lei e nos Estatutos da empresa, compete ao Conselho Fiscal da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., apreciar e emitir Parecer sobre o Relatório e Contas da responsabilidade do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o qual foi aprovado por este órgão.

Por determinação do Decreto-Lei n.º 36.620, de 24 de novembro de 1947 foi atribuída a exploração do subsolo da cidade de Lisboa ao Metropolitano cuja sociedade veio a ser constituída em 26 de janeiro de 1948 com a designação de “Sociedade Metropolitana de Lisboa, S.A.R.L.”. No entanto, a abertura ao serviço público, como transportadora, só veio a ter lugar a 31 de dezembro de 1959.

Posteriormente, a Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L. veio a ser nacionalizada através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, passando, por via disso, a fazer parte do universo das Empresas Públicas ou “Sector Empresarial do Estado”. Atualmente, a empresa rege-se pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, que integra os seus novos Estatutos, e subsidiariamente pelo regime jurídico do Sector Empresarial do Estado, consagrado pela Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e pelo Código das Sociedades Comerciais, tendo o Metropolitano de Lisboa passado a denominar-se “Entidade Pública Empresarial (E.P.E.)”.

Sendo o Metropolitano de Lisboa uma empresa pública, na qual estão envolvidos consideráveis recursos, importa reiterar que a sua gestão, sem perder de vista o serviço público de excelência que deve prestar, deve ser pautada por inequívocos critérios de rigor e transparência. Aliás, tal exigência decorre das disposições legais a que estão sujeitos estas empresas, devendo fundamentalmente, a sua gestão ser enquadrada nos “princípios do bom governo das empresas do sector empresarial do Estado”, consagrados no anexo à RCM n.º 49/2007, de 01 de fevereiro, e no respeito pelas suas orientações estratégicas, previstas no anexo da RCM n.º 70/2008, de 27 de março.

Importa ainda referir, que no decurso do exercício agora em apreciação, a empresa observou também as orientações estatuídas, nomeadamente, as seguintes:

- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março  
– Estatuto do Gestor Público;
- RCM n.ºs 101-A/2010 e 01/2011, sobre as medidas de consolidação orçamental;
- RCM n.º 45/2011, de 13 de outubro que definiu o plano estratégico para os transportes na qual foram definidos, para o sector, os princípios orientadores para o horizonte 2011-2015.

Saliente-se que a empresa é considerada, nos termos da Lei de Execução Orçamental, como “entidade pública reclassificada” integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública, cujas normas de procedimento administrativo tem de observar em cumprimento da Circular n.º 1.367 da DUO, de 01 de agosto de 2011, bem como da LCPA (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro).

O presente relatório e parecer refere-se às demonstrações financeiras da ML, em termos individuais. A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão.

## II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal

No cumprimento das atribuições no acompanhamento da gestão e da atividade da empresa, o órgão fiscalizador, desde que foi nomeado (5 de outubro de 2012), reuniu ordinariamente, em média, uma vez por mês, tendo-se sistematicamente inteirado do conteúdo dos diversos documentos de trabalho emanados dos serviços operacionais, bem como, analisado regularmente as contas e a situação financeira e patrimonial da empresa e os respetivos instrumentos previsionais de gestão.

Nesta conformidade, o Conselho Fiscal, tomou conhecimento, de forma pormenorizada e sistemática, do conteúdo dos relatórios, atas e outros documentos de trabalho que o Conselho de Administração e as diversas áreas operativas lhe fizeram chegar. Ainda, sempre que julgou oportuno, alertou, formal ou informalmente, o Conselho de Administração para factos e situações julgadas pertinentes e a exigirem uma atenção especial por parte do órgão executivo.

No desenvolvimento da atividade deste órgão, foram estabelecidos contactos com o ROC e com os auditores externos da empresa, de cujo relatório anual nos foi dado conhecimento.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do nível de cumprimento das orientações legais por parte da sociedade, bem como o referido a este respeito pelo Conselho de Administração no seu Relatório sobre o Governo da Sociedade, designadamente no que se refere aos objetivos de gestão, deveres especiais de informação, cumprimento de recomendações do Estado, aplicação das reduções remuneratórias, contração de pública e controlo de custos.

Registando o elevado nível de cumprimento dos deveres anteriormente mencionados, o Conselho Fiscal reforça a necessidade de dar cumprimento integral ao disposto na LCPA (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), no que respeita nomeadamente às obrigações de reporte e de cálculo dos fundos disponíveis e dos compromissos futuros.

Atenta ainda a reserva n.º 5 do relatório dos auditores externos relativamente às alterações na contabilização dos investimentos em infraestruturas (ILD) que a inexistência de relação contratual impede uma formulação objetiva.

## III. Apreciação do relatório de gestão

O Relatório de Gestão da responsabilidade do Conselho de Administração, refere com a necessária clareza a forma como decorreu a atividade do Metropolitano de Lisboa, durante o exercício de 2012. Do conteúdo desse documento, considera o Conselho Fiscal que, pela sua importância no desempenho global da empresa, devem ser realçados, se bem que em síntese, os seguintes aspetos:

- No ano de 2012 a empresa desenvolveu a sua atividade num cenário de alterações profundas no modelo de gestão, que caracterizou o setor dos transportes, alicerçadas na abertura à gestão privada, o que implicou alteração no modelo de organização e funcionamento da empresa;
- Estas alterações culminaram com a nomeação, em agosto de 2012, dos Órgãos Sociais para o mandato 2012/2014, comuns à CARRIS e ao METROPOLITANO DE LISBOA;
- A indemnização compensatória atribuída pelo Estado e o subsídio à exploração, aumentaram respetivamente em 4.8% e 2%, relativamente ao ano anterior;
- No ano objeto de análise, a diminuição dos gastos operacionais e o crescimento dos rendimentos operacionais significou um aumento do EBITDA para 20,9 milhões de euros;
- O aumento da linha Vermelha em 3,6 km e 3 novas estações, ou seja, Moscavide, Encarnação e Aeroporto, teve por base um investimento de 16,7 milhões de euros;
- A tendência da diminuição de passageiros continuou

- a sentir-se no ano de 2012 que ocasionou a diminuição da oferta em número de carruagens por quilómetro. As receitas de tráfego tiveram um acréscimo devido ao aumento dos tarifários em fevereiro e à nova repartição de receitas do passe Navegante, a qual beneficiou o Metro;
- Os prazos de pagamento a fornecedores baixaram para 113 dias, dos 128 em 2011;
  - No que concerne aos recursos humanos destaca-se a diminuição de efetivos (4,1%), já não a um ritmo tão acelerado face aos anos anteriores, que se ficou a dever essencialmente com a passagem à situação de reforma;
  - O ML cumpre o princípio de unidade de tesouraria assim como grande parte das recomendações do Tribunal de Contas, efetuadas no âmbito do relatório de auditoria, destacando-se a diminuição do absentismo, construção de parques de estacionamento e a criação de mecanismos que melhoram a comunicação metro/cliente, através de diversas campanhas de marketing;
  - O resultado financeiro de 2012 é de -75,1 milhões de euros melhorando levemente os resultados obtidos no ano transato;
  - A Standard & Poors classificou positivamente o *rating* da sociedade, passando de CCC+ para B;
  - O procedimento de Certificação Financeira de Gestão de Qualidade pela SGS ICAS, segundo a norma internacional NP EN ISO 14001:2004, continua em promoção tendo em vista a Certificação Ambiental da Empresa;
  - Já em 2013, no âmbito do projeto de negociação e reestruturação das operações de derivados das Empresas Públicas Reclassificadas, conduzido pelo IGCP de acordo com orientações da Tutela, foram terminados antecipadamente 43 contratos de IGRF, cujas perdas potenciais registadas nas demonstrações financeiras, reportadas a 31 de dezembro de 2012, ascendiam 624,0 milhões de euros.

O valor líquido pago pela ML pelo cancelamento antecipado dessas operações foi de 475,4 milhões de euros.

De referir que estas operações de fecho antecipado de contratos de derivados não foram objeto de análise por este Conselho Fiscal, dada a inexistência de informação detalhada na empresa.

#### IV. Avaliação do desempenho dos administradores

Nos termos do n.º 17 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, deve o Conselho Fiscal proceder à avaliação individual dos gestores executivos. Na avaliação dos membros do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, o Conselho Fiscal teve em conta que a gestão da empresa encontra-se atribuída a um Conselho de Administração composto por um Presidente e três vogais.

Tendo em conta o modelo organizacional da ML, designadamente a presença do Conselho de Administração, como órgão colegial, na orientação estratégica e operacional da Empresa e na decisão e monitorização dos impactos das decisões, não é possível a avaliação individual do desempenho.

Assim, em setembro de 2012 foi apresentado à tutela uma proposta de contrato de gestão com base em indicadores de eficiência, equilíbrio operacional e promoção da intermodalidade do transporte público. O objetivo globaldo referido contrato de gestão foi, no geral, ultrapassado em 16%.

Importa salientar que os membros do Conselho de Administração não auferiram no exercício, remunerações variáveis ou prémios de gestão, adotando procedimentos e ações suscetíveis de não criar eventuais conflitos de interesses no desempenho das suas atribuições.

#### V. Situação económica e financeira

As demonstrações financeiras de 2012 (em termos individuais), foram objeto de Parecer dos Auditores Externos, assim como da revisão do Revisor Oficial de Contas, o qual de acordo com as normas legais emitiu a competente Certificação Legal das Contas. Nestes documentos foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua totalidade, a concordância do Conselho Fiscal.

De acordo com a demonstração de resultados a empresa apresentou em 2012 um resultado líquido negativo de 77,3 milhões de euros, representando uma melhoria de 47,1% (68,7 milhões de euros) face ao prejuízo de 146,1 milhões de euros registado em 2011, resultando exclusivamente da evolução favorável do resultado operacional em 68,7 milhões de euros (que se situou em 2,1 milhões de euros negativos). O resultado financeiro negativo manteve-se em níveis muito elevados (75,1 milhões de euros).

A melhoria dos resultados operacionais decorreu essencialmente da conjugação dos seguintes fatores:

- Crescimento das receitas de tráfego em 14,6 milhões de euros (+22,9%), em resultado do aumento tarifário de fevereiro de 2012 e da aplicação da nova metodologia de repartição de receitas do passe Navegante, resultante do inquérito de 2007, a qual é mais favorável para a ML face à utilizada anteriormente. Contudo, para os restantes títulos de transporte combinados continuou a utilizar-se a chave de repartição proveniente do inquérito de 1989 (muito desajustada face ao crescimento da rede de metropolitano desde então);
- Redução dos gastos com pessoal em 3,5 milhões de euros pela aplicação das reduções salariais previstas na Lei do Orçamento de Estado (embora considere o valor dos subsídios de férias vencidos em 2012 e pagos em 2013, em conformidade com a decisão do Tribunal Constitucional) e pelo decréscimo de efetivos entre 2011 e 2012, num total de 147 trabalhadores. Em 2012, a massa salarial reduziu 8,3%, somando 46,3 milhões de euros;
- Diminuição dos gastos com fornecimentos e serviços externos em 2,8 milhões de euros, refletindo os esforços de racionalização em curso na empresa, destacando-se as medidas de poupança de energia e a otimização dos serviços de vigilância e limpeza que, no seu conjunto, reduziram 7%. De referir também o decréscimo de 8,8% na componente Rendas e alugueres que resulta da diminuição dos juros suportados nos contratos de *leasing* de material circulante;
- Decréscimo acentuado das variações negativas de justo valor dos instrumentos de gestão do risco financeiro (IGRF), em 46,8 milhões de euros;
- Redução das amortizações e provisões em cerca de 3,7 milhões de euros.

Apesar do desagravamento dos resultados líquidos negativos, o contínuo crescimento do passivo remunerado da empresa (211,8 milhões de euros em 2012, essencialmente para pagamento de juros e de outros gastos de financiamento) coloca em causa a sua sustentabilidade no longo prazo, agravada no imediato pelas atuais restrições de acesso ao crédito e pelas circunstâncias específicas do próprio país, tornando premente o reforço das medidas de racionalização económica e financeira adicionais às já tomadas nos últimos anos, com vista ao aumento das receitas e à redução dos gastos operacionais.

O Estado Português assegurou o financiamento através de empréstimos no valor de 648,6 milhões de euros, cumprindo as verbas inscritas no orçamento da empresa. Este financiamento permitiu à ML satisfazer os compromissos decorrentes do serviço da dívida e gerou um acréscimo das disponibilidades de tesouraria de 24,3 milhões de euros no final do exercício.

O aumento do passivo afeto à atividade de investimento em ILD resultou essencialmente da variação negativa, em 360 milhões de euros, do justo valor dos IGRF, o qual ascendeu em 31 de dezembro de 2012 ao valor negativo de 1.212 milhões de euros. No seu conjunto, as responsabilidades com IGRF aumentaram 378 milhões de euros, representando 20% do passivo total.

De referir que a valorização dos IGRF é, no final de cada exercício, efetuada por um avaliador externo (diferente daquele com quem os mesmos foram contratados), sendo consideradas assunções e estimativas para o efeito, em resultado de alguma informação não se encontrar disponível. Tal facto não nos permite ser conclusivos quanto à razoabilidade do valor pelo qual os mesmos se encontram refletidos nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2012.

É nosso entender que, para a sustentabilidade económico-financeira da ML, é necessário:

- A celebração de contrato de concessão da infraestrutura e do serviço de transporte de passageiros, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 148-A/2009, que estabeleça a responsabilidade pelo investimento em infraestruturas de longa duração e que defina, de modo claro, a forma de exercício da atividade de prestação de serviços de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e regiões limítrofes, e seu financiamento bem como o custo da exploração de tais infraestruturas para o concessionário. De facto, afigura-se insustentável a manutenção da responsabilidade dos investimentos na rede pela empresa, embora atuando por conta do Estado, e do respetivo financiamento com recurso a passivo remunerado, quer pelos elevados custos do mesmo, quer pela dificuldade de acesso ao crédito na atual conjuntura. De facto, no presente exercício não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a ML, contratou com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf) financiamento no montante de 648,6 milhões de euros, dos quais 237,7 milhões de euros foram imputados à atividade de ILD;
- A revisão do modelo de repartição da receita comum aos diversos operadores de transportes da AML (receita gerada pelos títulos intermodais) que tenha em conta a efetiva utilização dos diversos meios de transporte que integram o sistema pela procura. De facto, apesar de em 2012 se ter efetuado a correção das quotas de repartição de receitas dos títulos combinados ML/CARRIS, como tal ajustamento teve por base as conclusões do inquérito efetuado pelo IMTT em 2007 (manifestamente desajustado face ao crescimento da rede do ML desde então) e não considerou todos os títulos de transporte e todos os operadores da AML (correção apenas entre o ML e a CARRIS), mantém-se a necessidade da revisão referida. De referir que, caso fossem aplicadas as quotas do inquérito de 2007, a empresa estima que em 2012 teria um acréscimo de receita da ordem dos 7,1 milhões de euros (sem IVA).

Refira-se ainda o ónus para a empresa das responsabilidades assumidas no passado com o pagamento de complementos de reforma e pensões com o pessoal ao serviço e aposentado, sendo o respetivo plano de benefícios definidos, pelo que a tendência futura é de agravamento dos respetivos gastos, os quais ascenderam a 12,5 e 13,6 milhões de euros, respetivamente em 2011 e 2012.

## VI. Parecer

Atento ao exposto nos pontos anteriores, e às considerações enunciadas nos documentos citados, relativas à atividade da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., durante o exercício de 2012, o Conselho Fiscal é de Parecer que:

1. O Relatório do Conselho de Administração encontra-se corretamente elaborado, respeitando as orientações legais e estatutárias, evidenciando com clareza e rigor os aspetos mais relevantes ocorridos na gestão da empresa durante o exercício;
2. Durante o exercício, a empresa desenvolveu as ações necessárias para o cumprimento dos princípios de bom governo emanadas na RCM n.º 49/2007, de 28 de março. Deste modo, no âmbito do novo modelo de governo do SEE, durante a gestão de 2012 o ML, atuou num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade de serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas;
3. O Relatório menciona as transações de maior dimensão financeira com empreiteiros e fornecedores, e o regime jurídico aplicado em matéria de aquisição de bens e serviços;
4. Sujeito ao efeito das Reservas expressas na Certificação Legal das Contas, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o anexo às demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em 31 de dezembro de 2012.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., emite formalmente PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Relatório do Conselho de Administração, e das demonstrações financeiras e respetivo anexo respeitantes ao exercício de 2012, concordando, também, com a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal, regista ainda com muito apreço a colaboração e a atenção dispensada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, não só pelos responsáveis pelas Direções e Serviços, como pela generalidade dos colaboradores do ML, que teve necessidade de assiduamente contactar, no desempenho das suas atribuições.

Lisboa, 25 de julho de 2013

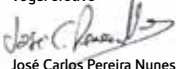
O Conselho Fiscal

Presidente



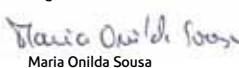
José Emilio Castelo-Branco

Vogal efetivo



José Carlos Pereira Nunes

Vogal efetivo



Maria Onilda Sousa

Estação Rossio



# Certificação legal das contas

## Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de Balanço de 4.913.920.738 euros e um Capital Próprio negativo de 915.407.837 euros, incluindo um Resultado Líquido negativo de 77.332.060 euros), a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

## Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações do capital próprio, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;
  - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - A apreciação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Exceto quanto às limitações referidas nos parágrafos 7 a 12 abaixo, entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Reservas

7. Conforme divulgado nas Notas 3.2 e 5 do anexo às demonstrações financeiras, o Governo assumiu no passado o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (ILD) do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., tendo a empresa, de acordo com os seus estatutos, a responsabilidade de administrar os bens de domínio público afetos à sua atividade, nomeadamente assegurar por delegação do Estado a construção, a instalação, a renovação, a manutenção e a gestão das infraestruturas ferroviárias que lhe estão afetas (ILD) e cabendo ao Estado salvaguardar o equilíbrio económico e financeiro da empresa e o serviço das dívidas constituídas para a construção, instalação e renovação das referidas infraestruturas. Face à inexistência de disposição contratual que defina os termos desta atuação por parte da empresa e sobre a administração daqueles bens, nomeadamente a inexistência de um contrato de concessão que permita o seu enquadramento nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, todos os investimentos realizados e respetivos financiamentos e gastos suportados afetos a ILD encontram-se registados no balanço da empresa segregados dos saldos afetos à sua atividade operacional em rubricas de ativo e passivo, corrente e não corrente, sob a designação “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, quando em 31 de dezembro de 2011, e desde o exercício de 2009, os valores afetos a ILD se encontravam registados no balanço pelo seu valor líquido em rubrica do Ativo, designada Atividade de investimentos em infraestrutura de longa duração, a qual assumia natureza financeira e evidenciava saldo nulo em 31 de dezembro de 2011. Em resultado da decisão de alteração da política de reconhecimento dos ILD no balanço anteriormente descrita, tomada pelo Conselho de Administração da empresa durante 2012, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 aprovadas pelo Conselho de Administração foram objeto de reexpressão para efeitos comparativos, conforme divulgado na Nota 2.1. Consequentemente não nos foi possível concluir sobre a política de amortizações a adotar para tais ativos e quais os critérios de afetação dos diferentes subsídios que têm vindo a ser atribuídos pelo Estado e por programas comunitários e: (i) se os valores relativos a investimentos em infraestruturas de longa duração e os correspondentes capitais próprios (subsídios atribuídos e reservas de reavaliação) identificados pela Empresa em 31 de dezembro de 2012 como relativos àqueles investimentos, de 3.275.689.891 euros e 1.126.157.937 euros, respetivamente (3.245.551.006 euros e 1.069.800.648 euros em 31 de dezembro de 2011), que integram o saldo a rubrica de “Investimento de infraestruturas de longa duração” no ativo em resultado da referida política de reconhecimento, deveriam estar registados no balanço da empresa e por que valores, nem concluir sobre a razoabilidade do procedimento de não amortização destes bens; (ii) quanto à aceitação inequívoca por parte do Estado da inclusão no valor daqueles investimentos de gastos financeiros e departamentais incorridos até 31 de dezembro de 2012 nos valores de 306.946.161 euros e 72.036.545 euros, respetivamente (301.314.351 euros e 67.739.013 euros em 31 de dezembro de 2011); (iii) quanto ao critério de repartição dos financiamentos (empréstimos bancários, obrigacionistas e financiamentos por locação financeira) considerado pela empresa em 31 de dezembro de 2012 entre as atividades de investimento em ILD e a atividade operacional, nomeadamente a gestão de infraestruturas propriedade da Empresa, refletidos no balanço em 31 de dezembro

- de 2012 pelos valores de 3.324.490.013 euros e 856.618.198 euros, respetivamente (3.165.976.080 euros e 803.303.160 euros em 31 de dezembro de 2011); (iv) quanto à forma de reconhecimento dos instrumentos financeiros derivados contratados pela empresa relativamente aos financiamentos contraídos para financiar a atividade de ILD, que em 31 de dezembro de 2012, de acordo com a avaliação efetuada nos termos do mencionado no parágrafo 9 abaixo, tinham um justo valor negativo de 1.063.831.614 euros (718.457.722 euros em 31 de dezembro de 2011), que se encontra registado como uma conta a receber do Estado por o justo valor ser negativo e se encontrar registado no passivo; (v) quanto ao valor dos gastos com empréstimos incorridos pela empresa no exercício e em exercícios anteriores e que, de acordo com a política contabilística supra mencionada, foram quantificados e registados no ativo na rubrica de ILD e cujo saldo acumulado em 31 de dezembro de 2012 ascende a 1.193.195.432 euros (1.015.233.387 euros em 31 de dezembro de 2011); (vi) quanto ao valor de 289.555.301 euros (incluído nos valores de 1.193.195.432 euros e 1.015.233.387 euros anteriormente referidos) relativo a eventuais juros e outros gastos incorridos pela Empresa anteriormente a 1995 e registados em ILD por contrapartida de “resultados transitados” em 01 de janeiro de 2009, que saldou a referida rubrica de ILD em tal data; e (vii) quanto ao tratamento contabilístico dado pela empresa no reconhecimento dos ativos e passivos associados a ILD. Face ao supra mencionado não nos é possível concluir acerca da política contabilística adotada pela empresa no reconhecimento dos ativos, passivos, capital próprio e gastos financeiros e departamentais associados a ILD em 31 de dezembro de 2012, nem quanto à razoabilidade, momento e realização ou exigibilidade das contas a receber ou a pagar, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012.
8. Conforme divulgado na Nota 14 do Anexo o ativo em 31 de dezembro de 2012 inclui em rubrica de “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros” o valor de 53.562.488 euros (52.864.466 euros em 31 de dezembro de 2011) relativo a obras efetuadas pela empresa por conta de outras entidades que não se encontram faturadas pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., e que não forma objeto de contratualização ou outra forma de formalização entre a empresa e as restantes entidades envolvidas que defina os valores a faturar e os momentos e formas de faturação e liquidação financeira. Do exposto, não nos é possível concluir quanto ao momento e por que valor tais trabalhos serão faturados, pelo que não podemos concluir quanto à respetiva razoabilidade e à efetiva realização de tais ativos.
9. De acordo com a NCRF 27 a Empresa reconheceu nas demonstrações financeiras o justo valor dos instrumentos financeiros derivados por si contratados para cobrir o risco de flutuação das taxas de juro dos empréstimos contraídos para financiar a atividade de exploração e o financiamento dos investimentos de longa duração (Notas 3.16, 5.6 e 10). O justo valor considerado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, no ativo e passivo não corrente, em rubrica de “Derivados”, nos valores de 48.535.668 euros e 230.338.909 euros, respetivamente (36.525.070 euros e 211.713.563 euros em 31 de dezembro de 2011), para além dos mencionados no parágrafo 7 acima, foi determinado por um consultor externo com base em pressupostos e suposições por este efetuadas em virtude de a informação relativa a alguns dos instrumentos financeiros derivados não se encontrar disponível, e que seria considerada caso a avaliação do justo valor tivesse sido determinada pelas entidades com as quais os instrumentos financeiros foram contratados. Até à presente data, não obtivemos informação suficiente que nos permita concluir quanto à razoabilidade do justo valor pelo qual os referidos instrumentos financeiros derivados se encontram mensurados nos balanços em 31 de dezembro de 2012 e 2011, nem quanto à sua natureza e classificação nas diversas rubricas dos balanços em tais datas, nomeadamente no ativo, passivo, reservas e resultados transitados, e das demonstrações de resultados nos exercícios findos nas mesmas.
10. Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de Participações Financeiras, evidenciada no ativo pelo valor de 20.144.909 euros, inclui: (i) A participação financeira detida na participada GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. representativa de 16% do seu capital, registada na referida rubrica de acordo com o método de equivalência patrimonial por um valor nulo em virtude de aquela associada apresentar capitais próprios negativos de 11.040.038 euros. Adicionalmente, encontra-se registado na mesma rubrica o valor de 14.050.474 euros relativo a suprimentos concedidos à GIL, S.A. (8.998.267 euros em 31 de dezembro de 2011). A Certificação Legal das Contas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 de tal sociedade contem ênfases relacionadas com o risco de continuidade da entidade e com a insuficiência dos seus fluxos de caixa operacionais para fazer face ao serviço da sua dívida financeira, e reservas quanto à realização de ativos no valor de 1.952.623 euros; (ii) A participação financeira na subsidiária Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. representativa de 100% do seu capital, registada na referida rubrica de acordo com o método de equivalência patrimonial pelo valor de 3.409.610 euros. Adicionalmente, encontra-se registado na mesma rubrica o valor de 1.031.836 euros relativo a suprimentos concedidos à Ferconsult, S.A. (973.698 euros em 31 de dezembro de 2011). A Certificação Legal das Contas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 de tal sociedade contem reservas não quantificadas, cujo defeito global não foi quantificado e nem tomado em consideração pela empresa na aplicação do método da equivalência patrimonial naquela data, e uma ênfase relacionada com o risco de continuidade das operações, pelo que a realização dos seus ativos e exigibilidade dos seus passivos, incluindo os saldos existentes com a empresa, depende do apoio continuado dos seus acionistas; (iii) A participação financeira na subsidiária Publímetro – Publicidade em Meios de Transporte

e Outros, S.A. representativa de 40% do seu capital, registada na referida rubrica de acordo com o método de equivalência patrimonial por um valor nulo em virtude de aquela associada apresentar capitais próprios negativos de 2.868 euros, e para a qual foi reconhecida uma provisão de 1.147 euros em 31 de dezembro de 2012, correspondente à responsabilidade da empresa de acordo com a percentagem detida naqueles capitais próprios. A Certificação Legal das Contas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 de tal sociedade contém uma ênfase relacionada com o risco de continuidade das operações, pelo que a realização dos seus ativos e exigibilidade dos seus passivos, incluindo os saldos existentes com a empresa, depende do apoio continuado dos seus acionistas. Consequentemente, não nos foi possível concluir quanto aos efeitos de tais reservas e ênfases, se alguns, nas demonstrações financeiras da empresa em 31 de dezembro de 2012, nomeadamente na mensuração das referidas participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial nem quanto ao momento e valor de realização do saldo líquido entre contas a receber e a pagar a tais entidades, de 18.003.863 euros em 31 de dezembro de 2012.

11. Em 31 de dezembro de 2012, as rubricas “Outras contas a receber – não corrente” e “Outras contas a receber – corrente” incluem os valores de 2.577.739 euros e 12.002.602 euros em dívida pela Transtejo – Transportes Tejo, S.A. (2.586.074 euros e 12.002.602 euros em 31 de dezembro de 2011, respetivamente) relativos à transferência para tal empresa do Terminal Fluvial do Cais do Sodrê, conforme protocolo celebrado no exercício de 2009 entre ambas as empresas, o qual previa um plano de pagamento conforme mencionado na Nota 13 do anexo que não tem vindo a ser cumprido pela Transtejo. Atento o referido incumprimento e a informação disponível sobre tal assunto na presente data, não nos foi possível concluir quanto à razoabilidade, momento e valor de realização daquelas contas a receber em 31 de dezembro de 2012.
12. Em consequência da alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, com efeitos a partir do exercício de 2012, a dedução de prejuízos fiscais a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o valor correspondente a 75% do respetivo lucro tributável. Tendo em consideração o referido, bem como os ajustamentos de transição para o atual Sistema de Normalização Contabilística efetuados pela empresa (reportados a 01 de janeiro de 2010) que poderiam ser relevantes para efeitos do cálculo do imposto sobre o rendimento do exercício, poderá resultar um gasto no exercício no valor aproximado de 10.800.000 euros, que não se encontra reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Tal como divulgado na Nota 21 do anexo, é entendimento da empresa que face à natureza dos ajustamentos de transição efetuados os mesmos não deverão concorrer para o apuramento do resultado tributável do exercício de 2012 sendo sua intenção solicitar às autoridades tributáveis um pedido de informação vinculativa relativamente a este assunto. Face ao exposto, não nos é possível concluir quanto ao eventual efeito deste assunto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, nomeadamente nos saldos das rubricas de gastos com Imposto sobre o Rendimento e contas a pagar ao Estado.

#### Opinião

13. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações constantes dos parágrafos 7 a 12 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevante, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### Ênfase

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que:

14. A atividade da empresa tem-se revelado cronicamente deficitária, gerando prejuízos sucessivos de valor significativo que em 2012 ascenderam a 77.332.060 euros (146.052.279 euros no exercício de 2011), cujo financiamento tem vindo a ser parcialmente assegurado pelo Estado português através de indemnizações compensatórias, insuficientes para compensar os gastos operacionais e financeiros da empresa, e dotações de capital. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 encontram-se preparadas no pressuposto da continuidade das operações da empresa, apesar de naquela data os capitais próprios se apresentarem negativos em 915.407.837 euros (840.656.298 euros em 31 de dezembro de 2011), situação que obriga à adoção dos mecanismos de recapitalização constantes dos art.ºs 35º e 171º, não se encontrando a empresa a cumprir com tais disposições legais; o ativo corrente se apresentar insuficiente para fazer face ao passivo corrente; e os fluxos de caixa gerados pela empresa continuarem a apresentar-se negativos. Adicionalmente, não são conhecidos os eventuais efeitos na atividade da empresa e no reconhecimento e valorimetria dos seus ativos e passivos da implementação do Plano Estratégico dos Transportes mencionado no Decreto-Lei n.º 98/2012, de 03 de maio. Do referido, é nossa opinião que a continuidade das operações da empresa, e consequentemente a realização dos seus ativos e a liquidação dos seus passivos, se encontra dependente da manutenção do suporte financeiro do Estado português.
15. As demonstrações financeiras objeto da presente certificação foram preparadas em base individual, para aprovação e publicação nos termos da legislação aplicável, encontrando-se os investimentos em empresas subsidiárias e associadas constantes do balanço registados pelo método da equivalência patrimonial, conforme referido no parágrafo 10 acima e divulgado nas Notas 3.8 e 9 do Anexo. A Empresa irá preparar demonstrações financeiras consolidadas, as quais apresentarão de modo mais apropriado a posição financeira, o resultado das operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa do conjunto formado pela empresa, suas subsidiárias e associadas, em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, para aprovação e publicação em separado.

16. As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2011 não foram ainda objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela. O Conselho de Administração da empresa procedeu ao registo contabilístico da aplicação do resultado daqueles exercícios, conforme a proposta incluída no seu Relatório de Gestão sobre os mesmos, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão objeto de aprovação sem alterações significativas.

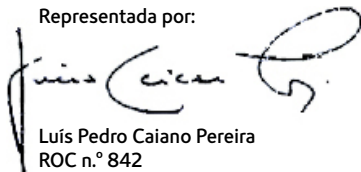
17. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foram por nós examinadas e a nossa Certificação Legal das Contas, datada de 11 de junho de 2012, inclui cinco reservas por limitação de âmbito, relacionadas com os assuntos descritos nos parágrafos 7 a 11, acima.

**Relato sobre outros requisitos legais**

18. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 31 de maio de 2013

Caiano Pereira, António e José Reimão  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Luís Pedro Caiano Pereira  
ROC n.º 842

Estação S.Sebatião



## Siglas e acrónimos

Sigla / Acrónimo	Significado
AE	Acordo de empresa
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANA	ANAerportos de Portugal
CCDTML	Centro cultural e desportivo dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa
CCP	Código dos contratos públicos
CMVMC	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
CO2	Dióxido de carbono
CP	Comboios de Portugal
CPC	Conselho de prevenção de corrupção
DGO	Direção-Geral do Orçamento
EBITDA	Resultado operacional sem amortizações e provisões (e ajustamentos, caso existam)
ECSI	European Customer Satisfaction Index
EDP	Eletricidade de Portugal
EPAL	Empresa Pública de Águas de Lisboa
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGRF	Instrumentos de gestão de risco financeiro
ILD	Infraestrutura de longa duração
IPSS	Instituições particulares de solidariedade social
ISC	Índice de satisfação do cliente
ISCTE	Instituto universitário de Lisboa
kWh	Quilowatt-hora
LCPA	Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso
MKBF	Quilometragem média entre falhas (Mean kilometre between failures)
ML	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
ML 79/90/95/99	Material circulante das séries de 1979, 1990, 1995 e 1999, respetivamente
MTBF	Tempo médio entre falhas (Mean time between failures)
NP / NP EN	Normas portuguesas
ODS	Substâncias que empobrecem a camada de ozono (Ozone Depleting Substances)
OS	Órgãos sociais
OSIRIS	Projeto europeu para a melhoria da gestão de crises ambientais
PIB	Produto interno bruto
PLAGO	Sistema de planeamento e gestão de pessoal, de horários e de material circulante
PMO	Parque de material e oficinas
PMP	Prazo médio de pagamentos
POC	Plano oficial de contabilidade
POCP	Plano oficial de contabilidade pública
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
REN	Rede Elétrica Nacional
SADI	Sistema Automático de Deteção de Incêndios
SAP BW	Módulo do sistema SAP – Bussiness Warehouse
SAP PM	Módulo do sistema SAP – Programa da manutenção
SEE	Setor empresarial do Estado
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGQA	Sistema de Gestão da Qualidade e do Ambiente
SNC	Sistema de normalização contabilística
SSIT	Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas
SWOT	Forças (Strengths) / Fraquezas (Weaknesses) / Oportunidades (Opportunities) / Ameaças (Threats)
ton.	tonelada
V.A.R.S.P.	Valor atual das responsabilidades com serviços passados

Estação Intendente



## Ficha técnica

Edição  
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.  
Estratégia e Desempenho Corporativo  
Coordenação  
Mariza Motta  
Marta Laborinho  
Sandra Tavares

Produção  
Marketing e Comercial  
Coordenação  
Filipe Trigo  
Projeto gráfico  
Maria João Rodrigues

Fotografia  
Marketing e Comercial  
1ª Maratona Fotográfica Carris/Metro 2012

---